

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – DOUTORADO

**DA CRUZ À BANDEIRA:
A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DO
MOVIMENTO SEM TERRA/ RS, 1985-1991.**

LEANDRO SIDINEI NUNES HOFFMANN

PORTO ALEGRE, FEVEREIRO DE 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – DOUTORADO

**DA CRUZ À BANDEIRA:
A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DO
MOVIMENTO SEM TERRA/ RS, 1985-1991.**

LEANDRO SIDINEI NUNES HOFFMANN

Tese apresentada como requisito parcial e final para a conclusão do curso de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento.

PORTO ALEGRE, FEVEREIRO DE 2002

AGRADECIMENTOS

- Aos trabalhadores rurais sem-terra, que através de seu exemplo de luta, têm demonstrado que as reformas que a sociedade brasileira necessita não serão realizadas por consenso.
- A universidade pública, que apesar dos constantes ataques, tem prestado inestimáveis serviços à sociedade brasileira.
- A Professora Doutora Sandra Jatahy Pesavento e ao Professor Doutor Zander Navarro pela dedicação e empenho.

RESUMO

Nas duas últimas décadas, a luta pela terra constituiu-se no movimento social mais visível e de maior abrangência, tanto pela ocupação espacial, como pelo envolvimento de diversos setores da sociedade gaúcha, chegando a formar um comitê subscrito por mais de trezentas entidades da sociedade civil, em apoio ao acampamento de Encruzilhada Natalino. Na Assembléia Nacional Constituinte, a reforma agrária foi o projeto popular que recebeu o maior número de assinaturas: um milhão e duzentas mil.

O MST, entre os novos atores sociais, ocupa um espaço destacado no cenário político. Isto, tanto pelo conteúdo do Movimento quanto por suas formas de organização e, especialmente, pelas mudanças no universo mental dos seus atores, necessárias para uma adesão e resistência prolongada e conflituosa, rompendo com muitos valores arraigados na cultura camponesa.

Nos primeiros anos do Movimento, a utilização de representações religiosas pelos sem-terra é constante e intensa, como a tradução de sua luta, por agentes religiosos, em um discurso ético/ religioso. No decorrer do processo, as orientações do Movimento e as representações da luta alteram-se profundamente. As representações religiosas vão paulatinamente cedendo lugar a um discurso político/ classista. No final dos anos oitenta, o MST apresenta-se como um movimento essencialmente político de luta pela terra e sua simbologia traduz essa transformação. As representações político-classistas da luta pela terra têm como “sustentação” o modelo organizacional leninista adotado pelo MST, possibilitando que a “linha do Movimento” seja reproduzida e adotada, ainda que se verifiquem descontentamentos e dissidências.

ABSTRACT

In the last two decades, the struggle for land has become the most visible social movement and the one with the broadest spectrum for the space occupation as well as for the involvement of several sectors of the gaucha society, so that a committee composed of more than three hundred civil society groups was formed to support the Encruzilhada Natalino settlement. During the “Assembleia Nacional Constituinte”, the agrarian reform was the popular project to get the highest number of signatures: 1.200.000.

MST, one among other social movements, has a highlighted position in the Brazilian political scene. This has been achieved by the content of the movement, its forms of organization and specially by the necessary changes in the mental universe of its actors, for a commitment and a lasting and conflicting resistance, breaking free from many important values to the farmers cultural heritage.

During the first years of the movement, the “landless” made use of religious representations is constant and intense, as is the translation of their struggle, by religious agents in an ethical/religious speech. Along the process, the movement’s orientation and the representations of the struggle have been deeply altered. The religious representations gradually change their speech to political/classist. In the late 80’s MST presents itself as an essentially political movement of struggle for land and its simbology translates this transformation. The political-class representations for the struggle for land have the Leninist organizational model adopted by MST as their background, allowing the “movement’s mode of action” to be reproduced and adopted, even though discontent and dissidence.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTACT	iv
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I A construção de uma Organização de Movimento Social	26
1.1 O MST como uma Organização de Movimento Social	39
1.2 O Campo dos Conflitos Agrários	65
1.3 OMS e o Partido Político	78
1.4 OMS e a Produção simbólica: os símbolos falam mais do que os discursos	085
CAPÍTULO II Acampamento da fazenda Annoni: uma hegemonia em disputa	099

2.1	Alguns parâmetros para a análise de um movimento social	116
2.2	A consolidação do acampamento	120
2.3	Ação político-organizacional	126
2.4	Práticas da luta pela terra	132
2.4.1	Romaria da Terra: Além de divulgar a luta, os próprios acampados desconheciam esse encontro de solidariedade	132
2.4.2	Acampamento em Porto Alegre: o povo gosta e aplaude	136
2.4.3	Romaria Conquistadora da Terra Prometida: da semelhança a uma procissão a um desfecho conseqüente	140
2.5	Recomposição do acampamento	151
2.5.1	Procissão das ferramentas: um enfrentamento simbólico	153
2.5.2	A nova estrutura política do acampamento	157
2.5.3	Confronto na São Juvenal: a partir de agora, a luta vai ser no mano a mano	163
2.5.4	O racha: os que são contra viram que o jeito era nos dividir	166
CAPITULO III A CPT e a disputa de poder na Paróquia		178
3.1	Reestruturação da CPT: pra tentar amenizar o conflito interno	188
3.2	A CPT de costas para a Catedral	193
3.3	CPT/ MST pós-86: um equilíbrio difícil	201
3.4	Paróquia e Pastoral dos Assentamentos	208
CAPÍTULO IV A luta pela terra é uma luta de classes		210
4.1	Santa Elmira: o processo é de guerrilha, afirma a UDR	224

4.2	A marcha da fome: deixaremos a conta pro governo pagar	242
4.3	Praça da Matriz: a falsa expressão do conflito	245
4.4	A conquista da fronteira: Bagé corre perigo, dá arrepios ver essa gente assim	250
4.5	SOS Vida: mata as vacas foi a única solução	257
4.6	O MST e a Igreja contra a UDR	263
CAPÍTULO V Uma nova conquista: o saber		268
5.1	CETAP	276
5.2	FUNDEP/ DER: uma terra de educar	278
5.3	Laboratório Organizacional de Campo: a ideologização da produção	291
5.4	A mística e as visões da luta	305
5.4.1	A luta de classes como caminho para a nova sociedade	309
5.4.2	Resistência: a necessidade de reforçar a mística	319
CONSIDERAÇÕES FINAIS		325
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		329
FONTES DOCUMENTAIS		253

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	– Municípios da Região Metropolitana de São Paulo
ABRA	– Associação Brasileira de Reforma Agrária
ANPOCS	– Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
BM	– Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul
BST	– Boletim Sem Terra
CAMP	– Centro de Assessoria Multiprofissional
CEB	– Comissão Eclesial de Base
CEP	– Centro de Educação Popular
CGT	– Confederação Geral dos Trabalhadores
CNBB	– Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	– Conselho Nacional de Pesquisa
COCEARGS	– Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
CONTAG	– Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPAC	– Cooperativa de Produção dos Assentados de Charqueadas
COPANOR	– Cooperativa de Produção do Assentamento Nova Ramada
COSAU	– Comissão Sindical do Alto Uruguai

CP	– Correio do Povo
CPERGS	– Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CPT/ RS	– Comissão Pastoral da Terra/ Seção Gaúcha
CRAB	– Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CUT	– Central Única dos Trabalhadores
DER	– Departamento de Educação Rural
DETR	– Departamento de Trabalhadores Rurais
DN/ PT	– Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
DS	– Diário do Sul
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EN	– Encruzilhada Natalino
ENERA	– Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
ESAU	– Escola Sindical do Alto Uruguai
ESCAJUR	– Escola Alternativa da Juventude Rural
ESMA	– Escola Sindical Margarida Alves
ESP	– Estado de São Paulo
ET	– Estatuto da Terra
FAG	– Frente Agrária Gaúcha
FARSUL	– Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FEE	– Fundação de Economia e Estatística
FETAG	– Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FRACAB	– Federação Rio-grandense das Associações Comunitárias e Amigos de Bairros
FSLN	– Frente Sandinista de Libertação Nacional
FSP	– Folha de São Paulo

FUNDEP	– Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Cealeiro
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	– Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JST	– Jornal Sem Terra
LOC	– Laboratório Organizacional de Campo
MAB	– Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	– Movimento dos Agricultores Sem Terra
MASTRO	– Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste
MCS	– Meios de Comunicação Social
MDB	– Movimento Democrático Brasileiro
MIRAD	– Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento
MJDHJB	– Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Brasil
MLST	– Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLT	– Movimento de Libertação da Terra
MMTR	– Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	– Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MST/ RS	– Movimento dos Trabalhadores Sem Terra/ Seção Gaúcha
OAB	– Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	– Organização de Movimento Social
ONG	– Organização Não Governamental
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	– Partido Comunista do Brasil
PDS	– Partido Democrático Social
PDT	– Partido Democrático Trabalhista
PJR	– Pastoral da Juventude Rural

PM	– Policial Militar
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	– Plano Nacional de Reforma Agrária
PSB	– Partido Socialista Brasileiro
PT	– Partido dos Trabalhadores
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	– Pontifícia Universidade Católica
PUR	– Pacto de Unidade e Resposta Rural
RA	– Reforma Agrária
SCA	– Sistema Cooperativista dos Assentados
SPEP	– Seminário Permanente de Educação Popular
STR	– Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAC	– Técnico em Administração de Cooperativas
TFP	– Tradição Família e Propriedade
TO	– Teoria da Organização
UCPEL	– Universidade Católica de Pelotas
UDR	– União Democrática Ruralista
UFPEL	– Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNAM	– Universidade Nacional Autónoma do México
UNB	– Universidade de Brasília
UNE	– União Nacional dos Estudantes
UNIJUI	– Universidade de Ijuí
VT	– Voz da Terra
ZH	– Zero Hora

INTRODUÇÃO

“O impacto dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende amplamente de sua difusão, dos circuitos e dos meios de que dispõe. Para conseguir a dominação simbólica é fundamental controlar os meios que são outros tantos instrumentos de persuasão, de pressão, de inculcação de valores e de crenças.” (BAZCKO, 1991, p.31).

“É, sem dúvida, no trabalho de mobilização e, mais precisamente, no trabalho de unificação e de universalização que se gera uma grande parte das representações.” (BOURDIEU, 1989, p. 75).

O tema da luta pela terra no Rio Grande do Sul (RS), mais especificamente da influência da religiosidade neste processo, tem sido uma preocupação nossa, a partir da graduação. No ano de noventa e um realizamos, em nível de iniciação científica, a pesquisa “O Movimento Sem Terra no RS: uma avaliação histórica”, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como bolsista do CNPq. Com base nos resultados desta pesquisa, elaboramos, para a conclusão do Curso de Graduação em

História, a monografia “O Movimento Sem Terra e a Igreja Católica no Rio grande do Sul”. No período de noventa e quatro a noventa e sete, realizamos o Curso de Mestrado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apresentando a dissertação denominada “A Cruz e a Bandeira: a construção do imaginário dos sem-terra do RS – 1981/ 87”.

Com o processo de capitalização da agricultura que se desencadeou no RS, de forma mais intensa na segunda metade da década de sessenta, inicia-se uma fase de profundas alterações no sistema agrário gaúcho. Sobre este ponto existe uma ampla bibliografia: BRUM (1988), MARTINS (1986) e TAMBARA (1985), entre outros, em que pese o alerta da professora KLIEMANN, de “faltar, a estes trabalhos, uma perspectiva histórica que lhes permita identificar as causas mais profundas sobre as quais está estruturada a questão agrária” (1986, p. 12).

O que nos interessa são algumas das conseqüências deste processo de modernização: a exigência de um alto grau de capitalização da atividade agrícola e a diminuição drástica da utilização de mão-de-obra pela mecanização, que representaram, para um grande número de trabalhadores, a exclusão do acesso à terra. Deve ser considerado, ainda, como outro fator importante, a divisão natural, por partilhas em inventários, das já pequenas propriedades.

Passado o período de euforia, do milagre brasileiro, a situação agravou-se ainda mais. Com a diminuição dos atrativos empregos urbanos e com a necessidade de um significativo número de pequenos proprietários venderem suas terras para saldarem dívidas bancárias, formou-se um grande contingente de despossuídos no campo. Outros três fatores agravaram a situação no final da década de setenta, na região norte do RS: a expulsão de mil e cem famílias de colonos da Reserva Indígena de Nonoai; as notícias desanimadoras trazidas pelos agricultores que retornavam das novas fronteiras agrícolas; e a situação dos colonos que tiveram suas terras inundadas por barragens (como a de Passo

Real, em setenta e dois) e que ainda não haviam sido assentados. Neste processo de proletarianização dos trabalhadores do campo e na luta pela permanência na condição de produtores agrícolas, forjou-se o ator social *colono sem-terra*.

Nas duas últimas décadas, a luta pela terra constituiu-se no movimento social mais visível e de maior abrangência, tanto pela ocupação espacial, como pelo envolvimento de diversos setores da sociedade gaúcha, chegando a formar um comitê subscrito por mais de trezentas entidades da sociedade civil, em apoio ao acampamento de Encruzilhada Natalino. Na Assembléia Nacional Constituinte, a reforma agrária foi o projeto popular que recebeu o maior número de assinaturas: um milhão e duzentas mil.

O surgimento do MST demonstra, por um lado, o estágio de desenvolvimento da luta e o grande empenho do seu principal mediador neste período – os setores “Progressistas” da Igreja Católica – pois o movimento abrange a metade dos estados do país, incluindo algumas experiências de luta já vitoriosas, como a de Encruzilhada Natalino. O grande impacto das primeiras lutas pela reforma agrária deste período está diretamente ligado ao processo de reorganização da sociedade civil, no final de quase duas décadas de ditadura militar, algo que TARROW (1994) denominaria de ciclo de protesto¹.

O MST, entre os novos atores sociais, ocupa um espaço destacado no cenário político. Isto, tanto pelo conteúdo do Movimento quanto por suas formas de organização e, especialmente, pelas mudanças no universo mental dos seus atores, necessárias para uma adesão e resistência prolongada e conflituosa, rompendo com muitos valores arraigados na cultura camponesa.

¹ “(...) uma fase de conflito e contenção intensificado através do sistema social que inclui: uma rápida difusão de ação coletiva de setores mais mobilizados para setores menos mobilizados; um apressado ritmo de inovação nas formas de contenção, *frames* de ação coletiva novas ou transformadas; uma combinação de participação organizada e inorganizada; e seqüências de interação intensificada entre contestadores e autoridades, as quais podem terminar em reforma, repressão e, algumas vezes, revolução.” (1994, p.153 Tradução do autor.).

É imprescindível que se faça uma consideração: que tipo de intervenção é necessária para garantir o alto grau de mobilização e de resistência, como a dos acampamentos de Encruzilhada Natalino e fazenda Annoni? Por certo, há uma situação objetiva muito forte: o alto nível de expropriação e a exclusão do acesso à terra. Contudo, esta situação não dá conta de elucidar a gênese destes acampamentos e do processo de resistência. Como procuramos evidenciar em nossa dissertação, o campo simbólico ocupou um espaço importante nestas lutas.

Nos primeiros anos do Movimento, a utilização de representações religiosas pelos sem-terra é constante e intensa, como a tradução de sua luta, por agentes religiosos, em um discurso ético/ religioso. No decorrer do processo, as orientações do Movimento e as representações da luta alteram-se profundamente. As representações religiosas vão paulatinamente cedendo lugar a um discurso político/ classista. No final dos anos oitenta, o MST apresenta-se como um movimento essencialmente político de luta pela terra e sua simbologia traduz essa transformação.

Uma das formas de se atingir o universo mental dos sem-terra e o processo de sua organização é mediante a análise destas representações. Conhecer o processo de produção, circulação e consumo dos bens simbólicos de um grupo social pode revelar muito da sua constituição, os seus objetivos, o jogo de forças envolvido e o contexto no qual o movimento está inserido. Pois, como define BAZCKO, o imaginário social desempenha múltiplas funções que condicionam o grupo: “(...) trata-se da elaboração de um sistema de idéias/ imagens de representações coletivas, mediante o que elas atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros” (1986, p. 311).

Este trabalho pretende avaliar a “construção do imaginário” do Movimento dos Sem Terra do RS, entre oitenta e cinco e noventa e um. Tal recorte temporal abrange desde o surgimento do acampamento da fazenda Annoni e a realização do Iº Congresso

Nacional dos Sem Terra ao IIº Congresso Nacional dos Sem Terra, onde se consolida o lema “Ocupar, resistir e produzir”, e os dois principais momentos de enfrentamentos da luta pela terra no RS a partir desta orientação: a desocupação da fazenda Santa Elmira (março de oitenta e nove) – denominado de massacre da Santa Elmira – e o confronto da Praça da Matriz (agosto de noventa).

Os dois primeiros anos do acampamento da fazenda Annoni (oitenta e cinco a oitenta e sete) foram objeto da nossa dissertação de mestrado, tendo como base de análise um amplo conjunto de documentos escritos. Acreditamos que uma avaliação mais detida, a partir de um trabalho com fontes orais, pode enriquecer nossa análise.

Dois outros argumentos que apresentamos para justificar este trabalho são: por um lado, a importância dos questionamentos e redefinições pelas quais passou o campo das ciências humanas neste fim de século, trazendo a possibilidade de novos temas e novas abordagens, incluindo o desenvolvimento de uma “história do tempo presente”.

Por outro lado, o final da década de setenta e os anos oitenta trouxeram a emergência de uma pluralidade de movimentos e atores sociais que “exigem”, da universidade pública, uma avaliação mais pertinente. Em parte, estes movimentos já foram objeto de várias abordagens. Contudo, muitos trabalhos, em uma postura eufórica, superestimaram as potencialidades dos movimentos sociais e a profundidade das transformações protagonizadas. Estas análises apresentam perspectivas que, de um modo geral, não se confirmaram; ou, ao menos, suas conquistas foram bem mais modestas do que as propagadas. Passada a euforia dessas avaliações, devemos repensar os movimentos sociais na perspectiva de resgatar os seus significados e de contribuir na busca de seus objetivos de transformação social. Para tal, torna-se necessária a revisão de muitos dos pressupostos que guiaram estas experiências.

O nosso objetivo principal é a elaboração de uma estratégia metodológica para uma abordagem de como se constrói efetivamente o imaginário de um movimento social.

A atenção central é em relação aos aspectos organizacionais do Movimento Sem Terra. Esta escolha advém do papel fundamental que possui o processo de organização para o nosso objetivo de pesquisa, pois, como aponta GONH, “(...) é na organização que está a chave para o entendimento de como as mensagens são produzidas, elaboradas, divulgadas e difundidas.” (1997: 94).

Apesar de apresentar uma série de instigantes problemas, a questão agrária nas décadas oitenta e noventa não tem sido um objeto de investigações históricas suficientemente explorado. Em relação à questão no RS, o pequeno número de trabalhos é da mesma forma observado. Os trabalhos históricos resumem-se à tese de doutorado da Profª. IOKI (1990) e a duas dissertações de mestrado: MARCON (1990) e HOFFMANN (1997).

Contudo, apesar da pouca atenção por parte dos historiadores ao tema nas últimas duas décadas, este tem sido objeto de múltiplas abordagens. Há uma produção muito grande especialmente da parte de sociólogos, cientistas políticos, juristas, jornalistas, economistas e pedagogos. A incidência de obras sobre os dois temas que se entrecruzam na construção do nosso objeto de pesquisa é muito ampla e heterogênea. Terra e Igreja constituem-se em dois objetos extremamente vigorosos e de grande interesse. Por um lado, ambos são relacionados a diversos campos da sociedade e/ou do conhecimento. Em relação à terra, por exemplo, os trabalhos estendem-se pela economia, política, história, direito, sociologia, geografia, agricultura, entre outras áreas. Por outro lado, a diversidade destes trabalhos quanto a sua origem – acadêmicos, literários, políticos, jornalísticos, jurídicos, etc. –, quanto a seu posicionamento político/ ideológico, quanto a sua elaboração teórico/ metodológica, entre outras variáveis, é muito extensa.

Esta diversidade dificulta a elaboração de uma análise geral dessas obras, apresentando-nos a necessidade de agrupá-las em conjuntos mais uniformes, ainda que não-homogêneos. Inicialmente, agruparemos as obras em três blocos: um relativo à

questão da terra, outro à Igreja e o último em relação aos movimentos sociais. Cada um destes blocos será subdividido de acordo com os aspectos que abordam e a sua origem. Contudo, esta classificação é apenas uma orientação de análise, a qual não pretende prender-se a enquadramentos muito rígidos. Devido à amplitude da produção sobre o tema, mencionaremos ao longo do texto apenas as obras mais representativas, sendo que um inventário mais extenso se encontra nas referências bibliográficas.

Em relação aos **trabalhos que abordam a terra**, dividimos estas obras em quatro subgrupos com características distintas: em primeiro lugar, há um conjunto produzido por diversos mediadores da luta pela terra, órgãos e/ou intelectuais ligados à Igreja, a sindicatos, partidos políticos e outros segmentos: CÂMARA (1979), GÖRGEN (1991), Pe. JOSIMO (1986), STÉDILE (1997), STÉDILE e FERNANDES (1999), entre outras. Alguns destes trabalhos possuem grande rigor teórico e metodológico. Todavia, estes formam um conjunto muito heterogêneo na sua abrangência, nos seus propósitos ou no seu grau de engajamento. Estas obras nos são de grande importância, mas muito mais como fonte documental – seja no sentido de obter informações ou registrar as posições de seus produtores – do que como objeto para um diálogo teórico-metodológico.

Outro subgrupo de obras em relação a questão da terra tem um perfil diferenciado pela sua origem acadêmica: são dissertações de mestrado ou teses de doutorado: BERGER (1998), CALDART (1987), GEHLEN (1983 & 1991), LISBOA (1987), MARCON (1990), PEKELMAN (1990), RAMOS (1993), REGO (1988), SCHMITT (1992), STIVAL (1987), entre outras.

Ainda entre as obras de caráter acadêmico, encontra-se um conjunto de livros de professores e pesquisadores, geralmente ligados a instituições universitárias. Entre estes trabalhos, destacamos: BONFIM (1987), KLIEMANN (1986), LINHARES e SILVA (1999), MARTINS (1985, 1986, 1986b, 1989), MEDEIROS e LEITE (1999), NAVARRO (1996), VOESE (1997), entre outros.

Estes trabalhos são de grande relevância para nosso projeto. Por seu caráter acadêmico, possuem uma certa homogeneidade metodológica, apesar de abordarem aspectos distintos e com enfoques diversos. Estes são produtos de cientistas políticos, economistas, filósofos, jornalistas e sociólogos. Não pretendemos fazer uma avaliação individualizada de cada um, apenas ressaltar as principais contribuições que essas pesquisas trazem para este projeto. Proporcionam-nos elementos para avaliar a gênese da luta pela terra em seus aspectos socioeconômicos, os processos de luta e a construção de seus principais atores e elementos diversos (políticos, econômicos, culturais, entre outros) que estão envolvidos no processo.

Há, ainda, um terceiro conjunto de obras que abordam a formação da sociedade brasileira, nas quais a questão da relação entre a posse da terra e a política ocupa um lugar importante: CARDOSO (1962), FACÓ (1978), FAORO (1975), IANNI (1984), LEAL (1975), QUEIRÓS (1977), entre outras. Estes trabalhos, muitos considerados “clássicos”, propiciam-nos avaliar o papel que a posse da terra desempenha na sociedade brasileira ao longo de toda a sua história e, da mesma forma, no tempo presente.

Para fechar este primeiro bloco de obras referentes à questão da terra, há uma bibliografia extensa sobre o processo de capitalização ao qual a agricultura do país foi submetida na segunda metade do século XX, como: MARTINS (1985 & 1986), GRAZIANO DA SILVA (1981), GERMER (1988), SANTOS (1978), entre outras. Em relação especificamente a este processo no RS, podemos destacar os trabalhos de BRUM (1988), FOLLMANN (1979), HEIDRICH (1984), TAMBARA (1985), entre outros. Estes, sejam produzidos por historiadores ou outros cientistas sociais, possibilitam compreender o contexto no qual o nosso objeto de pesquisa e os principais elementos que estão em jogo se inserem. Contudo, sobre esta bibliografia, há que se considerar a avaliação de KLIEMANN, de que lhes falta uma perspectiva histórica que lhes permita identificar mais profundamente os processos históricos sobre os quais está estruturada a questão agrária:

“Alguns estudos mais recentes, no campo da sociologia, da economia e da ciência política, acreditam ser a luta pelo espaço o resultado da explosão demográfica, do fechamento da fronteira agrícola e da mecanização do campo nos anos 50. Tais considerações, acrescidas das que genericamente vinculam o aparecimento do problema agrário ao capitalismo, são corretas, mas, na ausência de uma perspectiva histórica, excluem determinadas análises de realidades necessárias à melhor compreensão do todo.” (1986, p. 12).

De forma geral, a questão da **participação da Igreja na luta pela terra** e/ou da influência da religiosidade encontra-se em situação muito similar à da luta pela terra, já abordada: a existência de uma grande produção de trabalhos de propaganda da reforma agrária e da “Igreja Progressista”, como: BARBÉ (1983), BETTO (1985), BOFF(1980), GOMES (1987), GÖRGEN (1985 & 1987), POLETO (1990), REGO e SILVA (1980), SOUZA e CARAVIAS (1988), entre outros. Estas obras, como o subgrupo similar em relação à questão da terra, apesar de possuírem um grau diversificado de rigor teórico e metodológico nas suas elaborações, têm mais um caráter de fonte documental para a nossa pesquisa.

Em relação às obras de caráter acadêmico que abordam a participação da Igreja nos movimentos sociais rurais, estas mais escassas que as do grupo similar sobre a luta pela terra, destacamos os trabalhos de BASSANI (1986), BENICÁ (1987), COSTELLA (1992), GAIGER (1987 & 1991), IOKOI (1990), entre outros. Entre as obras de caráter acadêmico destacam-se ainda um conjunto de trabalhos de pesquisadores publicados na forma de livros como: DOIMO (1984), LÖWY (1991), MADURO (1980), MAINWARING (1989), ROMANO (1979), entre outros.

Este último conjunto de obras oferece-nos elementos para avaliar as formulações teológicas da “Igreja Progressista”, a sua participação nos processos sociais, em particular na luta pela terra, as representações sociais que veicula nestes processos, as relações internas da Instituição, entre outros aspectos.

O terceiro bloco de trabalhos que vamos abordar está relacionado com os **movimentos sociais**. Não nos deteremos nas formulações teórico-metodológicas nos estudos destes movimentos, sejam urbanos ou rurais, nem a estudos de casos, apesar da importância destas duas temáticas. Nesta revisão, vamos nos ater aos balanços críticos realizados nos últimos anos sobre a produção referente ao tema.

Na década de setenta, e especialmente na de oitenta, no Brasil, ocorreu a emergência de um número muito significativo de movimentos sociais de diversas naturezas. Nas duas últimas décadas, produziu-se um conjunto amplo e variado de trabalhos abordando esses movimentos. Entre as avaliações críticas sobre a produção acadêmica a respeito dos movimentos sociais urbanos, destacam-se: CARDOSO (1983), DOIMO (1993), GOHN (1997), entre outras. Em relação aos movimentos sociais rurais, a produção de pesquisas sobre estes é igualmente volumosa, sobressaindo-se entre os balanços os trabalhos de BONFIM (1987), GRZYBOWSKI (1990), MEDEIROS (1989), entre outros.

A importância deste conjunto de avaliações críticas sobre os trabalhos de pesquisa relativos aos movimentos sociais para a nossa pesquisa configura-se por dois aspectos: por um lado, propiciam-nos elementos para uma avaliação comparativa entre os problemas de pesquisas sobre os quais estamos trabalhando e as formas de construção dos objetos e abordagens de outros pesquisadores. Esta avaliação comparativa envolve múltiplos aspectos dos objetos trabalhados: sua gênese, sua dinâmica, seus pressupostos políticos, as representações sociais dos atores envolvidos, as orientações teórico-metodológicas dos pesquisadores, entre outros aspectos possíveis de serem enfocados.

Por outro lado, estes balanços críticos instrumentalizam uma reflexão sobre a natureza, as potencialidades e os significados dos movimentos sociais. Muitos dos trabalhos realizados no final da década de setenta e nos anos oitenta, momento de “redemocratização” da política brasileira e de grande ascensão dos movimentos, adotaram

uma perspectiva de análise muito otimista em relação às novidades e às potencialidades destes, como atesta emblematicamente o título de uma obra muito influente neste período: “Uma revolução no cotidiano? Novos movimentos sociais na América do Sul” (SCHERER-WARREN e KRISCHKE, 1987). Passado este período de otimismo, as posturas têm sido mais críticas quanto às reais potencialidades destes movimentos. Outra reavaliação diz respeito às novidades que estes movimentos trazem à cena política. A corrente teórica de maior influência no Brasil nestas décadas foi a dos Novos Movimentos Sociais que, em sua própria denominação, destaca as novidades destes movimentos. Contudo, os cientistas sociais preocupam-se atualmente em avaliar quais são as novidades que efetivamente os movimentos trazem e quais as permanências em relação aos movimentos sociais “tradicionais”, como autoritarismo, clientelismo, burocratização e centralismo, por exemplo. Outro aspecto que vem sendo reavaliado é a relação destes movimentos com o Estado. No período de ascensão do movimentos sociais, foi uma postura comum vê-los como antagônicos ao Estado e impermeáveis à ação deste, desconsiderando a capacidade do Estado de influir diretamente nos movimentos. O título de um dos estudos deste período pode servir como metáfora para a forma como esta questão foi tratada, enfocando os movimentos sociais como estando “De costas para o Estado” (EVERS, 1983). Neste sentido, faz-se necessário investigar com maior profundidade, como aponta SCHERER-WARREN: “(...) em que medida as organizações da sociedade civil, nas relações que estabelece com o Estado, são modificadas por este ou comportam efeitos político-institucionais relevantes.” (1993, p. 24).

No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, estes balanços críticos levam-nos a refletir sobre as reconsiderações do caráter e as potencialidades dos movimentos sociais sobre os quais trabalhamos. Entre as reavaliações, o caso da “Igreja Progressista” é emblemático. De grande renovadora do catolicismo e revolucionadora da Igreja, no período de euforia, hoje, encontra-se isolada institucionalmente e com uma audiência social e influência sobre os movimentos sociais consideravelmente diminuídas.

Em relação ao MST, esta reflexão também é central nas nossas preocupações. Por um lado, as “novidades” políticas trazidas pelos Novos Movimentos Sociais e as permanências de práticas sociais tradicionais entrecruzam-se na luta pela terra, constituindo-se em um ponto de atenção importante, buscando elucidar o que há de novo e de tradicional no Movimento. Por outro, com um recuo significativo de muitos movimentos sociais e/ou sua reestruturação na forma de ONGs, com a institucionalização das práticas dos partidos de esquerda e com a maior visibilidade que a luta pela terra ganhou na década de noventa, o MST tornou-se uma espécie de ícone para um conjunto amplo de ativistas sociais, e mesmo para setores da intelectualidade de esquerda. Na nossa avaliação, ocorre uma idealização tanto do MST enquanto organização de movimento social, como das suas propostas e do seu potencial político, muito comum nas análises dos movimentos sociais urbanos dos anos oitenta.

Nesta tese, procuraremos analisar as relações entre a organização política e a produção e utilização de determinadas representações da luta pela terra, na construção do imaginário do Movimento dos Sem Terra (MST) do RS, no período de 1985/ 91. Neste intuito, trabalharemos três objetivos específicos:

- Avaliar como as transformações na organização da luta pela terra incidem sobre as representações utilizadas: luta sagrada/ luta política.
- Verificar a relação entre a rede de mediadores estabelecida pelo MST e a produção de representações da luta pela terra.
- Analisar a construção de um imaginário político classista pelo MST.

O tema deste trabalho insere-se no campo de investigação da história sociocultural, com enfoque central no imaginário. A estratégia de abordagem adotada propõe uma análise interpretativa da cultura, buscando desvelar, ainda que parcialmente, seus

significados, articulando o plano cultural com o contexto social e com o lugar ocupado por seus agentes.

Na tese, buscaremos, pela análise das condições de produção dos documentos, pela interpretação de seus conteúdos e pelo cruzamento de seus elementos, chegar ao imaginário social dos atores envolvidos no processo e ao jogo de interesses que este comporta. Entendemos que este processo está inserido em um plano de luta de classes, estando, por este plano, profundamente condicionado. Neste sentido, consideramos relevante a posição de GINZBURG, quando este afirma que “uma análise de classes é sempre melhor que uma análise interclassista” (1987, p. 32).

O pensamento histórico parece-nos avesso à calma, ou pelo menos, seus momentos de maior efervescência e fecundidade estiveram ligados e/ou precedidos de períodos de turbulências. A história, neste último quarto de século, tem passado por questionamentos importantes em relação ao seu estatuto e seu devir. Estes questionamentos, ao mesmo tempo, têm servido para “revitalizar” a produção historiográfica. Esta revitalização traz novamente ao centro do debate a preocupação dos historiadores com a teorização, muito longe de contentar-se com conceitos vagos e fluidos.

É no centro desta efervescência que se encontram os estudos do imaginário. Este “campo”, se é que ele já está bem delineado, emerge como resultado de, no mínimo, duas grandes insatisfações: por um lado, as insuficiências e inconsistências da história das mentalidades e, de outro, os descontentamentos com as versões simplificadas do marxismo e seus silêncios em relação à cultura.

O exemplo dos impasses a que chegou a história das mentalidades, em parte devido a sua grande bulimia e plasticidade, ao lado de suas ambigüidades e indefinições, traz para os estudos do imaginário um questionamento básico: quais as reais possibilidades de desvelamento da trama do social que este campo oferece? Certamente o imaginário não é o remédio para todos os males ou a fonte da juventude eterna para Clio. Neste sentido,

devemos ter cuidado com todos os tipos de ufanismo, e pensamos que a melhor defesa que se pode fazer de uma teoria é utilizá-la com critério. GEERTZ, discutindo as possibilidades da noção de cultura, afirma que algumas destas noções “surgem” com um avassalador potencial explicativo: “Entretanto, ao nos familiarizarmos com a nova idéia, após ela se tornar parte de nosso suprimento geral de conceitos teóricos, nossas expectativas são levadas a um maior equilíbrio quanto as suas reais utilizações (...)” (1989, p. 15).

Sobre o campo do imaginário, pesam muitas das críticas que foram dirigidas à história das mentalidades. Seus críticos alegam ser este apenas uma moda e fazer concessões fáceis ao mercado editorial e ao grande público. Mesmo que em algum nível isto ocorra, para nós não é uma questão central. Neste sentido, o fato de estar ou não na moda não esvazia o conteúdo e nem diminui a importância das contribuições trazidas pelo campo do imaginário, como afirma COLOMBO:

“Assim o uso freqüente do conjunto do imaginário social não deve ser considerado só como um efeito de moda senão fundamentalmente como um descentramento do pensamento moderno que anula a dicotomia essencialista entre o real e o imaginário para deslocar suas fronteiras recíprocas ao interior do espaço semântico da realidade.”(1993, p. 16).

Parece-nos que muitas das críticas dirigidas aos estudos do imaginário, e mesmo as dificuldades encontradas pelos seus próprios praticantes, advêm de não se perceber como é falsa essa dicotomia essencialista. Os processos de hominização e de constituição da sociedade só são compreensíveis como elementos constituídos a partir de um imaginário fundante ou radical, segundo CASTORIADIS: “A história é impossível e inconcebível fora da *imaginação produtiva* ou *criadora*, do que nós chamamos o *imaginário radical* tal como se manifesta ao mesmo tempo e indissolúvelmente no *fazer* histórico, (...)” (1986, p. 176). Esta formulação de Castoriadis aponta não só para a anulação da falsa dicotomia que opõe o imaginário ao real, mas para a indissociabilidade de ambos. Mais ainda,

segundo este filósofo, a existência deste imaginário radical ou fundante é condição *sine qua non* da existência da própria humanidade:

“Além da atividade consciente de institucionalização, as instituições encontram sua fonte no imaginário social. Este imaginário deve entrecruzar-se com o simbólico, do contrário a sociedade não teria podido ‘reunir-se’, e com o econômico/ funcional, do contrário ela não teria podido sobreviver. (...) O instituído já está presente, e a própria horda primitiva não é um fato da natureza; nem a castração das crianças do sexo masculino, nem a preservação do último nascido podem ser considerados como originando-se de um ‘instinto’ biológico (...), mas já traduzem a plena ação do imaginário (...)” (1986, p. 156-57).

Especificamente em relação ao nosso objeto de pesquisa, a distinção entre real e imaginário é, sem dúvida, im procedente. Neste sentido, basta lembrarmos de quantas constituições, planos econômicos e projetos de governo, entre outros, que são de fato obras imaginárias, com e sem ironia. Além disso, diversos autores têm apontado para a importância capital da legitimação, seja do poder ou de um contrapoder, por meios simbólicos. DUBOIS, aponta neste sentido, ressaltando como o discurso da oposição entre o real e o imaginário pode tornar-se um instrumento de poder:

“No campo da imaginação política, a oposição entre imaginário e real não é muito pertinente. Seria melhor falar em termos de poder estabelecido e alternativas para o seu estabelecimento. Se admitirmos que o poder é o real, a oposição a ele não está condenada ao irrealismo, mas somente a limitação dos seus projetos no presente.” (1995, p. 174).

Diversos outros pensadores têm dedicado grande atenção à relação entre o imaginário e a realidade social. Alguns destes autores têm trazido de fato contribuições consistentes aos estudos históricos, como BAZCKO (1986; 1991), BOURDIEU (1989; 1990; 1996), CHARTIER (1990; 1991) e GINZBURG (1987; 1990).

É importante ainda notar que a incorporação do imaginário no campo da história se dá no contexto da discussão da modernidade/ pós-modernidade. Os seus debates

envolvem, entre outras, questões como a perda dos referenciais e da falência das teorias globalizantes da história, com todos os problemas ainda não resolvidos que estas importam. Este contexto, aliado a uma imprecisão conceitual do imaginário, gerou grandes debates em torno de sua ‘relevância’. Apesar de a discussão em torno da crise da modernidade não se enquadrar no âmbito deste trabalho, devemos levar em conta uma premissa básica, como observa PESAVENTO em relação à Nova História Cultural: “O esgotamento do conceito de totalidade ou o fim dos dogmatismos não pode ser entendido como fim de um esquema de referências” (1992, p. 7).

Diversos autores que trabalham com o tema têm demonstrado preocupações constantes em definir um conceito de imaginário. Porém, ainda se está muito longe de chegar-se a uma definição conceitual aceita amplamente, sendo esta tarefa complexa, pois, como ressalta BAZCKO: (...) a complexidade dos problemas que se colocam ao estudo da imaginação social, seu caráter necessariamente pluridisciplinar e a diversidade das abordagens e tendências metodológicas que aí se cruzam e contrapõem”(1986, p. 308). Contudo, se há dificuldades para se chegar a uma definição conceitual do imaginário amplamente aceita, no que diz respeito à delimitação de sua abrangência, esta é, segundo PATLAGEAN: “O domínio do imaginário é constituído pelo conjunto das representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam.”(1990, p. 291).

Entre os diversos pensadores que também compartilham desta visão ampla do imaginário social está CASTORIADIS. Para este filósofo, “tudo que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele.” (1986, p. 142).

Assim como PATLAGEAN faz, é freqüente associar-se aos estudos do imaginário a noção de representação social como um caminho adotado na tentativa de definição conceitual, como aponta PESAVENTO: “O imaginário faz parte de um campo de

representações e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade.” (1993, p. 10). As representações, portanto, fazem parte do conjunto dos elementos que constituem o imaginário, mantendo com este uma relação que se manifesta através de imagens e discursos, pretendendo traduzir a realidade, dar-lhe sentido e criar uma noção de identidade. E, conforme BOURDIEU, tomando parte da estruturação da própria realidade: “(...) a reelaboração simbólica que um discurso efetiva é parte integrante da realidade social e, por esta razão, tal realidade é constituída, ou melhor, determinada pela própria atividade de simbolização”(1992, p. LX).

A psicologia social, principalmente a de origem europeia, tem dedicado já há algum tempo, grande atenção ao processo representacional. Não é pertinente, neste trabalho, um aprofundamento das contribuições que esta disciplina pode trazer aos historiadores. Contudo, gostaríamos de ressaltar as funções que as representações sociais cumprem, segundo ABRIC:

“Funções de saber: elas permitem compreender e explicar a realidade. (...). Por outro lado, elas facilitam – e são mesmo condição necessária para – a comunicação social.(...) Funções identitárias: elas definem a identidade e permitem a salvaguarda das especificidade dos grupos (...). A referência às representações como definindo a identidade de um grupo vai, por outro lado, desempenhar um papel importante no controle social exercido pela coletividade sobre cada um de seus membros,(...). Funções de orientação: elas guiam os comportamentos e as práticas. A representação intervém diretamente na definição da finalidade da situação, determinando, assim, a priori, o tipo das relações pertinentes para o sujeito (...). A representação produz igualmente um sistema de antecipações e de expectativas, constituindo, portanto uma ação sobre a realidade: (...). Funções justificatórias: elas permitem justificar a posteriori as tomadas de posições e os comportamentos (...).” (1994, p. 15-18 – Tradução do autor.).

Evidentemente, esta reelaboração simbólica não ocorre em liberdade absoluta, estando vinculada incondicionalmente ao plano social. Neste sentido, uma das tarefas de

uma abordagem a partir do imaginário constitui-se precisamente na busca de desvelar estas articulações pois, como alerta DOSSE: “O perigo da historiografia atual está no fato de que ela pode se contentar em descrever as variações das representações sem preocupar-se em mostrar como elas se articulam com o real histórico.” (1992, p. 210).

Como afirma PATLAGEAN, o campo do imaginário recobre toda a atividade social, “nada é senão o campo inteiro da experiência humana”, sendo que a sua produção e manejo abrangem múltiplas esferas da vida social, notadamente os mitos, as religiões, as utopias e as ideologias, constituindo-se em uma tarefa primordial de qualquer estrutura social, principalmente no que tange à legitimação da ordem social e do poder político.

É freqüente a associação das diversas esferas do imaginário e a utilização simultânea de suas linguagens pelos grupos sociais, para obter determinados intuítos, como a utilização dos discursos religiosos para justificar uma ação política. O imaginário social, por meio destas múltiplas esferas, cumpre, também, múltiplas funções, como aponta BAZCKO:

“(...) através dos imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade, elabora uma percepção de si, estabelece a distribuição dos papéis e das funções sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de bom ‘comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores, (...)” (1986, p. 309).

A definição destas funções do imaginário social pode indicar algumas maneiras pelas quais os indivíduos e os grupos sociais se relacionam com as representações. Os sistemas simbólicos são instituídos a partir das experiências destes (a noção de experiência é fundamental, tanto para E. P. Thompson, quanto para Bourdieu, na constituição do *habitus*/ práticas incorporadas), mas necessitam também atender seus desejos, interesses e

aspirações, os quais, em grande parte, são produzidos pelo próprio processo de interação². Neste sentido, trabalhando com a noção de habitus³, BOURDIEU refere-se a que, olhando retrospectivamente para determinados eventos históricos, parece que os atores fizeram a “única coisa a fazer”(1990, p. 23).

A aceitação por uma coletividade e a eficácia dos sistemas simbólicos vão depender da existência de uma “comunidade de imaginação” (ANDERSON, 1997; BAZCKO, 1986). Assim como o imaginário compreende relações de múltiplas esferas, os símbolos podem invocar múltiplos elementos, dependendo do capital simbólico possuído por cada grupo, ou mesmo, indivíduo. Neste sentido, devemos fazer duas observações: por um lado, o compartilhamento de uma mesma posição social, definida por Bourdieu como homologia de posição, vai influenciar nas representações dos grupos sociais. JODELET também trabalha nesta perspectiva quando afirma que: “(...) o fato de partilharem uma mesma condição social (a condição obreira) se acompanha de uma relação com o mundo, de valores, modelos de vida, de obrigações e desejos específicos, produto dos efeitos sobre a forma de conceber a cultura.” (1994, p. 50).

Por outro lado, essa comunidade de interesses, identificação entre o símbolo, o objeto invocado e a homologia de posição, não basta para estabelecer os mecanismos de ação dos símbolos em relação aos indivíduos. Há que se considerar ainda, o fato de que, para indivíduos dentro de um mesmo grupo, um determinado símbolo pode ter significados diferenciados. A ação de um símbolo compreende múltiplos apelos, como

² “A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.” (THOMPSON, 1992, p. 10).

³ “(...) um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, (...)” (1992, p. XLI).

acentua EPSTEIN, pois passando “por cima da apreensão apenas inteligível (racional), o símbolo apela à apreensão emocional, inconsciente e arquetípica.” (1985, p. 73).

Para finalizar estas considerações a respeito das representações, devemos registrar que há uma perspectiva de considerá-las como estruturas arquetípicas, esvaziando seu conteúdo sócio-histórico e profundamente dinâmico. Neste sentido, WINDISCH afirma que “(...) as representações sociais não têm o caráter estático que lhes têm sido às vezes atribuído; elas são fundamentalmente móveis, dinâmicas; elas vivem se atraindo, se repelindo e dando nascimento a novas representações.” (1994, p. 177 – Tradução do autor.).

O estudo do imaginário de um movimento social pode revelar muito do jogo de interesses que este comporta e do contexto em que está inserido. Devido à abrangência e as funções desempenhadas pelo simbólico, e ao fato de que, como salienta BAZCKO, “(...) os bens simbólicos que as sociedades produzem não são ilimitados” (1986, p. 309), este se constitui em um campo social disputadíssimo, no qual os homens investem seu capital social, seja de que natureza for. Além disso, há uma profunda relação entre as posições ocupadas pelos indivíduos nos diferentes campos, exigindo, pois, uma articulação dos estudos do imaginário com contextos mais amplos e com outras esferas do social. Estas relações podem ser apreendidas por meio da noção de capital social, como afirma BOURDIEU:

“Todo campo é lugar de uma luta mais ou menos declarada pela definição dos próprios princípios legítimos de divisão do campo. (...) a força simbólica das partes envolvidas nessa luta nunca é completamente independente de sua posição no jogo, (...). O que está em jogo no campo simbólico, em última análise, o poder propriamente político.” (1989, p. 150).

Trabalhar com a noção de imaginário como estratégia de abordagem de determinado processo social apresenta inicialmente duas questões para os historiadores:

como não perder o sentido da totalidade do social? E como tornar o estudo do imaginário um instrumento de desvelamento da complexidade do social?

Na busca de dar conta de seus objetivos, os historiadores têm recorrido ao auxílio de outras disciplinas. Ao longo de sua existência, Clio sempre teve seus pares preferenciais. O que tem variado durante as suas diversas fases são justamente estes parceiros (SCHORSCKE, 1990, p. 5-23). Os estudos do imaginário têm estabelecido diversas alianças – algumas novas, outras nem tanto – e aberto diversos caminhos de trabalho. Seja pela natureza do nosso objeto de estudo, seja pela problemática que nos envolve, fizemos a opção de trabalhar a partir de uma aproximação com a sociologia, visto que trabalhamos com um movimento social. Outras aproximações importantes, na tentativa de darmos conta de nossos objetivos, é com a antropologia cultural, principalmente as suas fundamentações para trabalhar com os símbolos e os rituais; e com a psicologia social, quando esta se relaciona as representações sociais.

Para darmos conta dos objetivos desta pesquisa, articulamos dois campos importantes e complexos de análise do social: as teorias interpretativistas da cultura e a teoria da mobilização política.

Em relação às **teorias interpretativistas** da cultura, a influência de GEERTZ é significativa. A sua noção de cultura e de interpretação tem repercutido não só na antropologia cultural, mas também entre os pesquisadores de outras disciplinas. O autor afirma que o seu conceito de cultura “(...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado à teia de significados que ele mesmo teceu, assumo cultura como sendo essa teia e sua análise.” (1989, p. 15). A partir dessa definição da noção de cultura, GEERTZ define a tarefa de sua antropologia cultural como: “(...) uma ciência interpretativa, à procura de significado. É justamente a explicação que eu procuro.” (1989, p. 15).

Outra perspectiva interpretativista de grande impacto no campo das ciências sociais tem sido a de E. P. THOMPSON. Este, trabalhando dentro da perspectiva marxista, levantou-se contra os dogmatismos e reducionismos. Ao longo de toda a sua carreira de historiador, assumiu a tarefa de preencher os ‘silêncios’ do marxismo, principalmente por integrar uma análise da cultura e da ação humana. Para TRIMBERGER, uma chave importante da aproximação interpretativista de Thompson é o relacionamento dos fatos históricos com a teoria. Na sua concepção, esse autor vê a história:

“(...) não para aplicar qualquer teoria pré-dada ou produzir uma teoria geral fixa, mas para utilizar idéias teóricas em diálogo com a evidência, para interpretar processos históricos particulares. (...) O teórico esquece que o sujeito tem conceitos e valores que também são importantes.” (1984, p, 229 – Tradução do autor.).

Esta última argumentação condensa uma das preocupações centrais dos historiadores neomarxistas ingleses: a necessidade de desenvolver um método de abordagem capaz de revelar as formas pelas quais sujeitos determinados experienciaram as transformações estruturais da sociedade inglesa, a partir de seus referenciais culturais. Neste sentido, para THOMPSON:

“(...) homens e mulheres retornam (para a teoria) como sujeitos, não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas experienciando suas determinadas situações e relações produtivas, mas com necessidades e interesses e com antagonismos, e assim ‘manuseando’ estas experiências dentro de sua consciência e cultura, (...)” (1981, p. 253).

Como apontam muitos críticos de Geertz e Thompson, existe a necessidade de se encontrar um ponto de equilíbrio entre uma análise estrutural da sociedade e o papel que os processos culturais desempenham nesta. Neste sentido, MICELI aponta o propósito de uma análise cultural: “(...) a intenção não é elaborar uma teoria culturalista da sociedade, mas sim mostrar o processo histórico das lutas entre as classes e grupos sociais, responsáveis pela imposição de uma ‘cultura’ particular” (1992, p. LII).

Nos anos noventa, a **teoria da mobilização política** — desenvolvida na sociologia norte-americana, influenciada pela corrente teórica européia dos Novos Movimentos Sociais e pelos historiadores neomarxistas britânicos —, destacou o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura foi reativado e a interpretação da ação coletiva foi enfocada como processo. Segundo GONH:

“Passou-se a focar a estrutura de oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandatários, e a aplicar a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores dos movimentos. Ou seja, a linguagem, as idéias, os símbolos, as ideologias, as práticas de resistência cultural, tudo passou a ser visto como componentes dos conflitos expressos nos discursos, numa análise menos preocupada com a desconstrução de textos e mais interessada nos símbolos e idéias presentes naqueles discursos, enquanto veículos de significados sociais que configuram a ação coletiva.” (1997, p. 69-70).

Em relação à teoria da mobilização política, acreditamos que ela possa nos dar diversos *insights* para compreender a dinâmica da produção e veiculação das representações da luta pela terra, pois, como TARROW afirma, “(...) os símbolos culturais não são automaticamente símbolos mobilizadores e que necessitam de agências concretas que os transformem em *frames*, marcos referenciais significativos” (1994, p. 133 – Tradução do autor.). A opção por esta aproximação vai no sentido de procurar construir um instrumental metodológico que nos possibilite ir além do caráter descritivo, muito presente nos trabalhos do campo imaginário.

Uma preocupação central, nesta aproximação, é a necessidade de construir um instrumento de análise que possibilite a apreensão do processo de construção e difusão das representações do MST; também a de analisar como a estruturação do Movimento nos moldes de uma organização leninista vai incidir na produção destas representações, entendendo que neste contexto interagem múltiplos atores. Desta forma, analisando-se ao longo de dez anos, perceber quais elementos contribuem para a construção de um imaginário da luta pela terra de cunho ético-religioso, até a sua transformação em um

conjunto de representações político-classistas, da cruz à bandeira. BAZCKO, analisando a construção do mito revolucionário na França, aponta que: “Estudar a mudança revolucionária sob este aspecto equivaleria elaborar todo um programa de investigações sobre a sociologia da produção e da difusão do imaginário revolucionário (...)” (1991, p. 97).

Evidentemente que cabe ao historiador estar vigilante para que nestas relações estabelecidas com a antropologia, a psicologia social e a sociologia, mantenha sua preocupação fundamental com o movimento histórico, com as transformações ao longo do período. Pois, como afirma THOMPSON: “Estas são questões históricas. Se detivermos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências.” (1992, p. 10) Além de esta vigilância ser uma necessidade permanente, trabalhar com a história do tempo presente agrega mais complexidade a esta questão, como aponta BERSTEIN: “A segunda questão é de saber se a história do tempo presente é uma história específica, diferente das outras, tendo seus métodos próprios que a aproxima talvez mais das ciências sociais que nos outros períodos da história.” (1992, p. 54 – Tradução do autor.).

CAPÍTULO I

MST: a construção de uma Organização de Movimento Social

“O Movimento tem crescido em número de participantes e na complexidade de suas ações. Torna-se necessária, portanto, uma estrutura que vá além da organização interna de um acampamento ou de um assentamento.” (MST, deliberações, 1986).

“Gilmar Mauro afirma que a estrutura e a determinação do MST tem pouco a ver com os partidos de esquerda e muito com a Igreja Católica: ‘Nós trouxemos para o Movimento três coisas boas da Igreja. A primeira é trabalhar a simbologia, a mística de trazer o futuro para o presente. A segunda é o vínculo com a base. O terceiro aspecto é o espírito missionário. Nós nos vemos como sacerdotes que estamos cumprindo uma missão política.’ (Rev. República, dez. 1996).”

Após quase duas décadas de regime militar, a sociedade civil brasileira intensifica a movimentação política e a contestação social. No final dos anos setenta, o movimento pela anistia e as greves operárias do ABC paulista são as suas faces mais visíveis. Mas, mesmo com os canais políticos tradicionais bloqueados, concomitantemente se deflagra

uma série de mobilizações por “serviços” urbanos e contra a carestia do custo de vida. Este conjunto de mobilizações inicia um ciclo ascendente de protestos ⁴ que se intensificará na década seguinte.

Na nossa avaliação, o grande dinamismo e impacto que as diversas lutas pela terra terão ao longo dos anos oitenta, só podem ser compreendidos se vistos neste contexto mais amplo. Não está nos limites desta tese elucidar estas relações da luta pela reforma agrária com a vida política nacional. Contudo, este pano de fundo não pode ser perdido de vista, sob pena de se perder a devida dimensão do incipiente movimento e das diversas motivações que a este afluem. Quanto à articulação das lutas pela terra com outras lutas do meio rural, será analisada no item I.2, por meio da noção de “campo dos conflitos agrários”.

No que tange às lutas pela terra, o acampamento de Encruzilhada Natalino – Ronda Alta (RS) – transformou-se em um símbolo nacional de resistência ao regime, principalmente após a equivocada intervenção militar, em agosto de oitenta e um. Isto possibilitou, entre outras circunstâncias, a criação um comitê de apoio aos acampados, subscrito por mais de trezentas entidades civis e religiosas, que se articulam tanto para apoiar os acampados, como para contestar a ditadura.

No mesmo momento em que emerge o acampamento de EN – dezembro de oitenta –, a luta pela terra ressurgiu em diversos outros pontos do país: acampamentos, ocupações de terras, lutas de atingidos por barragens, lutas de posseiros, acampamentos de “brasiguaios”, entre outras. Os casos de maior impacto são as ações dos agricultores que foram desalojados para a construção da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, e a ocupação da

⁴ “O choque entre os primeiros desafios e as autoridades revelam os pontos fracos da últimas e a resistência dos contestadores, permitindo mesmo a atores sociais tímidos alinharem-se em um lado ou outro. Durante tais períodos, as oportunidades criadas pelos primeiros levantes providenciam incentivos para a organização de novos movimentos. Também resulta que quando grupos têm ganhos, incentivam outros a procurarem resultados similares.” (TARROW, 1994, p. 24 – Tradução do autor.).

fazenda Burro Branco, no oeste catarinense, em oitenta. No período entre o ano de setenta e sete e julho de oitenta e um, a CPT Nacional registrou novecentos e dezesseis conflitos por questões de terras, envolvendo duzentas e cinquenta e uma mil famílias (CNBB, 24/09/ 81). Há que se considerar, ainda, que estes números se referem aos casos em que ocorrem algum tipo de registro, quando na realidade a ocorrência de conflitos é considerada pelos pesquisadores do tema como mais ampla.

A construção do MST como uma organização consistente de âmbito nacional, seria incompreensível sem estas experiências iniciais e a firme determinação das lideranças destas lutas e de seus mediadores, bem como dos diversos apoios obtidos de personalidades, movimentos e/ou instituições rurais e urbanas, inclusive internacionais. Entre os elementos constitutivos dos imaginários correntes no MST, as experiências de luta estão sempre presentes. Estas são referenciadas principalmente como forma de estimular a adesão e o fortalecimento das lutas. Os mediadores e o incipiente movimento procuram mostrar que a luta e o protesto social trazem resultados concretos, como consta na cartilha “O MST é você”:

“Já em 1978 companheiros nossos faziam a conquista de um pedaço de terra em Bagé. Eles tinham sido expulsos das reservas indígenas de Nonoai e acampado na estrada. Em 1979 ocupamos as fazendas Brilhante e Macali, no município de Sarandi. Em 1980 realizamos o acampamento de Encruzilhada Natalino.” (1987).

A construção do Movimento em nível nacional inicia-se em oitenta e dois, articulando diversas lutas existentes, unificando inicialmente doze estados, ampliando este número no correr dos anos seguintes. Esta articulação condensa diversas experiências de lutas em andamento, com seus aliados mais constantes: a Pastoral da Terra e setores do sindicalismo rural. São realizados diversos encontros de lideranças, mediadores e assessores, até a organização do Iº Congresso Nacional dos Sem Terra, em janeiro de oitenta e cinco. A primeira articulação nacional acontece em setembro de oitenta e dois,

em Goiânia, sendo precedida por encontros regionais, como o ocorrido em Medianeira (PR), como noticia o Boletim Sem Terra:

“O encontro regional, onde participam 20 sem terra de cada Estado, deverá ser realizado no município de Medianeira, estado do Paraná. Contará, ainda, com a participação de representantes de sindicatos de trabalhadores rurais e comissões pastorais da terra destes estados.” (jun. 1982).

Na efetivação de uma articulação nacional, diversas formas de contato e divulgação são utilizadas. Uma das deliberações do Iº Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em janeiro de oitenta e quatro, em Cascavel/PR, foi a transformação do Boletim Sem Terra (BST) em boletim regional e, logo depois, no Jornal dos Sem Terra (JST). Aliás, o desenvolvimento do jornal é um bom exemplo do processo de organização do Movimento: criado no início de oitenta e um, em Porto Alegre, como órgão de divulgação da luta dos acampados de Natalino, este é elaborado e editado pelos mediadores da luta; no ano seguinte vira boletim regional, em meados dos anos oitenta é transformado em jornal, já de caráter nacional, viabilizado pela incipiente organização e sediado em São Paulo.

Este é um período de intensa “organização do povo”, com muito trabalho de base no sentido de “conscientizar o povo”. Esta metodologia impulsionada pelos setores progressistas da Igreja Católica, inspirados pela Teologia da Libertação, é muito marcante também na articulação das lutas pela terra. Os fóruns são preparados com antecedência em encontros de base e encontros intermediários: “A organização vem sendo feita através de encontros preparatórios, já realizados nas regionais do Sul, Norte e Nordeste. Os trabalhadores rurais dos estados do Piauí, Maranhão, Goiás e Rio de Janeiro realizaram encontros estaduais e também estão preparados.” (BST, set. 1982).

No nível político-organizacional, a principal resolução do Iº Encontro Nacional aponta para a construção de um movimento autônomo de trabalhadores rurais, inclusive

em relação aos seus próprios apoiadores: “- Organização autônoma dos sem-terra: **caminhar com as próprias pernas**; - Os sem-terra são **os donos do movimento**; - Contam com o **apoio** (grifo nosso) dos STR’s, CPT, ABRAS, etc..” A Central Única dos Trabalhadores (CUT – fundada em oitenta e três) é muito mencionada, apontando já para uma perspectiva de luta mais ampla que a conquista da terra: “A CUT se propõe a unir os trabalhadores da cidade e do campo na construção de uma sociedade mais justa.” (MST, 1984).

Uma outra deliberação importante do Iº Encontro foi a definição do papel dos aliados na luta. No tocante à CPT, esta é considerada como fundamental, mas o seu “papel” é definido mais como intelectual do que como dirigente do movimento, função que vinha cumprindo até então em muitos lugares. Aqui devemos fazer duas considerações: por um lado, há muitas diferenças regionais no que tange à relação entre os sem-terra e os seus mediadores; por outro, esta é mais uma meta a ser alcançada do que uma realidade efetiva para o Movimento nascente. No item denominado “Nosso relacionamento com nossas entidades”, o Encontro define dois papéis a serem desempenhados pelos mediadores religiosos:

“1º. Pedir cursos de formação de lideranças e continuar um trabalho conjunto, pedindo assessoria e apoio nos momentos decisivos, como: assembleias, audiências, ocupações e despejos.

2º. Que a CPT continue divulgando o trabalho dos sem-terra e ajudando na elaboração de materiais.” (MST, 1984).

Entre as deliberações do Iº Encontro Nacional, uma vai demandar grande atenção e esforços dos mediadores e das lideranças dos sem-terra: a realização do Iº Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em janeiro de oitenta e cinco, em Curitiba. Aqui é importante observar uma diferença de caráter e objetivos entre estes dois eventos pioneiros: o Iº Encontro, em Cascavel, é mais um fórum deliberativo, com um número limitado de delegados, os quais passaram por um processo de preparação de base.

Neste definem-se as formas de articulação e organização dos sem-terra, bem como suas principais orientações políticas.

Já o Iº Congresso é organizado para ser uma demonstração de forças do Movimento, e menos um fórum de deliberações. Em Cascavel são definidos dois objetivos principais e interligados para este: por um lado, pretende-se dar um caráter de massas e visibilidade pública à organização nascente, fortalecendo assim a luta pela terra, procurando dar-lhe um caráter nacional. O Congresso reuniu em Curitiba mil e quinhentos trabalhadores rurais sem terra, entre delegações numerosas ou representantes de vinte e três estados, mais delegados de cinco países latino-americanos:

“A finalidade, como explicam os organizadores, não é provocar discussões sobre a problemática agrária e fundiária do Brasil, mas principalmente mostrar a opinião pública a força e o grau de organização no campo e denunciar a situação de exploração e miséria enfrentada pelos 14 milhões de sem-terra espalhados pelo País.” (Jornal do Comércio, 24. 01. 85).

Este objetivo complementa-se, por outro lado, com a inserção dos sem-terra no cenário político nacional, em um momento político chave: após duas décadas de ditadura militar, no final de oitenta e três iniciam-se as manifestações por eleições “Diretas Já”, para presidente da República, atingindo grandes proporções no primeiro semestre do ano seguinte. A Aliança Democrática, que indiretamente elegeu Tancredo Neves presidente, colocava a reforma agrária como um ponto importante no seu programa. O governo da “Nova República” chegou a criar o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), designando para ministro deste Nelson Ribeiro, e nomeando José Gomes da Silva para o INCRA, ambos pessoas de prestígio junto à Igreja e à CONTAG. José G. da Silva é inclusive um dos membros mais destacados da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). Tancredo Neves, durante a Campanha, chegou a afirmar que estaria presente no Iº Congresso, fosse na condição de presidente ou de cidadão, caso não se elegeisse. As lideranças dos sem-terra e seus principais mediadores – CPT e CUT –

expressam claramente este objetivo, em uma entrevista coletiva conjunta: “Unificar a luta pela terra no País que inicia novo ano com o primeiro presidente civil da República, depois de 20 anos de autoritarismo.” (ZH, 24. 01. 85).

Tancredo Neves não participa efetivamente do Iº Congresso, o que talvez possa ser considerado já um prenúncio de como a questão seria tratada em seu governo. De qualquer forma, nas avaliações das lideranças, mesmo antes do não-comparecimento do presidente, já se expressa uma postura de participar do jogo político nacional e, ao mesmo tempo, reforçar-se, internamente e junto à opinião pública, para obter maiores condições de pressão: “Com a eleição de Tancredo Neves, as esperanças de que a reforma agrária seja posta em prática no país cresceram, admitiu Darci Maschio⁵, abrindo um largo sorriso ao lembrar que os sem-terra têm conseguido fazer a reforma agrária ‘na marra, se não é na lei’.” (ZH, 24.01.85). No início de oitenta e cinco, o Governo lança com grande alarde um anteprojeto do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A discussão do PNRA posiciona a questão agrária como uma das mais importantes na cena política nacional, sendo objeto de discussões em diversos espaços, inclusive urbanos. O MST participa como representante legítimo dos sem-terra, o que demonstra que alguns objetivos do Iº Congresso foram atingidos, pois, pela primeira vez, é reconhecido como ator social credenciado a participar do jogo político nacional, em discussão direta com os órgãos do Estado.

Na avaliação histórica que o Jornal Sem Terra fez, antecedendo a realização do IIº Congresso Nacional, são ressaltadas três contribuições importantes do Iº Congresso: além do caráter estratégico para unificar e impulsionar a luta, a compreensão de que o

⁵ Darcy Maschio, natural de Tiradentes, região de Três Passos, foi liberado pela CPT para a organização do MST na região, recebendo uma ajuda de custo e tendo suas despesas custeadas pela Pastoral. Ocupou a fazenda Annoni. Como muitos dos dirigentes do MST, começou sua militância nos movimentos da Igreja: “Eu particularmente era ministro da Eucaristia”.

Movimento é herdeiro do processo de lutas anteriores e a necessidade da definição de uma identidade político-social:

“Fortalecer nossa identidade: (...) O Congresso foi o resultado de uma trajetória iniciada com as lutas da fazenda Macali e Brilhante (RS), da fazenda Burro Branco (SC), dos atingidos pela barragem de Itaipu, etc.. No processo de articulação dessas lutas nasceu uma identidade, um movimento, que se caracteriza pelo nome Sem Terra. Essa expressão não é um simples nome. É a expressão de uma força social na luta pela reforma agrária.” (jun. 1989).

Contudo, se o objetivo era dar uma dimensão nacional ao Movimento, este foi alcançado apenas parcialmente. As avaliações e deliberações do Iº Congresso apontaram que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra não era, ainda, um movimento de abrangência nacional, tendendo para isso, mas ainda não havia alcançado, em termos reais, essa dimensão. Nem mesmo o fato de este Congresso ter sido denominado de “nacional” significa que, de fato, o Movimento estivesse nacionalmente organizado. Ao contrário, a própria direção constituída tinha representantes de apenas dez estados, quando no Congresso estavam presentes trabalhadores de vinte e três estados. Isto aponta que o movimento estava em processo de tornar-se nacional e que este fórum deve ser visto como um momento privilegiado e forte desse processo de articulação, e não como a expressão e resultado de um movimento já constituído.

O Iº Congresso contou com grandes delegações dos estados do Sul e com representantes dos estados do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Em consequência disso, houve maior peso e controle dos sem-terra do Sul no evento e na primeira direção. De certa forma, inevitável, por ser expressão “natural” daquele estágio de organização do Movimento.

A luta pela terra no Brasil apresenta algumas especificidades regionais bem marcadas. As diferentes formas de inserção socioeconômicas e políticas entre sem-terra, posseiros, assalariados ou diaristas, entre outras, das diversas regiões do país, concorre

para que os camponeses tenham histórias, experiências e até traços culturais diferentes. O incipiente Movimento encontrou aí um grande desafio político: articular as diversas experiências de luta pela terra e de organização existentes nas diferentes regiões do país, sem sufocá-las em nome da ‘unificação’.

Na programação do Iº Congresso estão presentes, ainda, dois temas que são objetos de discussões específicas durante a programação, o que revela uma preocupação do Movimento com estes, já no seu nascedouro: as questões relativas aos assentados e à participação das mulheres na luta pela terra⁶.

Juntamente com o processo de organização do Movimento nacionalmente, inicia-se uma série de contatos e trocas de experiências em nível internacional. O Boletim Sem Terra de janeiro de oitenta e cinco faz um balanço dos intercâmbios do ano anterior, com duas participações em encontros de trabalhadores latino-americanos e duas viagens internacionais, já propondo uma terceira para a Nicarágua: “No início do ano de 1984, o lavrador Darci Maschio, da Comissão Estadual do Movimento Sem Terra do Rio Grande do Sul, esteve em Lima, no Peru, reunido com trabalhadores latino-americanos.” (jan. 1985). As notícias e relatos de viagens de dirigentes do Movimento são freqüentes no Jornal, bem como o recebimento de visitas de dirigentes de outros países latino-americanos.

As lideranças do emergente Movimento passam a ter contato com muitas das ricas experiências de lutas e revoluções camponesas da América Latina, inclusive as nicaragüense e salvadorenha em curso. Esta série de contatos e viagens tem repercussão no imaginário dos sem-terra, nas representações que vão construindo e nas formas de

⁶ “Uma entre os trabalhadores que já conquistaram a terra, para apresentarem suas reivindicações específicas (...) A outra será entre mulheres, que debaterão as formas de integração na luta.” (J. Estado PR, 13. 01, 85).

organização que adotam. Neste sentido, é importante observar, em uma declaração de STÉDILE⁷, o destaque que este atribui a estas trocas de experiências na questão organizacional:

“O que mais apreendemos com as organizações camponesas que nos antecederam, no Brasil e na América Latina, foi que no desenvolvimento do movimento, apesar de ser camponês e possuir um caráter social, deveríamos nos preocupar em aplicar alguns princípios organizativos.” (1999, p. 39).

Por ocasião da realização do Iº Congresso, em Curitiba, o Movimento recebe visitas de apoio de delegações de organizações camponesas de cinco países do continente. É importante notar que estas representações vêm de alguns países onde os camponeses historicamente têm grande tradição de participação política, como são os casos do México e do Peru:

“O I Congresso Nacional dos Sem Terra serviu para fortalecer a articulação entre os trabalhadores rurais da América Latina. Os delegados do Peru, Equador, Bolívia, México e Paraguai participaram intensamente dos debates e foram muito solicitados pela imprensa brasileira.” (Jornal do Comércio, 1º.02. 85).

O intercâmbio com estas diversas experiências de lutas camponesas vai contribuir para alterar as representações da luta pela terra. A partir desta série de contatos, há uma ampliação da percepção da questão agrária como um problema latino-americano, não apenas de determinados grupos de sem-terra. Esta dimensão da luta pela terra traz a necessidade de uma compreensão mais profunda de suas causas e, ao mesmo tempo, a necessidade de uma articulação das organizações camponesas dos diversos países do continente: “(...) os problemas são comuns ao homem latino, na luta pela terra, liberdade e trabalho.” (Jornal do Estado, 1º.02.85). A política agrária passa a ser relacionada com a

⁷ João Pedro Stédile é formado em Economia pela PUC/ RS, com pós-graduação na UNAM (México). Assessorou a Comissão Pastoral da Terra e trabalhava como funcionário da Secretaria de Agricultura do RS quando ajudou a fundar o MST, sendo seu dirigente durante todo esse período.

inserção dependente da América Latina na economia internacional, como é sintetizado nas “Normas Gerais do MST”, estabelecidas em oitenta e oito:

“Significa que compreendemos que grande parte dos problemas que os trabalhadores possuem no Brasil, são também consequência do imperialismo que afeta a todos os países da América Latina, e que devemos nos articular especialmente com os camponeses da América Latina, para nos unir e **aprender com sua experiência** (grifo nosso) histórica.”

Um elemento importante que esta ampliação da percepção da luta pela terra reforça é a compreensão da questão agrária como uma questão política, como uma questão do poder na sociedade, ultrapassando os limites da luta corporativa por um pedaço de terra, como é veiculado no Jornal Sem Terra: “Alguns têm a visão de que a luta pela terra é a luta política pelo poder. Não adianta só conquistar a terra, porque se eles não tiverem poder, vão acabar perdendo a terra’.” (jan. 1985).

A compreensão da necessidade de uma articulação entre os camponeses do continente não fica apenas na retórica. O MST, por um lado, vai adotar alguns encaminhamentos para que esta questão seja, de fato, uma tarefa do Movimento, e não fique apenas em viagens de alguns dirigentes, ainda que a eficácia destas determinações aparentemente seja apenas parcial. O documento “O MST é você” traz essa orientação:

“A Executiva Nacional deverá desenvolver todos os esforços para que a política de relacionamento com o exterior tenha participação de todas as instâncias do Movimento e de todas as regiões, fazendo com que a solidariedade e o intercâmbio internacional, seja uma prática de todo o Movimento e não apenas das instâncias de direção.” (1987, p. 10).

Por outro lado, para efetivar essa deliberação, o Movimento organiza uma série de atividades de apoio e solidariedade política à Revolução Sandinista na Nicarágua, que se tornara vitoriosa no final da década de setenta, e nos anos oitenta vai sofrer a agressão de grupos de contra-revolucionários, apoiados política e militarmente pelos Estados Unidos.

Ainda que algumas ajudas fiquem mais no plano simbólico, elas são um gesto político concreto, feito sob um discurso anticapitalista e antiimperialista. Entre as resoluções do 5º Encontro Nacional do MST está a realização de uma “campanha de solidariedade à Nicarágua”, que deve envolver todos os estados onde o Movimento estiver organizado, como é referido no Jornal Sem Terra: “Aprovada a idéia da campanha de semente e os estados se comprometeram a recolher 2.200 sacas de sementes de diversos produtos agrícolas.” (JST, abr. 1989).

Outra forma de intercâmbio é a publicação de materiais de formação política e educação popular, em conjunto com a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) ou com o Governo Sandinista, ou a tradução destes pelo Movimento e/ou seus mediadores.

Além da compreensão das dimensões político-econômicas da questão agrária na América Latina e da necessidade da colaboração entre as organizações camponesas do continente, há um aspecto que reforça e viabiliza os intercâmbios: a ação dos mediadores religiosos. Assim como o MST, alguns dos movimentos camponeses latino-americanos deste período têm um componente religioso importante, como foi pesquisado por IOKOI (1990), em um estudo comparativo entre o Brasil e o Peru. As duas principais revoluções de base camponesa em curso – a nicaragüense e a salvadorenha – têm na Teologia da Libertação e na ação, direta ou indireta, de agentes religiosos, um ponto de sustentação importante.

O Jornal Sem Terra publica constantemente notícias das revoluções destes dois países, bem como entrevistas a militantes destes movimentos, inclusive com religiosos que participam ativamente das lutas camponesas, como a entrevista com o “padre Rogélio Poncell, que exerce seu sacerdócio em Morazan, província guerrilheira de El Salvador”. Toda a reportagem é realizada em tom grandiloqüente, visando a servir de exemplo não só aos camponeses, mas também aos agentes de pastoral:

“Não tenho nada com a guerrilha, sou simplesmente um padre que trabalha na zona liberada, (...).Acontece que a guerrilha não é atéia nem comunista. (...) São cristãos, pessoas religiosas. Alguns são marxistas, leninistas, mas são pessoas de muita caridade humana, com um grande respeito pelo trabalho pastoral. A minha inspiração é a fé em Deus. A inspiração dos companheiros é o marxismo-leninismo, suas análises políticas. Os interesses da classe operária são também nossos.” (set. 1986).

Uma figura de destaque neste processo de intercâmbio é o frei Betto, religioso de grande prestígio e atuação junto ao Movimento, que realiza constantemente viagens e consultorias a estes países. Frei Betto também tem diversos escritos sobre estes países e temas, como “Fidel e a Religião”. Em oitenta e seis, frei Betto é eleito o intelectual do ano, e, no ato de entrega do troféu Juca Pato, é homenageado pelo MST e pelos sandinistas. O Jornal Sem Terra relata essa cerimônia: “Adão Pretto, do MST do Rio Grande do Sul, prestou a homenagem dos sem-terra em trovas. Uma representante dos sandinistas da Nicarágua falou da importância do seu trabalho na luta pela transformação.” (set. 1986).

Além destes contatos entre MST, movimentos camponeses latino-americanos e alguns mediadores religiosos individualmente, em oitenta e nove, a CPT articula e sedia um encontro de organismos religiosos ligados ao trabalho com as populações rurais. É importante atentar para a representatividade do Encontro, que reúne um grupo de aproximadamente uma centena de religiosos de dezesseis países, conforme a circular da Pastoral da Terra: “Encontro Latino-Americano de Experiências de Pastorais Ligadas à Terra (...) vinte representante do Brasil se encontraram em Itaiaci-SP, com quase 100 representantes de pastorais ligadas aos trabalhadores rurais de 16 países da América Latina (AL).” (03.06.89).

Estes contatos entre o Movimento e os movimentos camponeses e revolucionários do continente será frequentemente explorado pelas autoridades políticas, pelas forças de

segurança⁸ e pelos fazendeiros. Por um lado, é constante a tentativa de deslegitimar a luta pela terra como problema social, atribuindo-a à ação de “infiltrados”, que estariam por trás das ocupações, não faltando menções ao “dinheiro vermelho” de Cuba ou Moscou, em plena consonância com o espírito da guerra fria e a doutrina de segurança nacional⁹. Da mesma forma, desde a retomada da luta pela terra, foi uma tática dos seus oponentes tentar caracterizá-la como sendo obra de agitadores, de diversos tipos. Neste sentido, quanto mais o Movimento adota táticas confrontativas, ou pelo menos potencialmente, mais será estereotipado, até chegar a ser taxado de guerrilheiro. Um exemplo de como as ações de intercâmbio entre o MST e os movimentos camponeses ou governos revolucionários da América Latina são transformadas em acusações, foi protagonizado pelo delegado Romeu Tuma. Em depoimento à CPI que investigava a violência no campo, Tuma acusa o Movimento de práticas guerrilheiras e afirma que líderes “estão fazendo cursos de guerrilha em Cuba para aperfeiçoar os métodos utilizados nas invasões de fazendas”. Este fato é amplamente divulgado pela imprensa nacional, como a Zero Hora, que estampa na capa: “Guerrilha voltou ao país, afirma Tuma” (ZH, 26.06.91). Alguns dias após, o “todo poderoso” delegado é constrangido a um pedido oficial de desculpas a Cuba:

“Um inédito pedido de desculpas do delegado Romeu Tuma, diretor geral da Polícia Federal, encerrou um incidente diplomático que ele próprio causou entre Brasil e Cuba. (...) Romeu Tuma disse que foi ‘mal interpretado’ na CPI. (...) a informação que deu à Comissão foi de que três das sete pessoas presas em Marabá (PA) tinham feito cursos de ‘técnicas agrícolas’ em Cuba. Os deputados e jornalistas entenderam ‘técnicas de guerrilha’, segundo o delegado.” (ZH 30.06.91).

⁸ “O major Estênio Seone declara na Rádio que os colonos estão fortemente armados e entrincheirados. ‘Há guerrilheiros treinados na Nicarágua, Guatemala e Cuba no meio destes elementos’.” (CP, 23.11.92).

⁹ “Produtores atribuem tudo aos comunistas: (...) – Esses instigadores trabalham na penumbra, para que não se possa identificá-los, estão bem organizados e certamente financiados por dinheiro vermelho, de Cuba ou da Rússia, imagina ele.” (ZH, 31. 10. 85).

Em que pesem as distorções e os ataques de seus oponentes, esta prática de intercâmbios constantes, desde o início do processo de organização do Movimento, contribuiu para uma compreensão das dimensões políticas da luta pela terra. Ao mesmo tempo, possibilitou o desenvolvimento de uma visão internacionalista, por parte da Organização, conforme a inspiração leninista e da Teologia da Libertação. Ambas terão forte influência na construção do imaginário do emergente Movimento.

1.1 O MST como uma Organização de Movimento Social

“Desenvolver métodos de organização que garantam: direção coletiva, divisão de trabalho, profissionalismo, disciplina, responsabilidade e estudo, planejamento, crítica e autocrítica, vinculação com as massas. Desenvolver uma mística da nossa luta junto às massas.” (MST, out. 1988).

Um elemento básico que devemos abordar, para iniciarmos este item, é justamente a definição de movimento social. Esta definição não é algo fácil e nem pode ter a pretensão de ser universalmente aceita. Há aproximadamente quatro décadas, as ciências sociais vêm trabalhando com este tema e não existe uma concepção conceitual amplamente acatada¹⁰.

O entendimento dos movimentos sociais como uma práxis social, que envolve práticas e representações, possibilita-nos designá-los como processos sociopolíticos e

culturais da sociedade civil – na concepção gramsciana –, envolvendo um conjunto heterogêneo de forças sociais em interação. Neste trabalho, adotamos a definição de movimento social de GONH:

“Movimentos sociais são ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para os movimentos a partir dos interesses em comum. (...) Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.” (1997, p. 251-2).

A adoção desta definição deve-se ao caráter amplo da sua concepção, a qual procura englobar seus aspectos internos e externos, em suas múltiplas dimensões – socioeconômicas, políticas e culturais. Da mesma forma, enfoca-os no conjunto da dinâmica social, como parte de uma correlação de forças sociais diversas. É justamente através da análise destas múltiplas dimensões, consideradas em relação à dinâmica social, que pretendemos focar as transformações do MST ao longo do período abordado, analisando como estas transformações incidem na produção, veiculação e consumo das representações da luta.

Ao longo de sua história, a estrutura organizativa do Movimento adquiriu uma complexidade crescente. Se no início, o MST propriamente dito era constituído por um pequeno grupo de mediadores que serviam como articuladores e porta-vozes dos agricultores acampados, com o tempo foi-se formando uma organização política, com todos os signos que a identificam: instâncias de direção escalonadas, setores, secretaria,

¹⁰ “Desde logo afirmamos que não há um conceito sobre movimentos sociais, mas vários, conforme o

bandeira, hino, entre outras. As reestruturações constantes do Movimento garantem a flexibilidade de sua estrutura organizativa que consegue atender, portanto, mais facilmente, as necessidades da luta pela terra, em diferentes situações. Conforme NAVARRO¹¹: “(...) o MST tem tido uma capacidade surpreendente de acomodar-se segundo as variações conjunturais e uma criatividade sem paralelo com os outros movimentos” (1996, p. 27).

Neste sentido, é necessário estabelecer uma periodização do processo de constituição e desenvolvimento do MST, ainda que corramos os riscos, de arbitrariedade e falta de consenso, que toda periodização implica. Na definição – em noventa e quatro – do corte temporal para a delimitação de nossa dissertação de mestrado, tomamos o ano de oitenta e sete como “término” de uma primeira fase político-organizacional do MST. Esta primeira etapa caracteriza-se, de modo geral, por lutas pela terra em alguns pontos dos estados do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul, que iniciam um processo de articulação a partir de meados de oitenta e dois. Neste período, o Movimento configura-se, em termos sociológicos, como um movimento social, no qual a presença de mediadores religiosos é muito forte, desempenhando múltiplos papéis (HOFFMANN, 1997). Esta periodização é compartilhada pelo professor NAVARRO: “O *primeiro momento* refere-se aos anos formativos, do início da década de 1980, (...) até o emblemático ano de 1986, que conclui esta primeira fase, quando o movimento era ainda essencialmente sulista.” (1996, p. 28).

Como trabalhamos no item anterior, o Iº Encontro Nacional e o Iº Congresso estabelecem como uma meta a construção de um movimento de amplitude nacional. Na efetivação desta definição, os militantes do Movimento vão adotando uma série de

paradigma utilizado.” (GONH, 1997: 13).

¹¹ Zander Navarro é professor de sociologia da UFRGS; durante os anos oitenta, foi diretor estadual da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e, como coordenador do Comitê Gaúcho pela Reforma Agrária, assessorou diretamente o Movimento. Pesquisador desta temática, tem vários trabalhos publicados e inéditos sobre o Movimento e outros temas na área.

práticas político-organizacionais e construindo um conjunto de estruturas que afastam o MST do que se caracteriza como um movimento social. Esta segunda fase vai estender-se até o IIº Congresso Nacional, em noventa, no início do Governo Collor¹².

A criação de uma **organização de movimento social (OMS)** visa a responder a um conjunto de demandas objetivas do processo de mobilização social, das quais dependem o encaminhamento de suas propostas, a manutenção de conquistas e o planejamento estratégico de médio e longo prazos. Neste sentido, como demonstram MCADAM, MCARTHY e ZALD, a construção de uma organização mais perene é uma questão vital para o devir dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, para o processo de “institucionalização” dos mecanismos de direção:

“Para o movimento sobreviver, ativistas pioneiros devem ser hábeis para criar uma estrutura organizacional mais resistente. Esforços para fazer, então, normalmente supõem a criação de uma organização de movimento social (OMS) formal para assumir a direção centralizada do movimento, previamente exercida por grupos informais.” (1988, p. 716 – Tradução do autor.).

Ao mesmo tempo, a sua criação é um indicador significativo do estágio de desenvolvimento do movimento social que a constrói, uma vez que, para realizá-la, depende de uma série de condições, como contar com lideranças capazes e legitimadas, recursos materiais, estratégias políticas que ultrapassem a reivindicações pontuais, entre outras. No início desta segunda fase, o Movimento tem consciência destas funções e da sua importância estratégica. Em oitenta e oito, o MST edita um livreto, denominado de “Perspectivas da Luta Pela Reforma Agrária”, onde é apresentada uma proposta de planejamento nacional para os próximos cinco anos: “Trata-se, agora, de dar um passo mais ousado: pensar, discutir e preparar um PLANO DE MÉDIO PRAZO.” (MST, 1988).

¹² “Uma *Segunda etapa* ocorre entre os anos do final de 1986 e até 1993. (...) Neste período, decidiu-se também organizar este movimento social como um ‘movimento de quadros’ (e não ‘de massa’, como se

A análise da formação da organização de movimento social, de seus componentes internos, da sua dinâmica e das suas relações com outros atores sociais é crucial para o entendimento dos movimentos sociais aos quais ela está vinculada e, da mesma forma, do processo de produção e difusão de suas representações sociais.

A partir da segunda metade dos anos oitenta – seguindo as deliberações de I ° Congresso Nacional dos Sem Terra, mas principalmente dos Encontros Nacionais de oitenta e seis e oitenta e oito – o Movimento vai se construindo como uma organização nacional. Por um lado, é estabelecida uma estrutura organizacional interna com normas definidas, critérios de participação, mecanismos de delegação de poder e escolha de dirigentes, assessorias, uma direção hierarquizada com divisão de funções, entre outros elementos, além de estruturas organizativas e diretivas nos estados, acampamentos e assentamentos.

Por outro, cria-se uma série de instrumentos e instituições para responderem as demandas da luta, como um jornal nacional, escolas de formação política e técnica (com 2º grau), cooperativas de produção e de comercialização, entre outras. A formação desta organização levou quase uma década. A sua estruturação é suficientemente flexível de acordo com as dinâmicas das suas lutas, sendo possível afirmar que estas continuam esse processo. Além disso, prossegue-se ampliando a “organização” à medida que outros acampamentos vão surgindo e novas áreas reformadas são incorporadas.

Em relação ao MST, esta questão da sua caracterização como um movimento social ou como uma organização de movimento social, entretanto, não é nada

pensava no primeiro, estimulado pela presença da Igreja), aos poucos não sendo mais identificado como um ‘movimento social’, no sentido sociológico da expressão.” (NAVARRO, 1996, p. 29).

consensual¹³. Incidem nas diferentes caracterizações do Movimento, no mínimo três elementos: as diferentes concepções de movimento social, posições distintas em relação ao MST – militantes, mediadores, pesquisadores, etc. – e os diferentes estágios organizacionais do Movimento - ao longo de sua trajetória e das regiões que se enfocam.

Nesta questão da caracterização do MST, há pelo menos três posições distintas: uma primeira que o caracteriza como um movimento social no sentido sociológico. Esta, mesmo reconhecendo a complexidade crescente do Movimento, entende que os mecanismos adotados garantem condições de participação e direção democráticos, mantendo-se, portanto, como um movimento social. Esta posição geralmente é sustentada pelos seus militantes e alguns mediadores.

Uma segunda posição acerca do tema avalia a “coexistência” de um movimento social, sociologicamente falando, na base do MST, e uma organização, a partir de um certo patamar de suas instâncias. Esta posição é assim sintetizada no depoimento do frei Antonello ¹⁴:

“Depende de onde se olha, se ele olha como é que se compõe a direção, é uma organização. Se ele olha como é que se dá a organização da base, é um movimento. (...) Então, diria assim, até as regiões é movimento, saiu das regiões aí eu tenho uma organização social.”

Outra posição, em relação a este aspecto, a qual compartilhamos, tende a caracterizá-lo como uma organização de movimento social, tendo em vista a sua duração –

¹³ “Esta distinção não é irrelevante, pois estamos diante de um aparato organizacional que se avolumou expressivamente na década (...) todos os requerimentos burocráticos de uma organização formal, que deve ser permanentemente alimentada para sobreviver.” (NAVARRO, 2000, p. 4).

¹⁴ Frei franciscano Wilson Antonello: acompanha a CPT desde a sua fundação, trabalhou como assessor, principalmente na área de formação política, no acampamento da Annoni, chegando à função de coordenador estadual da Pastoral no início dos anos noventa. Atualmente, Antonello renunciou ao sacerdócio e é dirigente do PT/RS e chefe de gabinete do deputado estadual Dionilson Marcom, dirigente do MST e assentado.

quase duas décadas –, sua dimensão nacional, sua complexidade interna, os múltiplos papéis que exerce – na luta pela terra, na luta pela permanência na terra (assentados), produção, industrialização e comercialização, atividades pedagógicas e culturais, entre outras. Neste sentido, no nosso entendimento, é precisa a avaliação de MARTINS, em uma entrevista ao Jornal Sem Terra: “Não é mais um movimento social. É uma organização. Tem uma estrutura, um corpo de funcionários. A tendência dos movimentos sociais é: ou se tornam uma organização ou desaparecem.”(jul. 1996).

A análise do frei Antonello, da coexistência de um movimento e de uma organização, encontra farta sustentação empírica, de fato. Contudo, há que se considerar, neste sentido, dois aspectos relevantes, que podem conduzir a interpretações diferenciadas, as quais compartilhamos. Por um lado, como aponta NAVARRO, existe a necessidade de um período, não muito pequeno, para a implantação da OMS por parte do Movimento e, ao mesmo tempo, devemos observar que as diferentes regiões e setores não têm necessariamente o mesmo ritmo de organização. Portanto, há que se considerar, em uma análise, qual período se está enfocando e quais setores ou regiões. Este mediador e pesquisador é preciso, em seu depoimento, quanto a esta questão:

“Agora as ações, o recrutamento, as formas de luta, ou se preferir genericamente a própria base social e a maneira como ela age, ainda permanecem como seria talvez tipicamente um movimento social e **esse descompasso** (grifo nosso), vamos dizer assim, ele vai permanecer durante bom tempo. Exatamente porque o movimento vai precisar encontrar uma situação muito mais favorável para aproximar dirigentes, quadros principais, quadros intermediários, setores, etc., dentro do que portanto é a idéia de organização, de uma forma muito mais azeitada, conectada, de automatismo inclusive com sua base social. Isso não vai se dar de fato, muito rapidamente.”

Não somente seus aliados percebem estas diferenciações, mas também alguns dirigentes do próprio Movimento, em análises posteriores, vão ter clareza das transformações e da complexificação que se processaram ao longo de sua trajetória. De igual forma, percebem o caráter de organização que o MST vai assumindo e o seu

distanciamento das características que definem um movimento social. Neste sentido, BOGO e ROSSETO, dois dirigentes do MST, concebem que: “Não somos então um movimento transitório como muitos achavam, **somos uma organização complexa que se sustenta através de uma base permanente que são os assentados** (grifo nosso).” (mar. 1995).

Na nossa análise, por contraditório que pareça, no entanto, à medida que a estruturação do MST foi-se constituindo, parece ter-se consolidado uma relativa separação entre o campo da organização política e a esfera da luta social propriamente dita. Ao mesmo tempo em que existe um intenso trabalho de base, principalmente nos acampamentos, com a ampla discussão e participação dos acampados nas ‘questões práticas’ envolvidas do dia-a-dia da luta, o número de pessoas que participa das discussões que dizem respeito à estrutura do MST e aos seus rumos políticos é bem mais restrito, podendo-se observar uma certa carência de canais intermediários que façam a ligação entre estes dois planos. Por um lado, pelas crescentes necessidades de especialização dos quadros para fazer frente à complexidade das demandas da organização; por outro, pela forma como é reforçada a idéia do militante profissional. Desde o início do processo de estruturação da organização, começam a se estabelecer certos patamares de participação dentro do Movimento, diferenciando entre lideranças – de base –, militantes e quadros. Esta diferenciação orientará os processos políticos internos, às vezes em prejuízo da própria da democracia interna, como fica evidente em uma “Circular da Direção Nacional”: “Para alcançar tais objetivos, os encontros estaduais devem reunir prioritariamente os melhores militantes e lideranças no Estado. Este encontro deverá ser **de militantes com capacidade de fazer a avaliação e o planejamento do MST** (grifo nosso).” (MST, 13.11.89). Em tese, todos os participantes de um movimento social têm capacidade de contribuir com a avaliação e o planejamento, ainda mais que o Movimento realiza uma série de atividades de formação política e formal.

Além desta questão, há que se considerar ainda um segundo aspecto: o fato de que uma organização de movimento social pode agir de diversas maneiras, de acordo com os elementos envolvidos e as circunstâncias históricas. Em um dado momento, uma organização pode agir no sentido de aglutinar forças para a promoção da causa, criando estratégias de alianças e mobilização. Em outro momento, a mesma organização pode bloquear esta aglutinação de forças, por exemplo, quando sentir que sua autonomia ou hegemonia estejam ameaçadas; ou frente a outros atores que lutam pela mesma causa, pode também adotar uma postura de concorrência. Neste sentido, devemos considerar que uma organização pode agir coerentemente de maneiras distintas, de acordo com sua tática e com o momento histórico. GONH aponta que os movimentos “têm na atualidade uma face dual: muitas vezes um mesmo grupo age ora como movimento, ora como partido, sendo essas mudanças parte de sua estratégia.” (1997, p. 110).

Mesmo considerando a tendência de os movimentos sociais transformarem-se em organizações de movimento social, ou terem uma duração restrita, a opção por fazê-lo depende da ação de seus atores e das circunstâncias oportunizadas pelo processo em que estão inseridos. O Iº Congresso do MST apontou para a construção de um Movimento de caráter nacional. Os encontros posteriores, em seus diversos âmbitos, trataram de efetivar essa deliberação. No RS o Encontro Estadual do MST, em oitenta e seis, aponta bem claro para a efetivação desta opção: “O plano inclui uma série de medidas organizativas”. Da mesma forma, os sem-terra têm a nitidez desta necessidade, tendo em vista o crescimento do MST e da complexificação das suas demandas: “O Movimento tem crescido em número de participantes e na complexidade de suas ações. Torna-se necessária, portanto, uma estrutura que vá além da organização interna de um acampamento ou de um assentamento.” (Deliberações).

Neste período, a direção do Movimento e alguns de seus aliados vão empenhar esforços para dotá-lo de um estrutura organizacional, buscando criar uma direção orgânica para o MST, capaz de dar conta das múltiplas tarefas que são apresentadas pelo seu

crescimento e complexidade, desde demandas localizadas até questões de âmbito nacional. A direção, no documento “O MST é você”, orienta assim todas as suas instâncias: “(...) deve-se estimular e garantir a divisão de tarefas, organizando equipes de trabalho, especialmente nas seguintes atividades: formação, segurança, propaganda, jornal e finanças.” (MST, 1987, p. 13).

A questão da organização do Movimento e da obtenção de estruturas torna-se central neste período, para a direção do MST, ao ponto de que Isaias Vedovatto¹⁵, em entrevista ao Jornal Sem Terra, quando indagado se “Houve avanços no Movimento Sem Terra do Rio Grande do Sul em 1988” imediatamente começa a relatar uma série de medidas organizacionais, políticas e estruturais obtidas naquele ano, como sendo as principais conquistas:

“Tivemos grandes avanços. Organizamos os setores de produção, formação, propaganda, e outros. Já estão em funcionamento. Unificamos a questão dos assentamentos, acampamentos, organização de massas. Elegemos uma executiva estadual, que centraliza os setores: executivas regionais, coordenações regionais, os acampamentos, executivas dos assentamentos. Reorganizamos as secretarias, ampliação do pessoal, administração, infra-estrutura, patrimônio. Construímos um centro de formação do MST. Temos uma lavourinha para auto-sustentação, um caminhão.” (abr. 1989).

A opção pelo fortalecimento da organização e a construção de estruturas para a viabilização do Movimento não são questões aleatórias. Como observamos, elas estão condicionadas fundamentalmente pelas demandas próprias do processo de luta. Entre as decisões tomadas durante o Encontro Estadual dos Sem Terra, em Palmeira das Missões, em noventa e um, as medidas organizativas foram priorizadas, em detrimento da ocupação de terras, para o próximo período: “Colonos mudam planos. Haverá menos invasões”. Não

¹⁵ Natural de Ronda Alta, iniciou sua militância na PJR. Ocupou a fazenda Annoni, onde está assentado; dirigente nacional do MST, integra a equipe do Governo do Estado da Administração Popular.

que a disposição de luta tenha arrefecido, estas opções estão articuladas com objetivos estratégicos:

“Os objetivos para este ano, das famílias envolvidas na luta pela terra, serão as alianças políticas com outras categorias de trabalhadores, para realizar manifestações de massa, o fortalecimento econômico das 2.600 famílias já assentadas e a alfabetização dos camponeses. (...) entendem que existem outros setores que também necessitam ser priorizados **para não comprometer ‘as vitórias já alcançadas’** (grifo nosso), afirma Maschio.” (ZH, 04.02.91).

Os documentos, manifestações de lideranças e publicações do Movimento, neste período, trazem constantemente referências à questão da organização, muitas vezes de forma mistificadora: “Acabar com o amadorismo. É necessário desenvolver métodos de trabalho organizativo, científico, baseado na experiência histórica das lutas dos trabalhadores.” (JST, out. 1988).

Entre os diversos fatores que complexificam a organização do MST, está a inclusão das mulheres e dos jovens na sua estrutura. No documento “Perspectivas da Luta Pela R.A.”, está clara a necessidade de “Garantir a participação de mulheres e jovens em todas as instâncias do movimento” (MST, 1988). Esta é uma definição que será constantemente retomada pelo Movimento, o que por si só aponta que esta não é uma meta que se atingiu facilmente. Isaias Vedovatto, em entrevista ao Jornal Sem Terra, aponta este “grande desafio”:

“No Rio Grande do Sul, como em todo o país, a participação da mulher é **um grande desafio**. No MST, temos mulheres participando em todas as instâncias de direção. (...) A mulher deve ser valorizada, não por uma questão feminista, **mas por ter capacidade de militância** (grifo nosso).” (set. 1989).

Ao mesmo tempo, o dirigente aponta a “Participação da Mulher” como relacionada a militância na luta pela terra, não por uma questão de gênero. Essa posição é

compartilhada inclusive por muitas lideranças femininas, como Salete Campignotto¹⁶, que, quando eleita vereadora em Ronda Alta, em oitenta e oito, declara ao Jornal Sem Terra: “(...) nossa vitória é da classe trabalhadora, não só das mulheres, nem só dos camponeses” (dez. 1988).

Contudo, se muitas militantes compartilham dessa visão da participação política, elas não necessariamente têm as mesmas concepções dos dirigentes. Na matéria do Jornal Sem Terra, “Mulheres – Participar é decidir”, estas criticam o âmbito restrito no qual são chamadas a intervir e reivindicam uma participação mais efetiva nas definições políticas do Movimento: “Nós, mulheres, não podemos ficar à margem dessa luta. Nossa participação deve **ir mais além das tarefas práticas** (grifo nosso); temos que ajudar a planejar os novos caminhos da luta pela terra.” (dez. 1988).

As referências constantes à participação das mulheres não necessariamente são acompanhadas da abertura de espaços efetivos nas instâncias de decisão do Movimento. Esta é uma situação que permanece o longo da sua trajetória. Por ocasião do Iº Congresso, as delegadas representam 30 % dos camponeses. Ao nível das direções políticas, a sub-representação das mulheres é ainda mais acentuada. Passados quinze anos da construção do Movimento, na sua direção, segundo declaração de STÉDILE, apenas 29 % são camponesas: “Das 21 pessoas que compõem a direção nacional, seis são mulheres.” (1999, 92). No RS a situação não é nada diferente: o Movimento vai ter a sua primeira dirigente apenas sete anos após a sua criação, mesmo assim, representando menos de 5 % da direção: “Este ano foi eleita a primeira mulher com poder de decisão na direção do

¹⁶ Acampou em EN, onde protagonizou a primeira experiência de alfabetização de adultos. Esposa de Anotoninho Campignotto, assentada em Nova Ronda Alta, fundadora do Movimento e coordenadora estadual de educação nos assentamentos.

Movimento. É a camponesa Ivonete Piva¹⁷, acampada em Bagé, conhecida por suas posições arrojadas na luta pela terra.” (ZH, 04.02.91).

Outro segmento que constitui uma articulação específica no interior da luta é o da juventude. Em torno das demandas educacionais dos jovens – ainda que não exclusivamente destes – vai-se constituir toda uma série de programas e instituições, como analisaremos no capítulo V, que complexificam a Organização. Em junho de oitenta e nove realizou-se, em Sarandi (RS), o “1º Encontro Estadual de jovens acampados e assentados”, sob o lema “Jovens pela transformação social”, como é relatado no Jornal Sem Terra: “O encontro se enquadra dentro dos princípios do Movimento onde se destaca a participação do jovem na luta pela terra. O jovem é peça fundamental na organização dos sem terra.” (ago. 1989).

A criação de organismos e setores do Movimento é acompanhada pelo esforço para a obtenção de estruturas e recursos materiais para a sua viabilização. Na proposta de planejamento para cinco anos, “Perspectivas da Luta Pela Reforma Agrária”, este é um ponto central: “Destinar recursos prioritariamente para garantir uma infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do movimento nos estados, como: secretaria, centros de formação, telefone, condições para articulação, etc.” (MST, 1988). Para a concretização desses esforços, o MST contou com o apoio de seus tradicionais aliados: os setores progressistas da Igreja Católica e Igreja Luterana. Estas intermediaram projetos para a obtenção de recursos, principalmente de agências de fomento e promoção social européias, como a Misereor e a Pão para o Mundo. Em oitenta e sete, setores conservadores da Igreja Católica e a grande imprensa denunciam estas ajudas de forma sensacionalista, associando-as com possíveis compra de armas e promoção de invasões: “O cardeal Vicente Scherer denunciou ontem, em Porto Alegre, que os dirigentes do

¹⁷ Ivonete (Piva) Tonin, Natural de Ibiraiaras, foi a primeira mulher a se tornar dirigente do Movimento no Estado, está assentada em Charqueadas.

Movimento dos Sem Terra do Rio Grande do Sul receberam, recentemente 200 mil marcos de uma entidade católica da Alemanha, a Misereor.” (ESP, 11.08.87)¹⁸. A direção do Movimento não nega o recebimento das verbas, mas contesta a sua destinação. Marli Castro¹⁹, da liderança dos acampados, disse que o arcebispo devia estar muito desinformado para ter declarado que veio dinheiro da Holanda para financiar a ocupação da Annoni: “Negando que tivesse recebido dinheiro de fora para a invasão, ele **esclareceu que contribuições chegaram** (grifo nosso), mas depois, para ajudar no sustento dos acampados.” (ZH, 14.02.86). Estas ajudas, no início da estruturação do Movimento, chegam a representar um percentual muito significativo dos seus recursos. A Executiva Estadual do MST/ RS, na sua avaliação do ano de oitenta e seis, chega à seguinte constatação: “A idéia que perpassou toda a discussão passa pelo aspecto financeiro, sendo que o MST depende totalmente de doações de entidades estrangeiras” (Relatório, 17 e 18/ 12/ 86).

Estes recursos – das agências religiosas – são liberados através de projetos intermediados inicialmente pela CPT e a Cáritas²⁰. Posteriormente, após uma série de denúncias, como a de D. Vicente, a CNBB vai fazer a intermediação. Os recursos intermediados pela CPT são destinados para programas de formação política – eufemisticamente denominada de conscientização – e educação formal; criação de centros de formação; projetos de promoção social – hortas comunitárias, compra de fornos e outros equipamentos coletivos, construção de escolas e capelas nos assentamentos, entre

¹⁸ “Alemães exigem que CPT mude sua linha para receber verbas - A atitude da Misereor representa uma tendência, em franco crescimento entre as agências católicas européias, no sentido de impedir o uso das verbas para fortalecer a organização política dos segmentos envolvidos nos projetos.” (FSP, 08.03.88).

¹⁹ Natural de Tenente Portela, liderança sem-terra, foi membro da direção estadual do MST; ocupou fazenda Annoni. Atualmente é vereador pelo PT em Nova Santa Rita, onde foi assentado.

²⁰ “Desde muito tempo a CARITAS BRASILEIRA vem apoiando político e financeiramente, a luta dos trabalhadores rurais sem terra, (...). c) atuaremos preferencialmente na fase de consolidação dos assentamentos, e, nas ocupações, após esgotados os recursos locais;” (Carta circular, 03.07.89).

outros; compra de alimentos para acampados e assentados, em situações de emergência. Convém ressaltar que estes recursos não são destinados somente ao MST, mas outros movimentos como a CRAB, a PJR e STR's e oposições sindicais também são contemplados, passando pela intermediação desses organismos religiosos²¹. Alguns projetos visam à construção de estruturas comuns a todo o “campo dos conflitos agrários”, como centros de formação.

Estas ajudas financeiras, em momentos de atritos mais acentuados entre a direção do Movimento e a Pastoral da Terra, vão ser inclusive objeto de críticas e lamentações de ambos os lados. O religiosos, em alguns momentos, fazem autocrítica do seu paternalismo nesta área; em outras oportunidades queixam-se de uma relação utilitarista por parte do MST: “Recorrem à CPT **na hora do interesse e da dificuldade (econômica)** (grifo nosso) e de forma indireta, jogam os agricultores. Usam a CPT.” (CPT/ RS, 1989). Já dirigentes do Movimento, em diversas ocasiões, apresentam a questão em termos de autonomia do MST, afirmando serem controlados pelos agentes religiosos, em face da dependência econômica: “O Movimento é manipulado pela Igreja devido a sua insuficiência financeira” (Avaliação do MST/ RS, 1987).

Outra fonte de recursos, ainda que em menor escala, de viabilização de condições para o Movimento construir as estruturas necessárias, são as contribuições dos assentamentos que, a partir de meados dos anos oitenta, começam a multiplicar-se e aumentam seu “peso” no Movimento.

²¹ “Objetivamos acusar o recebimento da verba solicitada a SOLIDARIDAD (Holanda) para o trabalho de formação e conscientização com os agricultores de nosso Município, projeto que **recebeu carta de apoio** (grifo nosso) da Comissão Pastoral da Terra.” (STR de Rodeio Bonito, correspondência de 29.08.88).

Ainda em termos de organização, outro tema recorrente nas manifestações, documentos internos e publicações do Movimento, é a questão da direção. Por um lado, há uma afirmação recorrente da necessidade e da importância de uma direção política para o MST, – o que efetivamente se verifica e está em consonância com estudos realizados em torno do tema²² – como essa publicada no Jornal Sem Terra:

“Nenhum trabalho funciona se não tiver um corpo que dirija desde o nível local, até o nacional. Assim, toda a implantação exige companheiros competentes para governar a proposta. O governo dá rumo ao grupo. A direção canaliza a luta. A estrutura articula, anima, representa o movimento.” (nov. 1988).

A opção pela construção de um movimento de quadros, a partir de um referencial leninista, orienta a definição do perfil da direção a ser constituída. O documento “Normas Gerais do MST” – um dos balizadores da organização do Movimento – determina que os membros da Direção Política “(...) devem ser indicados pela Executiva Nacional, entre os **melhores e mais preparados militantes** do Movimento, independentemente da região ou função. Devem ser os companheiros **exemplares** (grifo nosso) e mais capacitados.” (1988).

A partir desse período, passa-se a fazer uma distinção entre diferentes níveis de direção, busca-se preparar lideranças para os encaminhamentos da luta, mas enfatiza-se a necessidade da formação de dirigentes para o Movimento, capaz de pensar estrategicamente. No “Caderno de Estudos nº 1” afirma-se: “Precisamos ter uma política clara de formação de quadros dos próprios trabalhadores. Para **transformar as lideranças**, que surgem nas lutas, **em dirigentes** (grifo nosso).” (MST, 1987).

Juntamente com a importância e o papel da direção política, são articulados dois desafios, constantemente mencionados: em primeiro, a dificuldade – na segunda metade

²² “A função do líder é representar e dar expressão às necessidades e aos desejos do grupo e contribuir de modo positivo a satisfazer essas necessidades.” (HERKENHOFF 1995, p. 50).

dos anos oitenta – de construção de uma direção amplamente reconhecida e legitimada. Em “Perspectivas da Luta Pela Reforma Agrária”, esta dificuldade fica evidenciada: “Ainda não conseguimos consolidar uma direção política nacional e nos estados para as lutas, que conseguisse dirigir todos os aspectos do Movimento.” (MST, 1988). Este limite está substanciado na própria prática política da direção do Movimento. Darcy Maschio, em seu depoimento, aponta claramente a origem dessa dificuldade, em alguns casos, de legitimação da direção: “Hoje não é massa do movimento quem escolhe a direção, não é, taxativamente não é”.

Com o crescimento e a complexificação do Movimento, os dirigentes vão enfrentar dificuldades de conciliar essa concepção de uma organização de quadros, com as demandas de participação de um movimento de massa. Algumas lideranças, como Egon Schwaab²³, demonstram grande contrariedade com as formas de proceder da direção:

“As pessoas participantes do último congresso estadual, elas foram escolhidas a dedo, não foram escolhidas pela massa. Eu acho que esse aí é o maior erro que pode ter ocorrido, escolhido fulano, fulano, fulano, porque de repente se vai um Schwaab pro congresso, ele vai botá a boca nos erro que ocorrem a nível de direção, como ocorreu na penúltima.”

No plano individual, também é um processo de aprendizado muito amplo. Muitas lideranças formaram-se no próprio processo e essas experiências vão influir diretamente na forma de conduzir a luta. Marli Castro, revendo sua trajetória, aponta essa questão como um desafio da “metodologia de trabalho”, principalmente a busca de um equilíbrio entre as concepções de um movimento de quadros e do centralismo democrático e a questão da democracia:

²³ Natural de Braga, filho de pequenos proprietários, é técnico agrícola, trabalhando três anos no MT; ocupou a fazenda Annoni, sendo membro da sua executiva interna, onde está atualmente assentado; representou o MST nos conselhos do CETAP e DER.

“Essa foi uma dificuldade que nós tivemos muito. Eu inclusive, fui autoritário muito tempo. Até nem tanto por intenção, de repente quando via eu 'tava sendo autoritário e me fragava (sic) (...) e a maioria dos companheiros nossos levaram uns três anos pra consegui assim desenvolvê mais esse campo aí.”

Esta dificuldade leva alguns dirigentes expressivos do Movimento, como Antoninho Campignotto – principal liderança do acampamento de EN e participante da primeira Executiva Nacional do MST – e Marli Castro, assim como muitas lideranças intermediárias, se afastarem da militância no Movimento, após a consolidação da Organização²⁴. Egon Schwaab aponta essa questão da democracia como determinante para essa decisão: “Eu acho que um dos fatores foi eu não aceitá certas coisas assim de manobras que ocorriam dentro da direção e conflitos que começou a surgí de direção pra assessoria.”

Em consonância com a concepção de um movimento de quadros, também visando à legitimação da direção e a criação de modelos formadores de conduta, o V Encontro Nacional do MST, em oitenta e nove, cria uma premiação com o objetivo de condecorar os dois dos seus membros que mais se destacaram. O Jornal Sem Terra publica a manchete: “MILITANTES DESTACADOS - Os companheiros José Rainha Júnior e Jaime Amorim, da Direção Nacional, receberam a homenagem **mais importante** (grifo nosso) do V Encontro: o Prêmio Chê Guevara” (abr. 1989). A construção de modelos formadores é uma das maneiras utilizadas para a legitimação do poder e a determinação de comportamentos a serem seguidos. A sua realização é um das formas de um movimento social trabalhar com o seu imaginário. Neste sentido, BAZCKO aponta que: “(...) através dos seus imaginários sociais, uma coletividade (...) constrói uma espécie de código de

²⁴ Darcy Maschio, um dos dirigente que permanece desde a primeiras direção também aborda essa questão: “E aí eu me lembro assim de vários companheiro que passaram a dirigi, tem o mesmo entendimento que eu, mesma cabeça que eu, mesma capacidade e tão lá fechado entre a família e a rocinha .”

‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do ‘chefe’, o do ‘bom súdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc..” (1986, p. 309).

As lideranças são um aspecto-chave para a constituição da imagem do movimento. Por intermédio do uso das representações – “nos diferentes sentidos do termo”, como afirma BOURDIEU – é que os movimentos sociais se efetivam. Este autor, ao analisar a interdependência que se estabelece entre o grupo social e o porta-voz, por intermédio das representações, aponta o quão vitais são estas inter-relações que o imaginário possibilita em um movimento social:

“(…) o porta-voz dotado do poder pleno de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que existe somente por esta *procuração*. Grupo feito homem, ele personifica uma pessoa fictícia, que ele arranca do estado de mero agregado de indivíduos separados, permitindo-lhe agir e falar, através dele, ‘como um único homem’.” (1998, p. 83).

Em relação às lideranças, há uma outra questão que interfere diretamente nas práticas políticas do Movimento. A construção do MST como uma organização significa, para muitas desses camponeses, a abertura de novas oportunidades, não propriamente materiais e/ou financeiras, mas de uma série de ganhos simbólicos. A organização possibilita a construção de “carreiras” militantes, com viagens – inclusive ao exterior –, contatos com várias personalidades, com a imprensa, cursos de capacitação política ou técnica, e mesmo a possibilidade de sentir-se com “poder de decisão”, sobre certas questões, entre outras. Para pessoas que normalmente vêm de situações de expropriação, estes ganhos simbólicos podem representar alterações substanciais no seu imaginário, como bem ilustra Marli Castro, colocando-se como referência:

“A forma que eu me criei, e o espaço que eu tive e consegui de repente aí em quatro, cinco anos deslanchá e tê uma visão maior do país, da situação da sociedade. Porque eu sinceramente, eu fui conhece a minha cidade, o meu município, eu tinha dezesseis anos e eu já era rapaz, e fui saí um pouco mais fora do município já adulto,

bem adulto, não tive assim uma oportunidade maior de conhecê, de vivê um pouco o mundo.”

O outro desafio é como construir essa direção – em todos os níveis –, orientado por uma concepção organizativa de movimento de quadros, a partir de um número limitado de quadros. Este é um problema que vai preocupar permanentemente os dirigentes do Movimento. Entre os planejamentos das diversas instâncias do MST, como nas “Perspectivas da Luta Pela Reforma Agrária”, esta é uma preocupação recorrente: “Definir uma política de aproveitamento dos quadros existentes, de modo a atender as necessidades do MST em nível nacional e nos estados. E para os que já estão assentados, definir melhor a participação na organização do Movimento e da produção.” (MST, 1988). Ainda em noventa e cinco, dez anos após o Iº Congresso ter deliberado priorizar a organização do Movimento, esta é uma preocupação-chave dos dirigentes do MST. É importante atentar para a solução “em dois tempos” proposta no documento “MST e as instâncias de direção”, o que revela que se está longe de atingir os objetivos definidos por aquele Congresso:

“A forma de resolver isto é justamente encontrar saídas para liberar ‘pessoas’ com maior escolaridade, sejam técnicos, sejam pedagogos, etc., e que tenham perspectivas de auto-superação e investir a curto prazo nesta camada integrados diretamente nas atividades dos setores e de direção. A partir disso poderemos fazer o processo inverso de capacitar nossos militantes para melhorarem o nível, mas não chegaram a um nível elevado em grande quantidade.” (MST, 1995).

Este é outro ponto em que a influência da Igreja é muito marcante, pois além das atividades de apoio na área de formação política dos camponeses, exercida pela Pastoral da Terra e da Juventude, os seminários da Instituição são uma das poucas alternativas de estudo para a juventude rural, seja para escapar do serviço pesado da roça e/ou para ascenderem socialmente. Um levantamento feito por BENICÁ apontou que, na Diocese de Passo Fundo, que abrange Ronda Alta e Sarandi, 81,55 % do clero são “filhos de colonos” (1987, p. 56). Muitos ex-seminaristas acabam por se tornar militantes do Movimento,

sendo alguns de seus principais quadros, como reconhece STÉDILE: “A maioria dos militantes mais preparados do movimento teve a formação progressista em seminários da Igreja” (1999, p. 59).

A adoção de uma concepção leninista de organização pelo Movimento não é um processo aleatório. Muito pelo contrário, ela obedece a uma lógica que articula, por um lado, as demandas apresentadas pelos conflitos da luta pela terra, e, por outro, as perspectivas políticas estratégicas, decorrentes da sua opção pelo socialismo. A articulação desta dupla demanda é claramente definida pelo frei Antonello, em seu depoimento:

“Por que vai caminhar por aí, vamos dizer, a necessidade da eficácia política, a opção pelo socialismo com um perfil leninista. O centralismo democrático, porque Lenin quando elabora o centralismo democrático, ele elabora como uma estratégia de guerra. (...) Como o MST está em permanente guerra com os latifundiários e com o Estado, ele tem, ele é conduzido a dizer que o centralismo democrático é a melhor estratégia de organização (...) não tinha outra saída.”

As considerações do frei Antonello, quanto aos condicionantes que levaram os dirigentes do MST a adotar uma concepção de organização leninista centralizada, parecem-nos corretas e consistentes. De fato, as condições da luta pela terra – uma luta de classes, que implica constantemente atos de repressão (cometidos pelos aparatos repressivos do Estado ou privados) com muitos mortos e feridos – não deixou muitas opções em termos de organização. Entretanto, há que se considerar que a concepção organizativa do centralismo democrático foi elaborada para um partido – de quadros, não de massa –, e não para um movimento social. Esta transposição mecânica de uma estrutura desenvolvida para um partido revolucionário, para um movimento de massas, é muito simplista, levando conseqüentemente a deformações consideráveis. Por um lado, um partido é formado por uma parte da sociedade, identificada com um conjunto de princípios políticos e organizacionais: quem não se identificar com esses princípios poderá buscar outros partidos. Já um movimento social é formado para atingir certas demandas, deverá

procurar, portanto, contemplar todos aqueles que sentem a mesma necessidade, implicando a adoção de mecanismos de participação e de tomada de decisão mais complexos, que respeitem as diferentes concepções político-ideológicas, religiosas, etc.. Esta diferenciação é crucial, e a sua não observância pode acarretar dificuldades de conviver com diferentes formas de pensamento.

Por outro lado, o fato de o movimento estar inserido em uma luta de classes, com grau elevado de violência, nem de longe configura uma situação revolucionária ou pré-revolucionária. Muito pelo contrário, o MST está plenamente inserido nas estruturas do sistema político vigente, para isto basta ver que o principal interlocutor do Movimento são as agências do Estado e, ao mesmo tempo, alguns dos seus militantes ou aliados ocupam postos neste mesmo aparelho de Estado, notadamente no Legislativo. A não-consideração destas duas diferenças entre um partido revolucionário e um movimento social leva a posturas e a formas de organização freqüentemente autoritárias, criando uma série de limitações na sua política e no plano da democracia interna. Neste sentido, Marli Castro aponta para uma relação entre a construção de uma organização nacional e estas dificuldades: “Quando o Movimento passô a sê dirigido diretamente pela Nacional, quer dizê, nós aqui passamos a cumprir as norma traçada pela Nacional, é, digamos assim, sem podê fugi, sem podê contestá, ao menos”.

Este empenho das diversas instâncias de direção do MST e de seus dirigentes pela construção de um movimento nacional, estruturado e articulado de forma orgânica, tem, em contrapartida, a necessidade de correspondência de objetivos e posturas de todos os seus setores e membros. O centralismo democrático adotado – além da questão da segurança, sempre presente – visa a garantir esta “uniformidade” de procedimentos, como é definido nas “Normas gerais do MST”: “As definições tomadas em encontros nacionais, que dizem respeito à política nacional devem ser encaminhadas e respeitadas por todas as instâncias do Movimento.” (1988). Quando assim não ocorrer, em nome da “democracia

interna”, da disciplina²⁵ e dos objetivos estratégicos do Movimento, o caminho é o desligamento como estabelecem as “Normas gerais do MST”:

“Todas as famílias de assentados ou grupos, que se recusar a cumprir as deliberações do coletivo de assentamentos de seu estado, deverá ser desligada do Movimento, após passar por um processo de discussão e defesa a nível de Comissão Estadual dos Assentados.” (1988).

A adoção do centralismo democrático pelo Movimento, ao mesmo tempo que “garante” certas condições de segurança e de cumprimento das deliberações, traz a necessidade de saber negociar as diversidades da sua base social. Esta situação é claramente colocada pelo frei Antonello: “Aí que eles permanentemente têm que retomar o trabalho de base, se não eles correm o risco de ficar na vanguarda isolados lá na frente, sem que a base saiba o que está acontecendo” (Depoimento). Mesmo que esta seja uma preocupação dos dirigentes do Movimento e que se criem canais intermediários de participação, a sua efetivação encontra obstáculos consideráveis²⁶. BOGO e ROSSETO definem que “direção coletiva é reunir a instância e aí tomar todas as decisões”. Se este é um pressuposto para o funcionamento da democracia interna, o Movimento encontra dificuldades, pois:

“Como não temos avançado na organicidade, dificilmente consultamos os escalões inferiores porque organicamente eles possuem dificuldades de funcionar. Logo, carregamos uma triste herança, que é, sem dúvida nenhuma, a auto-suficiência como se ‘nós’, na direção estadual e nacional, fôssemos os donos da verdade externa e internamente e por isso **funcionamos mais como uma comando e menos como direção** (grifo nosso). Isto é tão verdadeiro que alguns companheiros ainda não

²⁵ “A Disciplina: aplicar o princípio de que a disciplina é o respeito às decisões do coletivo, desde o cumprimento de horários, mas sobretudo de tarefas e missões.” (Normas Gerais do MST, 1988).

²⁶ Estes já eram problemas apontados por Marli Castro, em 1990: “Aí essa direção política acabo tentando a realmente tê a condução, conduzi o pessoal da sua forma, ‘nós é que sabemos, nós é que traçamos, nós é que decidimos’ e usavam o disfarce, que isso concretamente nós tem que admiti, como disfarce à discussão, ou lança em discussão, mas já sem muita margem de emendas.”

superaram uma fase um tanto infantil e se comportam como comandantes, como se fôssemos uma organização militar.” (1995).

O descompasso, em termos de compreensão política, que existe entre os quadros de direção do Movimento – alguns com duas décadas de militância –, além do caso particular de João Pedro Stédile (um economista com pós-graduação e mais de duas décadas de atuação política) e de amplos setores das bases – alguns ingressados no MST há muito pouco tempo –, as diferentes opções político-ideológicas, aliado à dificuldade de funcionamento de canais intermediários de participação, acarreta frequentemente casos de incompreensão e descontentamento. Vários depoimentos apontam no sentido de que, mesmo quando divergem, dificilmente conseguem se contrapor na dinâmica política, seja por falta de condições de sistematizar as discordâncias, seja por não haver os espaços de discussão adequados para mediar estas diferenças, como aponta Claudir Gaiardo²⁷: “A maior parte não tem essa capacidade de divergir numa discussão porque tem dificuldade, muitas vezes tem divergências, mas às vezes não tem condição, fica difícil pra mim propor uma outra direção pra coisa.” Na avaliação do MST/ RS, de oitenta e sete, realizada pela Executiva Estadual, representantes das regionais do Estado (cinco), vários STR’s e “mais de 110 líderes e pessoas da base”, as críticas destes setores intermediários e de base são contundentes e localizam precisamente os problemas:

“Há reuniões de cúpula em várias cidades, mas não se faz reuniões de base. Os líderes não se encontram com a base e correm o RS. (...) O MST virou meia dúzia de conscientes, de intelectuais, de sabidos, que sabem que a luta é internacional, enquanto a base fica brigando por meia garrafa de cachaça. (...) O MST não conseguiu multiplicar as lideranças. A maior parte é massa de manobra que muitas vezes decide no grito. Nos núcleos há falta de formação. Ela se dá mais ao nível de lideranças do que das bases. Quem sabe, manda. Quem não sabe, obedece. (...) Orientação nacional virou regra.” (MST/ RS, 1987).

²⁷ Claudir Gaiardo é natural de Tapejara, membro da primeira Executiva Estadual do MST. Começou sua militância na Pastoral da Juventude, ocupando posteriormente a fazenda Annoni.

No processo de discussão e definições políticas do MST, os Encontros são os espaços privilegiados, enquanto os Congressos são atividades com a finalidade de, por um lado, demonstrar força e dar visibilidade à luta, e por outro, de integrar militantes das diversas regiões, reforçando o caráter de movimento nacional. Em termos da democracia interna, o Movimento adota um mecanismo antidemocrático em relação à escolha dos delegados para participação nos encontros, a figura do delegado nato, o que acaba causando desequilíbrio, diminuindo o peso da representação da base, e garantindo a presença permanente dos dirigentes. Além disso, as “Normas Gerais do MST” facultam à Executiva Nacional definir se convoca mais delegados e, se assim o fizer, o número destes será de acordo com seus critérios:

“(...) reunir como **delegados natos** a Executiva Nacional, a Comissão Nacional dos Assentados, as equipes e comissões nacionais, um representante por Estado das secretarias e um das assessorias. A Executiva Nacional **definirá a necessidade** de convocar mais delegados **de acordo com os seus critérios** (grifo nosso).” (1988).

Outro mecanismo adotado que trunca a democracia interna é o que ocorre por ocasião da definição dos escolhidos para a realização de cursos de formação. As críticas e reclamações das bases e dos quadros intermediários do Movimento são recorrentes neste sentido. Quando da realização de atividades de formação de quadros, freqüentemente apresenta-se a questão da escolha dos participantes. Em muitas ocasiões, é citada a necessidade de administrar questões de segurança, mesmo com prejuízo da democracia interna. Por ocasião da realização de dois cursos estaduais, a Executiva Estadual do MST/RS define que “Os critérios de quem vai participar são os seguintes”: “(...) se não soubermos escolher direito estamos arriscando a entregar o ouro para os bandidos. A escolha do companheiro **não pode ser democrática** (grifo nosso), deve ser feita com o máximo de cautela.” (Relatório, 17 e 18/ 12/ 86). Esta prática de escolher os participantes dos encontros do Movimento, de cursos e outras atividades, acaba gerando uma série de

descontentamentos e afastamento de militantes que não concordam com essas formas de fazer política, como declara Egon Schwaab:

“Então aí eles parece que já vêm com um certo pacotinho pronto e essas pessoas que podem rebatê essas idéias não são convidadas. Então a coisa, esse Congresso Nacional eu também não fui já por não ter sido convidado pro Congresso Estadual, porque se é pra i lá só pra levantá dedo e baixá dedo, então eu fico em casa.”

O conjunto de limites e dificuldades para a criação de estruturas e mecanismos de deliberações e delegação de poder democráticos, apresentam para o MST o desafio de garantir a coesão interna. Neste sentido, é preciso registrar a posição de NAVARRO, em relação á importância das representações da luta para a garantia da coesão interna do Movimento, frente a esses limites da democracia interna:

“O que mais se salienta, neste aspecto, é exatamente **o instrumentalismo de uma retórica ideologicamente anti-sistêmica, meramente construída para fins internos** (grifo nosso) (no sentido de manutenção da coesão do conjunto de seus militantes principais), e que conseguiu desenvolver uma identidade política monolítica e a segurança de seus objetivos políticos e formas de ação.” (1996, p.32).

Em oitenta e sete ocorre uma divisão entre os acampados da fazenda Annoni, com a destituição da coordenação do acampamento ligada à direção do Movimento. Nesta, as questões da democracia interna e da opção político-partidária dos dirigentes do MST serão centrais, como analisaremos no próximo capítulo. A partir deste período os “rachas” internos serão observados com uma relativa freqüência. Outra situação que se observa ao longo dos anos noventa, relacionada a estas questões, é o surgimento de novos movimentos de luta pela terra. Entre estes destacam-se, por suas perspectivas nacionais, o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e o Movimento de Libertação da Terra (MLT), além de um número impreciso de movimentos locais e rachas do MST, que continuam lutando pela terra mesmo desligados do Movimento.

Além das dificuldades decorrentes das concepções políticas dos dirigentes do MST e do modelo organizativo adotado, há que se considerar a pluralidade existente no Movimento. Esta diversidade não é apenas uma diversidade social, mas é também uma diversidade de situações. E só por força do hábito que utilizamos uma mesma palavra – ‘base’ – para identificar agricultores organizados em núcleos nas comunidades de origem, acampados e assentados, na medida em que cada um desses grupos vive situações sociais muito distintas. A heterogeneidade da chamada ‘base’ dá origem a um conjunto diversificado de interesses que cabe ao movimento gerir da melhor forma possível, o que nem sempre é atingido.

Não queremos fazer um julgamento valorativo a posteriori. Neste sentido, uma consideração de carácter geral é imprescindível de ser feita: a adoção de determinados modelos organizacionais e as conseqüências que eles acarretam, certamente não estão plenamente claras no correr do processo de lutas, ainda que algumas das suas possibilidades possam ser percebidas.

Para finalizar, é importante destacar que tanto a questão da criação de estruturas organizacionais, da dependência financeira do Movimento em relação aos seus mediadores, como da criação de uma direção política, de acordo com a concepção de um movimento de quadros, estão na base das dificuldades de relacionamento entre o MST e os seus aliados.

1.2 Campo dos Conflitos Agrários

“A marca mais forte político-religiosa foi a demonstração de que, de fato, começa a existir no Estado uma articulação mais sólida entre os movimentos populares que atuam nas diversas áreas.” (ZH, 04.03.87).

A definição do MST como uma organização de movimento social não esgota a questão da sua caracterização. É necessário ter-se claro que, como organização que luta pela posse da terra, o MST faz parte de uma articulação mais ampla, o movimento de luta pela reforma agrária, movimento este que abrange uma série de outros setores, sejam eles vinculados ao campo popular, bem como setores de outras camadas sociais – intelectuais, políticos, instituições públicas, ONGs, entre outros, além de seus oponentes e as diversas agências do Estado.

No plano externo, a análise dos movimentos sociais deve abarcar o conjunto das relações sociais – entendidas em um sentido amplo (políticas, econômicas, culturais, entre outras) – nas quais estes estão inseridos. Para abranger o conjunto das suas relações, necessita-se de um instrumental de análise que considere a interação de múltiplos atores, antes que uma análise centrada em um único ator, a qual contemple as diferenciações de cada período de sua existência. Neste sentido, conforme GONH, a análise externa de um movimento social deve considerar:

“ (...) o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se insere, os opositores (quando existirem), as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral – enquanto interlocutores do movimento – e as relações do movimento como um todo no conjunto de outros movimentos e lutas sociais; suas relações com os órgãos estatais e demais agências da sociedade política; articulações

com a Igreja e outras formas de religião e com outras instituições e atores da sociedade civil.” (1997, p. 255).

A abordagem dos movimentos sociais, em sua dimensão externa, deve estar orientada por sua definição, qual seja: os movimentos são entendidos como processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil. Esta premissa nos leva a situar a análise dos movimentos, conforme GONH, em um “processo político mais amplo e nos fornece elementos para a compreensão dos movimentos como força social e como parte da luta mais geral pelo controle do poder na sociedade civil e política” (1997, p. 105).

O termo “**mediador**” é utilizado para designar os intelectuais, religiosos, educadores, líderes políticos, sindicalistas, portadores de experiência política e/ou conhecimento formal trazidos de “fora” para atuar junto aos movimentos sociais. Existe um conjunto amplo de estudos sobre as relações entre esses diversos atores e os movimentos sociais, mas a teorização acerca da categoria de mediador é ainda incipiente.

Esta questão é crucial para o entendimento dos movimentos sociais, seja do ponto de vista analítico, seja do empírico. A importância e os papéis desempenhados pelos mediadores variam a cada caso específico de movimento. Por um lado, vai depender dos recursos que os grupos demandatários, bases potenciais que um movimento incipiente dispõe. Por outro, há que se levar em consideração os recursos – humanos, materiais e político-culturais (legitimidade, representações totalizadoras e mobilizadoras, porta-vozes com representatividade social) –, dos mediadores. Em outras palavras, tanto a importância como o papel dos mediadores vão depender do capital social de cada um dos atores envolvidos no processo.

Em relação à ação da Pastoral da Terra junto aos camponeses no Estado, é importante atentar para o fato de a Igreja Católica, por diversas circunstâncias – sendo portadora de uma “verdade revelada”, presença constante e ativa de religiosos nestas

áreas, mesma origem social entre sacerdotes e camponeses, entre outras – ser detentora de um grande capital social nas regiões coloniais do RS. A Igreja possui uma extensa rede de estruturas, como salões e capelas, em praticamente todas as comunidades, veículos, telefones, etc.. A Instituição detém diversos aparelhos ideológicos, como colégios, seminários, universidades, editoras e rádios. Além disso, mobiliza um corpo de milhares de funcionários, como sacerdotes, irmãs, seminaristas, professores e intelectuais.

Em segundo lugar, há que se considerar o estágio de desenvolvimento do movimento social específico que se está abordando. Por exemplo, trata-se de um movimento incipiente, sem lideranças estabelecidas e legitimadas, sem uma estrutura organizacional elaborada, sem uma identidade social bem definida e um projeto claro? Ou, pelo contrário, trata-se de uma organização de movimento social (OMS) estruturada, com lideranças reconhecidas, com uma identidade social e um projeto definidos? Genericamente falando, uma tendência a ser observada seria a de que movimentos emergentes, com poucos recursos ou capital simbólico, dependeriam mais da ação de mediadores; ao passo que o seu desenvolvimento vem fornecer-lhe condições de “andar com as próprias pernas”, como define o MST.

Em terceiro lugar, deve-se levar em consideração a natureza do sistema sociopolítico onde se inserem: a existência de maior ou menor grau de liberdades democráticas, por exemplo, ou o grau de carência socioeconômica e organizativa dos grupos demandatários. O papel desempenhado pela Igreja Católica na década de setenta, no Brasil, ilustra algumas destas possibilidades, seja, por um lado, como instituição com condições políticas de questionar o regime militar, servindo de abrigo para diversos atores impedidos do exercício dos direitos políticos, e, por outro, como organizadora de uma base popular em uma série de espaços, a partir da atuação das CEB's e das diversas pastorais populares.

Finalmente, a análise não deve se deter apenas nas relações que se estabelecem entre mediadores e movimentos de forma esquemática. Há que se considerar ainda, as interações dialéticas que se estabelecem entre mediadores, assessores e lideranças – de direção, intermediárias e militantes.

A história da luta pela reforma agrária no Brasil, desde o seu surgimento por volta dos anos quarenta e cinquenta, tem sido profundamente imbricada com a vida política nacional, em sentido lato, envolvendo direta ou indiretamente diversos setores. Esta circunstância levou a que o próprio surgimento das propostas de reforma fossem levantadas, defendidas ou combatidas por estes diversos setores, mesmo antes da organização dos movimentos camponeses. O próprio “surgimento” destes movimentos é de iniciativa de segmentos não-camponeses, basta lembrar os exemplos da Ligas Camponesas e do MASTER. A proposta da reforma agrária como uma das principais entre as “reformas de base”, durante o Governo Goulart, deve-se fundamentalmente à ação de setores urbanos – PCB, UNE, CGT, PTB, entre outros. Evidentemente que não desconsideramos a importância das lutas sociais empreendidas pelos camponeses, como os “movimentos messiânicos” e as revoltas de Trombas e Formoso (GO), Porecatu e do sudoeste do Paraná, entre outras.

O ressurgimento da luta pela terra no final dos anos setenta, trouxe a ação política de segmentos camponeses atingidos pela construção de barragens, expulsos de áreas “irregulares” – reservas indígenas, terras devolutas ou posses –, ou camponeses empobrecidos, “vítimas” da revolução verde, em lutas isoladas. Contudo, a articulação e os desdobramentos destes “episódios” iniciais situam-se em um contexto mais amplo: a luta pela redemocratização da sociedade brasileira. Sem esta percepção, teríamos dificuldade de entender, por exemplo, como é que uma luta de poucas centenas de famílias de trabalhadores rurais sem-terra, de um cruzamento de estradas do interior do sul país,

como Encruzilhada Natalino, em poucos meses obtém o apoio de trezentas entidades, de diversas naturezas e localidades, em pleno regime militar.

Nesta tese, trabalharemos com a noção de “campo”²⁸ dos conflitos agrários” com o objetivo de demonstrar as relações existentes entre os sem-terra e um conjunto de outros atores da mesma região – sindicalismo rural “cutista”, a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Comissão dos Atingidos pelas Barragens (CRAB) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Esta é uma questão estratégica para o Movimento, como afirma STÉDILE: “Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes” (1999, p. 35).

Entre estes atores, ocorre uma série de interpenetrações, por exemplo, muitas das lideranças destes movimentos foram formadas pela PJR/ CPT, após o assentamento cresce significativamente os índices de sindicalização, entre outras. Neste aspecto, outra questão relevante é a de que alguns indivíduos atuam em mais de um movimento, notadamente aqueles ligados à CPT, visto que esta é a mais antiga e, por não ter uma área específica de atuação, acaba agindo em várias. A trajetória de militância de Antônio Marangon e Adão Preto – candidatos desse campo, apoiados oficialmente pelo MST a deputado federal constituinte e estadual, respectivamente, em oitenta e seis –, pode servir-nos de exemplo, neste sentido:

“Antônio Marangon, 34 anos, (...). Filho de pequenos agricultores de Rodeio Bonito. (...) é assessor dos sem-terra, da Pastoral Rural. Integra a equipe de educação da Diocese de Frederico Westphalen e é delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rodeio Bonito, onde também é professor na área de educação.

O trabalhador rural e poeta popular (...) Adão Preto ajudou a organizar o Movimento dos Sem Terra na região da Três Passos e Miraguai. Nesta última

²⁸ BOURDIEU define campo “como espaço social de relações objetivas” (1989, p. 64).

cidade, onde tem uma pequena roça, foi conselheiro e secretário, e agora, é presidente licenciado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.” (JST, out. 1986).

A construção desse campo político é desencadeada em junho de setenta e sete com a criação da CPT no Estado, tendo como tarefa principal a de “articular os trabalhos na área rural” (Relatório do Encontro, 1977). A CPT adota dois princípios orientadores de suas ações: descentralizar e partir da realidade vivida pela população rural. No ano seguinte, faz um levantamento por região, buscando definir um plano de ação para a Pastoral e estabelecer suas prioridades, no seu segundo Encontro Estadual, para as regiões do Planalto e Alto Uruguai, justamente os locais de maior inserção política desse campo e de onde vêm a maioria dos acampados. Convém observar que, deliberadamente, os agentes religiosos visam a atuar em diversas áreas – sindical, luta pela terra, cooperativas, produção, educação e barragens – antes da existência dos movimentos sociais a elas associados, com exceção do sindicalismo já existente:

- “1 – Aprofundar o episódio da saída dos colonos da área dos índios.
- 2 – Levantar o problema do peleguismo nos sindicatos.
- 3 – Enfrentar o problema do êxodo rural, com suas causas e conseqüências.
- 4 – Estudar o problema da concentração de terras e monocultura de exportação.
- 5 – Ver se é possível tornar algumas cooperativas um serviço do povo e não só dos grandes grupos ou de uma diretoria.
- 6 – Valorizar e incentivar as delegacias sindicais.
- 7 – Refletir sobre a dependência bancária e as suas conseqüências.
- 8 – Estudar a lei do enquadramento sindical.
- 9 – Aproveitar a cartilha política.
- 10 – Conhecer e divulgar as leis do sindicato.” (Relatório CPT/ RS, 1978).

A partir dessas prioridades, os agentes da Pastoral da Terra desencadearam um intenso trabalho de ‘organização do povo’. Neste trabalho, a partir de diversos tipos de ações, procuraram estabelecer alianças onde e com quem fosse possível e/ou formar lideranças, para encaminhar essas lutas. Não comporta na proposta deste trabalho analisar

esse processo, sobre o qual existe bibliografia e alguns trabalhos acadêmicos, como BENICÁ (1987), GAIGER (1987; 1991), MARCOM (1997), GÓES (1997) e HOFFMANN (1997). Nesta tese, vamos levantar algumas linhas de convergência e articulação entre estes movimentos.

Este é um processo dinâmico e, até o final dos anos oitenta, acumulativo. Junto com a criação da CPT inicia-se a organização das Romarias da Terra, que são atividades de mobilização e conscientização das populações rurais, chegando a reunir setenta mil pessoas, em pequenas cidades do interior ou acampamentos (EN e Annoni) e assentamentos, em plena terça-feira de carnaval. Outra atividade que mobilizará os agentes religiosos e seus aliados é a passagem do “Dia do Colono/ Agricultor”, em vinte e cinco de junho. As comemorações da data não são de iniciativa da Pastoral, mas a contribuição desta foi ressemantizar o evento, transformando-o em momentos de reflexão sobre a realidade do homem rural, de articulação e de protesto. Estas atividades revestem-se de caráter político e servem de espaços de aglutinação do campo.

As Romarias e os Dias do Agricultor são atividades planejadas com antecedência, a CPT produz materiais de divulgação e cartilhas com roteiros de discussão para grupos de famílias, nas CEB's e nas paróquias. Nestas discussões de “base” e mobilizações, ocorre a “iniciação à política” da amplíssima maioria dos acampados, inclusive de muitas lideranças. Em ambas as atividades, os religiosos fazem ampla divulgação na imprensa, promovem a vinda de personalidades eclesiais e de caravanas ou representantes de outros estados, e mesmo países.

Essas práticas, com forte grau de ritualização²⁹, de grande apelo emotivo, entremeando pronunciamentos e palavras de ordem, com cantos, orações e encenações,

²⁹ “Os rituais trabalham para estruturar os sentidos da realidade e a compreensão do mundo que cada grupo possui.” (KERTZER, 1988, p. 10 – Tradução do autor.).

servem também para a “fixação” de determinadas representações da luta, comuns aos diversos componentes do “campo”.

Entre os aspectos dinâmicos da constituição deste campo, entram os diferentes estágios de mobilização e organização destas áreas. A PJR “acompanha” cronologicamente a constituição e a inserção da CPT, com algum “atraso”. No início dos anos oitenta, a CPT aproxima-se de alguns sindicatos “receptivos” das propostas da Pastoral e aos outros – os acomodados e pelegos, segundo os religiosos –, articulará oposições, ganhando os primeiros STR’s em oitenta e dois. A luta contra as vinte e cinco barragens projetadas pela Eletrosul para o rio Uruguai, articula-se em meados desta década, através da CRAB, conseguindo grande envergadura, chegando a constituir o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de âmbito nacional. O MMTR, o último a se articular, aparece no final destes anos³⁰, articulando mulheres rurais que participam ou não de outros movimentos.

Entre estes diversos movimentos sociais, o que vai ter o maior dinamismo, expansão e repercussão é o MST. A entrada em cena do Movimento, enquanto um ator autônomo e legitimado, leva a uma série de modificações no seu relacionamento com seus diversos interlocutores. A alteração mais relevante é, justamente, em relação a seu principal mediador: a Igreja, especialmente a CPT, mas convém ressaltar aqui que esse relacionamento varia de acordo com o período e os seus diferentes segmentos. Já no início da sua construção como um movimento organizado, os dirigentes do MST têm a percepção do caráter dinâmico dessas relações e de algumas de suas implicações. O documento “O MST é você” expõe essa questão de forma precisa:

³⁰ “Mais de 400 Camponesas participaram do 1º Encontro do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, nesta cidade, nos dias 10 a 12 de agosto. As delegadas vieram de 80 municípios do Estado e de convidadas de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. (...) A necessidade de um encontro deste nível surgiu em março de 88, quando se reuniram no município, mais de 40 mil lavradoras.” (JST, ago. 1989).

“Nós não entramos nesta luta sozinhos. Sempre tivemos o apoio e, em muitos casos, fomos conduzidos por pessoas e entidades, principalmente a Igreja. Fomos amadurecendo e aprendendo a caminhar com as próprias pernas. Precisamos definir como fica o nosso relacionamento com essas pessoas e entidades.” (MST, 1987).

O desenvolvimento de uma consciência de classe, ainda que nos estágios iniciais de uma forma dualista e redutora – os “pequenos” contra os “grandes”, o “povo de Deus” e os “tubarões” – além da opção pelo socialismo, orientarão a construção de um campo de aliados como uma opção tática e estratégica para o MST³¹. Os seus diversos fóruns têm constantemente reafirmado este objetivo. No documento “Linhas de Trabalho para 1987”, o Movimento estabelece, em seis itens, diretrizes que vão desde o estímulo aos sem-terra à ação sindical até a integração com os trabalhadores latino-americanos, passando por alianças com os trabalhadores urbanos e a atuação partidária:

- “3.1. Estimular a participação sindical dos trabalhadores rurais sem terra.
- 3.2. Articular-se com as organizações dos trabalhadores da cidade especialmente os operários.
- 3.3. Articular-se com o movimento sindical em geral. Contribuir para a construção da CUT.
- 3.4. Articular-se e desenvolver um trabalho em conjunto com os pequenos proprietários e com os assalariados rurais.
- 3.5. Estimular a participação político-partidária de todos os companheiros.
- 3.6. Manter intercâmbio e troca de experiências com os trabalhadores da América Latina.” (MST, 1987).

É uma prática constante no campo dos conflitos agrários, a participação das entidades nos fóruns das demais. As deliberações do Encontro Estadual do MST relatam que: “Participaram também entidades como a CUT, a CPT, a ABRA, a CRAB e a

³¹ “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deverá manter e buscar relacionamento com todas as entidades e organizações do movimento popular, de assessoria e de apoio, buscando sempre a política de unidade de ação e de esforços, mantendo, no entanto, sua independência política e autonomia de decisão.” (Normas gerais do MST, 1988).

Secretaria Agrária do PT.” (MST/ RS, 1986). Além das entidades representativas, em acontecimentos de maior relevância, fazem-se presentes algumas personalidades eclesiais de destaque, como no Iº Congresso Nacional do MST, onde estavam presente quatro bispos. Além do respaldo político, as participações dão-se também na forma de assessoria política e técnica, apoio material e financeiro, como o Primeiro Seminário de Lideranças do MST/ RS que: “(...) contou com apoio da Igreja, da CUT e dos sindicatos combativos e do deputado Adão Pretto, do PT”, como relata o Jornal Sem Terra (maio 1987).

Outra atitude adotada no campo dos conflitos agrários é a de criarem instituições e projetos de formação política e educação popular, que servirão às entidades envolvidas, como a Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceiloro/ Departamento de Ensino Rural (FUNDEPE/ DER) – situada em um seminário desativado em Três Passos – e o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP) – localizado no assentamento da fazenda Annoni –, que serão analisados no capítulo V. Para viabilizar financeiramente essas iniciativas recorrem às agências de financiamento internacionais, como mencionamos. Outro mecanismo é a ocupação, esta com consentimento, de colégios e seminários desativados ou em desativação para sediarem estas instituições.

Entre as atividades desenvolvidas no campo dos conflitos agrários está a realização de jornadas pela reforma agrária ou jornadas com uma pauta unificada das diversas categorias. Estes são os momentos em que conseguem aglutinar forças para a promoção de reivindicações específicas e comuns. Em noventa e um, no “Balanço de luta pela terra”, o MST destaca: “Outro avanço importante foi a realização das jornadas de lutas unitárias da várias categorias de trabalhadores rurais – a nível nacional” (MST, 1991).

Contudo, se a realização de atividades conjuntas é um objetivo comum ao campo dos conflitos agrários, a sua efetivação encontra limites constantemente, variando consideravelmente a sua frequência e intensidade destas, em diferentes períodos. Entre as

questões debatidas no Iº Congresso do Departamento Rural/ CUT-RS, há uma constatação nesse sentido: “Entretanto, grande parte das dificuldades de unificação e globalização das lutas no campo, têm-se dado pela falta de articulação e discussão política com esses movimentos.” (ago. 1990). O Movimento no RS, em sua avaliação de oitenta e sete, percebe, em uma postura de autocrítica, nitidamente esta dificuldade e as conseqüências que ela acarreta: “Avaliamos que os outros estão errados (sindicalistas, Igrejas, ...). Somos os únicos soldados de passo certo, enquanto todo o exército está errado. Isso fez com que o Movimento ficasse isolado, sem apoio das entidades. (MST/RS, 1987). Em algumas circunstâncias, esta dificuldade de articulação cria situações um tanto hilariantes. Pessoalmente, acompanhamos uma dessas passagens: por ocasião da segunda ocupação da fazenda da Palma, no início dos anos noventa, pertencente à Universidade Federal de Pelotas, a direção do Movimento ligou para o Diretório Central dos Estudantes daquela Universidade, de cuja diretoria participávamos, solicitando a articulação do apoio dos estudantes, em pleno mês de fevereiro, em meio às férias³².

Um dos obstáculos fundamentais que dificultam a construção de atividades conjuntas de forma permanente, é a questão da autonomia destes movimentos, principalmente em relação à CPT, uma vez que a sua influência e suporte foram decisivos nos momentos iniciais de todos eles. No documento “Linhas de Trabalho para 1987”, o MST deixa essas preocupações bem evidentes, afirmando a necessidade de atividades em conjunto, mas considerando a autonomia fundamental: “Desenvolver nossas atividades garantindo sempre a autonomia do Movimento. Manter um bom relacionamento com as Igrejas e demais entidades de apoio” (MST, 1987).

Para além do campo das “entidades rurais”, necessita-se registrar a participação de duas entidades que terão uma atuação constante na luta no Estado, ao longo dos anos oitenta: a Associação Brasileira pela Reforma Agrária, criada em sessenta e oito, em

³² “As ações são bem planejadas no que toca o Movimento, mas para articular apoio é um fracasso. Nas

Campinas, por professores universitários, intelectuais e técnicos. Esta entidade dedica-se à pesquisa, estudo e assessoria para a promoção da reforma agrária. A revista “Reforma Agrária” é editada há mais de duas décadas, sendo considerada a publicação mais importante sobre esse tema.

A seção gaúcha da ABRA, apesar de diminuta, é muito ativa na figura do seu coordenador, o sociólogo Zander Navarro, professor da UFRGS. Este será o coordenador do Comitê Gaúcho pela Reforma Agrária³³. O Comitê desempenhará uma série de tarefas, principalmente em Porto Alegre: articulação de apoio entre entidades urbanas, seminários, atos públicos, abaixo-assinados, participando em negociações, arrecadação de apoio material, entre outras. Segundo Navarro, o papel do Comitê é mais de execução de tarefas delegadas pela CPT/ MST.

A outra entidade que tem uma presença importante junto ao MST, na segunda metade dos anos oitenta, é o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP). Localizada em Porto Alegre, foi criada em oitenta e três, para assessorar os movimentos sociais. Congregou militantes de diversas formações profissionais que trabalhavam como assessores destes movimentos, atuando principalmente em atividades educacionais e técnicas, como assessoria jurídica e econômica. Em algumas circunstâncias esses apoios foram vitais, como reconhece STÉDILE: “Éramos dependentes de quem nos apoiava. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), que era uma entidade de apoio, cedeu duas, três salas para o movimento se formar.” (1999, p. 87).

ocupações, isto ficou evidente.” (MST, 1987).

³³ “O Comitê Gaúcho pela Reforma Agrária foi criado em junho deste ano, por mais de 70 entidades que, preocupadas com (...)” (Boletim da Ocupação, n.º 0, out. 1985).

Os adversários da reforma agrária e agências do Estado vão freqüentemente utilizar estas relações existentes entre os movimentos sociais e seus mediadores, como argumento para descaracterizar as questões sociais que estão envolvidas. A suas ações orientam-se pela lógica de que os pobres e seus movimentos só são autênticos se forem desorganizados e frágeis, portanto inofensivos. Constantemente denunciam a organização dos sem-terra e seus aliados, como prova da sua ilegitimidade, como obras dos “que estão por trás”. Quando da ocupação da fazenda Annoni, o representante da FARSUL declara que:

“Ele não escondeu a desconfiança em torno ‘de quem está por trás deste movimento que surgiu da noite para o dia’. Para que fosse possível o deslocamento de um número tão grande de famílias, deve haver uma organização muito forte por trás, raciocina ele. Não deixou de citar quem pensa ‘estar por detrás’. Segundo ele, ‘são essas entidades como a OAB, CPT e deputados’.” (ZH, 11.85).

Além dos oponentes da reforma agrária e do Estado, ocorrem críticas por parte de outros segmentos, em relação a estas interações. Estes freqüentemente afirmam que o Movimento dos Sem Terra é “cria” da Igreja e que não vai muito longe. O Movimento, no Jornal Sem Terra, aponta as origens dessas críticas e rebate-as: “Estas acusações partem, mais freqüentemente, dos sindicalistas acomodados, pelegos, que gostam de mandar em movimentos de trabalhadores. (...) Também se ouve esse tipo de afirmação, embora com menos freqüência, da chamada esquerda tradicional.”(JST, 1985).

Por ocasião do recebimento do “Prêmio Nobel para a luta pela terra”, em noventa e um, a CPT e MST, em nota pública, manifestam o reconhecimento da importância desses companheiros de luta: “Aproveitamos a oportunidade para compartilhar este prêmio com todas as entidades e personalidades que sempre apoiaram e participaram conosco pela Reforma Agrária.” (02.10.91). Portanto, qualquer tentativa de focar o MST isoladamente, perde muito da riqueza deste processo e estará incompleta. Estas articulações diversas do campo dos conflitos agrários têm grande incidência sobre os

processos de produção simbólica, bem como sobre as representações que se constituem e muitas vezes são utilizada em comum.

1.3 OMS e o Partido Político

“Companheiros, vamos atuar nesse debate e campanha, trabalhando para construir o Partido dos Trabalhadores. (...) E iremos juntos, operários e camponeses, organizados no partido dirigente, tomar o poder e construir o socialismo no Brasil.” (JST, mar. 1988).

“No momento que a gente começo a dizer a público nós somo PT, eu sou PT, sou filiado no PT e aí a massona “bah, mas esse Partido é de comunista, nós não queremos isso”. (E. Schwaab).

Entre os mediadores do Movimento, certamente a relação mais polêmica é a que se refere aos partidos políticos. A articulação entre reforma agrária e democratização da sociedade é entendida de forma clara e direta pelo MST, já nas suas primeiras manifestações como movimento organizado. Neste sentido, é que o Movimento se coloca a necessidade da disputa pelo poder político, visto que a nova visão embasada na matriz discursiva marxista, define o Estado como uma instituição que está a serviço dos grupos que dominarem a sociedade. No caderno de formação “RA com os pés no chão”, o Movimento expressa de forma precisa a relação entre a reforma agrária e a luta pelo poder político na sociedade:

“A Reforma Agrária, portanto, não é uma questão técnica, mas uma questão política. Isto porque, alterar as relações no campo exige que se tenha poder político capaz de realizá-las. Quem detiver o poder na sociedade, realizará as transformações que atendam aos interesses da classe que representa, sua concepção de propriedade e de como tratar a questão da terra. A Reforma Agrária dos trabalhadores só terá seu conteúdo plenamente realizado com a transformação da sociedade, quando os trabalhadores assumirem o poder.” (MST/ PJR, 1986, p. 54).

Esta postura tem desdobramentos efetivos de quem sabe que está construindo um movimento político, o qual necessita de representação política e de um projeto global de transformação da sociedade. Neste sentido, o 3º Encontro Nacional dos Sem Terra define como tarefa política “Construir o projeto político da classe trabalhadora”. Para a sua efetivação, o MST percebe de forma clara a necessidade de criar canais e instrumentos próprios de ação política. É nesse sentido que podemos compreender a sua opção pela construção da CUT e do PT no meio rural. As principais resoluções tiradas no 3º Encontro orientam-se nesta perspectiva, como fica evidente no Jornal Sem Terra: “Reforçam a visão nacional de organização, fortalecem os vínculos com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), caminhando no terreno prático da aliança operária-camponesa.” (fev. e mar. 1987). Esta “aliança” é uma representação da matriz discursiva marxista que estará presente doravante em praticamente todos os documentos do Movimento.

Uma constatação importante é a de que sempre que se refere a partido, mesmo que não mencione nominalmente o Partido dos Trabalhadores, as referências vêm no singular. Contudo, João Pedro Stédile, em uma discussão organizada pela direção nacional do PT, apresenta este tema de uma forma um pouco diferente: “Se é verdade que existe uma identidade política e ideológica do MST com o PT, ela não é uma identidade orgânica. É uma identidade que se dá pelo fato de os dirigentes do Movimento serem, em quase sua totalidade, também petistas.” (DN/PT, 1990).

De uma forma geral, as principais referências públicas e detentoras de mandatos de prefeitos, deputados e vereadores do Partido dos Trabalhadores³⁴, vinculadas ao meio rural na região, ligaram-se antes ao ‘campo dos conflitos agrários’ que ao PT, contrariando a visão de que o MST constitui-se como um braço do Partido no meio rural. Pelo contrário, a construção do PT nas pequenas cidades do meio rural gaúcho está muito vinculada à estruturação e ao desempenho do campo dos conflitos agrários nestas localidades. Uma matéria do Jornal Sem Terra relata que: “Até as eleições deste ano, tivemos a grande maioria dos nossos quadros ligados ao MST, organização de mulheres e ao sindicalismo. Muitos desses quadros se candidataram pelo PT e se elegeram.” (dez. 1988).

Esta compreensão da luta pela terra como um luta política, que passa pela conquista de espaços nos aparelhos políticos, traz para o MST a perspectiva de entrar na política eleitoral. O Caderno de formação “RA com os pés no chão” evidencia essa questão: “Isto coloca uma séria e complicada necessidade de representação política dos trabalhadores rurais, construindo também sua representação parlamentar” (MST/ PJR, p. 49).

O processo constituinte dos anos de oitenta e seis a oitenta e oito, trouxe aos sem-terra a necessidade de assumirem a luta eleitoral. O Jornal Sem Terra traz uma extensa matéria sobre as eleições – “Apresentamos nossos candidatos (Força pra eles!)” –, sistematizando as deliberações de uma reunião de toda a Coordenação Nacional. O artigo justifica a entrada do Movimento na disputa, diversos aspectos do jogo político e da importância do pleito.

“Fizemos a opção por alguns candidatos, assim como qualquer trabalhador ou pessoa faz por seus candidatos. Temos vários e importantes motivos para participar dessa próxima eleição (...):

- Primeiro: **As principais decisões do País são decisões políticas.**

³⁴ Adão Pretto, Antônio Marangon, Ivar Pavan, Saul Barbosa, Dionilson Marcon, entre outros.

- Segundo: Na Câmara Federal e no Senado, **a maioria dos parlamentares é burguês** (grifo nosso).
- Terceiro: como cidadãos e como trabalhadores, temos a obrigação da participação política, para decidirmos o que é melhor para o País.
- Quarto: essa eleição é muito importante, porque os futuros deputados federais e senadores farão a nova Constituição do Brasil (...).” (out. 1986).

Em seguida, o Jornal Sem Terra, a partir das deliberações da Coordenação Nacional, traça o perfil dos candidatos que receberam publicamente o apoio do Movimento, define o espectro dos partidos que não contemplam este perfil e estabelece a necessidade de comprometimento – por escrito – dos apoiados para com o MST:

- “1 - Que sejam pessoas que sempre estiveram presentes às lutas dos trabalhadores;
- 2 - Que tenham vínculos e compromissos com os trabalhadores rurais;
- 3 - Que se comprometam em **dar apoio político e financeiro** (grifo nosso) ao Movimento;
- 4 - Que não pertençam a partidos da Aliança Democrática;
- 5 - Que não pertençam a partidos oportunistas, populistas ou reformistas, porque estes tipos de partidos não representam os interesses dos trabalhadores.” (out. 1986)

O campo político dos movimentos sociais agrários demonstra efetivamente a sua força eleitoral no Estado. Os candidatos que contaram com o apoio destes movimentos, concorrendo pelo Partido dos Trabalhadores, obtiveram expressivas votações. Convém ressaltar que os candidatos receberam apoio com intensidades diferentes, o que se reflete, também, nas votações: Adão Pretto, com mais de vinte e dois mil votos, elegeu-se deputado estadual com tranquilidade; os outros candidatos à Assembléia Legislativa também obtiveram boa votação: Nelmo Tem Caten e Raimundo Pedrosa³⁵, ambos com oito mil e duzentos votos, ficaram com as duas primeiras suplências. Já para deputado

³⁵ “Nelmo Tem Caten foi presidente do STR de Santo Ângelo (...). Raimundo Pedrosa, que é professor, foi um dos fundadores do Movimentos dos Atingidos pelas Barragens do Alto Uruguai.” (JST, out. 1986).

federal constituinte, apesar de não ter sido eleito o único candidato apoiado, Antônio Marangon, este fez a expressiva votação de trinta e oito mil votos, ficando também na suplência, assumindo a deputação após as eleições municipais de oitenta e oito.

O Jornal Sem Terra de dezembro publica na sua capa várias manchetes sobre as “Eleições 86”. Além de apresentar os candidatos “camponeses” eleitos, destacar o fato de Lula ter sido o deputado mais votado no país, o Jornal indaga “Como fica a Assembléia Nacional Constituinte?”. O “balanço” eleitoral conclui que “Foi a eleição do poder econômico. Mesmo assim, os trabalhadores foram à luta e elegeram seus deputados. É uma bancada pequena, mas que promete muito trabalho.” (dez. 1986).

Na ocupação desses espaços parlamentares, o “campo dos conflitos agrários” procura construir um forma articulada de ação, transformando os mandatos conquistados em instrumentos de lutas destes movimentos. Em uma entrevista para o Jornal Sem Terra, Antônio Marangon, quando assumia a cadeira de deputado federal, assim sintetizava esta preocupação: “É preciso juntar a companheirada do PT, CUT, MST e definir as prioridades em termos de Brasil, direcionar o nosso trabalho para reforçar essa luta que os companheiros estão levando.” (dez. 1988).

Apesar da compreensão da importância política de participar de eleições, do empenho dedicado a estas e de seu relativo sucesso eleitoral, o Movimento não absolutiza esses processos. Pelo contrário, compreendendo os limites da democracia formal, o MST, na matéria “Os Sem Terra e as eleições”, do seu Jornal, por ocasião das eleições municipais de oitenta e oito, afirma que: “Não acreditamos que a eleição de vários companheiros signifique que estão resolvidos os problemas da classe trabalhadora, como reforma agrária, política agrícola, a questão dos salários, etc..” (mar.1988). Esta postura vem da compreensão de que, para conquistar esses direitos, “precisamos transformar a estrutura da sociedade e construir o socialismo”. Igualmente compreendem que, para atingir este objetivos, não podem ficar nos limites de um partido eleitoral. No final dos

anos oitenta, a menção da necessidade de construção de um partido revolucionário, bem como da aliança operário-camponesa, é freqüente, como essa no Jornal Sem Terra: “E isso, só conseguiremos quando a classe trabalhadora, operários e camponeses, juntos, estivermos organizados num partido dirigente e revolucionário, capaz de conduzir as massas à tomada do poder.” (mar. 1988). Estas referências constantes dão-nos uma idéia do grau de ideologização atingido pelo Movimento, no final dos anos oitenta, e de modo como condiciona suas representações, e mesmo algumas práticas.

Ao mesmo tempo em que deixam clara essa necessidade da ação partidária – institucional e revolucionária – os dirigentes conseguem diferenciar a natureza distinta do Movimento da dos partidos, ao menos discursivamente, como nessa matéria do Jornal:

“Não podemos confundir o Movimento Sem Terra com um Partido Político. O MST é um movimento de massas e tem como objetivo principal a luta pela conquista da terra para quem nela trabalha. Todos, independente da posição política ou filiação partidária.” (mar. 1988).

Entretanto, apesar da compreensão da Direção Nacional do Movimento sobre a dimensão política da reforma agrária, como uma luta que depende de disputa do poder na sociedade, e da necessidade da construção de canais autônomos de expressão das suas demandas, esta é uma das questões em que o descompasso entre o “crescimento político” da direção e a base do Movimento fica mais evidente.

Em oitenta e sete, após a primeira participação eleitoral do Movimento, ocorre um racha no acampamento da fazenda Annoni – que nesse período concentra praticamente todo o MST no Estado –, no qual a coordenação do acampamento, ligada à Direção Nacional, é destituída em assembléia geral do acampamento. Este episódio será abordado no capítulo II. Uma das causas centrais desta divergência é a opção partidária da direção, além da ação desagregadora do prefeito de Sarandi, Hilário Salvatori (PDT), e dos de outros municípios de onde se originavam os acampados. Na avaliação do MST/ RS, do

final deste ano, esta diferença de entendimento sobre a política de alianças do Movimento fica explicitada nas críticas das lideranças intermediárias e de base: “O MST se aliou a um só partido, não conseguiu jogo de cintura para fazer alianças com outros partidos e segmentos sociais. O PT não tem estrutura para sustentar o Movimento. O Movimento acampou em duas áreas de um partido antes aliado.” (1987).

Historicamente, no Estado, a questão da reforma agrária foi proposta pelos “trabalhistas”, conforme se constata nas relações do PTB e de Brizola com o MASTER. A própria fazenda Annoni fazia parte da fazenda Sarandi, ocupada pelo MASTER no Governo Brizola, em sessenta e dois. Em setenta e nove, a primeira reunião para aglutinar as mil e cem famílias expulsas da Reserva Indígena de Nonoai conta com o apoio e participação do deputado Aldo Pinto. De alguma forma, em decorrência desta situação, as preferências de uma boa parte dos sem-terra são para os populistas e não para o PT. Em oitenta e sete, na sua primeira ocupação de área privada sem processo desapropriatório, o MST ocupa uma das fazendas de Aldo Pinto, que é de fato um latifúndio improdutivo. É difícil precisar quais foram os critérios definidores da opção por este latifúndio, e não por outro. Concretamente, se houve critérios políticos ou não, seja como for, a questão política não está ausente na ocupação da fazenda Itati³⁶. Mas, apesar de não terem ficado na área, na avaliação da direção, a ação é considerada um fato positivo, pelo “desmascaramento dos políticos”, justamente porque: “Muitos achavam que o Brizola era a solução. O único discurso avançado do PDT era a RA. Preferiram perder politicamente, mas não a terra. Agora combatem ideologicamente o Movimento porque pensam que não vão mais ganhar eleitoralmente conosco.” (MST/RS, 1987).

³⁶ “Outros, às vezes, cantavam a música que marcou a Campanha da aliança PDT/PDS para as últimas eleições ao governo do Estado: ‘Eu vou de Aldo, eu vou de Aldo, para governador’.” (ZH, 03.07.87).

1.4 OMS e a produção simbólica: os símbolos falam mais do que os discursos

“Os símbolos são instrumentos privilegiados para executar essa formação de massas.” (JST, Jun. 1989).

“As músicas, os símbolos, celebrações, gestos de sacrifício pessoal, contribuem para criar essa mística que é grande força impulsionadora.” (MST/1991).

A constituição do MST como uma organização de movimento social vai influenciar diretamente na produção de representações da luta pela terra e no caráter destas. A direção do Movimento assume esta como uma tarefa importante. O trabalho simbólico por parte do Movimento torna-se uma atividade deliberada e racional, envolvendo suas instâncias principais e buscando fins determinados. Em um artigo sobre formação no Jornal Sem Terra, o Movimento Sem Terra expressa de maneira sintética os múltiplos aspectos e objetivos do trabalho com o simbólico:

“Os símbolos são instrumentos privilegiados para executar essa formação de massas. O símbolo é a representação material da identidade, da ideologia. Expressa o que somos e o que queremos. Servem para encorajar o povo na luta, e quando somos vitoriosos é através deles que expressamos nossa alegria. Também serve para que outros identifiquem o movimento nos acontecimentos e lugares onde o movimento se faça presente.” (jun. 1989).

Uma das maneiras principais de acessar o imaginário de um movimento social é o estudo dos mecanismos e formas que ele trabalha com as várias dimensões do simbólico³⁷. Assim, é preciso entender as formas pelas quais os bens simbólicos são produzidos, distribuídos e apropriados. Além disso, o êxito de um trabalho simbólico requer

³⁷ “(...) os universos simbólicos são produtos sociais que têm uma história. Se quisermos entender seu significado, temos de entender a história de sua produção.” (BERGER & LUCKMANN, 1999, p. 133).

determinadas “credenciais” – capital simbólico, conforme Bourdieu (1989) – para fazê-lo com eficácia. Este é um elemento fundamental para a compreensão dos imaginários sociais, como aponta BAZCKO:

“O impacto dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende amplamente de sua difusão, dos circuitos e dos meios de que dispõe. Para conseguir a dominação simbólica é fundamental controlar os meios que são outros tantos instrumentos de persuasão, de pressão, de inculcação de valores e de crenças.” (1991, p. 31)

Para a corrente sociológica da “teoria da mobilização política”, recuperando as contribuições “clássicas” do marxismo – que orientam também muitos dos movimentos sociais no Brasil, nos anos oitenta –, os movimentos cumpriram uma função de “intelectual orgânico” de determinados segmentos sociais. TARTROW, ao analisar a contribuição gramsciana, ressalta que: “Para Gramsci, o movimento torna-se não somente uma arma organizacional – como era para Lenin – mas um ‘intelectual coletivo’ cuja mensagem seria transmitida para as massas através de um quadro de líderes.” (1994, p. 12 – Tradução do autor.).

O trabalho do MST com o simbólico dá prosseguimento e encontra sustentação teórica e prática no legado da Pastoral da Terra. Efetivamente, nunca chegou a ocorrer nenhuma ruptura entre as lideranças da Organização e os mediadores religiosos, sendo essa uma das áreas em que a “continuidade” é observável. Alguns religiosos, assessores, entidades de apoio e intelectuais continuam mantendo relações com o Movimento, ainda que com intensidades diferentes, ao longo de toda sua trajetória³⁸. Portanto, os dirigentes vão fundamentar o seu trabalho simbólico nessa herança e na mediação com esses interlocutores.

³⁸ “De acordo com a concepção mística, teoricamente a gente já vinha aprendendo com a Igreja – e na prática também – que em qualquer organização social, em qualquer movimento social, não é o discurso que proporciona a unidade entre as pessoas na base.” (STÉDILE, 1999, p. 132).

Ao lado do trabalho ideológico, a manipulação do simbólico é considerada uma das formas-chaves do trabalho de massa, construindo uma unidade no trabalho pedagógico, com objetivo claramente político. STÉDILE, que foi assessor da CPT/ RS, aponta neste sentido quando afirma que: “O que constrói a unidade é a ideologia da visão política sobre a realidade e o uso de símbolos, que vão costurando a identidade. Eles materializam o ideal, essa unidade invisível.” (1999, p. 132). Um elemento que levou os mediadores religiosos – e posteriormente os dirigentes do Movimento – a recorrerem amplamente aos mecanismos simbólicos, é o baixo nível de instrução formal de segmentos significativo da sua base³⁹. Este fato traz uma série de dificuldades para um trabalho baseado apenas em categorias cognoscíveis – inclusive o Movimento vai desencadear um processo de alfabetização no início dos anos noventa para superar esse limite. Entre as justificativas para a adoção da bandeira, apresentadas no documento “Nossa força depende da nossa organização”, este é um aspecto importante: “Porque é uma maneira de levarmos nossas idéias para a ampla camada de trabalhadores rurais aos quais não conseguimos chegar pelas vias normais da reunião e da organização”. (MST, 1987).

A cartilha intitulada “O MST é você”, traz de forma sistematizada uma série de normas e princípios. Na seção denominada “Dos Símbolos do Movimento”, estes são discriminados em número de três: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais tem como símbolos a Bandeira, o Hino e o timbre para correspondências”. O documento estabelece, em seguida, um conjunto de orientações sobre procedimentos para seus integrantes em relação a estes símbolos, bem como as responsabilidades de todas as suas instâncias para com o trabalho simbólico:

³⁹ Neste sentido, CALDART analisa a produção poética entre os sem-terra: “A facilidade de fazer e de memorizar um texto rimado, a possibilidade de, mesmo entre analfabetos, ele ser usado, (...)” (1987, p. 127)

- “52. Todo o trabalhador vinculado ao Movimento Sem Terra deve respeitar e valorizar os símbolos, como identificação de nossa luta e sinal de unidade nacional.
53. Em todas as atividades do Movimento devem estar presentes a Bandeira e o Hino do Movimento.
54. As diversas instâncias de representatividade e organização do movimento devem estimular a utilização dos símbolos em todas as atividades, bem como o surgimento de novos símbolos regionais, de acordo com as tradições culturais e de luta do movimento.” (1987, p.9).

Este último item oferece-nos uma chave explicativa para entender a “convivência” da Cruz e da Bandeira, na segunda metade dos anos oitenta. Para o Movimento, a Cruz utilizada desde o início de EN, em oitenta e um, não é vista como uma concorrente da Bandeira, seu símbolo oficial. Ela estaria entre os “símbolos regionais, de acordo com as tradições culturais e de luta do movimento”. Esta interpretação é compartilhada mesmo por mediadores religiosos envolvidos no processo. Segundo frei Antonello, a partir da criação da Bandeira do Movimento, a Cruz teria ficado como um símbolo mais “sulista”, mas principalmente dos mediadores religiosos: “Isto mais regionalizada, da CPT, quem vai adotar como símbolo da luta pela terra é a CPT” (Depoimento).

Desde o surgimento do acampamento de EN, os camponeses e seus mediadores constroem diversas bandeiras com palavras de ordem, tais como: “Terra para quem nela trabalha” ou “O povo unido jamais será vencido”. Por ocasião da “Romaria Conquistadora da Terra Prometida”, em oitenta e seis, os acampados da Annoni trazem, à frente da caminhada, uma bandeira branca com os dizeres: “Reforma Agrária Já” e “Em busca da terra sem males”, estando no centro desta a figura de Sepé Tiaraju, um “santo do povo”. Assim como EN construiu na Cruz o seu símbolo, outras frentes de luta do emergente movimento também constituíram suas representações simbólicas, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste/ PR (Mastro), que adotou uma bandeira verde com a expressão “Terra e justiça”.

Estas diversas criações demonstram, por um lado, a importância que estes movimentos emergentes e seus mediadores concedem ao trabalho simbólico, e a necessidade de construção de referências imagéticas, assim como a sua grande criatividade. Por outro, a construção de um movimento nacional “unificado” traz a necessidade de construir referências também mais unificadoras. STÉDILE sintetiza essa demanda e aponta como esta é uma ação deliberada do Movimento: “Devagar, na medida em que o movimento foi crescendo, percebemos que deveríamos ter identidade própria, até para evitar que se pulverizasse em tantas que dificultassem uma unidade e uma identidade originais.” (1999, p. 132).

Por ocasião do 3º Encontro Nacional dos Sem terra, em oitenta e sete, aprova-se a adoção da Bandeira como símbolo do Movimento. A Bandeira vermelha – símbolo histórico dos movimentos socialistas, há mais de um século⁴⁰ –, em cujo centro está uma esfera com a imagem de um casal de camponeses erguendo seus instrumentos de trabalho, em uma posição de protesto⁴¹. O casal que está na bandeira foi aproveitado do cartaz do Iº Congresso, que, por sua vez, foi inspirado em um cartaz da Nicarágua.

O processo de criação da Bandeira, no principal fórum nacional do Movimento, a sua divulgação planejada para o conjunto da base do Movimento, são indicadores de como a formação do MST em nível nacional modifica o trabalho com o imaginário da luta pela terra. Esta modificação do trabalho de produção simbólica contribui, de alguma forma, para uma maior autonomia da direção do Movimento, também nessa esfera. Essa situação relativiza o papel que os mediadores religiosos desempenhavam nesse campo. Da mesma

⁴⁰ “A cor vermelha, pela tradição de luta, pela identidade da classe trabalhadora, é um elemento ideológico muito forte.”(STÉDILE, 1999, p. 133).

⁴¹ “Uma imagem visual reflete sempre mais ou menos as concepções, as crenças e os valores deste que a produz. Além do que ela reflete também as concepções, as crenças e os valores daqueles a quem ela se destina.” (MOLINER, 1996, p. 117).

forma, contribui para que um imaginário de concepção mais política vá, aos poucos, ampliando seu espaço, em detrimento de um redirecionamento da simbologia religiosa.

Para que a Bandeira obtenha os resultados desejados, a direção do MST trabalha planejadamente. Para a divulgação do novo símbolo e a orientação de seus “usos corretos”, elabora-se um caderno de formação, o que demonstra como a produção simbólica é uma atividade pedagógica ou de formação política importante e planejada pela nova organização. O próprio nome do caderno – “Nossa força depende de nossa organização” – o qual condensa as preocupações do Movimento, já é uma expressão das formas como a Organização vai atuar nessa área:

“(...) se é verdade que a bandeira pode ter essas características, devemos, no entanto, **atuar de forma a criar** (grifo nosso) esse clima e essa valorização que esperamos dela. Para tanto, teremos que atuar com seriedade e responsabilidade, no sentido de cultivar essas funções que esperamos que ela cumpra dentro do Movimento.” (MST, 1987)

Na introdução do caderno de formação, a direção deixa explícito o objetivo que orientou a adoção da Bandeira pelo Movimento: “(...) quer despertar a todos os companheiros sobre a importância de visualizar a nossa esperança, ligar a idéia e a luta com a imagem – a nossa face, o nosso rosto – que é a BANDEIRA DO MOVIMENTO.” (Ibid.: 9). Este objetivo geral é desdobrado em seis itens, nos quais os delegados do Encontro definem detalhadamente os motivos da criação do novo símbolo e as formas corretas de sua utilização, para que ele atinja os resultados esperados:

“*Para que o Movimento seja o mais conhecido possível e obtenha respeito da sociedade e reconhecimento da sua importância social e política,

- Porque é uma maneira de levarmos nossas idéias para a ampla camada de trabalhadores rurais aos quais não conseguimos chegar pelas vias normais da reunião e da organização;
- Porque é uma maneira de aparecermos e aumentarmos a integração com os operários e outros setores dos trabalhadores urbanos;

- Porque a repercussão política na sociedade aumenta a nossa força política;
- Porque quem é visto é lembrado!
- Por uma questão até de segurança, a massa só deve se envolver com movimentos amplos, conhecidos, públicos. E, desta forma, acaba inibindo a própria repressão.” (Ibid.).

O Movimento sintetiza a adoção da Bandeira, unificando esses seis itens específicos em dois “objetivos fundamentais” e em dimensões distintas. Um relaciona-se à compreensão da importância da construção de uma referência simbólica como uma atividade política estratégica de cunho racional, no âmbito da sociedade: “PROPAGANDA - ajuda o Movimento a aparecer para o público, para a massa”. O segundo objetivo, diferentemente, busca atingir a subjetividade de cada um de seus militantes, delegando para o símbolo a capacidade de tocar emocionalmente os sem-terra e, ao mesmo tempo, de sintetizar simbolicamente as suas demandas: “MÍSTICA – Ela se transforma num símbolo, num guia, que motiva, que anima, que faz o militante se emocionar e se envolver com a luta. Ela seria a materialização de nossos ideais, de nossos sonhos.” (Ibid.).

No sentido de conquistar estes objetivos estratégicos, o Movimento define um conjunto de atividades e procedimentos capazes de possibilitar o efeito desejado. Para isso, enumera algumas formas concretas de como utilizar a Bandeira dos sem-terra, discriminando-as detalhadamente em “datas”, “locais de uso permanente” e “atos públicos e manifestações”, concluindo com uma orientação geral: “Enfim, em todas as circunstâncias em que o povo se reúna, a bandeira do Movimento tem que estar presente” (Ibid.).

No conjunto dos encaminhamentos necessários para que a Bandeira se efetive como a representação do Movimento e seja entendida desta forma, está que “O uso da bandeira deve ser sempre muito respeitoso e cerimonial”. Nesta perspectiva, o Caderno orienta os militantes para “sempre hastear a bandeira com uma pequena cerimônia,

aproveitando para cantar o Hino do Movimento e fazer alguns discursos sobre a data que transcorre” (Ibid.).

Entre as várias atividades propostas pela direção, uma é especialmente significativa, do ponto de vista da produção simbólica do Movimento: é o “juramento à Bandeira”. O mecanismo é o mesmo utilizado pela Pastoral da Terra: adota-se um determinado aspecto constituinte do universo simbólico dos camponeses, mantendo sua estrutura e ressemantizando os seus significados. O juramento à bandeira é um ato obrigatório das Juntas Militares, para todos os jovens do sexo masculino em idade de “sentar praça”, representando o compromisso com a Pátria. O Movimento preserva a mesma estrutura de sentido do ato cívico, mudando-lhe o conteúdo: “(...) devemos fazer juramentos à bandeira como símbolo de nosso compromisso com a classe trabalhadora” (Ibid.).

Outro procedimento estratégico adotado no Caderno de Formação refere-se às “Outras bandeiras da classe trabalhadora”. Neste período, a percepção de pertencer a uma sociedade de classes e da necessidade da construção da unidade das lutas da classe trabalhadora, da “aliança operária-camponesa”, bem como a importância do fortalecimento dos instrumentos de luta estão bem resolvidas. A direção do MST em nenhum momento sugere algum tipo de exclusivismo para a Bandeira do Movimento.

Por último, uma orientação previamente definida para a difusão/ implantação da Bandeira, refere-se à chegada a lugares-referências dos sem-terra: “Devemos aproveitar, quando a Bandeira é levada pela primeira vez a um local do movimento (...), para fazer uma cerimônia de chegada”. Outro aspecto que indica não ser a adoção da Bandeira uma concorrência direta com a simbologia religiosa, anteriormente muito difundida, é a orientação para que neste pequeno ato público se incluísse “a bênção da bandeira”, outra prática do catolicismo popular ressemantizada. Um elemento que reforça essa perspectiva é o fato de que, entre as pessoas que deveriam ser convidadas para a cerimônia aparecem,

em primeiro os religiosos: “Convidar os padres, pastores, amigos para essa cerimônia” (Ibid.).

Após dois anos do Iº Congresso, o documento “Linhas de Trabalho para 1987”, no item denominado de “Consciência Nacional do Movimento”, definem-se três mecanismos para criar uma compreensão dessa dimensão do MST: o estímulo ao intercâmbio entre os camponeses dos diversos estados e regiões, a preparação de um IIº Congresso Nacional e “Criar um Hino Nacional do Movimento (através de concurso nos estados)” (MST, 1987).

Assim como a Bandeira, a definição do Hino do Movimento ocorre em um fórum nacional importante, a partir de um concurso abrangendo todo o país, visando a estimular a produção simbólica na base. Os procedimentos para a divulgação e as formas de uso, são os mesmos adotados com a Bandeira. O Jornal Sem Terra orienta que: “Como símbolo do movimento, deve ser usado de acordo com a finalidade. Por isso apresentamos **algumas orientações para a utilização do hino** (grifo nosso)”. Em cinco itens, discriminam-se as circunstâncias e as formas adequadas para o seu uso:

- “1 – O hino é para ser tocado e cantado nas solenidades do MST;
- 2 – Nos momentos fortes da luta, como manifestações e ocupações;
- 3 - Para caracterizar os nossos programas de rádio;
- 4 - Não deve ser tocado ou cantado para efeito de animação. Quando tocado ou cantado, deve ser respeitado.
- 5 - Não usar palavras de ordem durante a execução do hino.” (jun. 1989).

Além da bandeira, o hino, as palavras de ordem, as ferramentas de trabalho, os frutos do trabalho no campo, muito outros símbolos são construídos como referências da luta. Ao longo de suas duas décadas de existência, muitos elementos acabam como que assumindo “informalmente” a função de símbolos do Movimento. Neste sentido, conforme STÉDILE, é importante atentar para a pluralidade desses: “(...) no uso do boné, nas faixas, nas músicas, etc.. As músicas são um símbolo muito importante. O próprio

Jornal Sem Terra, para o MST, já é mais do que um meio de comunicação. É um símbolo.” (1999, p. 132).

Para finalizar este item, vamos fazer uma longa citação de uma “Proposta de Jornada Pela Reforma Agrária” do MST/ RS, realizada pelo conjunto do “campo dos conflitos agrários”, em noventa e um. Nesta ficam explicitadas e sintetizadas muitas das preocupações do Movimento no campo da manipulação simbólica e da sua indissociabilidade com os objetivos gerais da luta pela terra. Entre as “Condições para o Sucesso da Jornada” são delineados seis itens, relacionados com o manejo do imaginário da sua base social, como da sociedade de uma forma geral:

- “a) Basear a JORNADA em fatos. Conscientizar a partir de fatos, de situações, de forma precisa. Evitar apelos mais de cunho ideológico, posições filosóficas.
- b) Dramatizar a situação injusta. Sensibilizar a partir do lado humano. Fazer com que a opinião pública, o homem comum, pare, olhe para a vítima, pense e se posicione. O **sofrimento voluntário e consciente** – jejum público, caminhadas, etc. – comove as pessoas e causa impacto positivo na opinião pública. Desbloqueia as consciências e abre possibilidades de uma nova visão do assunto.
- c) Simbolizar de formas criativas o objeto do conflito. **Os símbolos falam mais que os discursos.**
- d) Treinar e organizar equipes que dêem direção e puxem as massas durante a JORNADA. Treinar e organizar as massas para ações coletivas, disciplinadas e unificadas, e para atos de desobediência civil.
- e) Dar uma dimensão global, coletiva, política às condições da JORNADA. Isso vai sendo feito aos poucos, à medida em que o clima vai esquentando e as adesões aumentando. **Fazer com muita pedagogia e bom senso.** Cuidar para não cair em dois extremos: radicalizar e não mobilizar as massas; ter massas mas cair num sentimentalismo despolitizado.
- f) Criar e desenvolver um clima de solidariedade e fraternidade durante toda a Jornada. Isto une, solidifica também a unidade política da JORNADA e da CLASSE COMO UM TODO. **As músicas, os símbolos, celebrações, gestos de sacrifício pessoal, contribuem para criar essa mística que é grande força impulsionadora** (grifo nosso).”

Estes pontos, considerados como condições para o sucesso da atividade, resgatam e condensam muitas das práticas e representações criadas ao longo de toda a década anterior, herdadas da pedagogia da Pastoral da Terra e desenvolvidas pelos dirigentes; a) partir da realidade vivida; b) a dramatização da realidade, “o sofrimento voluntário e consciente”; c) a simbolização da luta; d) o sentido pedagógico das mobilizações; e) ter uma postura “pedagógica e de bom senso”, para conseguir atingir os objetivos da luta de forma equilibrada; f) envolver emocionalmente os presentes, “criar e desenvolver um clima”.

Outro campo privilegiado de observação dos efeitos da criação de uma organização de movimento social de luta pela terra é o das representações da luta, notadamente sua “politização”, na segunda metade da década de oitenta. Este será analisado no capítulo V.

Na exemplificação das ações da Movimento Sem Terra como organização no trabalho com o imaginário da luta pela reforma agrária, vamos abordar um dos “rituais” empreendidos pelo Movimento. A comemoração dos “DEZ ANOS DE LUTA, CONQUISTA E RESISTÊNCIA NA TERRA”, que é uma atividade que se estende ao longo de três dias, realizada em oitenta e nove, na Encruzilhada Natalino.

A Organização define dois “Objetivos gerais” para a comemoração, que articulam as preocupações fundamentais para o Movimento neste período: “1 – Dar um novo impulso à luta pela terra no Brasil; 2 – Incentivar e fortalecer a organização dos trabalhadores da roça e da cidade”. Estes objetivos estão embasados na nova concepção da luta pela reforma agrária com uma luta de classes. Estes dois objetivos gerais são desdobrados em sete “Objetivos específicos”:

“1) Comemorar os dez anos de conquista da terra pelo MST;

- 2) Recuperar a memória histórica do Movimento Popular a partir da luta pela terra;
- 3) Mobilizar os assentados articuladamente, mostrando os resultados da produção;
- 4) Envolver, estimular e articular as organizações dos pequenos produtores;
- 5) Denunciar os planos de Reforma Agrária demagógicos, dos governos estaduais e federal;
- 6) Desmascarar e combater a UDR e os latifundiários;
- 7) Vincular a luta pela terra com a luta pela democracia” (Carta Convite, 1989).

A determinação do lugar para comemorar uma década de luta no país está condicionada pela própria história da luta, mas o Movimento tem uma representação própria do local. O “mestre de cerimônia”, na abertura do evento, sintetiza essa compreensão de forma precisa: “Companheiros, vocês estão pisando um **chão santo** (grifo nosso) para os sem-terra’, avisou o camponês (...).” (ZH, 23.10.89). Contudo, esta significação histórica do local não é estática, ela compreende uma visão dinâmica da luta e leva a ressemantizações freqüentes: “A Encruzilhada Natalino (...) é o símbolo do sofrimento dos camponeses que lutam pela reforma agrária no Brasil. Ontem, este símbolo de sofrimento foi transformado num ambiente alegre e festivo (...)” (ZH, 22.10.89).

A programação dos três dias de comemorações inicia, pela manhã, com uma “Celebração e inauguração do monumento no local da ocupação, e festa (na Macalli)”. Esta compõe-se de atividades com caráter distinto: há um parte da programação dedicada à memória histórica da luta pela terra. Ainda no primeiro dia, pela tarde, ocorre um “Ato público com a presença de João Sem Terra⁴², também na Macali”. Na noite do segundo dia, ocorre a projeção do “filme ‘Terra para Rose⁴³’ nos cinemas da região”, que registra

⁴² “A volta de João Sem Terra – Reaparecimento emociona os trabalhadores rurais. (...) tornou-se quase uma lenda para os trabalhadores sem terra, que lhe dedicaram versos e músicas. E a inesperada aparição da antiga liderança do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) não vai, segundo Matte, apagar esta imagem.” (ZH, 19.05.89).

⁴³ Roseli Celeste Nunes, natural de Rondinha, liderança de base dosannonis. Foi a primeira mulher a dar a luz no acampamento, sendo o nome do seu filho – Marcos Tiaraju - escolhido em uma assembléia do

os primeiros anos do acampamento da fazenda Annoni. Há também uma exposição de fotos históricas da luta.

Ainda no plano da memória da luta, mas de cunho “religioso”, ocorre uma celebração “em ação de graças”, antes da inauguração do monumento no local da primeira ocupação (Macali, em setenta e nove). No último dia, há o “Lançamento da pedra fundamental do SANTUÁRIO DA TERRA, em Natalino”. Neste sentido, é importante ressaltar que assim como a cruz não foi vista como uma concorrente à bandeira do Movimento, a programação elaborada pela direção do MST e seus mediadores inclui atos religiosos. Contudo, aqui se observa uma diferença fundamental, em relação à primeira fase da luta: os atos religiosos programados pelos dirigentes realizam-se em momentos distintos dos atos de cunho mais propriamente político.

O segundo dia dedica sua programação pela manhã e à tarde para demonstração da viabilidade econômica da reforma agrária. Pela manhã, há uma visita aos assentamentos da região e ao CETAP; à tarde ocorre uma “Exposição dos Assentamentos”, em Natalino. Esta é uma preocupação constante neste período e a direção do Movimento sintetiza-a desta forma, na carta convite: “Nestes 10 anos de luta, os que foram assentados terão oportunidade de **desmascarar a burguesia**, mostrando os **resultados da produção** (grifo nosso) que eles conseguiram nos assentamentos.”

Além do ato político da tarde do primeiro dia, com a presença de João Sem Terra, as atividades de cunho mais efetivamente político acontecem no encerramento, com um “Ato público com a presença do LULA”. Este é uma demonstração de força do campo dos conflitos agrários, uma vez que foi o maior comício realizado por Lula nesta campanha

acampamento, como sendo um “marco” na luta, e Tiaraju em homenagem ao “santo guerreiro”. Rose morreu em um protesto de pequenos agricultores e sem-terra, no trevo de acesso a Sarandi, atropelada por um caminhão que foi arremetido em direção aos manifestantes. Além de “Terra para Rose”, a cineasta Tete Moraes realizou ainda o filme “O sonho de Rose”.

fora dos grandes centros urbanos. Os organizadores estimam a presença de aproximadamente quarenta mil pessoas.

Um quarto conjunto de atividades inclui aquelas de caráter mais lúdico e de animação, como show nativista e bailão em Ronda Alta. A organização produz uma série de materiais comemorativos e de divulgação, como cartaz, camiseta, cartão postal, sacolas, livreto com a história dos dez anos e o resultado dos assentamentos.

Esta grande atividade é preparada com antecedência, tendo sido programados seminários sobre a questão agrária, em Porto Alegre e outras cidades do interior. O Movimento produz um folheto para encontros de base, similar, na sua estrutura, aos roteiros para a discussão elaborados pela Pastoral da Terra: um pequeno texto introdutório e questões para discussão em grupo. Os dirigentes dão diversas entrevistas coletivas à imprensa e convidam diversas personalidades nacionais e estrangeiras.

A carta-convite sintetiza os objetivos propostos para a atividade “queremos reafirmar aquilo que aprendemos nestes dez anos”. Estes aprendizados são condensados da seguinte maneira: “que a Reforma Agrária se faz pela organização e pressão dos sem terra e pelo apoio de todos os que acreditam que a reforma agrária é condição fundamental para a transformação da sociedade.” (MST, 1989). Estes condensam quatro elementos fundamentais do imaginário do Movimento neste período: a necessidade de organização, as conquistas como resultados de luta e pressão (visto que é uma luta de classes), a questão dos apoios e a vinculação da luta pela reforma agrária com transformações socioeconômicas e políticas mais amplas.

CAPÍTULO II

Acampamento da fazenda Annoni: uma hegemonia em disputa

“A partir de agora, a luta pela terra no Rio Grande do Sul vai ser diferente, vai ser na força, no confronto direto, no mano a mano. A ocupação da fazenda São Juvenal foi o marco inicial dessa luta.”(JST, ago. 87).

A ocupação da fazenda Annoni por aproximadamente mil e quinhentas famílias, ou seis mil e quinhentas pessoas, em outubro de oitenta e cinco, não constitui um episódio inusitado. Pelo contrário, é o desdobramento de um longo processo de lutas em curso. Estas lutas, em um sentido amplo, podem ser remetidas à ocupação da região. Em um sentido mais restrito, são a continuidade das lutas iniciadas com o despejo de colonos intrusos da área indígena de Nonoai, em setenta e oito.

A conformação da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul é parte central não só do processo de ocupação do Estado, como da estruturação da sociedade gaúcha. A posse da terra impõe-se, desde os primórdios, como um elemento distintivo da sua organização

sociopolítica, como bem demonstra CARDOSO (1962). A propriedade fundiária está, também, no centro da caracterização da sociedade brasileira, como aponta a ampla historiografia sobre o tema (FAORO, 1975; LEAL, 1975; PRADO JUNIOR, 1987).

Desde o princípio da colonização do Estado, a sua ocupação obedeceu ao processo de disputa da região com a Espanha, envolvendo, ainda, o domínio/ extermínio dos indígenas que povoavam as planícies. Posteriormente, houve a chamada Guerra Guaranítica, na qual se celebrizou a figura do cacique Sepé Tiaraju, presença ainda hoje forte no imaginário da região. O acesso a propriedade fundiária, praticamente em todas as regiões de campos, também obedeceu a estratégias de ocupação conflituosa.

Neste capítulo, concentraremos nossa análise no subsistema colonial, e, ainda assim, não tomando como um todo, focalizaremos as áreas das chamadas “colônias novas”⁴⁴. Estas correspondem genericamente ao norte do Rio Grande do Sul. A escolha dessa região é motivada pelos diversos cadastramentos feitos nos acampamentos de Encruzilhada Natalino (EN), fazenda Annoni e Salto do Jacuí, que apontam a origem predominante dos sem-terra dos municípios deste subsistema. SCHMITT indica que 87,5 % dos acampados de Salto Jacuí originavam-se de municípios do norte do Rio Grande do Sul (1992, p. 46).

Na configuração do subsistema colonial, convergiram dois elementos profundamente interligados: a Lei de Terras, de mil oitocentos e cinquenta, e a política colonizatória oficial. Na efetivação de ambos, desenvolve-se uma experiência de lutas e resistências. Esta situação favoreceu o atendimento dos interesses do Estado e de particulares com influência suficiente junto a este. Este fato, aliado à morosidade dos processos, acarretou, segundo KLIEMANN que:

“(...) na segunda metade do século XIX, inúmeras questões de terras arrastavam-se pelas repartições dos governos das províncias sem que fossem tomadas providências

a respeito. Algumas questões chegam sem solução ao período republicano e tornam-se tão complexas que servem perfeitamente para abalizar de um lado o que se convencionou a chamar de descompasso entre o legal e o real e, de outro, possibilitar a verificação das lutas e resistências no que se refere aos assuntos fundiários gaúchos. (1986, p. 23)”.

A ocupação da região de origem predominante dos sem-terra configura um povoamento misto e relativamente recente. Estas colônias foram chamadas de “colônias novas”, pois, apesar de muitos de seus pioneiros serem novos imigrantes vindos da Europa, a parcela mais significativa de seus povoadores descendem das primeiras, “velhas” colônias alemãs e italianas, dos vales e da encosta do planalto. Isto revela um movimento contínuo dos excedentes populacionais das colônias já instaladas, sempre em busca de mais terra, ultrapassando posteriormente as fronteiras do Estado e mantendo-se até o presente.

Essa história conflitiva de povoamento do norte do Rio Grande do Sul contribui para explicar as diferenciações existentes nas trajetórias dos sem-terra e as formas sociais que a terra adquire na região. A apropriação da terra é resultante de uma série de conflitos sociais entre índios/ colonos, colonos/ ocupantes, fazendeiros/ ocupantes/ colonos e tem na sua origem regulamentações distintas e eventualmente contraditórias: o direito de posse dos ocupantes, a concessão de terras aos fazendeiros e as políticas de colonização.

Na década de quarenta, do século XX, as possibilidades de absorção dos excedentes populacionais estavam limitadas. Já não restavam terras disponíveis no Estado, pois, conforme GEHLEN, “as terras gaúchas encontravam-se já retalhadas e distribuídas” (1983, p. 81). A grandes contingentes de trabalhadores rurais, as alternativas eram

⁴⁴ Tendo como base as análises de ROCHE (1969).

limitadas. A migração para as novas fronteiras agrícolas deste período, oeste catarinense e sudoeste do Paraná, era uma das principais saídas⁴⁵.

No início dos anos sessenta, as terras disponíveis nos estados vizinhos começaram a reduzir-se também, trazendo dificuldades para a principal forma de alívio da demanda por mais terras. Isto, aliado a um mercado de trabalho urbano restrito, acarretou, conforme ECKERT, que “a tensão social por terras aumentou” (1984, p. 54). É neste contexto que surge o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER).

Ainda em setenta e oito, os conflitos mencionados por KLIEMANN eclodem novamente, quando aproximadamente mil e cem famílias, que ocupavam a Reserva Indígena de Nonoai, pagando arrendamento à FUNAI, são expulsas pelos índios. Destas, aproximadamente quinhentas e cinquenta famílias aceitam as ofertas do Governo em projetos de colonização no Estado do Mato Grosso. Outras cento e vinte e oito acabam sendo reassentadas em Bagé. As demais, em torno de quatrocentas, permanecem precariamente na região. Entre junho de setenta e oito e janeiro de oitenta e um, ocorrem sete ocupações em glebas da Fazenda Sarandi, entre estas as granjas Macali e Brilhante. Destas iniciativas resulta o assentamento de trezentas e oitenta famílias na região.

Entre os anos de sessenta e dois e oitenta e sete, a luta pela terra no RS tem como centro três pontos que distam poucos quilômetros entre si: as glebas **Macali e Brilhante**, a **Fazenda Annoni** e o entroncamento rodoviário de **Encruzilhada Natalino**. Todas essas áreas pertenciam originariamente à fazenda Sarandi, que possuía, quando da ocupação da fazenda pelo MASTER em sessenta e dois, vinte e uma mil hectares. Após a desapropriação, a fazenda foi repartida em diversas glebas, entre elas a Macali, a Brilhante

⁴⁵ Segundo dados da Fundação de Economia e Estatísticas (FEE) apresentados por BASSANI, “(...) durante o período de 1950 a 1970, o saldo migratório desfavorável ao RS foi de 594. 313 pessoas.” (1986, p. 89).

e a Annoni, passando por diversos processos jurídicos e negociatas, sendo objeto de uma CPI da Assembléia Legislativa no início da década de oitenta.

Em agosto de oitenta e cinco, três meses antes da ocupação da Annoni, uma reportagem na imprensa relata a ocupação de sessenta e dois (MASTER), frisando a existência de uma certa continuidade nas práticas políticas dos camponeses da região: “Fazenda é invadida em 62, começa a luta dos sem-terra: A invasão da Fazenda Sarandi representou uma mudança na estratégia de conquista da terra até então.” (ZH, 04.08.85).

Estes pontos acabam por ser constituídos como **lugares simbólicos da luta pela terra**, como definiu o militante do Movimento, referindo-se à EN, por ocasião dos festejos comemorativos aos “dez anos de retomada da luta pela terra”: “Companheiros, vocês estão pisando um **chão santo** (grifo nosso) para os sem-terra’, (...)” (ZH, 23.10.89). Eles são símbolos de grandes lutas e algumas conquistas – não só em termos de terras, mas também de apoios e experiências – fundamentais para a construção do que hoje é o MST e também seus aliados, assim como para lutas democráticas mais gerais da sociedade. Neste sentido, basta lembrar o que aquela Encruzilhada do interior gaúcho representou no processo de democratização da sociedade brasileira, principalmente após a intervenção militar, com o major Curió. Como mencionamos, durante a campanha eleitoral de oitenta e nove, foi realizado na Natalino o maior comício da campanha Lula, fora de grandes centros urbanos.

O acampamento de EN é o exemplo emblemático da luta pela terra nos anos oitenta no país, seja pelo fato de ter-se constituído como um pólo catalisador dos referenciais de luta política em um período de desestruturação do regime militar e de reorganização da sociedade civil brasileira, ou seja pelo seu caráter de impulsionador da luta pela reforma agrária, tornando-se um símbolo nacional e precursor da organização dos sem-terra nas últimas duas décadas.

Qualquer tentativa de sintetizar a importância e o significado do acampamento de EN para a conformação e o desenvolvimento dos movimentos populares em geral, e dos movimentos camponeses em especial, corre o risco de ser redutora. Esta compreensão vem-nos de dois ângulos diferentes: por um lado, a complexidade dos aspectos que levaram à formação de EN e à efervescência de múltiplos elementos criados no acampamento. Este processo configuraria um “período quente” na produção simbólica e na proliferação de imaginários, segundo a concepção de BAZCKO⁴⁶, dificultando qualquer enquadramento ou análise conclusiva.

Por outro lado, a partir desse processo de produção de imaginários, EN constitui-se como um símbolo maior da luta pela terra. Esta experiência e os seus significados e imagens são constantemente invocados, utilizados e redefinidos, dificultando, assim, as tentativas de fixação de sentido.

Independentemente de quais tenham sido os fatores determinantes da deflagração do acampamento de EN, este representa a confluência de dois caminhos que se interpenetram, já há aproximadamente quatro anos: de um lado, a experiência de lutas dos camponeses, que se confundem, a longo prazo, com o próprio processo de ocupação da região; e, em um tempo mais recente, com a ocupação da Fazenda Sarandi, em sessenta e dois, e as ações dos colonos de despejados de Nonoai. Neste sentido, basta observar que as estratégias adotadas em EN e ao longo da década de oitenta, de forma geral, obedecem aos mesmos passos das elaboradas nos anos sessenta, inclusive alguns ocupantes da década de sessenta acampam na Natalino. De outro lado, está a atuação da CPT/ RS na região.

Na construção da hegemonia de representações ético-religiosas em EN, dois elementos podem ser destacados como aqueles que possibilitaram uma melhor veiculação

⁴⁶ “Pues la memoria colectiva, como todo fenómeno social, tiene una historia; ella atraviesa períodos ‘fríos’ cuando parece estar ‘dormida’, y períodos ‘calientes’ cuando se despierta, retoma a la superficie

de sentidos: a organização espacial do acampamento e a organização das diversas instâncias deste. É, principalmente, através destes dois espaços, juntamente com os materiais de subsídio à reflexão e os rituais, que se constroem as representações da luta pela terra.

Em relação à organização espacial do acampamento, um elemento potencializa a construção de uma visão da luta pela terra como “uma caminhada em busca da terra prometida”: a centralidade da cruz. No cotidiano do acampamento, é em torno da Cruz, na “Hora da Ave Maria”, que os acampados se reúnem para as rezas habituais e é nesse momento que se repassa um conjunto de informações. Em relação aos rumos do movimento, é fundamental notar-se que é em torno da cruz que se realizam as assembléias do acampamento e as grandes manifestações. Ou seja, as definições dos rumos da “caminhada” dão-se ao pé da cruz e iluminadas por esta, como também as demonstrações de força e a disposição para a luta.

Dentre as diversas instâncias do acampamento, uma cumpre papel decisivo para a construção das representações da luta: os pequenos grupos de famílias por barracos. Em primeiro lugar, é uma prática comum da Igreja católica formar grupos de famílias nas comunidades, para estudos bíblicos e novenas. No processo de mobilização prévio ao acampamento, nas preparações dos Dia do Agricultor e das Romarias da Terra, os grupos de estudo e discussões por famílias ocupavam um espaço central. Estes espaços são importantes, pois muitos dos acampados iniciam o contato com o “campo dos conflitos agrários” através deles. Nestes ocorre um processo de formação política de base, eufemisticamente denominado pelos religiosos de “conscientização” do povo⁴⁷.

de la vida social, y encuentra ricas y diversas formas de expresión cuando demuestra ser una dimensión esencial de las mentalidades.” (1991, p. 159).

⁴⁷ “A linguagem religiosa funciona permanentemente como instrumento de eufemização.” (BOURDIEU, 1996, p. 194-6).

No acampamento, estes grupos tinham por função possibilitar que todos discutissem previamente as questões que seriam deliberadas nas assembleias gerais, ou contribuir, via coordenador do grupo, com a coordenação central. Outra função dos grupos é que estes são espaços de estudos e reflexão sobre a luta pela terra, da sociedade como um todo e de temas religiosos. A dinâmica dos grupos acaba por conjugar estas duas funções em um mesmo espaço: grupos de estudos bíblicos e grupos de base do acampamento. Esta articulação termina contribuindo para que as representações “religiosas” da luta hegemonizem o acampamento.

A construção de representações da luta foi um ponto decisivo para a consolidação do acampamento e para o futuro do movimento. É a partir destas representações que se constrói a identidade dos sem-terra, dando coesão ao grupo; que se definem os objetivos da luta; que se estabelecem os parâmetros de negociação com os seus interlocutores privilegiados, o Estado e a Igreja; que se possibilitam as articulações de manifestações de apoio e solidariedade, política e material.

A definição de uma identidade social dos atores é uma questão determinante nos movimentos sociais. É através dela que os indivíduos podem perceber suas experiências e interesses comuns, diferenciando-os de outros grupos sociais, podem construir suas referências e organizações e projetar suas expectativas⁴⁸.

Os seus opositores, tanto o Estado e os políticos situacionistas, como os setores ligados ao capital, sempre procuraram atribuir uma identidade negativa aos acampados. O centro da tática do Governo sempre foi a de procurar deslegitimar o movimento, em vez

⁴⁸ Nesta tese, adotaremos as orientações de THOMPSON. Para este historiador britânico dos movimentos sociais, a identidade está relacionada diretamente com as experiências vivenciadas, seja individual ou coletivamente. Este pesquisador dá muita ênfase à experiência humana, da qual advém sua famosa definição de classe social e de sua formação, na qual enfatiza a questão identitária: “(...) classe ocorre quando alguns homens, como resultado de suas experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si.” (1992: 10).

de tratá-lo como uma questão social. Os acampados eram caracterizados ora como oportunistas e vagabundos, ora como ingênuos e massa de manobra de “agitadores profissionais”.

Os subsídios para estudos elaborados pela CPT/ RS, partindo da realidade vivida pelos sem-terra, estruturam-se em três pontos fundamentais: a experiência de vida e luta dos colonos, o Estatuto da Terra (ET) e dados sobre a estrutura fundiária do INCRA, e textos bíblicos ou da Instituição. É importante ressaltar que o processo de reflexão a partir desses materiais é bem anterior ao acampamento.

A utilização do ET dava-se no sentido de esclarecer aos sem-terra que eles tinham direitos perante as **leis dos homens**. Sendo assim, se os governos não cumpriam a lei, cabia-lhes exigir o cumprimento desta.

É no período de EN que a influência da Igreja se faz sentir com maior intensidade. Já mencionamos os diversos mecanismos através dos quais a Pastoral exerce a sua hegemonia. Esta se consolida pela elaboração de um discurso ético-religioso global, capaz de abarcar múltiplas funções. O sistema de idéias-imagens elaborado pelo discurso religioso possui, ainda, a autoridade de uma “verdade revelada”. Esta dá garantia absoluta de que há uma vontade maior, que lhes proporcionará a conquista. Além disso, de que sua luta é legítima, sobretudo, pela **Lei de Deus**.

A partir de uma leitura do livro do Êxodo, equipara-se a luta pela terra com a saída do povo hebreu da escravidão do Egito, através da imagem metafórica da “Caminhada em busca da Terra Prometida”. Entre as muitas implicações desta equivalência, ela consolida a construção de uma identidade positiva dos sem-terra. Além de serem os fracos, oprimidos e injustiçados, são parte do “povo escolhido”, fato que reforça a unidade do grupo, dotando-lhe de auto-estima e certeza de vitória.

Essa noção de direito à terra, pela lei dos homens e pela lei de Deus, é fundamental para desfazer a associação da reforma agrária como contrária à propriedade e como “coisa de comunista”, idéias difundidas anteriormente por setores da própria Instituição. Desde o início do movimento, sempre se procurou identificar os sem-terra como trabalhadores e ordeiros, sem nenhum vínculo com os comunistas ou outros agitadores. Para tanto, eram fundamentais o apoio e o aval da Igreja que, usando de toda a sua legitimidade, falava por estes.

O terceiro elemento importante na estruturação das representações dos sem-terra é a utilização das **experiências de lutas**. Estas são empregadas como referenciais para a elaboração dos sentidos da luta e para os encaminhamentos do acampamento. São utilizadas tanto “lutas históricas”, como já nos referimos a “São” Sepé Tiaraju, e as do MASTER, como as experiências próximas. Dentre as lutas mais “antigas”, está a presença, no acampamento, de pessoas que haviam participado da ocupação da fazenda Sarandi, em sessenta e dois, e da intrusão na área indígena. Há também o exemplo dos assentados nas granjas Macali e Brilhante, ao lado do acampamento.

As experiências “recentes” também são fundamentais para a construção das representações da luta. Assim, as experiências “individuais” de expropriação e da migração para as novas fronteiras, são reelaboradas coletivamente. A disputa em torno da definição discursiva da alternativa da colonização é permanente durante todo o acampamento. Três armas importantes na construção de um contra-imaginário foram utilizadas: informações e depoimentos de aliados, visitas de representantes aos projetos e a experiência de muitos acampados. A existência, no acampamento, de famílias que tinham passado por esta experiência é constantemente retomada nas manifestações dos acampados. O próprio acampamento é visto como uma “escola” de aprendizado prático. Muitas das experiências de luta são refletidas e reelaboradas como novas estratégias de organização e pressão.

Ainda em relação às experiências de lutas na construção do imaginário dos sem-terra, é importante observar que, juntamente com a luta de Natalino, começa a se organizar o movimento fora do Estado. No ano de oitenta e dois, ocorrem dois encontros de articulação. Estes contatos com outras frentes possibilitam a adoção de novas formas de encaminhamentos das suas demandas, como também ampliam a sua percepção do alcance das suas reivindicações.

No acampamento de Natalino, consolidaram-se duas representações centrais para a estruturação do imaginário dos sem-terra. Por um lado, a representação da vida e da luta pela terra como uma caminhada, a qual se associa à utopia cristã da busca da Terra Prometida. Por outro, a da vida e da luta como um sofrimento, como uma cruz a carregar, mas uma cruz que comporta múltiplos significados. Estas duas representações articulam-se de formas diversas, através dos rituais, dos símbolos, produzindo efeitos e sentidos diferenciados. Das articulações destas e de outras representações, mediadas pelos ritos e pelos símbolos, constitui-se um imaginário da luta pela terra.

Em oitenta e dois, inicia-se um processo de organização de base dos sem-terra em toda a região norte do Estado. Com a vitória dos acampados de EN, o movimento ganha grande impulso, é um momento de grande efervescência política e de atividades de “organização do povo”. Neste sentido, o depoimento de Marli Castro aponta para uma articulação crescente em complexidade:

“Nós tinha todo um esquema nosso de trabalho dentro do município, nós se dividimo, cada um assumia uma parte dentro do município e montamos toda a estrutura de organização e trabalho em núcleo, e usava, em alguns municípios conseguiu via sindicato chegar nas bases, em outros municípios nós conseguimos via Igreja e alguns municípios que nem Igreja, nem sindicato, nós teria que i diretamente procurá o peão.”

Este processo é muito mais complexo que a articulação a qual levou à formação do acampamento de EN. Entre os elementos que complexificam a organização, está o maior número de atores envolvidos, a maior abrangência geográfica e a inserção no processo de organização em nível nacional, o que traz diversas implicações. Algumas diferenças são observadas no período, outras só serão manifestadas no acampamento da fazenda Annoni.

Contudo, a participação da Pastoral da Terra na deflagração e condução desse processo continua sendo fundamental, como reconhece Darcy Maschio, em seu depoimento: “Eu diria que a CPT foi, assim, quem nos criou a oportunidade de se organizá”. A contribuição da CPT viabiliza-se de diversas formas: em primeiro lugar, para um movimento social que está se estruturando, a questão da legitimidade é crucial. É a Instituição que possui credibilidade e os contatos por toda a região. Marli Castro, em depoimento, destaca esta questão: “Então o fato de tê a presença do movimento, da Igreja, do movimento sindical, dá um pouco mais de credibilidade ao que o cara tava falando, isso no início”. Convém ressaltar, que a presença de sindicalistas torna-se crescente neste período, coincidindo com a formação da Comissão Sindical do Alto Uruguai (COSAU) – forma embrionária do Departamento Rural da CUT (DETR/ CUT) –, e as primeiras vitórias das oposições sindicais “combativas”.

Outra contribuição imprescindível dos agentes de pastoral é a criação de condições materiais para que essa articulação se concretize. Os recursos dos camponeses são praticamente inexistentes, como declara Marli Castro: “As condições nossa na época, tanto financeira, como estrutural eram mínimas. Nós viajava, inclusive muitas vez sem dinheiro, caminhando muito a pé.” Nesta situação, a Instituição é quem possui o mínimo necessário de estrutura material para viabilizar o processo, tanto na estruturação do Movimento, como na articulação da ocupação da fazenda Annoni, como ainda durante os primeiros anos do próprio acampamento. Darcy Maschio, em seu depoimento, destaca essa contribuição:

“Então, em oitenta e cinco, oitenta e seis, nós utilizava as estruturas da Igreja pra fazê as reuniões. Utilizava carros das paróquias, inclusive tanto de Três Passos, como Tiradentes, Ronda Alta, sem maiores problemas. (...) digamos assim, até oitenta e seis, oitenta e sete, a gente utilizava, quando nós já tava na fazenda Annoni, nós utilizava salão paroquial de Ronda Alta, fazia reuniões, planejava, eu diria que sessenta por cento das coisas lá dentro da paróquia de Ronda Alta, na sala de visita do padre.”

Finalmente, a CPT desempenha um papel de intelectual orgânico do emergente movimento: elabora os materiais de subsídios para as reflexões de base e assessora os sem-terra, promove cursos de formação de lideranças, entre outras atividades. O discurso continua sendo o de que o movimento é dos sem-terra e que a Pastoral é apenas um serviço, ainda que na prática, em alguns momentos, o papel de dirigente dos agentes seja evidente.

Neste período, o processo de articulação se concentrará em três cidades pólos, que serão as sedes das primeiras coordenações regionais: Ronda Alta, Três Passos e Frederico Westphalen. Os sem-terra acabam por se organizar em diversas instâncias: núcleos de base, comissões municipais, coordenações regionais, uma Coordenação Estadual e a Executiva Estadual. Um aspecto relevante de ser observado é a composição e os papéis desempenhados pela Coordenação e a Executiva, apresentando-se uma divisão de trabalhos, com uma certa diferença de importância. Claudir Gaiardo expressa-se com precisão ao apontar essas diferenças:

“A Coordenação Estadual era que tomava as grandes definições. A Executiva, na prática, eu me lembro que nós se reunia, e nós não tomava assim definições maiores. Então, quando se reunia a Coordenação Estadual, eu me lembro que tinha vários sindicalistas, padres, tinha um pastor também.”

Neste período, como em EN, as representações da luta pela terra são constituídas em torno de três elementos fundamentais: o ET, as representações religiosas da luta e a experiência de luta dos camponeses. Neste sentido, um instrumento importante foi um

documentário sobre o acampamento de EN, que era freqüentemente utilizado nas assembleias e reuniões maiores de articulação. Porém, paulatinamente, as representações políticas vão ganhando maiores espaços, contribuindo para tal o próprio período de efervescência política nacional: o movimento “Diretas Já” e a Aliança Democrática, que elegeram Tancredo Neves presidente, destacavam a reforma agrária como um ponto importante.

Dentro do crescente processo de mobilização e articulação dos sem-terra da região de Três Passos, visando a pressionar o Governo e criar uma frente de luta para manter o Movimento, o MST parte para uma ação ousada: a Estação Experimental de Santo Augusto é ocupada em agosto de oitenta e quatro, sendo os colonos despejados violentamente pela Brigada Militar. Em poucos dias, conseguem rearticular-se e formam o acampamento da Estrada da Fortaleza, em Herval Seco, criando uma nova frente de luta.

Este acampamento, por uma série de aspectos, não atingiu a repercussão e o grau de mobilização de EN. A sua menor dramaticidade deve-se, em boa parte, à sua localização em uma área particular cedida, dificultando investidas das forças policiais; também, ao momento político diferenciado e, ainda, ao menor número de famílias e à sua menor duração. Contudo, o surgimento do acampamento traz logo a lembrança de Natalino, como é freqüentemente veiculado.

Uma diferença importante, entre este acampamento e o de EN, é em relação ao caráter do acampamento. Enquanto no primeiro, a justificativa era em torno da justiça social, referenciada em um discurso ético-religioso, no da Estrada da Fortaleza, esta é marcadamente política, ainda que o religioso não esteja ausente. A presença maior de sindicalistas acaba por impor um tom político mais claro, em comparação à hegemonia dos religiosos na Natalino.

Na Estrada da Fortaleza, adota-se uma estratégia de concentrar as ações mais nas negociações com o Estado, em vez de procurar envolver, intensamente, a opinião pública.

Nesta estratégia, o acampamento deixa de ser o palco de grandes concentrações, como foi na EN. No plano interno do acampamento, a religião continua ocupando um lugar central.

Outro acontecimento-chave neste período foi um acampamento de três dias, realizado em Palmeira das Missões, no final de julho de oitenta e cinco. Esta concentração torna-se relevante por diversos aspectos. Em primeiro lugar, a divulgação do evento é violentamente respondida pelos grandes proprietários de terras. Na preparação deste encontro, Darci Maschio, comentando as pressões dos latifundiários para retardar a implantação do PNRA, afirma que o Movimento tem condições e disposição para afirmar suas reivindicações, não recuando frente a intimidações: “Não somos mais os ingênuos de quatro anos atrás. Não temos dinheiro, nem armas, nem poder político, como os latifundiários, mas não somos meia dúzia como eles.” (ZH, 19/ 07/ 85).

Em segundo lugar, pela capacidade de articulação e organização do Movimento que formou um acampamento com dez mil pessoas, todas tendo passado por discussões de base e, ainda, conforme a imprensa muitos camponeses foram rejeitados por não estarem articulados previamente. A concentração foi considerada também como um momento de conscientização de massa. Estes foram três dias de estudos, discussões e negociações com o representante do MIRAD.

No final dessa mobilização, em assembléia, os sem-terra tomam duas deliberações básicas: “Realizarão um acampamento em frente à Delegacia regional do INCRA”, em Porto Alegre, e “Dão prazo até 20 de setembro para que o Governo Federal assente definitivamente os sem-terra” (ZH, 02/ 08/ 85).

Todo esse processo de organização e mobilização, aliado às experiências vitoriosas das lutas anteriores, as ameaças de recorrer às armas por parte dos fazendeiros, contribui para que a identidade dos sem-terra vá, aos poucos, modificando-se. Aquela identidade construída na Natalino, em certo sentido, torna-se incompatível com a dimensão da

organização e com a intensidade das pressões realizadas junto ao Estado, como declarou Maschio: “Não somos mais os ingênuos de quatro anos atrás.” (ZH, 19/ 07/ 85).

Os meses de agosto a outubro foram de intensas negociações e pressões junto aos órgãos governamentais. Como suas demandas não foram atendidas, conforme havia sido alertado em Palmeira das Missões, no dia vinte e nove de outubro, seis mil e quinhentas pessoas, vindas de mais de trinta municípios da região, ocuparam a fazenda Annoni. Para realizar uma ação de tal envergadura, o MST contou com importantes aliados e muitas colaborações. A ocupação mobilizou, além dos militantes e assessores do MST, de suas diversas instâncias, os STR's, as oposições sindicais e agentes de Pastoral.

A trajetória da luta pela terra no país e a consolidação do “campo dos conflitos agrários” tem na ocupação de fazenda Annoni um momento determinante. Esta compreensão vem de três aspectos relevantes: em primeiro lugar, a ocupação exitosa de um latifúndio de nove mil hectares, reconhecidamente improdutivo e de propriedade em litígio judicial, revela um grande discernimento para a escolha da área certa e capacidade política e operacional para mobilizar seis mil e quinhentas pessoas de mais de trinta municípios diferentes, ocupando quase que simultaneamente a fazenda, sem serem impedidos pela Brigada Militar. A ocupação consolida o processo de organização e politização desencadeado pelos sem-terra e seus mediadores na região:

“Este colono que hoje está na Annoni já esteve acampado em Palmeira das Missões, e participou da invasão da sede do INCRA em Porto Alegre. Esse processo todo, segundo a análise de um dos militantes do movimento, torna este camponês mais ‘conscientizado’ do que os que acamparam na Fortaleza e na Encruzilhada Natalino.” (ZH, 03/ 11/ 85).

Contudo, se a ocupação da fazenda Annoni consolida esse processo organizativo, a declaração supracitada tem que ser relativizada. A articulação da ocupação é de fato muito

mais consistente que a da Encruzilhada Natalino, mas o nível de consciência política dos camponeses está longe de ser este declarado na imprensa. A própria direção não tinha clareza da complexidade do processo, como declara Darcy Maschio: “A turma veio que imaginava consegui a terra em trinta dias, sessenta dias, noventa dias no máximo, (...) Então, imagina assim o nível de consciência que a gente tinha. **A gente não tinha noção** (grifo nosso) do que representava, em que briga nós realmente estava enfiado.”

Outro aspecto relevante da ocupação da Annoni é que ela, juntamente com o Iº Congresso Nacional dos Sem Terra, marca a entrada no cenário político nacional, de um dos atores sociais mais importantes da história contemporânea do País. O MST começa a consolidar-se nesse período, conforme apresentamos no capítulo anterior. A ocupação da Annoni é parte da resposta aos recuos do PNRA, do Governo Sarney. Em outubro deste ano houve a ocupação de sete áreas em quatro estados, como é anunciado com destaque pelo Jornal Sem Terra, na manchete “Assim se faz a Reforma Agrária”:

“Desconsolados com a proposta da ‘Nova República’, o Movimento dos Sem Terra prometeu fazer a Reforma Agrária com as próprias mãos, e partiu para ocupações e acampamentos. No Rio Grande do Sul, cerca de dez mil pessoas entraram num latifúndio improdutivo no município de Sarandi, no norte do Estado. Também no ES, SP e PR os lavradores fizeram ocupações de terras.” (out. 1985).

A constituição do MST como ator político com autonomia e legitimidade, acarretará várias alterações nas suas relações com os seus mediadores. As modificações mais significativas ocorrem principalmente com o sua aliada mais direta: a Igreja, e a CPT em particular.

O terceiro aspecto relevante do acampamento da Annoni é que este se constitui em um espaço importante da construção dos imaginários do Movimento Sem Terra. Os quatro anos do acampamento possibilitam a retomada de várias práticas e representações construídas na Natalino, a ressemantização de algumas destas e a construção de novas.

Por último, é importante observar que o acampamento tem um caráter muito dinâmico e complexo, no qual se apresentam diversas etapas políticas e organizativas, como refere Darcy Maschio: “Os acontecimentos eram rápidos. Semanalmente às vezes trocava, nós chamamos de conjuntura, trocava a conjuntura, o relacionamento nosso com o governo, com o INCRA, trocava às vezes duas, três vezes numa semana.” Este aspecto faz com que a Annoni seja um “período quente” da construção do imaginário do Movimento Sem Terra do RS.

2.1 Alguns parâmetros para a análise interna de um MS

Um elemento a ser considerado na análise interna dos movimentos sociais é o fato de que, para montarem suas ações coletivas, os movimentos utilizam-se de um conjunto de procedimentos conhecidos socialmente. O **repertório de práticas** que engloba estas atitudes é um dos elementos que compõe o capital simbólico de qualquer coletividade e/ou indivíduo. TARROW comenta esta questão da seguinte forma: “Ações bem estabelecidas são o que as pessoas sabem fazer quando elas estão engajadas em conflitos com outras; é o que elas *sabem como fazer* e que os outros esperam que elas façam.” (1994, p. 31 – Tradução do autor.). É importante notar, aqui, como o conceito de repertório de Tarrow aproxima-se do de *habitus* de BOURDIEU, ainda que este tenha uma abrangência bem mais ampla.

Contudo, o repertório não deve ser entendido como algo estático. Por um lado, a definição do repertório de práticas políticas de um movimento social é parte do jogo de disputas internas em torno de suas estratégias e táticas. Neste sentido, TARROW aponta que: “Os movimentos constroem um repertório fixo de símbolos e imagens na cultura

política. Esta construção se dá por meio de lutas e, portanto, a cultura política não é um repertório herdado do passado, mas algo construído no processo social.” (1994, p. 34 – Tradução do autor.). Por outro lado, a definição do repertório de práticas de um movimento social é um dos elementos responsáveis pela dinâmica do processo social, uma vez que é através de uma interação entre as táticas dos contestadores e de seus oponentes, que se estabelece o ritmo da contestação social. Esta noção pode nos instrumentalizar para entender o processo de mudanças nas práticas do MST, ao longo da década de oitenta, analisando-se a passagem de uma ampla utilização de práticas religiosas, mesmo que com cunho ético/ político, para ações “mais” políticas de contestação, admitindo-se ainda a possibilidade de enfrentamentos.

Além deste aspecto dinâmico dos repertórios – interação tática –, há que se considerar ainda uma outra propriedade destes: a sua flexibilidade de utilização. As ciências sociais a definem como modularidade, o que significa, como TARROW explica, a “(...) capacidade de uma forma de ação coletiva ser utilizada por uma variedade de atores sociais, em oposição a uma variedade de metas, cada uma, ou em combinação com outras formas.” (1994, p. 33 – Tradução do autor.) Na dissertação, já havíamos trabalhado esta questão, ao focar como a ressemantização de determinadas práticas pelo campo dos conflitos agrários, por exemplo, como as vias sacras do catolicismo popular transformam-se em “vias sacras do sofrimento do povo”, ou como as romarias tradicionais transformam-se em “Romarias da Terra”. No período da ocupação da fazenda Annoni, a CPT/RS descreve a sua tática em relação à questão da seguinte forma no boletim Voz da Terra: “As celebrações tradicionais todas são válidas, desde que se possa dar uma dimensão nova, isto é, introduzir o conteúdo libertador de sua realidade.” (ago. 1985).

A escolha do repertório de práticas é uma das questões estratégicas dos movimentos sociais. Na sua definição, devem ser levados em conta alguns pontos cruciais. Em primeiro, as práticas não nascem da cabeça dos organizadores, elas devem estar, em algum nível, senão compartilhadas culturalmente entre os membros do grupo, pelo menos

compatíveis com os seus padrões culturais, o que ANDERSON (1997) e BAZCKO (1986) denominam de comunidade de imaginação. Grupos particulares têm uma história particular – com *experiências* e *memórias* – de ação coletiva que devem ser levadas em consideração nas definições de suas táticas. Em segundo lugar, as práticas devem responder a alguma demanda do movimento. Estas podem contemplar desde ações dirigidas aos objetivos últimos do movimento social, ou visar a dar publicidade às suas demandas e/ou representações, buscando criar uma opinião pública favorável para a causa, ou atrair novos adeptos e aliados. Neste sentido, segundo BOURDIEU, uma das condições essenciais dos grupos sociais é a sua capacidade de manifestação:

“(...) a necessidade, em toda a ação política, de reivindicar a capacidade, real ou suposta, em todo caso crível, de expressar os interesses do grupo; de manifestar – e essa é uma das funções principais das manifestações – a existência desse grupo e a força real ou virtual que ele pode dar àqueles que o expressam, assim o constituem como grupo.” (1996, p. 49).

Nas sociedades contemporâneas, os meios de comunicação de massa são um palco de ação constante de diversos atores, com múltiplas motivações e fins. Os movimentos sociais também são influenciados por este contexto. BERGER aponta neste sentido quando afirma que os movimentos: “(...) consideram a dinâmica da imprensa na elaboração de suas estratégias. (...). O MST precisa encenar suas reivindicações, torná-las fotografáveis e oferecer à imprensa os elementos que confirmarão sua natureza.” (1998, p. 10-11). Contudo, a busca da utilização da mídia é um campo sempre difícil para os movimentos sociais, pois estes têm pouco ou nenhum controle sobre o que os meios de comunicação vão veicular a seu respeito e, em muitos casos no Brasil, os veículos de comunicação de massa são, em algum nível, hostis ou mesmo antagônicos aos movimentos sociais populares (BERGER, 1998; VOESE, 1998). Além disso, nem sempre o que atrai a mídia é o que é mais estratégico para os organizadores dos movimentos.

Na definição do repertório de práticas de um movimento social, além da interação tática com seus mediadores, adversários, Estado, imprensa e opinião pública, os organizadores devem levar em conta os efeitos destas sobre os membros do próprio grupo. Pois, embora novos adeptos possam ganhar um sentido do poder potencial de um movimento em processos de elevação de consciência, o teste real para o movimento vem no protesto de fato, como aponta HIRSCH:

“Se um amplo número estão prontos para auto-sacrificar-se pelo movimento, as chances de sucesso parecem aumentar; um ‘efeito adesão’ convence as pessoas para participarem deste processo particular por causa de sua presumida habilidade para realizar as metas do movimento. Táticas são mais facilmente vistas como poderosas se elas são altamente visíveis, dramáticas e interrompem as rotinas institucionais normais.” (1990, p. 245 – Tradução do autor.).

Como as ciências humanas têm demonstrado, o estudo do imaginário dos coletivos sociais tem na análise das práticas destes grupos um canal de acesso privilegiado. Neste sentido, tanto o enfoque de uma prática específica, como do conjunto de suas práticas pode constituir-se em uma estratégia de abordagem fecunda.

Em relação ao MST, é possível claramente discernir um conjunto de práticas políticas – algumas localizadas em determinados períodos, outras de cunho mais permanente, ainda que não estáticas ou inalteradas. Os acampamentos de luta pela terra consistem nos exemplos mais relevantes desta forma de agir político. Os acampamentos podem ser enfocados por diversos ângulos. O primeiro está relacionado com sua própria constituição, conforme ABRAMOVAY: “(...) o acampamento é uma forma ativa de espera que dá existência política concreta ao desejo dos trabalhadores de terra.” (1985, p. 56-7).

Outro aspecto importante a ser considerado em relação aos acampamentos, diz respeito à possibilidade de múltiplas atividades serem realizadas nesta situação. HIRSCH

destaca que, neste tipo de circunstâncias, deve-se levar em consideração: “(...) especialmente a habilidade dos organizadores para tirar vantagem da concentração física (...)”. (1990, p. 243-52 – Tradução do autor.). A partir da formação de um acampamento, uma série de atividades se estabelecem, primeiro em relação à sua organização político-administrativa e às negociações políticas; posteriormente, outras atividades são implementadas, como formação política, ações pedagógicas, artísticas, religiosas, entre outras; e, por último, os acampamentos mantêm um contingente aglomerado e em prontidão para outras ações, seja dentro ou fora da legalidade vigente. Ou seja, a simples existência do acampamento prenuncia a possibilidade de outras atividades.

2.2 Consolidação do acampamento

“(...) aquela tentativa de lavrar a Annoni, em roda do acampamento, foi muito mais de mostrar que a Annoni é nossa.” (frei Antonello).

A situação jurídica indefinida da fazenda Annoni, além do recuo da Nova República em relação ao PNRA e o exemplo do equívoco político e operacional que foi a intervenção militar, com o Major Curió, no acampamento da EN, deixam o Governo Federal sem capacidade política de reação imediata à ação dos ocupantes. O Boletim da Ocupação relata a primeira decisão do Governo Federal: “O MIRAD assumiu as negociações garantindo que não vai haver repressão” (out. 1985). Este “tempo” inicial foi fundamental para a estruturação e consolidação do acampamento.

As lideranças e seus aliados, mesmo antes da ocupação, fazem diversos movimentos de articulação de apoios e pressão para que não houvesse nenhum tipo de violência contra os acampados. A primeira preocupação foi a de esgotar publicamente as negociações, marcando um prazo para que o Governo agisse buscando, assim caracterizar a sua ação como uma resposta à inércia governamental.

Por entender que o primeiro dia era decisivo para a consolidação da ocupação, articulam diversas visitas e/ou declarações de personalidades civis e eclesiásticas, em apoio aos sem-terra. No primeiro dia, uma delegação de oitenta religiosos da Diocese de Passo Fundo e dois bispos, comparecem ao acampamento e rezam uma missa Campal. O Bispo de Passo Fundo usando a legitimidade da Igreja, empenha todo o apoio e solidariedade da Instituição à ação dos camponeses, e, ao mesmo tempo, prevendo os ataques e a responsabilização dos religiosos, afirma que a “Igreja não pode ficar alheia”:

“A invasão da Fazenda Annoni foi produto da própria organização dos sem-terra, que, por decisão própria, planejaram essa ocupação, sem a ajuda da Igreja ou qualquer outro organismo, (...). Mas ao mesmo tempo em que diz que a Igreja não interferiu na decisão dos agricultores, ele afirma que a reforma agrária não pode ser protelada.”(ZH, 2.11. 85).

Este apoio político da Igreja é fundamental, tanto para o encaminhamento das negociações junto ao Estado, quanto para a sociedade civil. Por um lado, contando com o aval da Instituição, seria muito mais fácil construir uma opinião pública favorável e obter os apoios necessários. Por outro, para o MST também é importante esse apoio a visando ações futuras. A aprovação da sua atitude polêmica ajuda a disputar a consciência e a encorajar a sua base social potencial: “Nas bodegas próximas aos acampados, as opiniões entre os bóia-frias que estão sem serviço devido à seca se dividem: boa parte concorda com a atitude dos camponeses; outros, geralmente os mais velhos, não acham direito ‘mexer nas coisas alheias’”(ZH, 17. 12. 85).

Além do apoio político, diversos segmentos religiosos empenham-se em garantir as condições de estruturação humana e material do acampamento, que a rigor é mais populoso que muitos municípios da região, contando com aproximadamente seis mil e quinhentas pessoas. No início de dezembro, em uma carta circular aos organismos religiosos, o Bispo de Passo Fundo relaciona as várias formas de auxílios prestado aos acampados e solicita mais colaborações dos católicos para a manutenção do acampamento. Convém observar a forma como o bispo se refere aos sem-terra, como sendo os novos “cristos”, uma representação construída na Natalino:

“Em seguida, com a colaboração das Madres Provinciais das Irmãs Carlistas e de Notre Dame organizamos um serviço de enfermagem. (...) Usando um **fundo financeiro para agricultores sem-terra**, adquirimos duas cargas de alimentos, ao todo dezoito mil quilos, (...). O atendimento espiritual está sendo dado pelos padres de Ronda Alta. (...) Tudo o que fizemos ainda é pouco. (...) Todos os bispos concordaram em atender tais pedidos (...). Em nossa Diocese temos a Ação de Natal 1985, a qual culminará com uma coleta, no dia em que celebramos o Natal de **Jesus Cristo**, nascido num **barraco** (grifo nosso) superpobre em Belém. O lema da Ação de Natal deste ano é: ‘Pão e Terra para Todos’.”

Neste sentido, convém ressaltar ainda que os camponeses contaram também com o apoio das Igrejas Luterana e Metodista. Estas, via de regra, prestavam o mesmo tipo de solidariedade através de apoio político e presença em momentos-chave, de auxílio material e, eventualmente, financeiro. Os luteranos constituem também a CPT/RS desde a fundação desta, em setenta e sete, ainda que em número reduzido, estando representados na coordenação estadual por Córdula Eckert, pesquisadora com dissertação de mestrado sobre o MASTER.

O Comitê Gaúcho pela Reforma Agrária também desempenha um papel relevante de articulação de apoio aos camponeses na região metropolitana e de encaminhamento de negociações junto aos órgãos do Estado. O Comitê é formado por aproximadamente setenta entidades sindicais, religiosas, partidárias, estudantis, de profissionais liberais,

entre outras. Logo após a ocupação, o Comitê pressiona a Assembléia Legislativa para que esta acompanhe os acontecimentos e intervenha a favor dos sem-terra. Ainda que a maioria dos parlamentares seja contrária a uma efetiva reforma agrária, nestes “tempos de Nova República”, se vêem obrigados a fazer algumas concessões. No segundo dia da ocupação uma delegação do “Comitê viaja a Sarandi para ver a situação de perto”, conforme a imprensa:

“Um ônibus cedido pela Assembléia Legislativa transportou na noite de ontem um eclético grupo de passageiros de Porto Alegre até a Fazenda Annoni, em Sarandi. São integrantes do Comitê Gaúcho pela Reforma Agrária, do qual participam entidades como a CUT, FRACAB, Associação dos Sociólogos, Movimento de Justiça e Direitos Humanos, sindicatos e partidos políticos.” (ZH, 2. 11. 85).

Uma questão importante para os acampados e para o emergente Movimento era a dos Jovens que entram na luta antes de “constituírem família”. Ao menos em tese, as políticas de assentamento, de uma forma geral, assim como o MST, trabalham com a família como unidade básica. Esta é uma das primeiras disputas do MST com o INCRA, conforme polêmica estabelecida no período. Esta é uma questão política importante, porque diz respeito à definição de quem são os sem-terra e do tamanho da base social potencial para o Movimento⁴⁹. Em correspondência ao INCRA com as deliberações da Assembléia do acampamento, os *annonis* reivindicam:

“4º - Que todos os jovens recebam, a mesma quantia de terra de cada família, pois constatamos que todos os jovens que lá se encontram estão lá porque pretendem constituir famílias e trabalhar na terra. E só vieram para a ocupação porque nas famílias de origem não tinham mais onde trabalhar nem como se sustentar.” (26. 11. 85)

⁴⁹ “Basicamente, a reivindicação por terra, hoje, concentra-se na juventude rural. Pessoas que se não conseguirem uma gleba para plantar estarão em uma situação difficilima, pôrque o mercado de trabalho nos centros urbanos está em recessão.” (ZH, 3. 11. 85).

Ainda visando a consolidar o acampamento e pressionar o Governo Federal, os *annonis* e seus aliados organizam em dezembro uma atividade dividida em três momentos. No processo de negociação com o INCRA, os acampados concedem até o dia quinze daquele mês para uma atitude concreta em vista do assentamento. “Caso esse sinal não fosse dado”, tomariam uma medida de força, conforme a CPT, em carta circular aos aliados, e como poderia haver reação forte por parte das autoridades, a presença de caravanas de apoio era fundamental, para tentar impedir ou, no mínimo, amenizar a repressão:

“Isto, na prática, poderá criar um conflito, pois, desde a ocupação, eles têm ordem de só ocuparem um espaço determinado. (...) os acampados nos pediram que mantivéssemos o compromisso de estar lá no dia 15, pois, para eles é muito decisivo este apoio da Igreja e dos agentes, irmãos na fé.” (CPT/RS, 6. 12. 85).

Na data definida, às oito horas da manhã, parte dos acampados e apoiadores dirigem-se em procissão da Annoni à Natalino, cerca de três quilômetros, lá “(...) eles pegam uma cruz e carregam para o acampamento. Durante essa procissão, eles deverão fazer diversas paradas onde serão denunciadas as violências que são praticadas contra os camponeses.” (ZH, 15/ 12/ 85). O resgate da Cruz da Natalino, considerada como o símbolo maior daquela luta emblemática – a qual é considerada também como símbolo nacional da luta pela terra até oitenta e sete, quando é adotada a Bandeira dos Sem Terra –, tem como objetivo evocar o caráter de continuidade da luta pela terra. No âmbito externo, colocar-se como herdeiros de todo um capital político e simbólico construído na Natalino, visava à legitimação da ocupação. No plano interno ao “campo dos conflitos agrários”, significava a evocação de uma luta vitoriosa, quase que épica, sinalizando para os camponeses e seus aliados com uma expectativa de êxito. Ao mesmo tempo, como na Natalino havia a hegemonia dos religiosos e das práticas e representações da luta e formas de organização do acampamento inspiradas por estes, o resgate da Cruz significava também a continuidade do caráter da luta – uma luta sagrada – e da influência dos

religiosos na condução do acampamento. A utilização da memória de lutas, seja pelos agentes da Pastoral da Terra, como posteriormente pelos dirigentes do MST, visa a demandas do presente e do porvir. Nesse sentido, é importante observar a afirmação de BAZCKO:

“(…) la memoria colectiva sólo existe y se ejerce sobre un pasado concreto, al que ella clasifica, actualiza o ensombrece tras el olvido. No se ejerce de otro modo más que en un campo simbólico determinado, pôr el juego de una red de representaciones, de rituales y estereotipos, etc., que evocan un pasado específico, lo modelan e lo conectan con las experiencias del presente y con las aspiraciones del porvenir.” (1991, p. 181).

Um outro aspecto importante desta “procissão” é que ela resgata também um conjunto de práticas e representações desenvolvidas pelo “campo dos conflitos agrários”, na Natalino. As caminhadas com paradas para encenações, adotadas das práticas da religiosidade popular, são ressemantizadas e denominadas de “via-sacra do sofrimentos do povo”. Nestas o povo peregrino/ povo de Deus, carrega a cruz dos pecados sociais, no caminho do calvário/ caminhada da construção do Reino/ luta pela terra (HOFFMANN, 1997). Em cada uma dessas paradas, que representam às vezes que Cristo caiu no caminho do Calvário, os militantes encenam as injustiças e as violências da luta pela terra, ou de outras de caráter mais geral – desemprego, racismo, êxodo rural, preços injustos, agrotóxicos, entre outras, conforme a ocasião –, os pecados sociais de hoje.

No prosseguimento do ato, na parte da tarde, osannonis começam a lavrar a terra, em uma atitude de desobediência civil, enfrentando as determinações do Governo, ainda que simbolicamente. Posteriormente, esse ato vai ser narrado em um folheto de propaganda da luta, denominado “Você precisa de terra? Você quer terra?”, da seguinte maneira: “(…) ainda cercados pela Brigada Militar, iniciaram a lavração do campo bruto da Fazenda, para cultivo. Após preparar 30 hectares para horta, a Brigada Militar impediu a continuidade do trabalho.” (MST/RS, 1988). Há que se fazer aqui duas considerações:

em primeiro, a lavração foi prevista para ocorrer das treze às quinze horas, apenas duas horas, ou seja, o mais importante é o ato de tomar posse da terra, do que propriamente a quantia de terra lavrada.

Após a intervenção das tropas da Brigada, como o previsto, às quinze horas a atividade prossegue como programada, com uma missa campal, com dezenas de religiosos. Programar um ato religioso, após um ato “curto”, duas horas, de desobediência civil tem, no mínimo, dois objetivos: evitar ou amenizar a possível repressão e, complementarmente, criar um sentimento de unidade e de força, que um ato religioso, entremeado de posicionamentos políticos fortes, possibilita na construção de uma mística da luta. Como afirma HIRSCH, estas duas questões estão imbricadas:

“O sentido de crise que se desenvolve em tais conflitos fortalece a crença dos participantes que seu destino está ligado ao do grupo. Eles desenvolvem uma prontidão para continuar participando a despeito dos riscos pessoais por causa de sua crença de que os custos do protesto serão coletivamente divididos.” (1990, p. 245 – Tradução do autor.).

Ainda em relação a essa atividade do dia quinze de dezembro, é importante observar dois aspectos: por um lado, a luta dos sem-terra atinge um grau de centralidade na pauta política do Estado, levando que até a grande imprensa da capital reconheça a sua importância, como fica evidente: “Deverão estar no acampamento diversas autoridades estaduais e da região. Hoje, pelas dimensões que tomou a luta desses oito mil acampados da Annoni, **o centro político do Estado é aqui** (grifo nosso).” (ZH, 15/ 12/ 85). Esta constatação oferece uma indicação de qual o impacto da luta do “campo dos conflitos agrários”, neste período.

Por outro lado, como observou BERGER (1998), o Movimento, objetivando tirar o máximo de proveito político de suas ações, leva em conta também a dinâmica da imprensa para organizar as suas atividades públicas: “Os acampados deverão aproveitar o respaldo político que terão no momento e a presença da imprensa de todo o país para dar seu

próximo lance na batalha de conseguir que o Governo Federal desaproprie (...).” (ZH, 15/12/85).

2.3 Ação Político-organizacional

Na organização do acampamento da fazenda Annoni, muitas das experiências organizativas desenvolvidas na EN e na estrada da Fortaleza são utilizadas. Obviamente que, pelo fato de o número de pessoas ser aproximadamente três vezes superior ao do período de maior expansão da Natalino, e de localizar-se em uma área de campo, não em um corredor de estrada, esta ação exigiu adequações ou a adoção de novas formas de organização. Mesmo assim, as alterações adotadas realizam-se a partir da experiência daqueles acampamentos.

A organização política e espacial do acampamento estrutura-se a partir de núcleos de base, envolvendo um pequeno número de famílias distribuídas pelos barracos, muitos destes aglutinando sem-terra de uma mesma cidade de origem e, inclusive, vários grupos de parentesco⁵⁰. A partir destes, organizam-se várias equipes, por área de trabalho, que garantem o funcionamento interno do acampamento, além de uma coordenação geral, que é responsável também pelos processos de negociação com os órgãos do Governo e outros encaminhamento fora do acampamento, como é descrito no “Boletim da Ocupação”:

“a) Nossa organização: o povo está organizado em 145 núcleos com 10 a 15 famílias. Temos comissão coordenadora central, de segurança, higiene, alimentação,

⁵⁰ “Laços podem também multiplicar e reforçar cada outro no curso da ação coletiva, mas laços previamente existentes formam a principal base de mobilização e ação coletiva.” (TILLY, 1985, p. 730 – Tradução do autor.).

saúde, água, educação, liturgia, catequese, grupos de jovens (**pastoral da juventude**) e organização de mulheres. Temos nossas assembleias onde os problemas são discutidos, encontradas as soluções e tomadas as decisões. Temos **celebrações litúrgicas onde firmamos nossa vontade** (grifo nosso) de resistir e continuar nossa luta para alcançar a vitória!” (nº 3, nov. 1985).

Os núcleos tinham a função de instância de base do acampamento. Cada núcleo possui representantes nas instâncias superiores, fazendo estes um processo de mão dupla entre a base e a coordenação. Eles trazem as demandas da luta para serem discutidas em cada núcleo e levam o produto dessa discussão para a coordenação. As pautas das assembleias são discutidas previamente nos núcleos e as propostas são levadas à coordenação, sistematizadas e encaminhadas à plenária⁵¹. Inicialmente, as assembleias ocupam uma função de garantir a participação dos acampados, conforme Darcy Maschio: “Era a forma que juntava o povo pra que todo o povo viesse, ao menos ouvissem, opinassem assim um pouco e aí ajudasse a decidir e aí a gente tinha realmente noventa por cento, a gente tinha nas assembleias.”

Contudo, se de uma forma geral, o acampamento da Annoni adota as mesmas formas de organização que os dois anteriores, alguns elementos-chave diferenciam a organização dos anonis da forma usada por aqueles. Destes, dois serão abordados em particular: os núcleos por famílias e o processo de formação política.

Com relação aos grupos de base, a sua denominação aponta para algumas diferentes funções assumidas por estes, ainda que outras permaneçam as mesmas. No

⁵¹ Marli Castro descreve esse processo da seguinte forma: “Então nós trabalhava a questão nesse grupo e depois de havê um consenso, tirava as propostas e lançava em discussão. Aí, a forma de lançar em discussão era justamente chamar esse grupo de municípios, trinta e duas pessoas, discuti isso com eles e aí eles levavam a discussão pro grupo e aí a resposta de volta era a assembleia, cada grupo apresentava a sua proposta. Só que, é claro que muitas vezes a maioria das ações não nascia da vontade do povo. Claro que não, isso é claro que ninguém é inocente dessa questão, pra isso é que existe direção, tem que tê o papel de conduzi, só que nós tentava evitá a imposição das coisas.”

acampamento da Natalino, estes são denominados **grupos de famílias**, sendo um prolongamento dos grupos de famílias existentes nas comunidades.

No acampamento da Annoni, estas estruturas receberão a denominação de **núcleos de base**, o que pode sinalizar para um caráter mais político. A partir de oitenta e três, as lideranças e os mediadores religiosos haviam desenvolvido um processo de organização dos sem-terra na “região” de Três Passos. Nas comunidades, os camponeses são organizados em núcleos que estruturaram o movimento incipiente e prepararam a ocupação. Esta experiência é trazida para a Annoni, inclusive alguns destes núcleos têm continuidade.

Contudo, mesmo em algumas funções que se mantêm acontecem modificações consideráveis. Na Natalino, os grupos de famílias realizavam discussões sobre a reforma agrária, a partir de materiais fornecidos pela Pastoral da Terra, basicamente o ET, dados de concentração de terras do INCRA e textos bíblicos ou documentos da Igreja. No acampamento da Annoni, esta função se mantém, porém os subsídios adotados são viabilizados tanto pela CPT, como por outros mediadores. Esta ampliação do leque de interlocutores leva a uma modificação do enfoque das discussões, nas quais entram subsídios políticos mais socioeconômicos, como abordaremos no capítulo V.

Esta organização de base dos acampamentos constitui espaços decisivos na veiculação e consolidação das representações da luta pela terra, nestes e nos próximos acampamentos⁵². A modificação da sua significação, de grupos de famílias para núcleos de base, e dos temas e subsídios utilizados, vai contribuir para a modificação das representações e, mesmo, de algumas práticas dos annonis e nos novos acampamentos.

⁵² “Elevação de consciência é facilitada em *settings* não-hierarquizados, frouxamente estruturados, face a face, que estão isolados de pessoas do poder, em tais *abrigos (havens)*, pessoas podem facilmente expressar preocupações, tornar-se conscientes de problemas comuns e começar a questionar a

Ainda dentro da perspectiva de consolidação, tanto do acampamento, como do Movimento, algumas das lideranças e seus apoiadores decidem pela realização de um curso de **formação política** para as lideranças. Segundo frei Antonello, na definição dos objetivos e conteúdos: “Quem pensou foi a turma ligada aos sindicatos, a turma da CUT, o Orlando Vicenzi, Mineiro, Padre Arnildo e mais a coordenação do acampamento.” O curso que é aplicado pelo então frei Antonello, começou em fevereiro, estendeu-se até maio de oitenta e seis, quando começou a caminhada denominada de “Romaria Conquistadora da Terra Prometida”, que absorveu a quase totalidade de seus participantes.

O curso estava ligado à organização do acampamento por núcleos de base, que indicavam os representantes. Inicialmente, fazia-se um trabalho de instrumentalizar os participantes sobre determinado tema. Após, dava-se um processo de interação com a base do acampamento e um processo de retorno das discussões dos núcleos, como relata frei Antonello:

“Depois de discutido isso, se discutia com eles uma metodologia de como eles iam discutir com o pessoal, com o pessoal lá na base. E cada um deles ia discutir em dois ou três grupos, e assim, tocava pra frente, essa dinâmica, até chegar na base e lá na base depois pegar as sugestões de como conduzir a luta e aí chegava na própria direção.”

Como em todas as atividades do “campo dos conflitos agrários”, os objetivos fundamentais da formação estavam relacionados, principalmente com as demandas da luta: a necessidade de consolidar organizativamente o acampamento e de qualificar politicamente as lideranças. O Caderno de Formação do MST nº 5, utilizado no curso, define como objetivo de sua publicação “orientar as lideranças do Movimento na

legitimidade de instituições que lhes negam os meios de resolverem aqueles problemas.” (HIRSCH, 1990, p. 245 – Tradução do autor.).

organização dos companheiros na base” (2 ed., mar. 1986). Frei Antonello, sintetizando as discussões que levaram a definição do “programa” de formação utilizado, assegura que:

“O que nós queremos com a formação é qualificar, porque o nosso povo em geral não tem argumento, ou seja, quem foi para o acampamento? A gente tinha duas ou três lideranças, a maioria era massa. E aí tinha a estrutura do acampamento, que era os núcleos e representantes dos núcleos, mas esses representantes de núcleos não tinha qualificação, eram lideranças de base.”

A partir da definição dessa necessidade de qualificação das lideranças, começa-se o processo de trabalho com os participantes em torno de três eixos: conjuntura da luta pela terra, a compreensão da sociedade a partir de uma análise de classe e a questão da relação entre a religião e a luta. Frei Antonello assim condensa os conteúdos de formação trabalhados neste período:

“Uma era saber interpretar o que estava acontecendo para saber, uma questão. A outra questão era aprimorar, melhorar a visão classista, bom, quem somos nós? E a outra era também se ter uma compreensão do que era a religiosidade, ou seja, como é que a religião entra na luta de classes, este era o debate.”

O processo de formação não é concluído formalmente devido à dinâmica das atividades dos acampados. No início do mês de maio começa o acampamento na sede do INCRA, em Porto Alegre, e no final deste mês inicia a Romaria Conquistadora. Contudo, se a formação mais “organizada” foi interrompida, é feito um esforço para que a discussão dos temas e o enfoque sejam mantidos mesmo na caminhada. Neste sentido, frei Antonello observa que:

“Que tinha assim, o Arnildo que deu um caráter religioso, nós tinha outra posição já, que só o caráter religioso não era o suficiente, tem que ter uma visão de luta de classe também. Aí quem tem uma grande contribuição é Davi Stival, ele acompanhava de cima, dando a qualificação na linha da luta de classes. O Sérgio acompanhava de cima visando que se continuasse no processo de luta de classes, aí começa assim equacionar a questão religiosa.”

Convém observar neste depoimento dois aspectos interligados: em primeiro, o quanto a formação política está imbricada na questão do caráter da luta: luta sagrada/ luta política/ luta de classes. O segundo está relacionado a uma disputa que começa a ocorrer no interior da Pastoral da Terra, a qual trabalharemos no próximo capítulo.

2.4 Práticas da luta pela terra

O repertório de práticas utilizado pelos acampados na Annoni e seus mediadores é uma “porta de entrada” para a análise das representações sociais, que estas práticas constroem e veiculam, possibilitando assim o acesso aos imaginários do Movimento.

Como frisamos acima, este é um período em que o caráter da luta pela terra está em disputa, entre uma visão baseada em representações religiosas – embasadas em uma leitura do livro do Êxodo – e outra fundamentada em representações político-classistas. As práticas desse período vão conter, às vezes de forma velada, outras explícita, estas diferentes concepções. Neste item, analisaremos três das atividades mais expressivas dessa fase da luta pela terra: a 9^a Romaria da Terra, a Romaria Conquistadora da Terra Prometida e a Procissão das Ferramentas.

2.4.1 Romaria da Terra: Além de divulgar a luta, os próprios acampados desconheciam esse encontro de solidariedade

“Mas, não pensem, meus ouvintes, que a reforma agrária se faz de mão beijada ou de favor dos latifundiários. Pelo contrário! Eles se armam até os dentes, contratam pistoleiros para defender um pretenso absoluto direito.” (D. Orlando Dotti na 9ª Romaria da Terra, F. Annoni, 13.02.86).

A preparação da 9ª Romaria da Terra começa em meados de oitenta e cinco, sendo programada para o assentamento Nova Ronda Alta. Com o advento da ocupação, a Romaria é transferida para o acampamento da Annoni. A transferência demonstra o quanto nestas atividades a escolha dos locais e a definição do seu enfoque são estrategicamente planejados, de acordo com as necessidades políticas do período. Em uma reunião da coordenação dos acampados com a Executiva Estadual do Movimento dos Sem Terra faz-se uma avaliação da 9ª Romaria, realizada poucos dias antes, uma liderança fala à imprensa, fazendo essa relação com os objetivos dos acampados:

“Ênio Borges⁵³ acredita que a Romaria foi muito positiva, porque permitiu aos milhares de visitantes conhecerem a realidade do acampamento e as razões que levaram os agricultores a promoverem a ocupação. Além de divulgar a luta dos sem-terra, **os próprios acampados desconheciam esse encontro de solidariedade** (grifo nosso) que tiveram oportunidade de testemunhar.” (ZH, 14.02.86).

No material de divulgação da Romaria na Annoni, as experiências de lutas históricas são enfatizadas. O folheto de lembrança da Romaria traz na contracapa a figura

⁵³ Natural de Ronda Alta, membro da CPT, sendo liberado pela Pastoral para o trabalho de organização dos sem-terra antes do acampamento da Annoni. Assentado na Annoni, vai trabalhar na organização dos assentamentos.

do “Santo Guerreiro” e, em destaque, a sua declaração muitas vezes evocada: “ALTO LÁ! ESTA TERRA TEM DONO! NÓS A RECEBEMOS DE DEUS. SÓ ELE NOS PODE TIRAR.” Esta vem acompanhada do lema desta Romaria e da Campanha da Fraternidade deste ano: “TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS”. O cartaz compõe-se da figura de uma família cultivando a terra, ao lado de uma plantação de milho vigorosa, tendo a Cruz da Natalino ao fundo da lavoura, além da declaração de Tiaraju e do lema da Romaria.

A Romaria da Terra da fazenda Annoni, como as anteriores, é uma atividade que em si dura todo um dia. Mas, a rigor, a sua preparação envolve um trabalho prévio de planejamento e organização dos agentes da Pastoral e um processo de preparação nas comunidades. A partir de um roteiro de discussões preparado pela CPT, reúnem-se os grupos de famílias para debatê-lo. A dinâmica pedagógica é a de partir de fatos da realidade, buscar as suas origens e possíveis soluções, e avaliá-los sob a “luz do Evangelho”. O roteiro de discussão deste ano aponta que: “O nosso jeito de seguirmos a caminhada de romeiros neste ano será nos envolvendo como cristãos no processo e no desenrolar dos quatro grandes temas que marcarão a nossa história em 1986: Reforma Agrária, Constituinte, Política e Sindicalismo.” (Roteiro, CPT/RS).

A estrutura da programação também segue a das edições anteriores: pela manhã, recepção festiva aos romeiros e uma caminhada com paradas para encenações, a “viasacra do sofrimento do povo”. Nesta Romaria, os “sofrimentos”, e também as esperanças do povo estão condensados nos quatro pontos políticos importantes, discutidos nos grupos de famílias. Estes são encenados pelas organizações dos camponeses e, posteriormente, aprofundados por ocasião do sermão.

Ao meio dia, realiza-se o “almoço comunitário”, em que as pessoas levam seus alimentos e compartilham com os demais. Estes são sempre carregados de significados, a partir de representações como o comunitário, a solidariedade e confraternização, o repartir o pão, entremeados de referências bíblicas, como a parábola da multiplicação dos pães, a

do bom samaritano, entre outras. Este é um momento-chave de conhecimento e de troca de experiências, pois reúne algumas dezenas de milhares de pessoas de localidades diferentes e com diversas trajetórias.

No início da tarde, há a tribuna livre ou popular, momentos entremeados por cantos, versos, trovas, toque de gaita e violão, entre outras manifestações populares, em que as entidades do “campo” e seus aliados fazem pronunciamentos políticos fortes. Este é um espaço importante de consolidação política do “campo dos conflitos agrários”.

No prosseguimento da Romaria, a última atividade é uma missa campal, com a presença de representantes de outras igrejas, notadamente a Luterana e a Metodista. Este é um momento de consolidação, pois nele se consagram os símbolos da luta, como a Cruz de Natalino, porções de terra e produtos agrícolas, ferramentas, entre outros. Além disso, o sermão fica ao cargo de uma autoridade eclesial de destaque, a qual retoma os temas discutidos nos grupos de família e constantemente mencionados, dando-lhes o aval, ou a “bênção” da Instituição, uma vez que são “exigências cristãs”.

O sermão proferido por Dom Orlando Dotti discorre sobre os quatro pontos que devem prioritariamente ser discutidos e encaminhados no processo constituinte, estabelecendo que esta temática é de interesse e responsabilidade de toda a sociedade, inclusive da Igreja. Segundo o sacerdote, estas questões, mesmo sendo temporais, necessitam da iluminação bíblica, conjugando-se aos parâmetros éticos e morais do cristianismo e ao “projeto de Deus”. O Bispo exorta os fiéis a se engajarem neste processo político, pois “as exigências cristãs em nome da nossa fé (...) nos põem na luta”. No prosseguimento do sermão, afirma que a nova Carta deve conter “exigências cristãs”: “Em nossas comunidades, chegamos à conclusão de que estes temas não são temas profanos, mas concluímos antes que existem exigências cristãs de ordem fundiária, de ordem constitucional, política e ordem associativo-sindical”.

Além do processo constituinte, o sermão de D. Orlando atribui grande ênfase à reforma agrária. Por um lado, o Bispo enfatiza que a luta pela reforma deve se dar por uma nova ordem, “mais cristã”, e que os acampados estão dando um testemunho profético. Após discorrer sobre o processo conflitivo que envolve a luta dos sem-terra – o ano anterior foi aquele que apresentou o maior número de mortes no campo neste período –, afirma que reforma agrária não seria conquistada de “mão beijada ou de favor do latifúndio”. O sacerdote encerra sua pregação abordando o tema mais polêmico, as ocupações e, citando São Tomas de Aquino, defende-as a partir de um enfoque bíblico:

“Basta olhar para aquelas barracas ali levantadas para entendermos que **aqui está uma voz e uma ação profética** que condena a estrutura agrária existente no Brasil, e conclama o povo sofrido a se organizar para a implantação de uma ordem fundiária nova, **mais cristã** e mais fraterna. (...) Em segundo lugar, devemos fazer valer a nossa força de organização, conscientizando, reivindicando, pressionando e, em casos extremos, acampando e ocupando as terras desocupadas. **A moral cristã nos ensina que, nos casos extremos, todas as coisas são comuns** (grifo nosso). A ocupação, a invasão como muitos teimam em dizer, não é o que queremos, mas, às vezes, é a única coisa que se pode fazer para sobreviver.”

Esta posição do Bispo de Vacaria é muito importante para os acampados e para o MST, pois ela vai ser consolidada em um documento da CNBB sobre as ocupações. Sempre que necessário, seja no enfrentamento com o Estado e seus oponentes, ou no momento de aparar alguma “aresta” ou crítica de setores da própria Igreja, esta posição vai ser evocada.

Posteriormente, na “Revisão da Romaria da Terra” realizada pela CPT/ RS, os religiosos vão chegar à conclusão de que os aspectos políticos se sobrepuseram aos religiosos. Esta é uma dificuldade que se apresenta cada vez mais evidente, levando a Pastoral a questionar freqüentemente a sua prática. No próximo Voz da Terra, esta constatação é clara: “No global não apareceu muito aquele aspecto do Evangelho, da fé, dando força às lutas. Salientou-se mais a luta pela terra. Poderia explicitar-se mais o fato

de que **essas lutas são por motivo do Evangelho** (grifo nosso) e que é pela força da fé e do Evangelho que vamos às lutas.” (1986).

2.4.2 Acampamento em Porto Alegre: O povo da cidade gosta e aplaude

“O acampamento funcionou como uma espécie de embaixada dos colonos na capital e marcou pontos junto à opinião pública.” (ZH, 29.10.86).

Na trajetória de luta dos annonis, o primeiro ato político fora da fazenda foi um acampamento nos jardins do INCRA, no início de maio. Este apresenta duas novidades táticas na luta pela terra: a primeira é o fato de que o acampamento deixa de ser o único local das atividades do Movimento. Os annonis realizam algumas das iniciativas para dar visibilidade à luta, como a Romaria Conquistadora, que se desenrola fora do acampamento, ou para abrir novas frentes de luta, com ocupações que tiveram a Annoni como base de partida. Somente em oitenta e sete ocorrem doze, como as das fazendas São Juvenal e Seival, em Cruz Alta, na região central do Estado; da São Pedro e Etel, em Guaíba, e Itapuí em Canoas, abrindo uma frente na grande Porto Alegre – estas três ocupações são vitoriosas, viabilizando os primeiros assentamentos de annonis; e o da fazenda da Palma, pertencente à UFPEL, a aproximadamente seiscentos quilômetros de Ronda Alta, buscando uma base de ação na zona sul/ Campanha.

Além disso, a disposição de extrapolar os limites da legalidade já está presente, ainda que em “pequenos atos” de desobediência civil, como a aração da Annoni, ou os acampamentos em prédios públicos ou em frente a estes, para pressionar as autoridades.

Por ocasião do 1º de maio de oitenta e seis, em vez de procurar fazer uma atividade na Annoni, uma delegação de camponeses dirige-se a Porto Alegre, para se “integrar com as classes trabalhadoras urbanas”. O Comitê Gaúcho pela Reforma Agrária organiza estrategicamente um ato público, que tem um desfecho previsto, como é narrado no Jornal Sem Terra: “(...) depois de participarem com os trabalhadores urbanos de um ato político na frente do prédio do INCRA, em Porto Alegre, 130 camponeses da Annoni resolveram acampar nos jardins do Instituto” (JST, jun. 1986). A decisão de acampar tem um objetivo básico e preciso: pressionar o Estado para solucionar as suas demandas. Contudo, este viabiliza aos acampados a oportunidade de divulgarem a sua luta a diversos setores urbanos: “(...) porque os agricultores começaram a percorrer escolas, entidades e outras instituições na cidade, contando o seu problema.” (ZH, 29.10.86). Em um primeiro momento, a presença dos camponeses na capital, entre a solidariedade política, o inédito e o inusitado, acaba por colocá-los em evidência. O Jornal Sem Terra descreve que: “Nas suas andanças, cantam que querem Reforma Agrária no chão, não na televisão. O povo da cidade gosta e aplaude.” (jun. 1986).

Um fato importante que vai diferenciar a construção do imaginário dos annonis daquele da EN, é que estes, no primeiro ano da ocupação, organizam dois acampamentos numerosos, que permanecem por vários meses na capital. Além deste na sede do INCRA, os camponeses acampam na Assembléia Legislativa, como desfecho da Romaria Conquistadora. Estes dois acampamentos concentram uma boa parte das lideranças, inclusive as que freqüentavam o curso de formação. A permanência por vários meses em Porto Alegre possibilitou que essas lideranças pudessem estar em contato permanente com outros movimentos sociais, entidades, políticos e intelectuais, ampliando concretamente o número de seus interlocutores e as experiências de que passam a ter conhecimento.

Como neste período o MST passa a dedicar grande espaço para a formação política, neste sentido, o acampamento também é um espaço privilegiado de formação. A estratégia metodológica de educação popular adotada pelos agentes religiosos, que

conduzem a atividade, parte das demandas da realidade, para refletir sobre esta e procurar as alternativas de ação política, como veicula o Jornal Sem Terra: “No dia dois, o acampamento foi dividido em grupos de estudo para discutir a situação do Movimento dos Sem Terra e novas formas de pressão” (maio 1986).

A partir destes acampamentos em Porto Alegre, realizam-se atos simbólicos, alguns promovidos pela Pastoral da Terra. Entre estes, um muito expressivo foi “um dia de lamentações diante dos muros do INCRA”. A estrutura e a fundamentação dessa prática têm inspiração em uma passagem bíblica, contudo ela se dirige a uma instância do Governo Federal. Os muros da passagem, neste ato, têm uma significação precisa, simbolizam as estruturas governamentais:

“Um grupo de agentes e acampados, já que o satanás da anti-Reforma Agrária está cada dia mais solto e forte, a exemplo do povo do Antigo Testamento, que fazia suas lamentações diante dos muros de Jerusalém, decidiram fazer um dia de ‘lamentações’ diante dos “muros do INCRA’ que simbolizam todas as estruturas fechadas do Governo contra a Reforma Agrária.” (Convite da CPT. maio 1986).

Nos atos realizados nesse período, começa-se a observar uma diferença importante: estes se tornam ora mais reflexivos sobre as questões da luta, ora mais reivindicatórios. Alguns atos perdem muito do seu caráter celebrativo, fortemente evidenciado na Natalino. O “dia de lamentações”, coordenado pelos agentes religiosos, é um dia de discussões e estudos, utilizando a pedagogia da Pastoral da Terra: partir da realidade, fazer um processo de reflexão sobre esta realidade e celebrá-la à luz da “verdade revelada”. Uma diferença é notória neste ato: no lugar das tradicionais “vias-sacras dos sofrimentos do povo”, de grande apelo emotivo, organiza-se um período de estudo, com painel expositivo e discussões por grupos, com retorno a um plenário. Outra modificação importante é que, neste, a pauta proposta pela CPT é uma reflexão, com os sem-terra, sobre o papel da Pastoral junto ao Movimento, apontando para uma fase de auto-avaliação dos religiosos, como apresentam os pontos propostos: “a) Como anda o

processo de Reforma Agrária; b) Como se situa a Igreja hoje; c) CEB's – o que propõem; d) Acampados – o que estão fazendo; – o que esperam da Igreja e dos Agentes.” (Carta Convite da CPT).

Entretanto, mesmo que alguns atos sejam menos apologéticos e mais reflexivos, isto não impede que estejam conjugados com atividades celebrativas, mesmo práticas vindas da religiosidade popular. Nesta atividade, o bispo de Caxias do Sul, utilizando uma prática do catolicismo tradicional, abençoa as barracas. Mesmo assim, esta é ressemantizada, as representações evocadas nesta compõem-se de aspectos da luta pela terra, em conformidade com a Teologia da Libertação, como é reproduzido no Voz da Terra: “Fazei, Senhor que não desanimem nunca, na busca daqueles bens que Vós prometeis e que eles querem conquistar: Terra para morar, terra para viver, terra para adorar-vos na liberdade e fidelidade dos filhos de Deus.” (nº 26, jun. 1986).

2.4.3 Romaria conquistadora da Terra Prometida: Da semelhança a uma procissão religiosa a um desfecho conseqüente

“(...) a gente começou a discutir, a notá diferenças com o Arnildo, por exemplo, nós queria botá a caminhada não sei do quê. Vê essa, o termo às vez diz muito e acabô sendo Romaria Conquistadora da Terra.” (Darcy Maschio).

Entre as atividades realizadas pelos annonis, nos mais de quatro anos de duração do acampamento, sem dúvida a mais significativa foi a caminhada da fazenda Annoni até

Porto Alegre, aproximadamente quatrocentos e cinquenta quilômetros. Diversos aspectos contribuíram para que a atividade ganhasse importância, pondo em evidência a luta pela terra durante dois meses, os quais se estendem desde a sua preparação, as quatro semanas de duração e a repercussão posterior. Ela se constitui, ainda, em uma possibilidade de analisar como um conjunto de práticas e representações vão sendo mobilizadas e compondo um imaginário social.

Os objetivos perseguidos pelos organizadores são o de dar publicidade à luta pela reforma agrária. Um dos alvos da publicidade eram os camponeses da antiga região colonial, onde há um grande número de trabalhadores sem-terra e onde o Movimento sempre teve fraca penetração. Em termos de crescimento estratégico, a mobilização dessa “região da serra” daria uma outra dimensão ao MST. Frei Antonello aponta claramente esse objetivo: “A caminhada foi para dar publicidade à luta, que vai descer a onde? Onde tinha mais população, a colônia.”

Contudo, além dessa dimensão estratégica, a atividade buscava objetivos táticos imediatos, para atender as demandas dos acampados da Annoni. Como já fazia mais de meio ano que estavam acampados, sem nenhuma sinalização concreta de solução, decidem por essa forma de pressão, conforme aponta Claudir Gaiardo: “Nós já tinha o acampamento lá em frente ao INCRA e que aquilo, já se previa não dava resultados e que nós precisava de fazer outro tipo de ação.”

Entre os diversos aspectos que tornam essa caminhada significativa, está, em primeiro lugar, o seu pioneirismo. Pela primeira vez se realiza uma atividade dessa natureza no Estado, o que proporciona grande repercussão nos meios de comunicação e impacto na opinião pública. A grande imprensa de Porto Alegre, alguns jornais nacionais e das cidades por onde passou a caminhada deram ampla cobertura, enfatizando o seu ineditismo e importância: “(...) o Rio Grande do Sul testemunhará a primeira e maior caminhada de protesto da história brasileira moderna” (ZH, 24/ 05/ 86). Entretanto, a

caminhada dos sem-terra gaúchos não é a primeira no MST; dois meses antes, em março, o Movimento já havia organizado uma marcha de Campinas a São Paulo, com duração de quatro dias. Mas, a atividade daqueles trabalhadores não chegou a ganhar nem a notoriedade, nem a teatralidade desta segunda edição. A marcha paulista é de conhecimento das lideranças da Annoni e de seus mediadores, pois o Jornal Sem Terra de março estampa na sua capa a seguinte manchete: “Marcha pela Terra percorre 100 km – Uma manifestação inédita.” (mar. 1986). Este fato sinaliza que a constituição de um Movimento nacional também vai influir nas práticas dos seus militantes.

Como a finalidade principal da caminhada é dar visibilidade à sua luta, a direção do Movimento e seus aliados trabalham com o objetivo de dar-lhe evidência e transformá-la em um grande ato, com repercussão na sociedade, aumentando assim o seu poder de pressão sobre o Governo. Nesta perspectiva, os diversos organismos religiosos convocam os fiéis a participarem do protesto: “Nas cerimônias religiosas, os padres e pastores vêm, sistematicamente, convidando seus fiéis para esse ato que os colonos vão realizar hoje.” (ZH, 30.05.86). Nessa convocação, eles são atendidos, pois, em alguns lugares, há uma grande adesão de pessoas que “engrossavam o protesto”, seja participando dos atos e, mesmo, acompanhando-os em alguns trechos do percurso, principalmente da entrada das cidades até a praça principal e/ou Igreja. Ao chegarem à região metropolitana, o protesto, que vinha tendo ampla cobertura, toma grande dimensão, expressando-se em atos públicos massivos na cidades, principalmente em São Leopoldo e Canoas, e bloqueando a BR 116. Ao chegarem a Canoas, os caminhantes são recebidos por uma multidão que “engrossa o protesto” até Porto Alegre: “Foi carregando essa cruz que os 250 caminhantes chegaram em Porto Alegre, (...) atrás deles vinha uma multidão de 30 mil pessoas”, descreve o Jornal Sem Terra (jun. 1986) Os apoiadores “urbanos” articulam diversas formas de promoção da caminhada, principalmente a chegada a Porto Alegre, conseguindo inclusive, que a Câmara Municipal aprove uma acolhida oficial aos caminhantes: “Uma recepção

especial aos colonos da Annoni – Proposta prevê ‘entrega’ da cidade aos sem-terra.” (ZH, 02.06.86).

Além do apoio político, os manifestantes contaram como base logística para a atividade com as estruturas da Igreja, como colégios, seminários e salões comunitários, para alojamento e alimentação – aproximadamente duzentas e cinquenta pessoas, por quatro semanas. Da mesma forma, as rádios e/ou programas da Instituição e gráficas são utilizadas na divulgação do protesto. Esta colaboração é solicitada por algumas autoridades eclesiais, como D. José M. Stroher, Bispo Auxiliar de Porto Alegre, a todos os organismos da Igreja na região:

“Como Bispo Assistente destas Áreas Pastorais por onde se moverá a Caminhada, em meados deste mês de junho, solicito a colaboração dos párocos, das Escolas, Institutos de Formação e outras entidades. Cada um veja como pode participar, dentro do postulado evangélico de acolher os peregrinos, quer rezando e/ou caminhando junto, quer dando comida e pousada. (...) A acolhida não envolve nenhum comprometimento político-partidário.” (circular de 07.06.86).

Na avaliação da caminhada feita pela direção do Movimento, este apoio dado pelos diversos organismos da Instituição é reconhecido como decisivo para que esta fosse “vitoriosa”. É importante notar, ainda, como as lideranças definem, no Jornal Sem Terra, o apoio da Igreja como político, não que se desconheça a importância do suporte material: “Vitoriosa porque teve o **apoio político** (grifo nosso) da Igreja do Rio Grande do Sul. Bispos, padres, agentes de pastoral mobilizaram comunidades inteiras para receber e apoiar os caminhantes” (jun. 1986).

A caminhada possibilita-nos diversos ângulos de análise. Ela permite um acompanhamento da construção do imaginário do MST/ RS, neste período em que o Movimento começa a se consolidar como uma organização nacional e autônoma. Os dois meses em que a “Romaria” esteve em evidência, revelaram-se muitos elementos que permitem uma análise das representações que esta constrói e veicula. É justamente nesta

atividade, principalmente no seu desfecho, que começam a aparecer as primeiras diferenças de posições com setores da Pastoral da Terra, os quais abordaremos no próximo capítulo.

Assim como o resgate simbólico da Cruz da Natalino, a caminhada possibilita-nos observar um elemento-chave em todo o acampamento da Annoni: a reconstrução das representações produzidas na EN. Contudo, as representações “religiosas” da luta pela terra começam a sofrer a concorrência das abordagens desenvolvidas no curso de formação, baseadas em análises mais políticas e socioeconômicas.

As representações sociais que esta prática veicula vão sendo construídas ao longo desses dois meses. A atividade vai-se revestindo de um caráter acentuadamente religioso. O nome escolhido pela coordenação estadual da CPT é bem significativo das representações que os agentes religiosos pretendiam que esta veiculasse: “Romaria Conquistadora da Terra Prometida”. Segundo Darcy Maschio, começou a haver uma diferenciação quanto ao caráter dessa atividade, já por ocasião da sua denominação, uma vez que este defendia que: “(...) nós queria botá a caminhada não sei do quê. Vê essa, o **termo às veis diz muito** (grifo nosso) e acabô sendo Romaria Conquistadora da Terra. Eu particularmente defendi a ‘caminhada pela conquista da terra’.”

Esta concepção orientou inclusive a organização espacial da caminhada, favorecendo a fixação de determinadas representações: “Ficou acertado que, na frente do grupo irá uma faixa com os seguintes dizeres: ‘Romaria Conquistadora da Terra Prometida’. Logo atrás virá a cruz de madeira que tinha ficado encravada na Encruzilhada Natalino.” (ZH, 27.05.86). Outro elemento que aponta a influência dos religiosos na caminhada é que, à frente, vai ainda um estandarte com a figura de “São” Sepé Tiaraju. As palavras de ordem e faixas utilizadas durante a atividade também demonstram a forte conotação religiosa, ainda que não-exclusiva: “Com força, com fé, Moisés caminhava a

pé./ Os faraós querem a morte, nosso Deus, a vida./ Com paz, sem guerra, iremos conseguir a terra./ Com força, esperança e união queremos solução.” (ZH, 27/ 05/ 86).

Outro fator que concorreu para que a caminhada fosse ganhando conotações religiosas foi a presença de oito religiosos, em todo o seu percurso. Além de cinco seminaristas, os sem-terra são acompanhados: “Pelos padres Arnildo Fritzen, de Ronda Alta, Otávio Klein, coordenador da Pastoral da Juventude de Passo Fundo, Frei Érico, de Três Passos, (...)” (ZH, 27/ 05/ 86). Além da solidariedade que isto representa, padre Arnildo, em uma atitude carismática, nas suas declarações, reforça o sentido evangélico da caminhada: “Eu nunca em minha vida imaginava peregrinar na estrada, com o povo, em busca da terra prometida. Sinto cada dia mais, aqui, a experiência bíblica.” (Folha da Serra, Nova Prata. 04/ 06/ 86).

Uma questão que permanece vital para o Movimento e seus mediadores é em relação à identidade dos sem-terra. A proposta da caminhada recebe críticas dos setores contrários à reforma agrária, sempre procurando desviar a atenção do conteúdo social da questão, detratando os camponeses perante a sociedade, acusando-os de vagabundos e de comunistas. O caráter de manifestação religiosa serve também para desconstruir essa imagem e apresentá-los como pacíficos, ordeiros e bons cristãos, como bem flagra a imprensa:

“Nada mais ordeira e pacífica que essa caminhada. Mais que um protesto, **ela se assemelha a uma procissão religiosa** (grifo nosso), compenetrada, respeitosa, contrariando insinuações feitas por fazendeiros de Carazinho de que haveria saques em propriedades à beira do caminho, procurando assim jogar a opinião pública contra os sem-terra.” (Folha da Serra, Nova Prata. 04/ 06/ 86).

Contudo, se essa imagem de ordeiros e pacíficos é importante para neutralizar as críticas dos seus oponentes, em parte ela é incompatível com um Movimento que se pretende nacional e que tem por objetivo principal pressionar as autoridades. Os colonos se apresentam como os pequenos, pobres e expropriados, mas frisam que não querem ser

vistos como fracos. Nas declarações das lideranças, estas constantemente reafirmam a sua condição de movimento social organizado e do caráter planejado de suas ações:

“Nós não queremos que a opinião pública nos veja como um grupo de coitados que estão perambulando sem destino, pelas estradas do Estado. Nós somos um grupo politicamente organizado, que está reivindicando o seu direito de ter um pedaço de terra. Essa reivindicação será feita de maneira ordeira. Isto não significa que somos fracos. (...) **Fazer o protesto de maneira pacífica foi uma opção política**’ (grifo nosso).” (ZH, 27/ 05/ 86).

A saída dos caminhantes da Annoni é marcada por um longo ato no centro do acampamento que se compõe de três partes, reunindo aproximadamente dez mil pessoas, como é detalhadamente descrita na grande imprensa e no Jornal Sem Terra. No final dos discursos, ocorre uma espécie de “cerimônia de envio”, coordenada pelo padre Arnildo, como se os caminhantes fossem missionários, uma prática utilizada pelos religiosos:

“A primeira foi um almoço coletivo que lembrou a comemoração dos israelitas quando foram libertados da escravidão do Egito por Moisés. Aliás, toda a caminhada é tendo como referência histórica a libertação do povo de Israel das mãos dos faraós (...). A segunda parte da cerimônia de despedida teve um forte conteúdo político (...). Feitos os discursos, os 250 colonos que estavam reunidos no meio do acampamento da Annoni ajoelharam-se, enquanto os outros estendiam suas mãos sob suas cabeças e faziam orações (...). Bem no centro desses agricultores reunidos havia uma cruz de madeira, (...).” (ZH, 28/ 05/ 86).

Os sem-terra que estão acampados na sede do INCRA, em Porto Alegre, realizam, no mesmo momento, um ato com idêntica estrutura e enfoque. A unidade da luta é uma questão importante para uma organização que está começando a se consolidar. No início da tarde, os acampados da capital também: “(...) saíram em caminhada, só que esta simbólica, mostrando ‘que a luta é a mesma, e que estamos juntos no movimento’ (...) com paradas ‘como via-sacra’, para a leitura e reflexão de trechos da Bíblia.” (ZH, 28/ 05/ 86) Convém observar que, mesmo em um espaço urbano, uma avenida movimentada de Porto

Alegre, mantêm-se algumas práticas do catolicismo popular, como esta via-sacra do sofrimento do povo.

O desenrolar do protesto manteve um procedimento básico. Em cada local a que se chegava, ocorriam dois momentos: a realização de um ato político e de um ato religioso, e em algumas situações estes dois momentos acabavam por fundir-se. Ambos articulados e divulgados por seus apoiadores, como em Passo Fundo: “Eles realizarão um ato público de protesto contra a lentidão da Reforma Agrária, e após, será celebrada uma missa na Catedral. A Pastoral da Terra da diocese de Passo Fundo está preparando a recepção aos colonos e espera juntar cinco mil pessoas na concentração.” (O Nacional, PF, 29.05.86).

Entretanto, esta caminhada não deve ser vista apenas como um ato religioso ou de fé, até mesmo porque as diferenças entre o religioso e o temporal não fazem muito sentido para os militantes cristãos inspirados pela Teologia da Libertação⁵⁴. Além disso, os objetivos da manifestação são claros: buscava pressionar o Estado para dar um encaminhamento positivo à questão agrária, como é constantemente reafirmado, e protestar contra a violência e a impunidade no campo, além de tentar mobilizar os sem-terra da região da Serra.

Dentro dessa perspectiva, se analisarmos o conteúdo dos discursos realizados na cerimônia de despedida na Annoni, podemos perceber uma diferença clara entre as intervenções das lideranças do acampamento e a do padre Arnildo. A diferença acentuada entre o conteúdo do discurso do pároco de Ronda Alta, fundado em referências bíblicas e representações religiosas da luta pela terra, e as intervenções de Marli Castro e Darcy Maschio, marcadamente políticas, deixam transparecer que a caminhada tinha conotações diferentes para aquele religioso e para a direção do MST:

⁵⁴ “É claro que nem todas as realizações culturais são realizações religiosas e a linha entre as que o são e as realizações artísticas, ou até mesmo políticas, não é muito fácil de demarcar na prática, pois, como as formas sociais, as formas simbólicas podem servir a múltiplos propósitos.” (GEERTZ, 1989, p. 129).

“O padre Arnildo lembrou, baseado em trechos da Bíblia lidos na ocasião, que ‘Cristo quer que conquistemos a nossa terra. Nós temos direito a ela’ (...). Marli Castro, um dos líderes da Annoni, fez um contundente discurso carregado de palavras fortes contra o Governo Federal (...). Darcy Maschio, (...) Lembrou a insensibilidade que as autoridades estão demonstrando para com o problema dos sem-terra e profetizou: ‘esta nossa caminhada há que mexer com os pilares do sistema que hoje já não dá mais’, afirmando que ‘seria bom que os senhores do poder tomassem conhecimento de que hoje já não é mais possível esconder a miséria debaixo do tapete’.” (ZH, 28/ 05/ 86).

Contudo, aqui está um ponto-chave: a diferenciação dos enfoques da luta não opõe linearmente religiosos de um lado, dirigentes de outro. A construção de representações da luta de caráter político não é a mesma coisa que o afastamento do Movimento dos mediadores religiosos, como apontam alguns trabalhos embasados metodologicamente pela análise de discurso, numa abordagem generalizante, como o de STRAPAZZON (1998). Como veremos no próximo capítulo, o que começa a transparecer é uma divisão política no interior da Pastoral. Em relação a esta caminhada, o depoimento do frei Antonello deixa claro que ele e o frei Sérgio Görge, ambos também com grande influência junto aos camponeses, tinham compreensões diferenciadas das do padre Arnildo, sendo a questão da luta de classe o diferencial entre as duas posições. Esta afirmação demonstra como as duas diferentes matrizes discursivas vão incidir nas práticas e nas representações destes atores:

“O Sérgio acompanhava de cima visando a que se continuasse no processo de luta de classes. Aí começa assim a equacionar a questão religiosa. Apesar do discurso religioso para as comunidades onde passava o movimento, havia também uma preocupação de, bom como é que vamos garantir a luta de classe, esta é que era a questão central no nosso ponto de vista.”

A decisão pela realização da caminhada, em si, já é uma questão polêmica no acampamento da Annoni, apesar do exemplo da realização da marcha dos paulistas, dois meses antes. Neste sentido, um dirigente do MST, em depoimento citado por TORRENS,

declara que: “Na verdade, quem chegou a dizer ‘a saída é essa’ foi a nossa assessoria na época. Só que nós, da direção, nós tinha uma avaliação contrária. Mas como nós tava confinados aqui dentro, nós não tinha muita conjuntura fora.”(1991, p. 53). Algumas lideranças declaram que havia outras alternativas de ações para o período⁵⁵. A definição da realização da atividade e a sua denominação são tomadas na “Concentração de religiosos em apoio aos sem terra”, em um dia de estudos no acampamento na sede do INCRA, em Porto Alegre. Conforme o periódico da Pastoral “Voz da Terra”, entre doze pontos denominados de “Compromisso dos religiosos e agentes da Igreja Católica e Igrejas irmãs”, está “Organizar uma caminhada, (...). Esta caminhada se denominará a ‘ROMARIA CONQUISTADORA DA TERRA PROMETIDA’” (jun. 1986). Se a definição pela realização da caminhada em si já é polêmica, a diferença de concepção sobre as formas mais eficazes de luta vão-se tornando explícitas ao longo da atividade. O depoimento de Claudir Gaiardo aponta bem essa divergência e o modo como ela vai se “clareando” durante a caminhada:

“Onde começou assim a clarear mais na minha cabeça essas divergências mesmo foi na caminhada. Quando aí, durante a caminhada, se discutia o que fazer na chegada em Porto Alegre, e **eu dizia que tudo bem, vamos rezar, vamos cantar, mas não é só isso**. Deu uma bronca danada quando foi em Caravágio, (...). Aí tinha Celso Gaiger⁵⁶, padre Arnildo, frei Sérgio e nem me lembro quantas figuras tinha na reunião, mas tinha várias figuras aí na reunião. Aí quando ele (*padre Arnildo*) colocou a idéia: chegava em Porto Alegre e daí tinha todo um esquema lá, ele chegou assim com uma proposta pronta. Aí o Marli meteu a boca, eu não sei mais quem meteu a boca, e aí eu emparelhei e aí terminou a reunião, sabe, então vamos encerrar a reunião e pronto. Esquentou o tempo mesmo, ali foi onde que esquentou a

⁵⁵ “Nós tava levantando a questão de nós ocupar o resto da Annoni e mais alguma coisa que eu não lembro o que exatamente, mas tinha outras idéias também, só que **eram coisas mais fortes** (grifo nosso) que a gente ia fazer assim no sentido de mais, que podiam levar ao enfrentamento esse tipo de coisa.” (Claudir Gaiardo).

⁵⁶ Celso Gaiger é advogado, militante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), ligado a CNBB Sul, Assessor da CPT/ RS, foi Superintendente Regional do INCRA/ RS, no período de março a outubro de oitenta e sete.

coisa mesmo. Que **a nossa idéia** (grifo nosso) nós ia chegar, era aproveitar, se nós tinha essa massa que nós tava prevendo, era pra aproveitar e fazer um rolo bem grande e eles achavam que não, que celebrando a missa e deu.”

Contudo, a existência dessa divergência não significa necessariamente que há uma divisão linear entre religiosos e camponeses, mas, há de fato, um impasse tático quanto ao melhor desfecho para a caminhada⁵⁷.

O desfecho “conseqüente” encontrado, contudo, iniciou um período de dificuldades para os camponeses e seus aliados. Alguns parlamentares de partidos de “centro” e “centro-esquerda”, que inicialmente, nestes “tempos de Nova República”, faziam algumas concessões, começam a retirar seu apoio ao Movimento. Além disso, a grande imprensa e os setores contrários à reforma agrária aproveitam a ocupação para reiniciar uma ofensiva política de desgaste do Movimento: “Os parlamentares levaram uma estrondosa vaia e os colonos ocuparam um dos andares da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. No entanto, foi aí que começou a ocorrer o que as lideranças mais temiam: o isolamento político dos sem-terra.” (ZH, 29.10.86).

Os aproximadamente três meses em que durou o acampamento no interior da Assembléia, não trouxeram nenhuma conquista significativa para o Movimento. Pelo contrário, os ataques de seus oponentes e do Estado colocam-nos na defensiva. Em uma nota da Coordenação dos acampados da Fazenda Annoni e do Comitê de Apoio à Reforma Agrária, é reafirmado o caráter do acampamento e mencionam-se os ataques recebidos: “Concluindo, queremos frisar que **nossa atitude tem caráter essencialmente político**

⁵⁷ “É muito mais uma visão, porque para as lideranças, quem conduzia, elas não tinha muita clareza política ainda, do que significava esse enfrentamento com o Estado, mas eles sentiam assim: o faro de trabalhador, diziam que era preciso ir para o enfrentamento com o Estado. Mas eles não sabiam em que nível. Do outro lado, a adesão e a publicidade, ela se deu pelo caráter religioso. Então, esse desfecho ele tinha consumação religiosa ou ele tinha que ser eminentemente político?” (frei Antonello).

(grifo nosso) e, se estamos sendo inviáveis no lugar que ora ocupamos, em vez de levantarem inverdades, dêem-nos a terra que queremos.”

A ocupação da Assembléia foi o máximo de radicalidade pensada, para um desfecho “conseqüente”, político, para a maior atividade promovida até então na luta pela terra no Estado. Contudo, o acampamento mostrou-se ineficaz. Em primeiro lugar, ele coincidiu com o início do recesso parlamentar do meio do ano, esvaziando a possibilidade de pressão sobre os deputados. Em segundo, não havia uma proposta clara de o que fazer neste acampamento, o que acabou impedindo a realização de ações mais objetivas e, talvez, eficazes. Neste sentido, frei Antonello declara que:

“Aqui em Porto Alegre, foi só o Arnildo, e aí a coisa começa a ganhar um rumo, assim, no sentido de tentar somente dar publicidade e as lideranças perceberam que esse dar publicidade tinha se esgotado. (...) Qual é que era mais ou menos a prática? era pegar a cruz, dar umas voltas pela cidade e voltar para a Assembléia, essa é que era a lógica. Não era tão, a preocupação não era, nós vamos ocupar a Assembléia e começar bombardear os deputados. Nós vamos para Assembléia e vai ser o novo acampamento. Era a Assembléia, era um lugar de fixação, não era um lugar de luta.”

Depois a decisão de se voltar ao acampamento foi muito difícil e desgastante, pois havia gente que achava que deviam permanecer na Assembléia, outros que achavam que deviam retornar ao acampamento. Há inclusive uma dificuldade concreta para resolver esse impasse, pois os sem-terra estão divididos em três acampamentos – na fazenda Annoni, na Sede do INCRA e na Assembléia Legislativa. Alguns assessores vão acusar a direção do MST de ter imposto aquela decisão⁵⁸. Darcy Maschio confirma a existência de visões diferenciadas entre a direção do Movimento e o padre Arnildo: “Nós da direção, do movimento, do acampamento, pensava que tinha que saí daí; e, ele defendia que não devia saí, continuá a caminhada pras cidades, pra continuá nossa chance. Nós avaliava que tinha

⁵⁸ Segundo padre Arnildo: “Quer dizer foram decisões, decisões tomadas por um grupo, grupo da direção e lá repassaram pra cima do pessoal na Assembléia e no INCRA. O pessoal do INCRA concordou, o pessoal da Assembléia não concordou.”

caído num desgaste e que tinha que saí dali, (...)”. Ao mesmo tempo, Maschio questiona-se sobre a maneira como foi encaminhada a questão: “a forma talvez não a mais correta, (...)”.

2.5 Recomposição do Acampamento

“Pra mim, o ponto negativo foi a espalhada na Annoni. Quando a Rejane conseguiu fazer aquela nossa espalhada na Annoni, foi como esfriou toda a nossa organização.” (liderança feminina da Annoni).

Após três meses de acampamento na Assembléia, sem resultados concretos, os annonis resolvem pressionar o governo estadual com um ato público e exigir uma audiência para expor suas reivindicações. No encerramento do ato, os camponeses do acampamento da Assembléia e da sede do INCRA dirigem-se de volta à Annoni, prometendo reorganizar-se para ocupar as sete áreas desapropriadas anunciadas quando da chegada da caminhada a Porto Alegre, mas ainda não-liberadas. Conforme a carta aberta dos acampados da Annoni, distribuída na ocasião: “De lá partiremos dia 29 de setembro para OCUPAR E PLANTAR AS TERRAS desapropriadas, pois SABEMOS QUE É NOSSO DIREITO. Para isso, convidamos todos os que nos apóiam para estar juntos na hora de entrarmos nas terras.”

Esta decisão de ocupar as terras desapropriadas, mas ainda em litígio judicial do INCRA com os ex-proprietários, é a primeira atitude de enfrentamento mais efetivo com a ordem legal vigente tomada pelos annonis, após a tática centrada na publicização da luta

ter-se mostrado limitada em seus resultados. Depois de sortearem os “lotes” da fazenda Annoni e das áreas desapropriadas, os sem-terra organizam uma caminhada, com algumas centenas de acampados, em direção a Cruz Alta, mas como já estava previsto na carta aberta, a decisão encontraria resistência por parte do Estado, por isso os annonis solicitaram aos apoiadores “para estar juntos na hora de entrarmos nas terras”. Ao chegarem à estrada, ocorre o primeiro enfrentamento forte com as tropas da Brigada Militar, algumas semanas depois conseguem algumas conquistas, devido a este episódio, conforme relata o Movimento, na cartilha “Você precisa de terra? Você quer terra?": “O CERCO: (...) os Acampados resolveram fazer uma caminhada até as 5 áreas desapropriadas, localizadas no município de Cruz Alta e foram atacados e agredidos pela Brigada Militar. Resultado: liberaram a ANNONI e trocaram o coordenador do INCRA.” (MST/RS, 1988).

Após este confronto, o acampamento permanecerá sitiado pela Brigada Militar, criando uma série de dificuldades e restrições de movimentação para os acampados. O cerco do acampamento é denominado pelos colonos e seus aliados de “presídio Simon/Brossard”. A partir do retorno dos sem-terra à Annoni e do enfrentamento com a Brigada, começa uma nova fase política e organizativa do acampamento, e alguns enfrentamentos simbólicos com os militares.

2.5.1 Procissão das ferramentas: um enfrentamento simbólico

“As tropas da Brigada Militar cercaram os acampados da Annoni, enquanto o helicóptero da polícia sobrevoava os acampados, fazendo lembrar

aquelas imagens da guerra do Vietnã, (...).” (ZH, 25.07.88).

Logo após o primeiro confronto entre colonos e as tropas militares, os acampados da fazenda Annoni preparam um novo enfrentamento, só que este simbólico: a “procissão das ferramentas”. Os annonis, para promoverem o ato, convidam diversas personalidades eclesiais e seus aliados. No dia três, a atividade começou cedo com “(...) a benção do bispo de Passo Fundo D. Urbano Allgayer, que não acompanhou o ato religioso. Carregando a cruz simbólica dos sem-terra, os colonos, portando suas ferramentas de trabalho, seguiram pela estrada do Pontão.” (JB, 4.10.86) A proposta previa uma procissão até a Encruzilhada Natalino e o retorno ao acampamento, contudo o cerco militar impede a chegada ao lugar previsto. Mas, mesmo assim, os camponeses e seus mediadores realizam o ato em frente ao forte contingente militar: “Na primeira barreira policial, os agricultores encontraram 400 soldados bloqueando a estrada. Sem alternativa, fizeram a celebração religiosa diante da barreira, com a colocação da cruz simbólica do Movimento ao lado da estrada.” (JB, 04.10.1986) Nesta ocasião, o padre Arnildo realiza uma prática do catolicismo tradicional, em um contexto de “tensão armada” e com objetivos claramente políticos: “Depois o padre abençoou as enxadas e foices para mostrar que eram as únicas armas dos colonos no acampamento da fazenda Annoni.” (JB, 4.10.86) Ao final da atividade, alguns acampados realizam um último gesto simbólico, abraçam os soldados.

Um novo enfrentamento simbólico ocorrerá no dia treze, em frente à barreira policial, este com maior duração que o primeiro: um jejum e uma vigília de vinte e quatro horas. A própria escolha do local é simbolicamente orientada e decidida coletivamente. O comandante da tropa questionou a viabilidade da realização do ato naquele local, ao que as lideranças respondem que “o povo escolheu o local porque foi ali que ocorreu o massacre e a violência”. A dinâmica do ato é similar à do primeiro, no início do mês: os acampados caminham carregando a Cruz até a barreira policial, sendo barrados pelas tropas: “Ao

chegar, ocuparam a beira da estrada e realizaram um culto, dirigido pelo padre Arnildo Fritzen. Em seguida, montam barracas para a noite. (...) Eles decidiram permanecer no local e realizar uma vigília e um jejum.” (CP, 14.10.86).

Como a situação do acampamento não ganha nenhum encaminhamento concreto, os acampados definem um prazo para serem atendidos. Para pressionar o Governo, preparam um grande ato para o dia dezenove de outubro, no qual esperavam contar com grande presença de apoiadores e autoridades eclesiais, para participarem de um ato de desobediência civil, possivelmente com o enfrentamento com as tropas fortemente armadas que cercavam o acampamento:

“Caso contrário, os 6.700 camponeses sairão do acampamento, no dia 19, após um grande ato público, que terá a presença de 10 mil pessoas, religiosos e bispos. Os coordenadores estão pensando em convidar, para o ato público, o frei Leonardo Boff, Dom Paulo Evaristo Arns (Arcebispo de São Paulo) e inúmeros bispos.” (ZH,15.10.86).

O Governo Federal, talvez prevendo um enfrentamento de proporções muito maiores que no primeiro confronto, resolve atender algumas reivindicações: trocar o coordenador regional do INCRA, aliviar o cerco militar e, como o MIRAD havia obtido vitória judicial, após quatorze anos, no processo desapropriatório da Annoni, a fazenda foi liberada para assentamento provisório. Em janeiro de oitenta e oito, conseguem outra vitória, em relação ao confronto de vinte e nove de setembro: a Procuradora da República, Vera Michels, entrou com pedido de absolvição do Padre Guido Le Roy, da Igreja Católica Ortodoxa da Bélgica, denunciado em inquérito feito pela Polícia Federal, no qual ele era acusado de incitar as invasões de terras no Estado.

A liberação da fazenda Annoni para assentamento provisório é a primeira grande conquista de terra ocorrida durante a Nova República no Estado: são aproximadamente

nove mil hectares, apesar de não comportar nem um terço dos acampados. Após essa conquista, os sem-terra e seus mediadores vão desencadear uma grande campanha para obter condições de plantar a fazenda.

Paradoxalmente, esta conquista vai trazer conseqüências táticas sérias a médio prazo. O acampamento, praticamente uma cidade com seis mil e quinhentas pessoas, em si é um protesto concreto e tenso, um “caldeirão” ou uma “panela de pressão, prestes a explodir”, como a imprensa costuma caracterizá-lo. A concentração física facilita o processo de organização política dos acampados, a circulação de informações, e permite, inclusive, que se convoquem, a qualquer momento, assembléias de todo o acampamento. Ao mesmo tempo, é o centro de onde rapidamente se podem articular outras ações, como vinha ocorrendo desde o início do acampamento. Com a liberação da Annoni, o “acampamentão” vai subdividir-se em vários acampamentos menores, espalhados pela imensa área da Annoni, alguns distando até aproximadamente vinte quilômetros entre si⁵⁹. Uma liderança feminina da Annoni, quando interrogada sobre os pontos negativos do acampamento, define essa decisão da superintendente regional do INCRA – Rejane Brasil Filippi – como causadora de dificuldades organizacionais, e até mesmo do acomodamento de acampados:

“Porque se espalhou nossa força, aquela de no início a gente tinha de tá todo mundo junto, era muito mais fácil pra nós discutir as coisas nos núcleos e encaminhar. (...) Fez com que o pessoal ficou espalhado e parece que eles tentaram até se acomodar e dizer que eles estavam bem em cima daquele pedacinho de terra, ficaram mais espaçoso pra cada um.”

Esta situação coincide temporalmente com a recomposição política da direção do acampamento da Annoni, após a desativação dos dois acampamentos de Porto Alegre, trazendo enormes dificuldades do ponto de vista organizacional e político, como aponta

⁵⁹ “Para deslocar tinha que circular um carro, um caminhão circulando, recolhendo o pessoal e demorava uma hora e meia, duas horas para circular, a fazenda toda.” (frei Antonello).

frei Antonello, sinalizando, ainda, para as conseqüências desses problemas: “Então, era possível juntar quem, uma meia dúzia de dirigentes, que não tinham a metodologia de discutir com a base, porque não tinha mais ninguém cobrando eles, que tinha quando era o acampamento grande e ficava fácil.”

Essa situação vai esvaziar ainda a própria qualidade do trabalho de discussão e de formação política, visto que a distância dificulta a continuidade das atividades, inclusive desta área. O trabalho passa a ser mais genérico, como destaca frei Antonello: “Começou somente a usar a conjuntura. Aprimorar a análise da conjuntura. Com isso aí, aquele debate mais de perspectiva mais classista era embutido dentro da conjuntura. E a dimensão da mística, ela vai-se perder também.”

2.5.2 A nova estrutura política do acampamento

Os últimos meses de oitenta e seis são iniciadores de uma nova orientação e direção política no Movimento no Estado. A pouca objetividade das formas anteriores de encaminhar as suas demandas, centradas na publicização, juntamente com o enfrentamento com a polícia vão ter uma influência decisiva na reorganização do acampamento e do próprio Movimento.

Por um lado, na estruturação do acampamento, a coordenação cumpria o papel de encaminhar as questões do acampamento, mas a direção política estava concentrada nas mãos dos agentes da Pastoral da Terra⁶⁰. Segundo alguns depoimentos, de mediadores e de

⁶⁰ “Numa primeira fase: era basicamente padre Arnildo, Eu e o frei Sérgio, eram as referências. A relação era, bom o pessoal chegava lá, dava as ordens e eram executadas, na primeira fase.” (frei Antonello).

outros militantes, a única liderança camponesa que tinha participação política mais ativa era Darcy Maschio. Nesta nova fase, a direção política do acampamento é recomposta, inclusive com um “deslocamento” da direção das mãos dos agentes religiosos para as mãos das lideranças do Movimento, conforme frei Antonello: “Ela se dá, começa com um processo de debate com todo mundo. Aquelas lideranças que foram formadas, lideranças emergentes, lideranças da base, elas vão receber o mesmo tratamento. É a coordenação do acampamento.”

Contudo, a relação das lideranças com os agentes religiosos não vai ser uniforme. Quando volta para Annoni, o relacionamento dos dirigentes com o frei Sérgio Görden vai dar-se com um bom nível de entendimento. Darcy Maschio reporta-se a conversas com esse assessor nos seguintes termos: “O frei Sérgio não acha que tava na hora de tu assim não vim muito aqui, ficá um pouco mais, deixá a gente errá um pouco? Depois tu vem e ajuda a corrigi, mas não vai corrigi lá pro povo. Vem, corrige com nós assim, de uma outra forma que ajuda nós a acertá.” Este agente de Pastoral acompanha e apóia a organização dos sem-terra da região de Três Passos, desde oitenta e dois, mantendo estreita relação com o MST até o período atual, morando em um assentamento em Encruzilhada do Sul. Por ocasião da composição da equipe de Governo da Administração Popular, será indicado para chefe do Departamento de Reforma Agrária da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Quando da sua saída da equipe, por divergências sobre a condução das políticas para o setor, contará com a solidariedade política do MST. Marli Castro reconhece que “(...) a contribuição maior do Sérgio foi que ele conseguiu uma metodologia muito eficiente, pra fazê nós avançar, e ele até certo ponto dirigiu, conduziu porque se obrigô a conduzi.”

Por sua vez, a relação da direção com o padre Arnildo desse período em diante acaba ficando mais esvaziada. Darcy Maschio, nesse sentido, menciona que: “Depois da caminhada, eu diria que cada vez mais a gente, ao invés de se aproximá, não conseguimos se aproximá, se distanciamos.”

Contudo, aqui fica claro que este rearranjo político não opõe linearmente lideranças camponesas e religiosos. Por um lado, um grupo de lideranças da região de Ronda Alta, que não pertenciam à Executiva do Movimento no RS, mantêm-se fortemente ligadas ao padre Arnildo. Algumas destas lideranças, como Antoninho Campingotto e o “pessoal da Nova Ronda Alta” são assentados do acampamento da EN, que têm influência muito grande. Campingotto, inclusive forma a primeira Direção Nacional do MST. A estes assentados, somam-se três lideranças sindicais importantes na região que não são sem-terra: Saul Barbosa, presidente do STR’s de Ronda Alta, o qual em oitenta e oito é eleito prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, juntamente com Salete Campignotto, esposa de Antoninho, que é eleita vereadora; Bento da Silva também é presidente do Sindicato de Ronda Alta, e Romeu Schmitz, presidente do STR’s de Sarandi. Marli Castro delineia esse agrupamento e ressalva que conseguiam encaminhar muitas questões em conjunto:

“Eram liderança do município, que atingia um grande número de família, que era o Alceu Campignotto, é, aquele outro, Natalício, que eram lideranças antiga do município e o pessoal da Nova Ronda Alta, ali, o Antoninho Campignotto, enfim, o pessoal de Nova Ronda Alta. Era um pessoal muito bem chegado e era um pessoal que tinha expressão, principalmente naquela região, e aí então nos encontro nosso sempre havia uma desavença com esse grupo de pessoas, e ainda mais quando nós, a partir de oitenta e seis (...). Mas com isso não queria dizê que nós não tinha alguns pontos em comum, uma série de pontos em comum que nós conseguia fazer muita coisa junto.”

Ainda nesse sentido, Marli Castro relata que alguns dos membros da Executiva tinham boa relação com o padre Arnildo. Contudo, segundo esta liderança, isso “também não chegô, assim, a facilitá, a diminuí essa distância que se criô entre nós e eles”. É consenso entre as lideranças e mediadores entrevistados que as divergências destes dois agrupamentos dão-se dentro de um mesmo “campo político”. As próprias partes reconhecem isso claramente, definindo-a como uma questão de método de trabalho, conforme afirma Marli Castro: “Seria uma questão mais de metodologia, mas parece que o

projeto em si seria o mesmo, não teria muita diferença. (...) Só que uma dificuldade que nós tivemos, acho que até um erro, que nós não tratamos essa questão aí com seriedade.”

O próprio padre Arnildo reconhece claramente que o cerne da divergência estava no método de organizar e conduzir o trabalho, tanto junto às bases do Movimento, como no processo decisório: “(...) foi por eu defendê uma proposta de que o povo tem que participá nas decisões. As decisões tem que vir de baixo para cima. E não decisões tomadas pela direção, ou por meia dúzia, ou coisa parecida. Isso foi engrossando.”

Nessas divergências ocorridas no acampamento da fazenda Annoni, entrecruzam-se outros elementos além da questão do método de direção – uma concepção de movimento social de massas (comunitário) e um movimento de quadros (leninista). Uma destas, como abordamos acima, é a direção política do acampamento e o papel dos assessores. Nesta disputa, as lideranças emergentes procuram firmar sua autonomia. Darci Maschio usa uma metáfora muito elucidativa dos sentimentos daquelas lideranças: “Eu me lembro que eu percebia, parecia um medo de criança, de tu tá caminhando e que alguém venha estorvá tua caminhada.” Marli Castro também aborda essa questão na mesma direção, e inclusive avançando mais, expõe a questão da autonomia do Movimento, como que se confundindo com auto-suficiência: “Até chegô a passá na nossa cabeça uma auto-suficiência dessa questão, nós pensava que nós tinha o poder e que se eles ajudasse, se eles nos acompanhasse, tudo bem, caso contrário também nós continuaria sem eles, teria condições de levá.”

Outro elemento que intervém diretamente nesse distanciamento entre os dois grupos é a definição do que se entendia por “terra na região”. Desde o acampamento de EN, essa era a principal bandeira de luta. Contudo, há uma discordância de qual seja a abrangência geográfica “da região”. Nesta questão, padre Arnildo e as lideranças ligadas a Ronda Alta defendiam como sendo terra naquela região do Estado, o Planalto e o Alto Uruguai. Enquanto isso, o entendimento do Movimento era de que seria equivalente a

terra no RS, como um todo⁶¹. Claudir Gaiardo aponta essa distinção e menciona ainda uma intrincada história de uma lista de cem nomes que seriam os possíveis contemplados com lotes na fazenda Annoni, que causou desconfiança entre os dois grupos:

“Aqui que tá uma das encrencas maior nossa com Ronda Alta, os caciques de Ronda Alta, que é a questão de justamente pelo fato de eles ter incentivado sempre no pessoal a idéia de ficar na região, permanecer na região. (...) Eles fizeram uma lista de cem famílias, e essa lista foi preparada também ali, o Gaiger participou, Arnildo, Saul, o mesmo grupo participou. (...) Mas o critério foi, o critério é político.”

O padre Arnildo reconhece a existência de tal lista e apresenta um argumento que, segundo ele, justificou a elaboração da escolha dos possíveis contemplados: “A questão dos cem nomes era, naquela época, se discutiu muito de como a Annoni, que é um fato histórico, é uma marca do movimento, como se pode levar isso de fato que essa área permaneça como exemplo.” A proposta consistia em selecionar um grupo de cem famílias que aceitassem realizar um trabalho coletivo, visando a ser uma espécie de assentamento modelo, o qual deveria contribuir para a difusão da proposta de organização do trabalho coletivo pós-conquista da terra. Contudo, padre Arnildo se exime de responsabilidade sobre a sua elaboração, inclusive diz que desconhece os nomes: “Até hoje eu nem sei os nomes que estavam na lista, eu sei que esse encaminhamento que o Celso Gaiger deu para isso, de eles formarem, tentarem formar uma lista de cem famílias que topassem fazer essa nova experiência.” Apesar de a proposta não ter sido efetivada, ela vai servir para acirrar as divergências entre os dois agrupamentos.

Finalmente, um elemento que vai ocasionar o afastamento destes dois grupos é a concepção distinta do “caráter da luta pela terra”, ainda que no período isso não tenha sido caracterizado dessa maneira. Não que haja uma discordância quanto ao que genericamente

⁶¹ Esta questão é apresentada por Egon Schwaab com ironia: “Hoje na Annoni tem um grupo que defende terra aqui na região, porque tá em asa de Ronda Alta, porque acham que o coração do mundo é Ronda Alta.”

denominam de projeto de uma nova sociedade, mas sim em relação à forma de conceber as estratégias para atingir este objetivo. Padre Arnildo dá um depoimento muito elucidativo da sua visão do processo. É importante verificar como este mediador relaciona o avanço ideológico das lideranças, o caráter político-religioso da luta e as formas de luta:

“Na medida também que as lideranças vão avançando e o que era uma teoria formando uma ideologia de luta, é esse aspecto da mística que era negado, foi colocado como que um elemento desnecessário, porque dentro de uma ideologia mais radical, a questão é reduzida à luta política, à mística política enfim, e o que vai resolvê mesmo os problemas é a luta política, é exatamente esse projeto que foi-se tornando, afinal, também mais uma luta, mais tipo centro-americana, militarizada ou com as estratégias militares, foi-se tornando mais grosseiro, mais violenta evidentemente, e o aspecto humano, as pessoas, a partir de então, não são mais valorizadas.”

Como sintetizou padre Arnildo, acompanhando essa recomposição da direção política do acampamento, ocorre uma reorientação política da luta, na qual se tenta equacionar a questão religiosa, que vinha criando polêmicas e divergências junto às lideranças e aos mediadores⁶². Neste sentido, essa expressão mais religiosa, só enquanto religiosa, essa questão da publicidade, ela vai começar a perder espaço, segundo frei Antonello:

“A dimensão religiosa, ela acaba sendo, não é colocada em segundo plano, mas como é que tem que ser a religião no nosso acampamento? e a publicidade, ela vai ser de outra forma, não mais através do fenômeno religioso, mas isto sim, através da luta pela terra: “Terra para quem nela trabalha.”

⁶² “Na questão religiosa tinha um problema, tinha gente que achava que tinha que se fazer uma espécie de ato missionário, transformar o Acampamento em um ato de evangelização. Quase que apologia à religião. Tinha outros que diziam não, nós não estamos aqui para fazer religião, nós estamos aqui para lutar pela terra e a religião tem que ser uma ferramenta, que vai nos ajudar nessa luta aí.” (frei Antonello).

Na avaliação do MST/ RS, no final de oitenta e sete, o representante dos acampados na Annoni explicita literalmente a nova orientação da luta, revelando inclusive um certo ressentimento em relação às práticas anteriormente privilegiadas: “Dois anos acampados numa briga ferrenha com 239 famílias só assentadas. Isto não foi através de discurso, reza, caminhada, mas no enfrentamento” (Relatório).

2.5.3 Confronto na São Juvenal: A partir de agora, a luta vai ser no mano a mano

“O que aconteceu em Cruz Alta deixou claro para os sem terra, para os acampados e para a opinião pública, que a luta pela terra, no Rio Grande do Sul, caracteriza-se nitidamente como uma luta de classes.” (JST, ago. 1987).

Após a reestruturação do acampamento da fazenda Annoni, no final de setembro de oitenta e seis, os camponeses partirão para novas ações em busca de terra. O ano de oitenta e sete será marcado por diversos episódios patrocinados pelos annonis, que realizam doze ocupações, além de ações como a tentativa de marcha a Cruz Alta, que acabou em confronto com a Brigada Militar. Isto demonstra que os annonis estavam com disposição para uma luta mais objetiva, sustentada nas representações político-classistas da sua luta.

Se compararmos o repertório de práticas do Movimento Sem Terra neste período, todas direcionadas a ocupações de terras, com as atividades do ano anterior – direcionadas

a dar publicidade à luta, para a partir da pressão da opinião pública negociar favoravelmente com o Estado —, veremos que, além de haver uma maior disposição para a luta, muda o caráter das atividades. Agora a lógica será a de que, para “deslanchá um rolo”, só um rolo maior, sem esperar que a simples sensibilização da sociedade e das autoridades viesse a atender suas demandas. O que não significa que as formas de manifestações anteriores não venham, eventualmente, a ser utilizadas, mas sempre em conjugação com práticas mais contundentes. Já em novembro, os sem-terra fazem um “recoo tático”, programam um jejum de quarenta e oito horas de duração. Em entrevista coletiva, os dirigentes do movimento esclarecem o porquê da adoção desta prática:

“(…) explicou que outras formas de pressão — como passeatas e ocupações de terras — desgastaram o movimento e foram alvo de muita repressão. Agora eles optaram por uma tática que não poderá ser reprimida pela força policial e, ao mesmo tempo, obrigará o governo estadual a agir.” (DS, 18. 11. 87).

Essas ocupações todas têm em comum a situação das áreas, fazendas em processo de desapropriação pelo PNRA, terras públicas sem ou de baixa utilização e hipotecadas, ou seja, são ações que deixam menor margem para uma reação estatal, ou mesmo dos proprietários. Entre estas, a exceção foi a fazenda São Juvenal, a última delas, em julho, onde ocorreu despejo violento. Destas ações resultam algumas poucas, mas significativas conquistas, como as fazendas São Pedro e Etel, em Guaíba, e Itapuí, em Canoas.

Os acampados da Annoni, após vinte e um meses na fazenda, decidem ocupar a fazenda São Juvenal, em Cruz Alta. Esta é uma das sete áreas anunciadas quando da chegada da Romaria Conquistadora, há um ano, mas sua posse está sendo discutida judicialmente. A ocupação encontra problemas para a sua efetivação: a maior parte consegue entrar na área, mas muitos ficam retidos fora, em um corredor. A situação na área torna-se muito tensa, devido à forte reação armada dos fazendeiros e seus jagunços:

“Os colonos que ocuparam a São Juvenal, em Cruz Alta, estão incomunicáveis”. O Governo Federal, através do MIRAD e do INCRA, e o Governo do Estado, através da Brigada Militar, se omitem e não intervêm concretamente. A estas circunstâncias se contrapõem energicamente os mediadores religiosos. Os agentes da CPT são os únicos que conseguem prestar auxílio aos camponeses, que estavam sendo mantidos isolados, sem barracas e sem alimentos: “Na metade da tarde uma comissão de cinco pessoas cantando hinos religiosos investiu contra uma das barreiras e conseguiu fazer um acordo provisório para alcançar comida para parte dos agricultores.” (ZH, 28.07.87).

Cinco das sete áreas desapropriadas e não-liberadas ficam na região de Cruz Alta. Nesta região articula-se o Pacto de Unidade e Resposta Rural (PUR), em oitenta e cinco, em Carazinho, o qual reagiu com grande virulência verbal à organização dos sem-terra antes da ocupação. Posteriormente, em Cruz Alta, organizar-se-á um núcleo muito ativo da UDR. Além do apoio dos agentes da Pastoral, outro apoio forte que os sem-terra obtiveram foi o do bispo daquela cidade, D. Jacob Hilgert. Apesar de ser uma autoridade eclesial, Dom Jacó foi, por diversas vezes, ameaçado de morte pelos fazendeiros, que são também detentores do poder político local. Nesta ocasião e em ocupações posteriores, o Bispo fará pronunciamentos fortes em defesa dos sem-terra:

“Ele condenou o cativo em que os fazendeiros mantêm os colonos, e pediu à população que cobrasse dos políticos a realização de uma reforma agrária. Por último, reivindicou com bastante veemência, que o governador Pedro Simon mandasse desarmar os proprietários rurais.” (ZH, 28.07.87).

Os ocupantes foram mantidos isolados na São Juvenal e depois despejados de forma humilhante pelos fazendeiros e seus jagunços, com a conivência da Brigada Militar. Na EN, na estrada da Fortaleza e na Annoni, quem reagia eram as forças públicas. Este foi o primeiro enfrentamento entre camponeses e fazendeiros, no Estado. Há inclusive uma foto do episódio que ganhou notoriedade, tendo recebido prêmios de jornalismo: ela apresenta um jagunço a cavalo, vestido de capa campeira, e outro a pé, com um sem-terra

suspenso no ar pelos braços, sendo jogado sobre a cerca de arame farpado, sendo observados por um terceiro capanga também a cavalo e de capa. Isso torna essa derrota humilhante também perante a sociedade, trazendo a necessidade de outras formas de ação: “Um marco na luta dos sem-terra – De volta à fazenda Annoni, os 500 colonos que participaram da invasão da fazenda São Juvenal, avaliaram a ocupação e concluíram que o episódio foi um marco na luta dos sem-terra.” (ZH, 25.07.87).

Este primeiro enfrentamento dos annonis, comandados pelas lideranças, com os fazendeiros, terá um efeito profundo na definição das táticas de luta dos sem-terra, no final dos anos oitenta. Na avaliação feita pelos ocupantes na Annoni, depois dessa ação a constatação a que chegam é que: “A partir de agora, o grupo pretende deixar a resistência pacífica para reagir da mesma maneira como quem defende sua propriedade” (ZH, 25. 07. 1987). As ações conflituosas ou potencialmente conflituosas, estarão presentes, a partir de agora, no horizonte dos camponeses gaúchos, das quais o despejo violento da fazenda Santa Elmira e o confronto da Praça da Matriz são os episódios mais conhecidos, mas não os únicos.

2.6 O racha: os que são contra viram que o jeito era nos dividir

“Acusando o Movimento de ‘radical’, os dois contaram que vieram a pedido do próprio Simon, (...) definido como ‘Grupo Pacífico da Annoni’.” (ZH, 21.11.87).

Os acampamentos de luta pela terra são espaços muito dinâmicos. Nestes interfere um elemento muito instável, que algumas vezes não tem uma relação direta com questões políticas mais gerais ou de cunho estratégico do Movimento, denominado pelos camponeses de “conjuntura interna”. Na determinação do estado psicológico, do “ânimo” dos acampados, intervêm muitos fatores, como o andamento das negociações com o Estado, a conjuntura política nacional, o tempo de espera e as variações das estações (aproximação do inverno e o início das safras), as reservas de alimentos, roupas e medicamentos, critérios para a escolha das famílias que serão assentadas primeiro ou em determinada área, entre outros.

Um dos acontecimentos que oferece uma possibilidade de entender a complexidade dos elementos abarcados e da dinâmica de um acampamento e do Movimento, foi a destituição da coordenação do acampamento da Annoni, que ocorreu em novembro de oitenta e sete, dois anos depois da ocupação. Esta instância era composta por algumas lideranças que haviam iniciado a construção do MST e dos acampamentos da estrada da Fortaleza e da Annoni, como Darcy Maschio e Ênio Borges – ambos profissionalizados pela CPT no início da organização – e Marli Castro, e por outras lideranças de base que se destacaram na fazenda, muitas das quais haviam feito o curso de formação política. Em assembléia geral do acampamento, esta coordenação é destituída. Diversos elementos convergem para este acontecimento. A imprensa centra o foco em três pontos das razões da destituição: a partidarização do Movimento, a invasão de propriedades particulares financiadas por dinheiro da Igreja estrangeira e as relações do MST com guerrilheiros:

“Desvio confirmado – O desvio de recursos doados por entidades católicas do exterior para campanhas políticas do PT e invasões de propriedades particulares foi um dos motivos que levaram os ocupantes da fazenda Annoni, no município de Sarandi, a destituir a antiga comissão executiva que coordenava o Movimento dos Sem Terra no local. A afirmação foi feita ontem por Herotildes Barbosa, um dos

novos líderes do acampamento. (...) Ele disse ainda que a coordenação, ligada ao PT, enviou dois colonos, Kiko e Mário Lill, para a Nicarágua.” (ESP, 25.11.87).

Estes três pontos são componentes de uma mesma lógica, a reforma agrária em si até pode ser necessária, mas o que está acontecendo é obra de interesses comunistas do PT e da Igreja vermelha. O que de fato não está incorreto, pois na luta pela terra convergem diversos interesses. Contudo, na ótica anticomunista, da imprensa, o fundamental é demonstrar que, afinal das contas, os “Acampados se deram conta de que estavam sendo massa de manobra de manipuladores interesseiros”.

Além disso, o “racha” possibilita observar alguns aspectos em relação à base social da luta pela terra no Estado. Em termos de política partidária, alguns setores, não concebendo a luta pela terra como uma luta de classes, não conseguem ver uma relação entre esta luta e a ação partidária, vendo inclusive com “maus olhos” essa relação, bem diferente da visão que consta nos documentos aprovados nos encontros do MST, como vimos no capítulo anterior. Além disso, duas outras idéias estão incluídas nesta questão: o anticomunismo desenvolvido pela Igreja Católica nas colônias durante o período “populista”⁶³, constantemente retomado pelos oponentes da reforma agrária, seja para combaterem a reforma agrária em si, seja para combaterem os “agentes do comunismo” ou os “agitadores profissionais”, que estão por trás; e, ainda, a grande preferência pelo populismo nos acampamentos e assentamentos, neste período, o que pode ser verificado pelas votações recebidas por Aldo Pinto (PDT) e Clóvis Ilgenfritz (PT) para o governo do Estado, em oitenta e seis, e de Brizola e Lula para presidente, em oitenta e nove. Convém lembrar que essa foi uma área de ação do MASTER/ Trabalhismo, na década de sessenta. Egon Schwaab, em seu depoimento explica como essa questão repercutiu dentro da Annoni, principalmente a partir do segundo semestre de oitenta e seis, quando ocorrem as eleições. Convém lembrar que o “campo dos conflitos agrários” participa com quatro

⁶³ Ver RODEGHERO, C. O diabo é vermelho: Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998.

candidatos, entre eles Adão Pretto e Antônio Marangon, ligados diretamente às lutas pela terra:

“No momento que a gente começô a dizê a público nós somo PT, eu sou PT, sou filiado no PT e aí a massona “bah, mas esse Partido é de comunista, nós não queremos isso”. E aí começô a mima influências de prefeitos, não de Sarandi, mas do próprio local de origem. Eu até hoje, quando vou lá pra minha cidade, o prefeito lá me encontra na rua, em vez de me cumprimentá vem e ‘aí cumé que tão os comunista, comendo muita criança?’”

Uma outra questão que está envolvida neste episódio é que as lideranças optaram por ações com caráter mais reivindicativo e mesmo confrontacional com os Governos, a partir de uma leitura de que o Estado está a serviço dos setores contrários à reforma agrária. Contudo, como aponta SCHMITT, parte dos acampados tinha outra visão do Estado: “Enquanto parte dos acampados viam o Estado como o seu principal inimigo, outro grupo ainda esperava por algum tipo de ação ‘assistencial’, estando bastante incutida a idéia de que as ‘autoridades não agem porque desconhecem a situação dos sem-terra.” (1991, p. 61). Alguns políticos da região, prefeitos e deputados do PDT e PMDB, contrapondo-se à ditadura militar, davam algum apoio aos sem-terra, até a ocupação da Annoni. Um destes políticos da região que consegue explorar bem essa situação é o prefeito de Sarandi, Hilário Salvatori. Como muitas famílias acampadas são da região, ele consegue ter canais de penetração no acampamento, contando, segundo vários depoimentos, com o apoio direto de um acampado chamado João Maria. Uma das lideranças da Annoni, assentada em Nova Santa Rita, abordando o racha, faz o seguinte comentário:

“Então, foi uma das coisas principais disso o cara, o prefeito chegou com o populismo, sempre com aquela história do populismo, só que por trás era o grande informante e além disso tinha gente, essa própria pessoa (*João Maria*) pesquisou dentro e ele conseguiu fazer um trabalho bão de desarticulação, então foi um dos pivô da coisa.”

Contudo, a coordenação do acampamento não mantém boas relações com o prefeito de Sarandi. Neste sentido, Claudir Gaiardo narra um incidente ocorrido em maio de oitenta e seis, no acampamento em frente à sede do INCRA, em Porto Alegre, envolvendo este prefeito⁶⁴.

O superintendente do INCRA no Estado e funcionário da Secretaria do Estado, Mário Bertani, candidato a prefeito em Espumoso, em oitenta e oito, pelo PMDB, e o Governo do Estado (PMDB), conseguem tirar proveito dessa diferença de ponto de vista entre parte da base do acampamento e a direção:

“A nova executiva, de 32 membros, apóia os encaminhamentos dados pelo governo do Estado ao processo de reforma agrária. O funcionário da Secretaria da Agricultura que foi enviado à Annoni, para acompanhar a Assembléia, Mário Bertani, disse ter ficado ‘impressionado e até horrorizado com o que ouviu’.” (CP, 18/ 11/ 1987).

O superintendente do INCRA vai a Sarandi acompanhar a assembléia, o que demonstra que esta é importante na sua ótica. Dois dias depois é a vez do Secretário da Agricultura ir até a Annoni, “(...) onde pretende discutir as divergências que teriam surgido entre os acampados.”(DS, 19.11.87). Ambos nunca tinham demonstrado grande zelo pela situação dos acampados, e muito menos pela realização da reforma agrária. No outro dia, o próprio Governador chama os líderes dissidentes ao seu gabinete e os manda, no mesmo dia, a Brasília, falar com o ministro do MIRAD, Jader Barbalho (PMDB), com um telex de apoio dele, do presidente da Assembléia Legislativa, Algir Lorenzon (PMDB), e do Ministro da Agricultura, Odacir Klein (PMDB). Enquanto o Movimento tem que esperar meses, e mesmo fazer protestos para conseguir uma simples audiência, com um simples Secretário de Estado, os dissidentes são chamados ao gabinete do próprio

⁶⁴ “(...) foi com esse tal de João Maria, lá no INCRA, e eles entraram pelos fundos, só que quando eles foram sai, eles saíram pela frente e alguém me disse que o prefeito tava lá. Aí eu chamei uns dois ou três lá e vamos esperar ele aqui, esse de hoje não passa. Aí se atracamos, dizer um monte de coisa ali pra ele lá na frente e aí o pessoal se juntou ali, e já juntaram o carro e queriam virar o carro.”

Governador e encaminhados imediatamente a Brasília, com apoio do Governador, do presidente da Assembléia e de um Ministro. Esta longa citação da imprensa condensa uma série de interesses contraditórios e demonstra alguns caminhos do tráfico de influências e do jogo de interesses partidários:

“Com um telex de apoio (...), **dois líderes não alinhados** ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra pediram ao ministro que seu grupo tenha prioridade nos assentamentos na área. Enquanto isso, sete representantes do Movimento dos Sem-Terra foram denunciar a Barbalho justamente os ‘critérios políticos’ e ‘discriminatórios’ com que o ex-delegado regional do MIRAD, Mário Bertani, teria tentado assentar 230 das 850 famílias acampadas na Annoni. (...) Segundo Ari Oliveira, da executiva do Movimento, **Bertani**, que deixou o cargo semana passada, **teria incluído na lista das 230 famílias apenas grupos ligados a políticos da região**. (...) O líder do Movimento dos Sem Terra acusa o ex-delegado Mário Bertani de ‘fazer politicagem’ com os assentamentos, visando a dividendos eleitorais. (...) ‘É impossível conseguir assentar as 850 famílias de uma só vez’, reagiram Herotildes Barbosa e Adair Borges, dizendo representarem 516 famílias de acampados, favoráveis à proposta do ex-delegado. Acusando o Movimento de ‘radical’, os dois contaram que **vieram a pedido do próprio Simon**.” (ZH, 21.11.87).

Esta não foi a primeira vez que os políticos da região tentaram tirar proveito eleitoral dos camponeses, ou dividi-los para enfraquecê-los e assim poderem manipulá-los. Contudo, desta vez encontraram uma situação propícia, pois três outros fatores possibilitaram que tivessem sucesso: o primeiro é a dificuldade de manter o fluxo de informações e espaços democráticos na Annoni, após o acampamento ter sido subdividido. Isso, aliado à opção pela construção de um movimento de quadros, acaba criando um certo distanciamento entre os dirigentes e a base do acampamento. No mês seguinte ao “racha”, algumas lideranças vinculadas à direção do MST fazem as seguintes críticas, na avaliação do Movimento:

“Há reuniões de cúpulas em várias cidades, mas não se faz reunião de base. (...) O MST virou meia dúzia de conscientes, de intelectuais, de sabidos, que sabem que a

luta é internacional, enquanto a base fica brigando por meia garrafa de cachaça. (...) As lideranças não informam os companheiros de base e os companheiros vão atrás de fofocas. (...) Nos núcleos falta formação. Ela se dá mais em nível de lideranças do que das bases.” (Relatório).

Estas considerações críticas contêm, no mínimo, dois pontos-chave para entender a dinâmica das práticas do Movimento nesse período: por um lado, a questão da democracia e a questão da formação, pôr outro.

No início deste capítulo, abordamos a estruturação política do acampamento, na qual as assembléias ocupam uma posição central, como instância decisória máxima dos acampados e uma das formas de aglutinar os sem-terra, fazendo com que todos participem, de alguma forma, das definições dos rumos da luta. Contudo, ao longo do tempo, essa prática vai-se desgastando e as assembléias reúnem cada vez menos gente. Darcy Maschio descreve essa situação e cita algumas das suas conseqüências:

“Aí essa forma na Annoni foi-se desgastando, e começou assim uma rebeldia natural do povo, (...) o povo voltava pra casa não muito contente, o povo voltava insatisfeito, isso que passou não tá correto. Em casa, lá no chimarrão com a família, com a roda de vizinho, no grupinho, eles começaram a avaliá e começavam a criá grupo, se articulá internamente, unindo certas famílias, era uma cidade e aí quando tu via, já tinha lá num canto da nossa cidade um grupinho se articulando e aí contra a direção, contra quem dirigiu a assembléia, contra a fazê aquilo, contra a fazê aquele outro.”

O esvaziamento destas instâncias não tem uma causa única. Certamente a longa espera é um dos fatores que mais contribuíram para essa situação, pois muitos imaginavam que seriam atendidos em um período de alguns meses, no mais tardar. O próprio Darcy Maschio, em depoimento, aponta uma outra causa do processo de desgaste destes espaços: “A assembléia é a melhor forma de manipulá uma massa”. Pois, segundo este dirigente: “(...) a massa vem, tu coloca as propostas, elas não têm informações, se tu antes não discutiu e aí aquele que tivé mais argumento leva, independente se tá correto ou não. E aí,

a massa vai muito: fulano tá votando, eu voto também.” No contexto criado após a dispersão do “acampamentão” por toda a Annoni, a circulação de informações e, principalmente, a dinâmica de discussão acabam por esvaziar-se, segundo vários depoimentos.

Além desse processo de esvaziamento das assembléias, uma outra prática começa a se tornar evidente, acarretando um maior afastamento entre a coordenação e a base do acampamento, segundo uma liderança intermediária do acampamento da Annoni: “(...) muitas reuniões se faziam de portas fechadas e conversinha assim de pé de ouvido, coisa que não precisava ter tudo isso.” Esta prática se acentua a partir da opção do Movimento, de se constituir como uma organização de quadros. Essa opção traz uma outra consequência em termos de relacionamento entre a direção e a base do acampamento: a adoção de uma interpretação da luta a partir de referenciais de análise marxista. Mudam não só as representações da luta, “uma luta de classes”, como os discursos propriamente ditos das lideranças. Padre Arnildo indica essa questão como umas das causas desse afastamento:

“A formação que os quadros tiveram, ela vem introduzindo **a partir de uma opção ideológica**, foi introduzindo toda uma terminologia e que foi ajudando a fazer o distanciamento das lideranças com o povo. (...) a liderança de tal forma que passa a ter um discurso assim com terminologias que a nível de povo até hoje nunca colou. (...) Atrapalha porque alguém que fala numa linguagem assim, é detestada pelo pessoal da base. ”

Ainda no plano da democracia interna do acampamento, um outro fator que acabou exercendo influência na condução do acampamento é a postura de alguns dirigentes, que acabaram se desgastando perante os camponeses. Estas posturas terminam se refletindo, principalmente quando o tratamento dispensado aos dirigentes não é o mesmo para todos os acampados, como bem descreve uma das lideranças intermediárias:

“Onde eu nunca esqueço o rapaz que a primeira vez que começou a bagunça mesmo, que aí depois daquele ninguém mais segurou as pontas na Annoni. *(descreve um caso de embriaguez de uma liderança que mostrou um revólver para a segurança)*. Porque antes desse fato, eu vi muita gente que foi expulsa lá de dentro simplesmente por ter dado um tapa na mulher, ou por ter feito um porre, ou por ter ficado dois, três dias a mais do que a licença, (...) Então todo mundo caía de pau pra cima dos pobre diabo, que não tinha a mínima visão. No momento que foi o senhor ... da Executiva, que usava bota preta, que tinha aquela pastinha de botar no ombro, então eles respeitaram.”

Esta diferença de tratamento entre os dirigentes e a base, evidentemente que não é uma responsabilidade apenas da direção. A liderança supracitada expressa claramente essa situação, pois “Os líderes de grupo, os líderes de municípios” são também responsáveis pelo processo. Darcy Maschio reconhece essa diferença de tratamento e, em relação à expulsão de famílias do acampamento, concorda com a crítica feita: “E aí tu via que os companheiro às vez não tinham sido suficientemente inteligente pra negociá, ao invés de expulsá”.

Essa situação de desgaste da coordenação perante a base do acampamento é que possibilita que, dessa vez, as tentativas de desagregação tivessem êxito. Neste sentido, Claudir Gaiardo expõe de forma precisa essa circunstância: “Tu pega essas pessoas que vamos dizer, tem algumas divergências, com a direção, então chega alguém, é muito fácil alguém chegar de fora e aproveitar justamente esses, um fato ou outro”.

Algumas das considerações críticas feitas na avaliação do MST, no final de oitenta e sete, remetem para um segundo elemento neste episódio: a precariedade da formação política das bases do Movimento, seja nos acampamentos, nos núcleos por comunidades e nos assentamentos. Este é um fator do qual se aproveitam os agentes do Estado para dividi-los. Pois, nas declarações dos dissidentes, observa-se pouca capacidade de análise da questão partidária e, ao mesmo tempo, esperam uma ação benevolente do Estado. Alguns dirigentes concordam com a fragilidade da formação e apontam para o caráter

instrumental que essa passou a assumir, no sentido de repassar para os acampados as deliberações da direção, não de instrumentalizá-los para uma maior qualificação política e melhor compreensão do processo. Neste sentido, Darcy Maschio é enfático quanto ao trabalho da equipe de formação: “E se transformava, assim, papagaio nosso, da direção. Papagaio que eu digo é aqueles que vão lá convencê o povo do que a direção qué, os quebra-pau.” Além de não cumprir essa tarefa de capacitação dos camponeses, a equipe de formação passou a desempenhar um papel de controle dos acampados, pois, segundo Maschio: “Então assim, lá nos grupo pra fazê isso, pra fazê essa e daí fazia as fofquinha pra nós”.

Mesmo reconhecendo essas limitações e/ou deformações na democracia interna e na formação política no acampamento, as ações desagregadoras de políticos regionais e do Governo do Estado e INCRA, questiona-se: afinal, quem são estes acampados que destituem a antiga coordenação? Frei Antonello traça um perfil coerente dos dissidentes:

“É aquele pessoal que foi feito a tentativa de formação, mas que não foi concluído, ou seja, eram lideranças que a gente via esses caras têm capacidade de liderança, tem que começar a trabalhar eles. (...) do ponto de vista de saber interpretar o que estava acontecendo, de saber elaborar propostas, ter clareza do ponto de vista da luta de classes.”

Ao longo da luta pela terra no Estado, não é incomum os oponentes da reforma agrária incentivarem dissidências de alguns camponeses que não estão muito firmes da decisão de acampar, ou mesmo alguns que se deixam corromper pelo dinheiro dos latifundiários e/ou políticos, e utilizá-los para desgastar os acampados e combater o Movimento. Contudo, esta não é a situação, pois, por um lado, estes compõem-se de mais da metade do acampamento, aproximadamente quinhentas famílias em oitocentos e cinquenta, que nesta época ainda não haviam sido assentadas. Por outro lado, este grupo não se deixa corromper por políticos ou fazendeiros, e nem desiste da luta, realizando, após, várias ocupações, algumas delas com situação de resistência, como foi o caso da

fazenda Jacaré, em Três Palmeiras. Entretanto, mesmo que continuem na luta, esse grupo não manterá relações com o Movimento Estadual durante um longo período. Neste sentido, Claudir Gaiardo afirma que: “Eles participaram de reunião, se reuniram com a direção do Movimento quando eles tavam com a água no pescoço, que eles precisavam de ajuda do Movimento e depois disso eles se negavam a participar.”

Contudo, em meados de noventa, dois anos e meio após a destituição da coordenação do acampamento, tendo obtido muito poucas conquistas na sua estratégia de negociar diretamente com o Governo, estes acampados fazem uma autocrítica, revelando as ações deliberadas para dividi-los, e então retomam a unidade com o MST:

“Colonos da fazenda Annoni se unem para retomar a luta – Os que são contra a Reforma Agrária viram que, para impedir o avanço do Movimento Sem Terra e dos acampados da Annoni, marco de luta pela terra no RS, o jeito era nos dividir, e conseguiram isso no final de 87 **através de ações deliberadas** (grifo nosso) por membros do Governo do Estado, latifundiários e politiqueiros. (...) Por isso, nos damos conta que sempre fomos enganados, pelos contrários à Reforma Agrária, e decidimos reconstruir a nossa unidade no MST que é a nossa ferramenta de luta. Hoje somos 276 famílias.” (MST/ RS, acampamento Annoni, 28.06.90).

O ex-superintendente do INCRA, além de perder à eleição à prefeito no município de Espumoso, vai acabar sendo indiciado pela polícia Federal, juntamente com o representante do INCRA na região e trinta acampados, por conivência com o roubo de madeira da Annoni.

Outro ponto delicado que interfere na Annoni é a relação entre o acampamento e o Movimento Sem Terra, principalmente quando este intensifica novamente, a partir do final de oitenta e seis, o trabalho de organização nos municípios. Neste período, a direção do Movimento faz uma avaliação das perspectivas da luta no Estado e decide pela retomada da construção do Movimento em nível estadual. Não que o Movimento tenha se reduzido ao acampamento da Annoni, mas a direção política e as suas ações estavam concentradas na ocupação e suas demandas. Segundo relatório de uma reunião da Executiva Estadual, o

trabalho de base, nas comunidades, persiste em vários municípios da região, mas muito desarticulado e com inserção muito limitada: “Todas as regionais (seis) colocaram que o MST está muito parado e que precisa de um ânimo para voltar a atingir cada vez mais um número maior de pessoas dispostas para lutar por um meio de vida digno” (dez. 1986).

A partir dessa constatação, os dirigentes do Movimento voltam a intensificar o trabalho de base nas comunidades rurais. Um grupo denominado “articulação”, reunindo membros da direção estadual e de representantes das regionais, discutem e planejam o recrutamento e as ações. Conforme declaração de Marli Castro, havia uma separação nítida entre esse trabalho e o acampamento da Annoni, uma vez que as instâncias não se reuniam: “Então nós não tinha discussão junto, a direção de fora era uma, a direção de cá (*Annoni*) era outra, a executiva aqui era outra.” Segundo Castro, além de não haver uma discussão conjunta entre estas duas frentes de trabalho, quando surge a proposta de um novo acampamento, o do Salto do Jacuí, essa não foi discutida na Annoni. Inclusive a possibilidade dessa discussão teria sido vetada pela direção estadual: “Eu sabia, eu ajudei a discuti, mas não me deixaram discuti dentro da Annoni.”

Existem neste período visões diferenciadas sobre os desdobramentos da luta no Estado: segundo uma delas, achava-se que se deveria resolver primeiro a questão dos annonis, acampados há dois anos, para depois criar outros acampamentos; conforme a outra, afirmava-se que a criação de novas frentes de luta aumentaria as possibilidades de conquistas. Mas a direção opta por não ampliar essa discussão e encaminhar a formação do novo acampamento, conforme Marli Castro: “(...) só que nós tinha bem presente que um novo acampamento ia trazê um problema enorme pra nós aí, e por isso que os companheiros de fora lançaram que nós não discutisse dentro da Annoni, que nós não ia aceitá”. Em dezenove de novembro de oitenta e sete, o mesmo período da assembléia da destituição, o MST promove duas ocupações massivas com camponeses organizados a partir dos núcleos de base, as fazendas Itati (mil famílias), pertencente a Aldo Pinto, e do Salso (mil e quinhentas famílias).

Na avaliação estadual do final do ano, entre os elementos abordados na avaliação das ocupações de novas áreas, a relação entre o Movimento e o acampamento é mencionada duas vezes: “Mostrou que a Annoni não era todo o Movimento” e “Mostrou que não era só o pessoal da Annoni que estava ocupando” (Relatório). Este fato revela, por um lado, a confiança na necessidade de ampliar o movimento para além da Annoni, relativizando a sua centralidade do período anterior. Por outro, deixa clara a existência de animosidades entre a nova coordenação do acampamento, após a destituição da coordenação, e a direção estadual do Movimento, que se compõe da coordenação do acampamento destituída e de representantes dos novos acampamentos iniciados em oitenta e sete.

CAPITULO III

A CPT e a disputa de poder na Paróquia

“O fantasiado modelo de Jesus agitador: (...) Será modelo da CPT/ RS. Em toda a documentação, com efeito, se sente o propósito de suscitar conflitos, provocar escândalos e provocar agitações.” (JB, 14/08/1987).

“Temos uma boa articulação dos agentes que trabalham com assentamentos e acampamentos, e o povo nos quer bem. A relação, às vezes, se trunca com algumas lideranças mais ‘ortodoxas’ e meio atéias. Nós não conseguimos dizer para eles os nossos pontos de vista e não quebramos a relação.” (CPT/RS).

Dentre os elementos fundamentais que estruturam a cultura dos grupos sociais da região norte do Estado, a religião ocupa espaço central. A religiosidade destes grupos diferencia-se da religião popular dos camponeses de outras regiões do país, e mesmo de outras zonas do Estado, devido ao fato de ser distinto o processo de ocupação daquela

área. Neste trabalho, adotaremos a definição de GAIGER, de Catolicismo Popular Agrário, e do papel que este desempenha nestas comunidades ⁶⁵.

A Igreja Católica tem uma presença constante no processo de colonização do RS, como ressaltam muitos autores. Não faremos uma reconstituição deste processo, apenas nos apoiaremos no trabalho da Professora KLIEMANN, para ressaltar a presença dos religiosos junto aos colonos, a qual se reveste de muita importância pelas múltiplas funções que estes desempenhavam:

“(…) é por demais conhecida a ação cultural e educativa da Igreja Católica nas áreas rurais do Rio Grande do Sul, bem como as funções jurídico-políticas assumidas pelos vigários nas distribuições de terras e mediação entre posseiros, proprietários e governo, até o século XIX. (...) Nessa linha, destacam-se muitas ordens religiosas. Surgiram no interior da própria Igreja, lideranças individuais que incentivavam o cooperativismo, o ensino agrícola e o crédito rural nas regiões colonizadas. (...) Os luteranos se faziam presentes na sociedade civil, e a Igreja Católica, consciente disso, pressionou de forma mais efetiva o governo do Estado para a solução dos problemas agrários que afligiam os colonos.” (1986, p. 118-121).

Dessa história da atuação da Igreja junto aos colonos, é importante ressaltar dois elementos: em primeiro lugar, essa presença ativa traduz-se em prestígio social e poder de influência, capital simbólico. Um dado importante de ressaltar neste aspecto é o de ser nas zonas de colonização que a Instituição vai buscar a ampla maioria dos seus quadro funcionais, fato que colabora para ampliar a sua importância nestas sociedades e legitimar o seu poder: um levantamento feito por BENICÁ junto à Diocese de Passo Fundo, onde se

⁶⁵ “Como elemento central que estrutura o sistema de representações do pequeno agricultor, a religião aparece como um dado englobante, no qual se insere a totalidade da existência. A vida humana ganha sentido a partir de uma grande narrativa sagrada, com a qual se entrelaça criando uma dependência entre o religioso e o não-religioso. Não que se desconheça o plano humano e o plano sagrado como possuindo naturezas distintas. Desta fusão resulta contudo uma comunicação constante entre ambos, a ordem sagrada intervindo de maneira disciplinadora no mundo terrestre e funcionando como um arquétipo a partir do qual os acontecimentos ganham sentido e valor. (...) A religião cumpre para o campesinato função de proteção, de coerência simbólica e de critério ético-moral.” (1991, p. 39-40).

localizam os “primeiros” conflitos agrários no Estado, para averiguar a proveniência do clero, apontou que “(...) são em quase sua totalidade (81,55 %), filhos de colonos” (1987, p. 56).

Em segundo lugar, constituem-se alguns papéis que a Instituição desempenhará até o presente, independentemente da orientação teológica e sociopolítica. Entre estes, destacam-se aqueles vinculados aos aspectos educacionais. Este trabalho educativo historicamente tem sido estratégico para a constituição da sua influência na região. A Igreja Católica construiu uma rede ampla de aparelhos ideológicos por toda a área colonial: seminários, colégios, universidades, gráficas e editoras, emissoras de rádio e uma série de atividades educativas não-formais.

Outra área na qual a Igreja Católica exerceu grande influência foi a da organização sindical no meio rural, a partir do início dos anos sessenta. Setores da Instituição constituíram, para essa ação, a Frente Agrária Gaúcha (FAG), estudada por BASANI (1986), a qual, após o golpe militar de sessenta e quatro, hegemonizou o sindicalismo rural no Estado.

Em relação à formação de lideranças nas comunidades rurais, é importante frisar que, nesta fase mais contemporânea, este trabalho vai além das fronteiras da CPT. Neste, destaca-se a ação da Pastoral da Juventude Rural (PJR)⁶⁶, que possui grande inserção neste período: “Atualmente existem no Rio Grande do Sul mais de 4 mil grupos de jovens ligados à Pastoral.” (ZH, 23.09.85). Muitas das principais lideranças do MST tiveram sua iniciação política nos grupos de jovens desta Pastoral.

⁶⁶ A mensagem da PJR vai no sentido da veiculada pela CPT, e muitos dos agentes atuam nas duas pastorais ao mesmo tempo, como o Pe. Otávio Klein, de Passo Fundo, que foi coordenador estadual da PJR e depois da CPT. Em 1985, a PJR organiza o Encontro da Juventude da Roça: “O Encontro reuniu 30 mil jovens rurais”: ‘A reforma agrária foi o assunto que mais mereceu atenção dos jovens rurais. (...) Também se propuseram a lutar com maior empenho para renovar o sindicalismo rural.’ (ZH, 23.09.85).

No RS a CPT é criada em julho de setenta e sete, definindo-se como sua tarefa “articular os trabalhos na área rural” (Relatório final). A Pastoral da Terra desempenha um papel em múltiplas frentes: atua diretamente com os agricultores, assessorando-lhes espiritual, política e tecnicamente. Intercede em favor destes junto aos órgãos do Estado e da sociedade civil, e junto à própria hierarquia eclesiástica. Mantém uma série de publicações que auxiliam na discussão e divulgação da questão da terra, servindo de material de formação política para os movimentos populares e para a reflexão teológica. Também é importante o seu papel na pesquisa e divulgação de dados referentes à questão agrária e à questão socioeconômica do país, principalmente a concentração de riquezas e a violência no meio rural, assumindo, a revelação destes dados, um claro caráter de denúncia.

Além disso, os agentes da Pastoral utilizam-se de uma pedagogia apropriada para este tipo de trabalho, partindo da realidade vivida pelos camponeses e buscando atender suas demandas imediatas ou, no mínimo, propiciar compreendê-las nas suas origens. As discussões sobre metodologia são constantes entre os agentes, como é relatada no Voz da Terra: “Zelar por uma metodologia, em que se use uma didática, instrumentos, pedagogia, etc., que levem os lavradores a serem sujeitos de sua libertação. Sempre partir de ações e lutas concretas.” (nº 27, abr. 1986) Um outro elemento que possibilitou a hegemonização da luta pela terra pelos religiosos, no RS, na primeira metade dos anos oitenta, foi a estrutura material e humana da Igreja⁶⁷.

É importante lembrar, ainda, que este é um período de rearticulação da sociedade civil brasileira e que a Igreja assume grande importância neste processo, com influência sobre os movimentos populares urbanos, neste contexto e nos seqüentes. Este tema foi

⁶⁷ Darcy Maschio declara que: “(...) nós utilizava as estruturas da Igreja pra fazer as reuniões. Utilizava carros das paróquias, inclusive tanto de Três Passos, como Tiradentes, Ronda Alta, sem maiores problemas.”

extensamente pesquisado pelas ciências sociais na duas últimas décadas, como pode ser conferido nos balanços elaborados por CARDOSO (1983) e JACOBI (1987).

Toda essa ação organizativa e o apoio humano e material da Igreja fazem-se sob o manto da “verdade revelada”, dotando-lhe de plausibilidade e legitimidade incontestáveis para os camponeses e mesmo para os religiosos.

Sobre este tema, já existe uma bibliografia relativamente ampla. Na dissertação, desenvolvemo-lo com relação à primeira metade dos anos oitenta (HOFFMANN, 1997). GAIGER (1987; 1991) e NAVARRO (1996) são dois pesquisadores que dedicaram grande esforços de investigação sobre este tema. O primeiro avaliou, em diversos trabalhos, questões relativas à cultura, mais especificamente às relações entre a religião e luta pela terra, no campo da sociologia das religiões. O segundo aborda, também em diversos estudos, elementos em torno da organização dos sem-terra e seus mediadores.

A relação entre os camponeses na luta pela terra e seu principal mediador, a Igreja Católica, passa por diversas fases que se caracterizam por situações bem distintas, no Estado. Há uma primeira fase de “organização do povo”, que vai da retomada da luta pela reforma agrária, no final dos anos setenta, que se estende até o processo organizatório do MST, em meados da década de oitenta, quando a hegemonia da Pastoral da Terra é muito clara (HOFFMANN, 1997). O segundo momento, de “convivência relativamente tranqüila”, abrange desde a organização do Movimento, em oitenta e quatro, até meados de oitenta e seis. No final deste ano, acentua-se um processo de tensionamento, mesmo de concorrência, entre estes dois atores, prosseguindo no ano seguinte. E finalmente uma fase, na década de noventa, em que as atribuições estão mais definidas e as relações menos tensas. Evidentemente, que esta periodização é arbitrária e está orientada pelos propósitos desta tese.

Como analisamos no capítulo I, a constituição do Movimento dos Sem Terra como uma organização de movimento social é um processo que se estende durante toda a

segunda metade da década de oitenta, e mesmo em parte dos anos noventa. Também observamos a contribuição decisiva dos mediadores religiosos para que esta iniciativa tivesse êxito. Contudo, esse é um processo tenso e que abarca diversas nuances. Não casualmente em oitenta e seis, aproximadamente dois anos após a criação formal do MST, a Pastoral da Terra do RS elabora um documento denominado de “CPT: um serviço com tensões”, no qual relata a relação da Pastoral com os sem-terra, a grande dinâmica da luta dos camponeses e a importância da construção do Movimento e da sua complexificação interna:

“Inicialmente receberam todo o espaço, apoio, incentivo, assessoria, e até alguns escassos recursos da CPT, a fim de se organizar. Mas, logo, revelando a sua grande dinâmica, se tornaram um movimento autônomo, numa caminhada marcada com uma série de conquistas significativas para o Rio Grande do Sul e o Brasil todo. (...) Isto sem falar da estruturação do Movimento desde a base até o nacional e demais aspectos como: formação, articulação, representatividade, etc.” (CPT/RS, 1986).

Na primeira fase da luta, a Pastoral da Terra concebe que as ações das classes populares devem organizar-se de forma autônoma. Em todas as declarações e documentos da Pastoral, sempre se ressaltará que “a organização é própria dos lavradores, e não do agente”. É neste sentido que se encontram freqüentemente declarações e deliberações, como esta do 3º Encontro Estadual da CPT/RS: “A libertação da classe trabalhadora só se faz através da organização dessa classe, comandada por eles próprios.” (1979). Outra declaração constante dos agentes é a de que a CPT é uma entidade de “serviço” aos trabalhadores e que não tem projeto próprio, portanto, sua ação não está orientada pela busca do poder, como é veiculado no boletim Voz da Terra: “A Igreja é essencialmente consciência crítica, impulsionando a história no sentido da libertação. Ela não tem um projeto político próprio.” (nov. 1986).

Entretanto, em revisões posteriores das suas ações, os próprios agentes da Pastoral começam um processo de reflexão sobre essa atuação, no qual concluíram que essa

concepção da necessidade de garantir autonomia aos trabalhadores, e de uma ação desprovida de interesses de poder, não foi plenamente atingida. No documento, sugestivamente denominado “CPT: é um serviço?”, esta questão fica evidente. É importante observar aqui como os religiosos delineiam duas posturas diferentes no seio da Pastoral:

“A ação da CPT, apesar de dirigente, tinha uma orientação muito clara de que os sujeitos do processo são os trabalhadores, mas **havia uma contradição de postura que mais tarde trouxe uma crise profunda** (grifo nosso). Havia agentes da CPT que capacitavam os trabalhadores para que eles fossem os dirigentes do processo, sujeitos com consciência, conhecedores e habilitados para elaborar os seus objetivos, estratégias e táticas. Ao mesmo tempo em que havia agentes que se acostumaram a dirigir e não conseguiram dentro desse processo, capacitar os trabalhadores para assumirem as suas lutas.” (CPT/ RS, 1991).

Os próprios agentes religiosos percebem uma das causas dessa relação de poder que estabelecem com os camponeses. Neste período de “organização do povo”, muitos agentes, tomando a iniciativa em nome da “construção do Reino”, acabavam por dar a linha nas iniciativas “populares” queimando etapas na organização, conforme os próprios agentes sintetizaram no boletim Voz da Terra: “Diante de tantos problemas sentidos e da urgência de solução, alguns agentes, querendo apressar a caminhada, correm na frente dos trabalhadores, não respeitando o nível de consciência do povo.” (nº24, ago. de 1985).

Contudo, esta não é apenas uma questão de ritmo de trabalho ou da melhor compreensão das demandas, pelos agentes, e de propostas de alternativas. Em um período posterior, os agentes religiosos vão além e questionam a própria natureza do trabalho da Pastoral, principalmente a noção de que sua atuação se caracterizava por um serviço aos

camponeses, e não pela busca da direção dos movimentos populares, como sintetiza SAUER, membro da CPT/PR⁶⁸ e assessor da nacional da Pastoral:

“Não é mais possível embasar a ação da CPT com a idéia de uma intervenção desprovida de qualquer conteúdo político, a não ser que desconsideremos completamente as contribuições teóricas de Gramsci ou de Foucault, (...). Não serve como argumento teológico para sustentar o maniqueísmo que contrapõe a idéia de serviço (ação dos puros) com a dimensão do poder (ação dos impuros). (CPT/ PR, 1993).

Além desta questão, outra que entrará na pauta da Pastoral, é o próprio papel do agente religioso no processo social histórico. Aqui é importante atentar para a mudança na conjuntura política nacional: quando os “setores progressistas” da Igreja começam o processo de “organização do Povo”, havia um contexto repressivo que impedia a manifestação política de diversos setores da sociedade, de militantes exilados, etc.; durante a Nova República a situação é outra, ampliando as possibilidades de participação política. Não havendo mais a necessidade de uma ação “supletiva” por parte dos religiosos, há que se redefinir o seu papel enquanto atores políticos no novo cenário. Em relação a essa concepção de ação organizativa dos agentes nos movimentos populares, o sociólogo José de Souza MARTINS, assessor da CPT Nacional, em carta enviada a esta, fará a seguinte consideração:

“Refiro-me à concepção tão difundida de que o agente de pastoral é o responsável pela história, o demiurgo, de que depende dele motivar e conduzir o processo. (...) Ao invés de o trabalhador se libertar, acaba se tornando cativo dessa mentalidade e impedido de construir, na prática, sua própria visão de mundo e o seu próprio projeto.” (abr. 1990).

⁶⁸ Evidentemente, não queremos transpor a experiência da CPT/PR para avaliar a trajetória da Pastoral no Estado, mas acreditamos que essa possa ser ilustrativa, ainda mais que a CPT é uma entidade que se organiza nacionalmente, com direção, fóruns e planejamento.

Esta prática dirigente dos agentes religiosos é facilmente percebível na análise da documentação escrita e nos depoimentos dos próprios religiosos, camponeses e outros mediadores.

No período de organização pré-ocupação da fazenda Annoni, a luta pela terra no RS é conduzida por uma Coordenação Estadual formada por assessores, notadamente ligados à CPT, que desempenham o papel de dirigentes políticos do processo, e uma Executiva Estadual, composta somente por camponeses, que tinha mais, como função, tarefas práticas para articular os sem-terra nos municípios e comunidades. A falta de quadros dirigentes possibilitou que durante o primeiro ano de existência do acampamento, a direção dos religiosos fosse evidente.

Até meados de oitenta e seis, a relação entre a CPT e a direção do MST foi de clara aproximação e convergência de interesses. O emergente Movimento dos Sem Terra, em uma das suas primeiras publicações, já em oitenta e quatro, traz uma introdução assinada por Darcy Maschio, na qual ressalta a importância da Igreja e da fé para a continuidade da luta. O livreto contém dois sermões pronunciados em “momentos importante da luta”, por D. Orlando Dotti, na 8ª Romaria da Terra, e D. Bruno Maldaner, na “Missa de Encerramento” do Iº Congresso Estadual dos Sem Terra⁶⁹, no acampamento da estrada da Fortaleza, em oitenta e quatro; e mais um, texto de D. Orlando, denominado de “A Igreja e a Reforma Agrária”. O próprio título da publicação do MST é sugestivo das representações que estruturam seu imaginário neste período e das relações que este estabelece: “Terra de Deus, Terra de Irmãos: Contribuição da Igreja à luta pela Reforma Agrária”. O dirigente do Movimento, na introdução do livreto, justifica que a Executiva Estadual dos Sem Terra:

⁶⁹ Ou seja, este importante fórum na organização do Movimento é encerrado com uma missa em “ação de graças” – a graça da organização dos camponeses – e é oficiada pela mais alta autoridade eclesial da região.

“(....) decidiu publicar esses dois sermões para servir como ferramenta de estudo, de debate e de formação das lideranças do Movimento Sem Terra e de todos os interessados na luta pela Reforma Agrária. (...) Isto vem confirmar no dia-a-dia de nossa luta **a importância de nós alimentar nossa fé para que nossas lutas não se desviem do caminho de Deus** (grifo nosso).” (1985).

No capítulo anterior, quando abordamos a Romaria Conquistadora da Terra Prometida, evidenciamos dois aspectos importantes: por um lado, a influência dos religiosos na condução da luta daqueles camponeses. Por outro, o início de uma divergência em torno da questão do caráter da luta, luta sagrada/ luta política, e nesta ocasião frisamos que não é uma oposição linear entre lideranças camponesas e religiosos. Pelo contrário, esta é uma questão que perpassa ambos os segmentos.

Outro aspecto que começa a se observar é uma diferença de método de trabalho entre os agentes da Pastoral da Terra: padre Arnildo, como vimos na Romaria Conquistadora, mantém uma “postura carismática”, enquanto uma “geração mais nova” de religiosos centra seu trabalho mais na capacitação política das lideranças. Neste sentido, frei Antonello relata como isso se efetivou nesta ocasião:

“Quando volta para Annoni, quando está derrotada essa posição, aí acontece o que, acontece que vai acabar acompanhando esse debate somente eu e o Sérgio, nós dois que vamos começar a conduzir isso aí, e aí o Arnildo acaba ficando fora e tal, e essa expressão mais religiosa, só enquanto religiosa, essa questão da publicidade ela vai começá a perder espaço.”

No nosso entendimento, dois fatores básicos conduziram ao afastamento: o êxito na construção do MST, como ator político que vai a cada momento se afirmando enquanto representante legítimo dos sem-terra, inclusive reivindicando insistentemente sua autonomia para “caminhar com as próprias pernas”; esta série de discussões abertas no interior da Pastoral e as disputas da Pastoral Terra com outros setores da Igreja. Esses fatores criam uma situação no qual o MST passa a ter que dar respostas políticas mais efetivas na luta pela terra, e a CPT fica “imobilizada”. No caderno de anotações de um

dirigente da CPT, esta situação é claramente sintetizada, no final da década de oitenta: “A conjuntura levou a isso. A CPT não conseguiu acompanhar os rolos e sempre corria na rabeira.”

Uma consideração importante é que se fala em afastamento e não em rompimento. Em nenhum momento chega a ocorrer uma atitude deliberada de ruptura entre estes dois atores.

3.1 Reestruturação da CPT: para tentar amenizar o conflito interno

“Uma disputa interna muito grande. O entendimento era o seguinte: quem pega a direção da CPT vai dar a orientação pôr onde ela vai caminhar.” (Frei Antonello).

Em meados de oitenta e sete acontece a 8^a Assembléia Estadual da CPT, a qual processa um conjunto de mudanças na estrutura da Pastoral, que passa a ter uma sede fixa em Porto Alegre e ser dirigida por dois coordenadores estaduais, além de terem sido fortalecidas as coordenadorias regionais, na sua linha política e no seu papel na luta pela terra⁷⁰.

⁷⁰ “Ontem mesmo foram eleitos os secretários executivos da CPT, os padres Otávio José Klein, da Diocese de Passo Fundo, e Wilson Dallagnol, de Porto Alegre, também foram escolhidos os representantes da região norte (padre Wilson Antonello, de Santo Ângelo) e centro (Rodrigo Fritzen, de Caxias).” (ZH, 19/06/1987)

Após nove anos da criação da CPT/RS, estas são as primeiras modificações realizadas. As alterações representam, por um lado, uma reacomodação política na direção da CPT. Desde a sua fundação, em setenta e sete, a Coordenação Estadual da Pastoral fora exercida pelo padre João Bosco Schio, de Antônio Prado. Esta estruturação inicial representava o peso das lutas sindicais por preços das regiões das “antigas colônias”, principalmente as lutas por preços justos para a uva e o fumo, na virada dos anos oitenta. Já em oitenta e seis, tanto o cenário político nacional era outro, como também a conjuntura das lutas rurais no Estado, com grande destaque para as lutas pela terra e contra as barragens do rio Uruguai (CRAB/ MAB), que incluía ainda o fato de já se contar com movimentos sociais “consolidados”. Estas modificações terão repercussão no equilíbrio de espaços internos da Pastoral, como declara frei Antonello: “Nós já vínhamos discutindo, porque entendia que a região aqui de baixo estava mais atrasada que a região lá de cima. Esta que era a grande questão. Então foi o jeito de trazer para dentro da CPT as lutas que eram dinâmicas no norte do Estado.”

Um segundo aspecto decisivo nas modificações processadas na Pastoral da Terra, foram as alterações que começavam a ocorrer na luta pela terra, propriamente dita. O entendimento de que o período é outro e de que a Pastoral deve buscar o seu papel nesta nova situação é claro nos fóruns da Entidade, assim como a percepção da gênese das dificuldades de trabalho entre a Pastoral e aqueles movimentos que, até este período, estavam “abrigados” na sua ação de Igreja. Já em oitenta e seis, o periódico Voz da Terra trazia de forma sistematizada esta questão e os desafios que ela apresentava:

“Há certos setores da Igreja que têm uma certa resistência em aceitar essa coisa nova – essa pluralidade de espaços – onde há partido, há sindicato, há movimento. Porque, no fundo, a gente encontra em muitos agentes de pastoral uma certa nostalgia, uma certa saudade do tempo em que a Igreja era poder. (...) a reação é ver que esses partidos, movimentos, sindicatos, estão disputando o nosso espaço. É muito importante nós, que somos Igreja, termos uma sensibilidade, uma abertura

para não entrar em concorrência, que seria um absurdo; seria uma atitude de querer defender o nosso poder.” (nº 28, jul. 1986).

Neste período, desencadeia-se no seio da Pastoral uma discussão em torno do caráter do agente religioso e da sua prática nos movimentos populares. Este debate começa a distanciar alguns dos agentes “mais antigos” da Pastoral, da “geração mais nova”. Passado o auge do período de “organizar o povo”, com a criação de diversos movimentos autônomos e quadros dirigentes populares, qual será o papel dos mediadores nestas lutas? O agente deveria ser de capacitação dos movimentos populares ou de direção? Com a recomposição política do acampamento em setembro de oitenta e seis, este tema ganha evidência, como declara frei Antonello: “Não era mais necessário ser dirigentes, assessores dirigentes, nós éramos assessores dirigentes, nós dirigia. Aí, de outubro pra frente, depois do enfrentamento com a polícia, havia já quadros dirigentes, não um ou dois, mas vários quadros.”

Esta diferença de concepção sobre o papel do agente religioso e a sua prática vai ter um desdobramento objetivo no campo dos conflitos agrários: padre Arnildo, que desde o início do acampamento de EN tinha se tornado figura central na luta pela terra no Estado, sendo por isso ameaçado pelo regime militar de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, e ameaçado de morte pelos oponentes da reforma agrária, acaba “distanciando-se” da condução da luta⁷¹. Alguns religiosos dessa “geração mais nova”, pelo contrário, são os que acompanharão as ações do MST no final dos anos oitenta e na década seguinte. Marli Castro descreve essa situação, e convém observar que, mesmo com agentes mais “próximos”, as relações não são isentas de tensões:

⁷¹ O que não quer dizer que houvesse algum rompimento concreto com o Movimento; pelo contrário, este será homenageado por ocasião das comemorações dos “dez anos de retomada da luta”, em oitenta e nove. Padre Arnildo concorrerá, ainda, a prefeito de Ronda Alta, nas eleições do ano dois mil, pelo Partido dos Trabalhadores.

“Nós tinha uma melhor aproximação, digamos com o padre de Passo Fundo, o Otávio, Antonello, o frei Sérgio, um pessoal assim que nunca se distanciô, não chegô assim a havê nem um estrangulamento entre nós e eles, apesar que tivemos uma série de atritos também e uma porção de brigas tivemos com esse pessoal também, mas conseguimos, assim, a tê uma relação mais próxima do que com o Arnildo.”

O que aproxima a atuação destes três religiosos citados por esta liderança, é que, na sua trajetória, centraram esforços no processo de formação política dos camponeses, no processo de construção do MST, e mesmo depois da sua estruturação como uma organização de movimento social, de caráter nitidamente político, mantendo um discurso marcadamente político, como nesta saudação feita pelo frei Antonello, na abertura do II ° Congresso Nacional do MST, a qual referenda a luta pelo socialismo e encerra com o novo lema do Movimento: “Este é um compromisso de fé e uma tarefa de luta. (...) Buscar cada vez mais construir o socialismo. E para isto é importante ter clareza, meus irmãos: nada mais certo que Ocupar, Resistir e Produzir.” (MST, 1990).

Na 8ª Assembléia da Pastoral entrecruzam-se, no mínimo, estes três aspectos: as diferentes concepções das lutas, a acomodação interna de acordo com a dinâmica das lutas e a questão do papel do agente. Estas divergências acabam por se condensar em uma disputa interna acirrada pelo controle político da CPT/RS, a qual acaba sendo reestruturada – em vez de um, dois coordenadores, para contemplar os dois grupos que se formaram, conforme declara frei Antonello: “Que significava, no caso, o Schio que tinha começado a CPT; ele mais o Milton, mais turma aí, significava eles perderem o controle da CPT, então. Uma disputa interna muito grande.” Esta disputa entre os agentes religiosos, por irônico que pareça, é uma disputa de poder dentro da Pastoral, na qual está em jogo a orientação de para onde a CPT vai caminhar.

Em seu depoimento, o padre Arnildo também aponta essas transformações que ocorreram no interior da Pastoral da Terra e, ao mesmo tempo, localiza o ano de oitenta e seis como o momento de redefinição das suas linhas de atuação e a direção. Neste sentido,

convém observar como este mediador se refere ao resultado dessa disputa interna, na qual vai-se afirmar o setor mais identificado com a direção do MST. Na interpretação deste mediador religioso, há praticamente uma inversão de papéis na hegemonização da luta, ficando a Pastoral “a reboque” do Movimento:

“Nos primeiros momentos da EN, ela foi um bloco. (...) Isto também aconteceu até 86, de 86 prá cá, quando o Movimento tomou seu rumo, (...) e nesse mesmo tempo a própria CPT sofreu uma transformação grande no Estado, (...). Nos últimos, anos ela passa a ser totalmente, só anda rebocada pela direção do Movimento. (...) e acontece porque na redefinição da CPT, a própria direção da CPT passa muito mais nas mãos de mediadores religiosos, que são direção do Movimento.”

Este debate, contudo, não é circunstancial, nem pode ser reduzido a uma mera questão de disputa de poder no interior da Pastoral. Estas questões polemizarão a Comissão durante toda a segunda metade dos anos oitenta, inclusive em âmbito nacional. Sobre estes temas, realizar-se-ão diversos seminários, debates, cursos, entre outras atividades e produzir-se-á grande quantidade de documentos, evidenciando que são questões relevantes e de difícil resolução⁷². Já no ano de noventa, aproximadamente cinco anos após o início dessa discussão, em um documento interno, a CPT nacional sintetizará a questão de forma precisa: “Os trabalhadores conseguem entender a complexidade das forças sociais e conseguem decidir-se, dar o rumo para aquilo que fazer. Diante disso, qual é o tipo de assessoria que a CPT deve prestar?” Esta questão vai abrir um longo debate no interior da Pastoral da Terra. A conclusão a esta indagação é diferente das declarações feitas por diversos religiosos até meados dos anos oitenta. Em vez de organizar o povo, a partir de uma leitura metafórica do livro do Êxodo, a resposta aponta para a necessidade de qualificar técnica e politicamente a sua ação, o que evidencia uma predominância da

⁷² “O II Encontro do Movimento Fé e Política, (...) b) Como trabalhar as divergências: não ter medo das divergências, assumi-las; identificar seu nascimento; não perder de vista o que temos em comum; viver a radicalidade da democracia; ter abertura para o diálogo; ter um grupo para refletir e avaliar nossas posições; ter coragem para a crítica e autocrítica.” (Circular, dez. 1990).

concepção de agente de capacitação: “Hoje os movimentos sociais necessitam de uma assessoria qualificada. Os agentes de pastoral que queiram prestar este serviço necessitam se qualificar.” (CPT, 1990).

Esta questão, evidentemente, terá repercussão no próprio Movimento. No seu 3º Encontro Nacional, o MST organizará um debate envolvendo três religiosos que acompanham a sua trajetória. O debate é apresentado dentro de um fórum nacional e é reproduzido com destaque no Jornal Sem Terra; portanto, é um assunto de grande interesse, também para o Movimento. Nesta atividade frei Sérgio, após ressaltar que o momento político é outro, visto que “(...) o Movimento dos Sem Terra teve um grande crescimento político”, sintetiza a questão de uma forma direta e abrange os diversos aspectos que esta envolve:

“Esta nova situação levou a uma crise de relacionamento, em alguns lugares, entre a Igreja e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A Igreja, encontrando dificuldade para assimilar essa nova situação histórica, e o Movimento fazendo dessa autonomia postulada, motivo para se afastar da Igreja, correndo o risco de um isolamento.” (fev. e mar. 1987).

Estas questões serão o pano de fundo de um relacionamento dinâmico e instável entre a Pastoral da Terra e o Movimento, durante toda a segunda metade dos anos oitenta e no início da década seguinte.

3.2 A CPT de costas para a Catedral

“Um altar montado na sarjeta e uma cruz de madeira tosca constituíam o cenário para 16 padres celebrarem uma missa em apoio aos quatro agricultores sem-terra e dois religiosos, em greve de fome há cinco dias, em Porto Alegre. Seiscentas pessoas assistiram à missa de costas para a Catedral Metropolitana. Foi um protesto contra o arcebispo, Dom Cláudio Colling, que trancou a Igreja com cadeados.”(ESP, 18.04.89).

Além dessa tensão quase permanente na relação entre esses dois aliados, CPT/MST, a 8ª Assembléia Estadual da Pastoral da Terra/ RS desencadeará uma longa e profunda crise de relacionamento entre esta entidade e três das principais autoridades eclesiais estaduais: Cardeal D. Vicente Scherer, D. Cláudio Colling e D. Boaventura Kloppenburg.

No interior da Igreja, sempre houve concepções bem distintas em relação à reforma agrária. Contudo, no final dos anos setenta e na primeira metade da década seguinte, enquanto a Instituição se defrontava com o Estado militarizado como corporação, e o incipiente movimento estava sob a hegemonia de segmentos religiosos e, principalmente, este foi um período em que os religiosos orientados pela Teologia da Libertação tiveram grande predominância no seu conjunto, especialmente a CNBB. Em setenta e nove, na 18ª Assembléia Nacional da CNBB, em Itaici, os Bispos aprovam por mais de cem votos, quatro abstenções e nenhum voto contrário, o documento intitulado “A Igreja e a questão da terra”. Este longo documento, após uma profunda análise da realidade agrária do país – denunciando a concentração fundiária, a miséria e a violência no meio rural –, afirma uma posição claramente favorável a lutas dos camponeses,

inclusive conclamando a Igreja a apoiar as iniciativas dos trabalhadores. Nos momentos em que as divergências internas quanto a essa questão tornam-se públicas, este documento é utilizado para afirmar a posição da Instituição e inibir as posições divergentes.

Contudo, durante a “Nova República”, passado o enfrentamento corporativo com o regime militar, as diferentes concepções políticas da Instituição começam a aflorar. É neste cenário que a Pastoral da Terra se torna um dos principais centros de tensão dentro da Igreja. As discussões e deliberações da 8ª Assembléia da CPT/ RS são veiculadas no boletim Voz da Terra de julho de oitenta e sete. Algumas semanas após, o relatório é alvo de uma crítica contundente do Bispo de Novo Hamburgo. Dom Boaventura, em um estudo detalhado do relatório, aponta um conjunto de desvios da Pastoral da Terra, agrupando-os em cinco blocos e tecendo comentários críticos, divulgando-o no Jornal do Brasil:

“1- O fantasiado modelo de Jesus agitador: (...) Tal modelo, porém, não é só duvidoso, mas inteiramente falso e enganoso (...).

2 – O constante recurso à categoria de luta: (...)

3 – A magnificação do científico: um assessor da CPT/ RS se apresenta como um discípulo acabado de Karl Marx, quando proclama: ‘a realidade é conflitiva e contraditória’, (...).

4 – O namoro com o socialismo: (...)

5 – A ojeriza contra a estrutura da Igreja: outro assessor está persuadido de que a CEB (...) está mudando a Igreja de alto a baixo (...).” (14/ 08/ 1987).

As denúncias feitas por Dom Boaventura encontram apoio no cardeal Dom Vicente Scherer, que, analisando as deliberações da Assembléia da Pastoral, classifica-as como um “profundo desgosto causado aos católicos”. O Cardeal, na mesma ocasião, pediu à CNBB que abrisse uma sindicância para apurar o envolvimento da Comissão Pastoral da Terra e das CEB’s em invasões de propriedades e manifestações violentas no meio rural. Na matéria “Cardeal acusa a CPT gaúcha”, do jornal O Estado de São Paulo, Dom Vicente é mais incisivo nas suas denúncias e declara concretamente que “(...) a CPT organiza invasões de fazendas, mantém ligações com o PT e a CUT” (ESP, 1º/ 09/ 1987).

No segundo semestre de oitenta e sete, estas autoridades eclesiais desencadeiam uma campanha de denúncias contra os setores progressistas da Igreja. Nesse período, as posições de Dom Vicente e Dom Boaventura não encontraram grande acolhida entre os bispos do estado. O episcopado gaúcho está hegemônico por religiosos simpáticos a Teologia da Libertação e às ações da Pastoral junto aos camponeses: “Os bispos da chamada ala progressista da Igreja (...) aproveitaram a reunião do Conselho Pastoral da Terra, ontem, em Caxias do Sul, para censurar o Bispo de Novo Hamburgo, (...)” (ESP, 11/ 09/ 1987). Mesmo que o clero gaúcho seja majoritariamente contrário às suas denúncias, o Bispo de Novo Hamburgo mantém suas posições e proíbe a Pastoral de atuar sob sua jurisdição.

Como as denúncias de desvios teológicos por parte da Pastoral da Terra inicialmente não encontram grande acolhida na Instituição, estas duas autoridades eclesiais passam a condenar diretamente a ação da CPT e das CEB's junto às populações rurais. Dom Vicente, em uma das suas condenações mais diretas e veemente aos “desvios” da chamada ala progressista da Igreja Católica, aponta a existência de “(...) muitos padres ‘com envolvimento claro, reconhecido e operante com a política partidária – o PT e a CUT’ –, acrescentando que eles promovem uma ‘pregação evidente da luta de classes’ nas suas paróquias.” (ESP, 11.08.87). O bispo de Novo Hamburgo faz as mesmas críticas, atuando na mesma linha dos oponentes a reforma agrária, aponta a ilegitimidade das ações dos camponeses, pois: “Os sem-terra nasceram para fazer o conflito, e não são um produto de geração espontânea. A CPT é a genitora dos sem-terra.” (ESP, 6.08.87).

Esta segunda linha de ataque demonstra-se muito mais produtiva. Por um lado, os órgãos da grande imprensa passam a utilizar tais denúncias para desgastar perante a opinião pública a imagem dos sem-terra e de seus mediadores. Além de denunciarem a ilegitimidade da luta de classes, incitada por ‘agentes externos’ ou ‘agitadores profissionais’, no caso os “padres vermelhos”, as críticas vêm acompanhadas de denúncias sensacionalistas, que acabam colocando a Pastoral na defensiva: “CPT pede

provas de que promove luta de classes: (...) devolveu aos acusadores da entidade a responsabilidade civil de provar que ela utiliza doações das instituições internacionais para a aquisição de armas, visando a estimular a luta de classes no campo.” (ZH, 22.02.88).

O Estado e os oponentes da reforma agrária aproveitam evidentemente essa polêmica toda para atacar a CPT e procurar deslegitimá-la e minimizar a origem social da questão. Os grande proprietários, através da FARSUL, procuram tirar proveito, somando-se às denúncias e exigindo apurações: “(...) apoiou a decisão de D. Vicente. ‘O problema é que a CPT fomenta as invasões,’ disse Marimon.” (ZH, 02/ 09/ 1987).

Por outro lado, são encaminhadas denúncias a entidades católicas européias, que financiam diversos projetos assistenciais e de promoção socioeconômica, de desvios desses financiamentos e doações para a compra de armas, treinamentos de guerrilha, para invasão de propriedades particulares e para as campanhas do PT. Estas denúncias terão grande efeito, inclusive desencadeando processos de sindicâncias e de prestação de contas, suspendendo temporariamente os repasses:

“Alemães exigem que CPT mude sua linha para receber verbas – (...) se essa Pastoral **abandonar a sua linha de apoio à organização política dos trabalhadores rurais e dedicar-se apenas a projetos socioeconômicos** (grifo nosso), na área da produção agrícola. (...) Esse corte comprometerá 10 % do orçamento total da CPT em nível nacional (cerca de 200 mil dólares) e de 30 a 40 % dos orçamentos dos escritórios regionais dessa pastoral. A atitude da Misereor representa uma tendência, em franco crescimento entre as agências católicas européias.” (FSP, 08.03.88).

Estas denúncias não chegaram a trazer grandes complicações para o Movimento Sem Terra, contudo os processos administrativos trarão maiores problemas ao MAB/CRAB. Quanto à Pastoral da Terra, os desdobramentos serão mais complexos. Por um lado, a possibilidade de perder parte substancial de seus recursos e de alguns de seus aliados, prenuncia dificuldades sérias para a CPT. Por outro, estas denúncias levam a CNBB a procurar estabelecer um controle maior sobre a Pastoral. As verbas passaram a

ser recebidas não mais diretamente pela CPT ou pelos movimentos beneficiados, que deveriam ter o aval da Pastoral; a partir desse período, quem recebe, faz os repasses e controla a sua aplicação é a própria CNBB. Essa situação é um dos elementos que obriga a CPT a assinar um termo de acordo com a Conferência.

Essas polêmicas colocaram em lados opostos as mais altas autoridades eclesiais do Estado: o cardeal D. Vicente Scherer, o arcebispo metropolitano D. Cláudio Colling e D. Boaventura Kloppenburg, bispo de Novo Hamburgo e membro da Pontifícia Comissão Teológica Internacional, nomeado pessoalmente pelo próprio papa João Paulo II. No lado oposto, esta os agentes da Pastoral da Terra – todos situados na camada inferior da Instituição: padres, freis e irmãs –, contando com o apoio da maioria dos bispos do interior do Estado. Neste sentido, convém ressaltar que esta situação não é especificidade do Rio Grande do Sul. LÖWY, estudando o desenvolvimento da Teologia da Libertação, generaliza essa situação: “As categorias ou setores sociais no campo religioso-eclesiástico que serão motor da renovação são todas, de certa forma, marginais ou periféricas em relação à instituição.” (1991, p. 34). Em termos da sociologia da religião, esta situação encontra similaridade nos trabalhos de BOURDIEU (1992), que define como homologia de posição.

Neste ponto, convém ressaltar uma questão que não está no âmbito desta tese, mas que é fundamental para a localização dessas disputas no interior da Igreja. Após a vigência de três papados considerados liberais – João XXIII, Paulo VI e João Paulo I –, que marcam a realização do Concílio Vaticano II (1963-5) e as Conferências do Episcopado Latino-Americano de Medellín (1968) e Puebla (1979), a ascensão de João Paulo II marca o início de uma tentativa do Vaticano de fechar os espaços dos adeptos da Teologia da Libertação: “Os dez anos de pontificado de João Paulo II mudaram o perfil pastoral e político do episcopado brasileiro: Eles representam uma ofensiva conservadora para reassumir o controle da Igreja no país.” (ESP, 17/ 04/ 1988). No Brasil, após o enfrentamento unificado como corporação contra o regime autoritário, a CNBB apoiará

inicialmente a Nova República, inclusive “indicando” Nelson Ribeiro, Ministro da Reforma e de Desenvolvimento Agrário, e o presidente do INCRA, José Gomes da Silva. Esse período marca também uma lenta retomada do controle da Igreja pelos setores moderados e conservadores, em consonância com a tendência internacional. Nesse processo, um papel-chave é desempenhado por Dom Boaventura. Como membro da Comissão supra-referida, cabe-lhe escolher os sacerdotes que serão consagrados bispos. Essa Comissão, segundo setores da CNBB, privilegiará os freis e padres alinhados com o Vaticano. Um episódio emblemático dessa ofensiva contra a Teologia da Libertação foi o processo e a punição, com silêncio obrigatório, ao frei franciscano Leonardo Boff, principal teólogo dessa corrente em nível internacional. Medidas similares atingiram também os militantes católicos da América Central, muitos envolvidos diretamente com as revoluções em curso, sandinista e salvadorenha.

Essa ofensiva dos setores conservadores na busca da retomada do controle da CNBB, atingirá também a Pastoral da Terra. Após mais de três anos de polêmicas, a CPT e a CNBB assinam um acordo. Desde a sua criação, em setenta e cinco, a CPT sempre manteve uma relação oficiosa com a CNBB: a Conferência reconhecia a existência da Pastoral, inclusive dava-lhe apoio, mas ambas se mantinham independentes: afinal a CPT era uma entidade ecumênica, na qual os luteranos da IECLB e a Igreja Metodista tinham alguma participação. O acordo entre as duas entidades enquadra a Pastoral da Terra como uma instância orgânica da Instituição, ao mesmo tempo subordinando-a à Igreja e tirando-lhe esse caráter plural. A respeito dessa negociação, a Coordenação Estadual da CPT/ RS chega à seguinte avaliação: “Constatou que o artigo 10 do ‘Termo de acordo CPT/ CNBB’, tornou a CPT dependente da CNBB, **tirando sua autonomia** (grifo nosso) e perdendo o ecumenismo.” (21/ 22/ 05/ 90).

Um setor da Igreja que tenta constantemente ter incursões na área rural, atacando principalmente a CPT e as CEB's, é a Tradição Família e Propriedade (TFP). Sem nunca conseguir ter grandes êxitos na sua implantação, desempenha então “uma guerra

permanente de baixo impacto” e ganha alguns militantes, como o advogado Luiz Martins Pereira, vereador do PDS no município de Herval Seco⁷³, local onde estava ocorrendo o acampamento da Estrada da Fortaleza.

Uma das divergências que surge entre as correntes da Igreja é quanto ao significado de algumas práticas religiosas. Como já analisamos no capítulo II, os religiosos ligados à Teologia da Libertação ressemantizam várias práticas do catolicismo tradicional, tanto do clerical, como do popular. O Arcebispo Metropolitano Dom Cláudio Colling condena a utilização de práticas religiosas como forma de encaminhar as lutas, afirmando que elas são da esfera espiritual. A posição de Dom Cláudio é contestada por um dos agentes da Pastoral, que utiliza documentos da Instituição para justificar o uso dessa prática religiosa no plano terreno:

“Para o arcebispo, o jejum ‘é um ato religioso com o objetivo de trazer à alma os sentimentos de arrependimento e não tem significado de protesto’. (...) frei Sérgio Görden, um dos religiosos em jejum, de Três Passos, disse que documentos da Santa Sé reconhecem a greve de fome como método não-violento de Protesto.” (ZH, 16.04.89).

O Arcebispo manda fechar com cadeados a Catedral durante a realização do jejum, convocado por diversas entidades de pastoral e outros segmentos da Igreja. Estes religiosos armam um altar na sarjeta e celebram uma missa, oficiada por dezesseis sacerdotes, de costas para o principal templo da Instituição no Estado.

⁷³ “Ele recorda que eles estavam muito interessados em uma prima sua que é militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. (...) o pessoal da TFP lhe pediu que falasse a respeito de outras pessoas que ele conhecesse e que estivessem envolvidas ‘com a Comissão Pastoral da Terra. Eles queriam a ficha de todo mundo’.” (ZH, 22/ 07/ 85).

3.3 CPT/ MST PÓS-86: um equilíbrio difícil

“A luta política foi mostrando que a eficiência na luta não vinha via símbolos religiosos ou pela prática religiosa.” (Padre Arnildo).

Os dois aspectos que estamos desenvolvendo neste capítulo, as modificações trazidas pela construção do MST como uma organização de movimento social nas suas relações com a CPT e as disputas no interior da Igreja Católica brasileira, levam os agentes da Pastoral da Terra a um processo de questionamento da natureza do seu trabalho. Esta não é apenas uma discussão teológica, ela surge justamente da necessidade de definição do seu papel nesta nova conjuntura. A própria Pastoral, em um documento interno, define os desafios do novo cenário: “Portanto, não sendo direção dos movimentos, a CPT contribui com estes via militantes engajados. Sabemos que isto não é fácil para quem, por muito tempo, esteve na linha de frente.” (CPT/ RS, 1991).

Contudo, estes impasses não são uma exclusividade da CPT gaúcha, nem mesmo só da Pastoral da Terra. Estes têm uma abrangência latino-americana, na qual o centro das discussões é a ação dos católicos na política de uma forma geral. O texto “Os cristãos na política”, do frei Clodovis Boff, editado como Caderno de Estudos do MST/RS – o que demonstra que este é um tema relevante também para o Movimento –, aponta a dimensão desse problema: “Este é um fenômeno geral de toda a América Latina. O êxodo dos cristãos para os partidos e outras organizações de luta é particularmente agudo na América Central, no Chile e **naqueles lugares onde a luta política está mais acirrada** (grifo nosso).” (1986).

É importante ressaltar que Clodovis Boff afirma que a eclosão desse fenômeno é mais evidente nos processos onde há um maior acirramento da luta política. Esta é também a situação da luta pela terra nessa conjuntura, onde a frustração com o PNRA da Nova República leva o emergente Movimento nacional a intensificar suas ações, imprimindo-lhe uma perspectiva de radicalização. No caso particular da fazenda Annoni, os poucos ganhos objetivos com as práticas religiosas de encaminhamento da luta, apesar da sensibilização da opinião pública, como foi o caso da Romaria Conquistadora da Terra Prometida, levam também à radicalização de suas ações, no enfrentamento com a Brigada Militar e na ocupação da fazenda São Juvenal. O padre Arnildo, certamente o religioso que perde mais influência junto aos sem-terra gaúchos no interior desse processo, em seu depoimento, aponta nitidamente essa circunstância:

“A eficiência política, ela vai exigir a competência, organização tal, isso se faz via ferramenta política, e isso foi fazendo com que eles fossem analisando, vendo que o religioso, essa postura aí não leva a nada. Nada assim em termos concretos de resultado político. (...) Por outro lado, a própria questão de formação política ou das teorias que foram conhecendo, foi fazendo com que criassem essa ojeriza até ao elemento religioso.”

No depoimento do padre Arnildo, ficam evidente dois aspectos complementares: por um lado, a relação entre e a busca de novos instrumentos teóricos para análises mais complexas da sociedade e para fundamentar a nova prática política por parte dos dirigentes, leva-os a secundarizarem o religioso, até mesmo a adotarem uma postura anticlerical. A descoberta do materialismo histórico, como analisaremos no capítulo V, é um dos aspectos relevantes nessa questão.

Por outro lado, o sacerdote percebe os limites que o trabalho da Pastoral muito centrado no aspecto político acabou revelando: se a utilização de práticas e representações religiosas se dava como uma substituição das de cunho político, a descoberta do “mundo

da política” torna desnecessário o imaginário ético-religioso para o Movimento, remetendo a religião para a esfera privada.

Seria insuficiente analisar esse processo como uma tentativa dos dirigentes camponeses de se libertarem da influência dos agentes religiosos. Este novo cenário traz a tona diferentes concepções da luta pela terra, inclusive dentro do próprio Movimento Sem Terra, como revela Marli Castro em seu depoimento: “Havia diversas idéias dentro do próprio Movimento, de como deveria a Igreja participá; até alguns achavam que deveria participá diretamente, outros achavam que a Igreja não teria que tá dentro do Movimento de jeito nenhum.”

A relação entre a Pastoral da Terra e o Movimento Sem Terra na segunda metade dos anos oitenta passa por fases distintas. Há um primeiro momento de afastamento, após a desativação dos dois acampamentos de Porto Alegre, em setembro de oitenta e seis, o qual os camponeses denominam como a primeira “esperneada pra se liberta”. Após um período de afastamento, lentamente começa a ocorrer uma reaproximação. Em julho de oitenta e nove, ocorre uma reunião da coordenação estadual da CPT com a direção do MST, na tentativa de rearticularem os trabalhos conjuntos. No caderno de anotações de um dos coordenadores da Pastoral, transparece essa oscilação:

“— Certa distância entre MST-CPT (1987). A conjuntura levou a isso. A CPT não conseguiu acompanhar os rolos e sempre corria na rabeira.

— Em 88 – isso mudou, mas apenas 2 ou 3 pessoas acompanhavam o MST, muito pouco.” (CPT/ RS, 1989).

Além de variar ao longo desse período, as relações entre as duas entidades variam também nas diferentes frentes da luta. Em um documento interno deste mesmo ano, estes mediadores concluem que: “Pela prática dos participantes, viu-se que existem em alguns lugares bom diálogo e possibilidade de trabalho conjunto. Porém, em geral, existem dificuldades e tensões até grandes.” (CPT/ RS, 1989). As anotações do agente da Pastoral

apontam para uma maior aproximação na Capital, onde está a sede e a coordenação das duas entidades, enquanto nas frentes no interior, as relações não se dão com a mesma intensidade, ou pelo menos de maneira uniforme.

Nesta mesma reunião, as entidades procuram fazer um diagnóstico sobre esse processo de afastamento e constataam as causas desse, concluindo que existe um problema básico de desarticulação entre ambas, dificultando a troca de informações, avaliações conjuntas e planejamento articulado. Convém observar que um elemento-chave nesse distanciamento é a questão da autonomia do Movimento em relação aos seus mediadores históricos:

- “— Falta um planejamento do MST junto às entidades. Em 88, cada um fazia o que queria.
- Sempre era relato, não se preocupava em sentar para fazer análise.
- O MST confundia a preservação da autonomia com participação e o relacionamento.” (CPT/RS, 1989).

Estas dificuldades de relacionamento e a necessidade da definição dos papéis de cada uma não se restringem a estas duas entidades, mas atinge todos os componentes do campo dos conflitos agrários. Marli Castro, reportando-se a uma destas reuniões de rearticulação, aponta o ano de oitenta e sete como um período de isolamento do MST e, referindo-se a algumas críticas dirigidas ao Movimento pelos mediadores religiosos e pelos sindicalismo rural cutista, também inclui nas causas do afastamento a maior dinamicidade da luta pela terra, em relação às outras deste campo, apresentando a necessidade da redefinição do papel desses diversos atores:

“(...) disseram diretamente que o Movimento havia se distanciado dos demais movimentos, pego uma outra direção e tinha deslanchado na frente e não dava condições, não deixava espaço pra outros movimentos se aproximá de nós. (...) A discussão era: vamos defini afinal de conta qual é o papel da CPT, qual é o papel da Igreja, qual é o papel da CUT, qual é o papel do movimento sindical combativo e qual é o papel do Movimento nessa briga que nós tamos levando.”

Na busca de encaminhamentos para a superação dessa situação, os agentes da Pastoral e os dirigentes do Movimento mencionam novamente a questão da autonomia, destacando-a como uma premissa básica para um bom relacionamento: “- A CPT sabe que o MST é autônomo, clareza”. Além disso, reafirmam a necessidade da definição do papel de cada uma para uma maior circulação de informações e de discussões conjuntas: “- Precisa de informação entre a CPT e MST, para clarear as funções de cada entidade. - PROPOSTA: uma vez por mês CPT, CUT Rural, MST, PT fazerem uma análise de conjuntura juntos. Espalhar a informação diariamente.” (CPT/RS, 1989).

Já no início dos anos noventa, em um questionário da CPT Nacional, quanto ao relacionamento entre as duas entidades, a resposta da Pastoral gaúcha é de outro tom. A avaliação é mais complexa, diferenciando a relação com a base do Movimento – o “povão” – daquela que ocorre com parte das lideranças, consideradas “meio” atérias e ortodoxas, o que aponta para que se considere uma consequência do contato com teorias e métodos de análises da política. Mas, de maneira geral, percebe-se uma maior aproximação, conforme declaram:

“As relações são boas. O MST sempre teve uma relação muito próxima com a CPT e continua tendo. Agentes de CPT (não-liberados) **atuam de forma muito direta no MST** e contribuem muito. Se classificamos as relações como boas, não quer dizer que não tenhamos conflitos. Temos, e especialmente nas concepções metodológicas de organização e luta, bem como nas concepções de organizar a produção. Mas nós participamos de suas reuniões e encontros e colocamos nossos pareceres, que por alguns são aceitos e por outros não. De modo geral, a nossa relação com o povão das bases é muito boa e próxima.” (CPT/RS, 28.12.92).

Mas além da questão da autonomia do Movimento e das eventuais desarticulações no interior do campo dos conflitos agrários, há dois outros pontos dificultando as relações entre o Movimento e a Pastoral da Terra. Um documento interno da CPT/RS menciona que “Os objetivos e a metodologia não são os mesmos”. Outro ponto de divergência recorrente – as vezes de afastamento –, é em relação ao caráter da luta – política/ sagrada –

e ao papel da religião no conjunto da luta, de forma geral. E especificamente, em relação à forma como o MST deveria trabalhar com essa esfera. Neste sentido, os mediadores religiosos consideram, nas suas discussões internas, que:

“**Há dúvidas sobre a sinceridade dos objetivos do MST** (grifo nosso). Dentro do Movimento existe uma tendência que defende a conquista da terra pela violência, embora a outra seja pela forma pacífica. Formam pequenos guetos e escondem informações da base, o que cria tensões com a CPT, que atua diferentemente. Há uma rejeição da Igreja, do religioso, da prática das CEB's e da presença de religiosos e agentes de pastoral nos acampamentos e assentamentos.” (CPT/ RS, 1989).

Além dessas dificuldades de trabalhar conjuntamente devido às diferentes concepções, os agentes da Pastoral freqüentemente se queixam dessa sinceridade do Movimento e sentem-se usados pelos dirigentes, como afirmam em documento interno: “Recorrem à CPT **na hora do interesse e da dificuldade (econômica)** (grifo nosso) e, de forma indireta, jogam os agricultores. Usam a CPT.” (CPT/ RS, 1989). Neste período, na prática política do Movimento, essa relação de caráter utilitário manifesta-se recorrentemente, envolvendo dois aspectos principais: por um lado, quanto ao aspecto financeiro, o apoio direto ou a intermediação da Igreja é fundamental para o Movimento, ainda que varie de intensidade no decorrer do período. Por ocasião da realização do II Congresso Nacional do Movimento, em noventa, os dirigentes enviam uma carta elogiosa a diversos organismos da Instituição, destacando a importância que esta teve ao longo de toda a luta pela terra, e encerram a correspondência solicitando apoio, pois: “E é neste momento conjuntural de muitas indefinições, que **precisamos mais uma vez do apoio de vocês** (grifo nosso), moral, político, espiritual e material.” (MST, mar. 1990).

Por outro lado, o apoio político da Instituição continua sendo importante para legitimar as suas ações, que vão tornando-se crescentemente confrontacionais. Como nesse período acirram-se as divergências no interior da Instituição, a obtenção de apoio dos clérigos necessita de certas considerações. Além disso, como vimos anteriormente,

estas divergências, em algumas ocasiões, tornam-se críticas abertas de setores religiosos, necessitando de serem neutralizadas. A secretaria nacional do Movimento reúne três documentos da CNBB e remete-os aos Estados, acompanhados de uma circular onde afirma o objetivo de estes serem conhecidos: “Documento sobre as ocupações de terra: marca a posição oficial da Igreja sobre as ocupações de terra. **Poderá ser utilizado pelos companheiros sempre que precisarem pedir apoio da Igreja** (grifo nosso).” (MST, 1991).

A adoção da forma de organização de um movimento de quadros, orientados por uma concepção leninista, é outro elemento gerador de divergências, e mesmo de atritos, entre dirigentes e mediadores. A questão é colocada na forma de discussão do método de trabalho. Em oitenta e seis, quando começa esse processo de tensionamento entre as duas entidades, o boletim Voz da Terra traz uma crítica à orientação metodológica que o Movimento está assumindo:

“Só usar o método participativo, onde o povo, através das lutas e conflitos, vai descobrindo os verdadeiros e falsos caminhos, e ele próprio vai delineando os seus caminhos ou soluções. Por isso o jeito de fazer comissões de camponeses com cabeça feita, cursos ilustrativos, pagar ônibus para reunir gente, ou qualquer atividade paternalística, dar consignas (palavras de ordem) de cima para baixo, etc., não fecha conosco.” (nº 27, nov. 1986).

Já nos anos noventa, a Pastoral da Terra, responde a um questionário da CPT Nacional, quando indagada sobre: “Quais as maiores dificuldades da CPT Regional no desenvolvimento das atividades conjuntas no Fórum Estadual?”, fórum este formado pelas entidades do campo dos conflitos agrário, que promove anualmente jornadas de lutas conjuntas. A resposta centrar-se ainda na questão do método:

“— Participar de uma jornada que nós não apostamos muito porque é **muito decidida e encaminhada por cúpulas** (grifo nosso);

— Como a CPT não tem bandeiras de luta próprias, apóia as dos trabalhadores. Porém, como apoiar coisas que nem sempre estão de acordo com a nossa perspectiva de ação?” (CPT/RS, 1992).

No início dos anos noventa, após aproximadamente seis anos destas polêmicas, a Pastoral da Terra toma uma deliberação, em relação a uma jornada de lutas, que simboliza uma nova postura por parte dos mediadores religiosos: “A CPT que no ‘SOS VIDA’ participou como entidade promotora, a partir de uma avaliação interna, concluiu que deveria continuar participando **não mais como entidade promotora, mas como entidade de apoio** (grifo nosso).” (CPT/ RS, 1992). Esta posição reflete, por um lado, a consolidação de um novo cenário onde as entidades de representação dos trabalhadores já chegaram a um estágio de amadurecimento. Por outro, diante dessa nova realidade, significa uma redefinição do papel dos agentes religiosos e das suas ações e, ao mesmo tempo, um fechamento de espaços internos da Igreja para estes setores.

3.3 Paróquia e Pastoral dos Assentamentos

“A Irmã Leonilde Fraporti, Divina Providência, diz que ‘é o apelo profundo que mexe até as raízes de nós mesmos’ o fato de ser interpelada a morar e a estar junto aos colonos assentados.” (CPT/ RS, 1989).

Não está nos objetivos desta tese analisar o trabalhos dos mediadores nos assentamentos da reforma agrária no Estado. Contudo, consideramos importante registrar

que, para além das dificuldades de relacionamento que acontecem no processo, os agentes religiosos atuam diretamente nas áreas de assentamentos e nos acampamentos.

Em oitenta e nove, estes agentes religiosos criam uma Pastoral específica para articular esse trabalho junto à base do Movimento. Também nesta frente, a ação da CPT atinge diversas esferas da luta e da vida dos sem-terra e assentados, muito além do especificamente religioso:

“Isto se faz necessário porque novos são os desafios: organizar os assentados em grupos, formação sócio-política, cultural, ideológica, comunitária, bíblico-teológica e psico-afetiva, práticas de vida e trabalho comunitário, integração com os movimentos populares e entidades de classe, práticas alternativas de produção e comercialização, saúde preventiva, curativa e comunitária, pastoral sacramental e celebrativa, pastoral específica para lideranças e para as bases, inserção de agentes de pastoral neste meio específico.” (CPT/ RS, 1989).

Nas regiões onde foi implantado um maior número de assentamentos, criam-se estruturas específicas para o atendimento a essas comunidades. Estas podem ser a criação de equipes missionárias – só de religiosos ou incluindo camponeses – para atenderem os assentados; ou mesmo a criação de uma paróquia especial para atendimento dos assentados, como ocorre em Cruz Alta, onde há uma concentração grande de áreas reformadas. O bispo desta Diocese, D. Jacob Hilgert, justifica na revista católica Rainha esta estrutura específica: “Além do atendimento religioso, é implantada uma organização agrícola alternativa, pequenos grupos de famílias que preparam a terra, plantam e colhem comunitariamente.” (out. 1990).

Além de criarem uma Pastoral e uma Paróquia específica para esse trabalho, os mediadores religiosos participam da vida dos assentamentos de diversas formas. Uma das maneiras de estar presente permanentemente é a residência de religiosos(as) em assentamentos. Já por ocasião do acampamento de Encruzilhada Natalino, duas freiras acamparam por vários meses junto com os camponeses.

CAPÍTULO IV

A luta pela terra é uma luta de classes:

O enfrentamento com o Estado burguês e o latifúndio

“A ocupação da fazenda São Juvenal (...) deixou claro para os sem-terra, para os acampados e para a opinião pública, que a luta pela terra, no Rio Grande do Sul, caracteriza nitidamente a luta de classes” (JST, ago.19 87).

*“Não se trata de agricultores, mas de terroristas.”
Sec. Agricultura Marcos Palombini (ZH, 27.09.89).*

A nova matriz discursiva estrutura as representações da luta e as práticas do Movimento em torno da noção da luta de classes. Esta leitura da realidade condiciona as políticas da Organização no RS, no final dos anos oitenta e no início da década seguinte. Neste capítulo, abordaremos a relação entre esta forma de estruturação do imaginário do MST e os episódios de maior acirramento da luta pela terra no Estado.

O final do ano de oitenta e sete é um “tempo quente”, na luta pela terra no Estado. No dia dezesseis de novembro, um grupo de aproximadamente setenta famílias dos

annonis ocupam a fazenda Seival, em Cruz Alta, que havia sido desapropriada já há dois anos e estava com sua situação jurídica indefinida. No dia dezessete, no saguão do prédio do INCRA, em Porto Alegre, dezessete sem-terra iniciam um jejum de quarenta e oito horas. No dia vinte e quatro, os principais jornais do Estado estampam a manchete: “Colonos invadem fazenda do ex-deputado Aldo Pinto”. Além desta, o Movimento ocupa a fazenda do Salso, em Palmeira das Missões, de propriedade do também ex-deputado Plínio Pereira Dutra (MDB), com mil e quinhentas famílias.

Estas duas ocupações são realizadas por sem-terra organizados nos núcleos de base na região norte do Estado⁷⁴. Esta “nova fornada” conta com aproximadamente mil e oitocentas famílias, o que demonstra a eficácia do trabalho de articulação nas comunidades rurais, além do nível de expropriação ao qual está subordinado o campesinato gaúcho.

A ocupação destas fazendas traz duas inovações importantes: é a primeira ocupação de áreas que não estão de alguma forma em litígio possessório ou público, revelando uma disposição maior do Movimento para a luta e, principalmente, para “forçar um alargamento da legalidade”. As ações em que ocorre maior resistência dos camponeses no final dos anos oitenta, vão ter, tanto sua base social como seus dirigentes, principalmente neste grupo e nas próximas “fornadas”.

Além disso, não é de se desconsiderar que estas áreas são propriedades de dois ex-deputados, um dos quais havia sido candidato ao Governo do Estado e vai ser secretário da Agricultura do próximo, ou seja, uma pessoa com influência e capacidade de reação. Os ocupantes, inclusive, tratam essa questão com humor, pois como relata a imprensa, no acampamento: “Outros, às vezes, cantavam a música que marcou a campanha da aliança

⁷⁴ Além destas duas ocupações, um grupo de quarenta e nove famílias dosannonis ocupa, no mesmo dia, o Centro Agropecuário da Palma, da Universidade Federal de Pelotas, no município de Capão do Leão.

PDT/ PDS para as últimas eleições ao governo do Estado: ‘Eu vou de Aldo, eu vou de Aldo, para governador’.’ (ZH, 03.07.87)

A outra novidade importante é que, pela primeira vez aparece em alguma atividade no Estado a Bandeira do Movimento, criada no início de oitenta e sete, no 3º Encontro Nacional do MST. Aqui se revela concretamente a influência da construção do Movimento como uma organização no manejo do imaginário da luta pela terra: poucos meses após a sua criação, a bandeira já estará em uma frente de luta. Contudo, essa não é utilizada com exclusividade, seguindo as determinações aprovadas: por um lado, é incentivada a utilização de outras bandeiras da classe trabalhadora e a Bandeira Nacional. Nesta ocasião, é o que é veiculado pelos jornais: “Duas bandeiras do Movimento dos Sem Terra – simbolizando um casal de colonos sobre o mapa do Brasil – foram hasteadas na fazenda. Um dos colonos desfraldou a própria bandeira do Brasil na sua barraca.” (ZH, 03.06.87).

Por outro lado, neste período a Bandeira do Movimento é utilizada juntamente com outros símbolos da luta, mesmo com aqueles que não estão embasados nas representações políticas. Assim como a cruz de Natalino vai acompanhar várias atividades dos sem-terra, cruces menores serão colocadas em praticamente todos os acampamentos neste período: “Pela manhã, foi cravada uma cruz tosca, feita pelas mulheres, na entrada do acampamento. Um dos colonos passou terra na madeira descascada da cruz. ‘Isto significa que a terra é de Deus, não só dos fazendeiros, como Aldo Pinto’, disse um deles.” (ZH, 03.06.87). Também é relevante observar a justificativa do acampado para a prática em cima da fundamentação ético-religiosa da luta. Esta prática e as representações que ela veicula não são todavia ocasionais neste período; pelo contrário, há uma “convivência” entre elementos das duas matrizes discursivas.

Esta convivência é reforçada pela permanente demonstração de apoio e solidariedade por parte de setores da Igreja. A maior autoridade eclesiástica da região, o

bispo de Santo Ângelo, D. Stanislau Kreutz, vai até a ocupação para prestar seu apoio e oficia uma missa para os ocupantes: “Bispo celebra missa para invasores da Itatin” (ZH, 25.11.87).

O grande número de camponeses envolvidos nestas ocupações e a disposição, ao menos verbal, de resistência, criam uma situação aparentemente favorável aos ocupantes. A Brigada Militar, surpreendida com o número de sem-terra, não consegue articular uma reação imediata. Um dos seus comandantes chega a admitir a incapacidade da corporação para fazer o desocupação e declara que: “(...) a única alternativa é buscar o entendimento com os acampados (...)”. (CP, 25. 11. 87).

Entretanto, estas ocupações, como as demais desse ano e todas as de oitenta e oito, estabelecem uma seqüência em que os camponeses ocupam e, após a liminar de reintegração de posse, negociam e desocupam a área, com alguns ganhos parciais. Na maior parte das vezes, o governo cumpre os compromissos imediatos, postergando indefinidamente os demais.

Contudo, mesmo que não tenham obtido êxito inicial, estas duas ocupações marcam o início de uma nova fase para o Movimento Sem Terra no RS. Durante dois anos e meio, o acampamento da fazenda Annoni concentra quase todas as atenções e esforços dos camponeses, seus mediadores, do Estado e de seus oponentes. A fase que se inicia agora é muito mais complexa, envolvendo um contingente maior de trabalhadores – assentados, acampados e nucleados nas comunidades rurais. Por um lado, as demandas se complexificam, principalmente pela inclusão nas pautas de negociações das demandas dos assentados; por outro, a partir de agora os movimentos de ocupações e acampamentos tornam-se um quebra-cabeça com modificações freqüentes: os annonis mantêm sua base operacional na própria fazenda, mas fazem um conjunto de ocupações e acampamentos “móveis” menores, tanto na região próxima, quanto na região centro-sul do Estado. A “nova fornada”, por sua vez, forma inicialmente dois acampamentos: os ocupantes da

fazenda Itati vão para o santuário de Caaró⁷⁵, em Santo Ângelo, e os acampados da fazenda do Salso formam o acampamento de Potreiro Bonito, em Palmeira das Missões. Seis meses mais tarde, o Movimento faz um acordo com o MIRAD para a unificação dos dois grupos em um assentamento provisório na fazenda da Barra, em São Miguel das Missões. Por localizarem-se próximo às ruínas jesuíticas, estes acampados passam a ser denominados de “missioneiros”.

Os poucos ganhos substanciais destas ocupações, juntamente com os retrocessos da reforma agrária na Assembléia Constituinte e a não-realização das metas do PNRA, levam a direção Nacional do Movimento a tomar duas definições: por um lado, a rearticulação de uma rede de mediadores, como veremos na organização da “Jornada de Lutas pela Reforma Agrária”; por outro, a necessidade de criar formas mais eficientes de pressão sobre o governo. O Jornal Sem Terra traz uma deliberação intitulada “Nossas tarefas”, onde aparece especificamente a questão da resistência nas áreas ocupadas: “Resistir na terra: A tarefa é aumentar nossos esforços para melhorar nossa organização e resistir nas áreas ocupadas e nos assentamentos.” (mar. 1988).

O Movimento no Estado, seguindo essa orientação nacional, passa a organizar ações de caráter confrontacional, que têm cada vez mais um potencial de radicalização. Já em abril de oitenta e oito, os acampados da Annoni, de Caaró e do Potreiro Bonito organizam uma caminhada em três colunas até Cruz Alta. Apesar de a imprensa fazer constantes menções à caminhada de oitenta e seis, “Colonos sem-terra iniciam romaria”, esta pouco lembra a “Romaria Conquistadora da Terra Prometida”, tanto no que diz respeito à sua forma, sem a teatralidade da anterior, quanto ao objetivo de pressionar

⁷⁵ Setores da Igreja novamente dão a sua cobertura aos camponeses, cedendo uma área muito simbólica para o acampamento: “O santuário de Caaró tem oito hectares e é um lugar histórico onde foram mortos os padres jesuítas Roque Gonzales e Afonso Rodrigues, fundadores das reduções das Missões em 1628. Os colonos ocuparão, ainda, mais 52 hectares pertencentes à congregação dos jesuítas.”(CP, 29. 11. 1987).

diretamente onde estão as terras, não na capital do Estado, colocando ainda a possibilidade de uma ocupação,: “(...) com chegada prevista para o dia 1º de maio. (...) A concentração será em Cruz Alta, pois, segundo os acampados, nessa cidade existem muitas terras desapropriadas.” (ZH, 23.04.88).

No “Dia do Agricultor”, o Movimento Sem Terra volta às manchetes dos jornais, com uma ação realizada pelos missioneiros: a ocupação da fazenda Buriti, em São Miguel das Missões, realizada por setecentas famílias. A Brigada Militar e os jagunços da UDR cercam o acampamento e mantêm os ocupantes incomunicáveis. No terceiro dia, o juiz de Santo Ângelo concedeu a reintegração de posse. O Jornal Sem Terra relata que a “surpresa” começa quando, ao tomarem conhecimento da decisão:

“Os agricultores decidiram que um dos figurões do MIRAD permaneceria no local até que as autoridades atendessem tudo (...). Os oficiais de justiça que procederiam o despejo, foram até a área, e **tomaram um susto** (grifo nosso). Cancelaram o despejo das famílias e a brigada militar permitiu que o vice-presidente de FETAG, Erni Knorst, e o deputado estadual Adão Pretto, entrassem no acampamento.” (JST, set. 1988).

Na tarde do dia seguinte, o Secretário Estadual da Agricultura, Odacir Klein, foi até o acampamento. Depois de cinco horas de reunião com os agricultores, decidiu acatar e executar as reivindicações dos acampados. O fato de terem se recusado a obedecer a uma ordem judicial, terem feito um funcionário federal de refém e, com isso, conseguirem que o secretário vá pessoalmente até a ocupação e decida atender as suas reivindicações, leva as lideranças a perceberem que, radicalizando nas ações, aumentam as possibilidades de obter ganhos. Nesta ocupação, as condições de enfrentamento ainda são favoráveis aos acampados, apesar do “espanto” com o poder de fogo da UDR, pois, frente a três mil e quinhentas pessoas: “Mais de 200 policiais e 150 jagunços permaneceram todo o tempo de prontidão, armados com fuzis de alta precisão.” No final da ação, a avaliação é de vitória, tanto em relação à pauta de reivindicações, quanto ao enfrentamento com os fazendeiros, o

que reforça as avaliações de que deveriam radicalizar nas suas práticas para ampliar as possibilidades de conquistas:

“A UDR caiu do cavalo, de forma estrondosa, com a queda literal de um dos seus aviões que sobrevoava o acampamento, em vôos rasantes. (...) Outro confronto em que a famigerada UDR também deu-se mal foi com **os acampados da fazenda Annoni. Eles foram até a fazenda Buriti dar apoio ao pessoal** (grifo nosso). A entrada estava proibida. A Brigada Militar, juntamente com os jagunços, partiram para cima do pessoal, que não se intimidou e rompeu o cerco. Assim, os reacionários engoliram mais uma derrota.” (JST, set. 1988).

Alguns meses após, os sem-terra voltam a fazer uma nova ação forte na região. Em agosto, os missionários estão em um acampamento numa área do Estado, em Tupanciretã. Como o fornecimento da alimentação que havia sido garantido no acordo com o Secretário não estava sendo cumprido, os acampados resolvem retirar os alimentos estocados em um armazém localizado na mesma área, que estava arrendada à Cooperativa. Um grupo de mais de mil sem-terra, com ferramentas e pedaços de paus, numa atitude de desobediência civil, parte para a ação direta, desconsiderando inclusive as barreiras postas na entrada do acampamento pela Brigada Militar, como descrevem no Jornal Sem Terra:

“Sabendo que esperar não era a alternativa, os agricultores reuniram mais de mil acampados e realizaram uma marcha até o armazém da Cooperativa onde estavam os alimentos. Tiveram de derrubar, ao longo do caminho, barreiras policiais. (...) Como não houve acerto, os lavradores tiveram de derrubar os portões da Serrana e ir até os galpões onde estavam os alimentos, fazendo eles mesmo a distribuição entre as famílias.” (set. 1988).

A forma de procederem e as concepções que externam para justificá-la, deixam transparecer que, para estes camponeses, a sua ação é recoberta de legitimidade, uma vez que o fornecimento desses alimentos havia sido acordado com o Governo. Outro aspecto a ressaltar é que, apesar de literalmente passarem por cima das barreiras policiais e de quebrarem os portões do armazém, a ação é feita de forma ordenada. Ou seja, não concebem como um saque e nem agem como saqueadores. Guardadas todas as diferenças

cabíveis, o sentimento de legitimidade e a forma de proceder dos Acampados nos reportam aos estudos de THOMPSON (1984).

O Governo do Estado tem uma reação forte aos acontecimentos, mobilizando para aquela área pelotões de choque da Brigada Militar de quatro cidades próximas. A corporação que, em novembro, havia sido “surpreendida” pelo tamanho do contingente de camponeses mobilizados e ficado sem condições de uma reação efetiva, mobiliza-se com rapidez e rigor para desfazer a imagem de impotência deixada por ocasião daquelas ocupações. Durante uma semana, o acampamento foi mantido cercado, a saída estava proibida e quem estivesse fora e quisesse retornar era preso, sendo dois camponeses encaminhados à Polícia Federal de Santa Maria. De acordo com os acampados, era “um verdadeiro campo de concentração”. O “estado de sítio” dura uma semana e só chega ao seu final quando os camponeses ameaçam ir para o “confronto”, obrigando os brigadianos a negociarem, como é relatado no Jornal Sem Terra: “Somente a promessa dos agricultores de investirem novamente contra as barreiras provocou uma negociação com a Brigada Militar” (set. 1988).

Essa situação é explorada pelo oponentes da reforma agrária na região. A UDR mobiliza-se, fundando a regional de Tupanciretã e fazendo leilões de gado, para estruturar-se para o enfrentamento. Se por um lado, o “endurecimento” com o Governo pode proporcionar-lhes condições de negociações mais favoráveis, por outro, fornece argumentos para seus adversários e para o Governo apresentaram a possibilidade da repressão. A partir desse período, passam a ser constantes as discussões pelos jornais e rádios, entre os dirigentes das duas entidades. A tensão aumenta ainda mais quando os camponeses sitiados ameaçam romper o cerco. A UDR ocupa os meios de comunicação, fazendo duras declarações contra os sem-terra, chamando-os de guerrilheiros e clamando pelo restabelecimento da ordem e garantia das propriedades. O Movimento reage a isso, fazendo diversas declarações, como esta do Jornal Sem Terra, alertando que: “Essas afirmações irresponsáveis buscam apenas dar espaço de propaganda para a UDR, para

criar um clima que justifique a repressão (grifo nosso) em cima dos trabalhadores sem terra.” (set. 1988).

O crescimento da tensão na região, com a troca de acusações entre dirigentes do Movimento e fazendeiros, e a ameaça de novas investidas pelos acampados, levam o Secretário Estadual da Agricultura, Odacir Klein, a chamar o MST para negociar a saída da área. Após oito audiências de negociações, os colonos conseguiram importantes saldos, como a liberação de três áreas, edital de compra de terras e outras conquistas em alimentos, medicamentos e sementes, o que parece confirmar a eficácia das práticas confrontacionais.

A opção pela resistência nas áreas ocupadas provém de discussões entre os dirigentes do Movimento em nível nacional neste período. A linguagem militar e as formas de tratar a questão demonstram como as representações da sua ação política como uma luta de classes, por um lado, e os intercâmbios com “movimentos camponeses militarizados”, – principalmente centro-americanos –, por outro, interagem no imaginário dos “comandantes” do MST. Em um artigo do Jornal Sem Terra, denominado de “Relações militares de força”, os quadros do Movimento destacam a necessidade da resistência, ao menos teoricamente, como uma possibilidade concreta, mas que deve estar articulada com negociações:

“Um movimento deve estar capacitado e organizado a intervir qualquer hora. Por isso, existe um problema técnico-militar e um problema político-militar. Do ponto de vista técnico, o MST tem esbanjado capacidade para fazer o que mais sabe fazer, ou seja, ocupações organizadas de terras definidas.(...) Em termos político-militares, de direção política dessa capacidade de luta, existem muitos desafios. Como melhor usar essa capacidade para ampliar politicamente os efeitos da ação do movimento e não para isolá-lo? Como obter ganhos políticos **pela simples ameaça de usar** (grifo nosso) a capacidade técnica que possui?” (JST, set. 1988).

Neste sentido, é importante observar que a própria escolha do caráter não-violento das ações obedece a uma lógica política deliberada e, mesmo assim, a possibilidade de

utilização da resistência violenta não fica descartada. Segundo TARROW, a opção de alguns movimentos sociais por agir de forma pacífica deve-se ao fato de que: “Demonstrações não-violentas são freqüentemente mais potentes que as violentas, porque elas colocam a possibilidade da violência, sem oferecer à polícia e às autoridades uma desculpa para a repressão.” (1994, p. 102 – Tradução do autor.).

Como salientamos acima, os poucos resultados concretos obtidos pelas ocupações do final de oitenta e sete e os retrocessos da reforma agrária na Assembléia Constituinte, levaram o Movimento, por um lado, a buscar um “endurecimento” com o Governo nas suas ações. Por outro, o mesmo documento “Nossas tarefas”, referido acima, traz a necessidade de articular essa radicalização com movimentos de publicização da sua luta e de pressão junto aos órgãos do Estado e, ao mesmo tempo, rearticular sua rede de apoiadores⁷⁶. Essa é uma redefinição importante, pois após aproximadamente um ano e meio enfatizando a questão da autonomia do Movimento frente aos seus mediadores, e a necessidade de “caminhar com as próprias pernas”, a direção nacional começa a reconsiderar a tema das alianças. O Jornal Sem Terra comenta o lançamento da **Jornada pela Reforma Agrária**, no final de janeiro, salientando que isso foi um “grande avanço”. Convém observar que, nesse conjunto de atividades o papel central cabe à CUT, já que é uma luta de classes, e não mais aos mediadores religiosos: “O grande avanço foi termos conseguido unificar a pauta de reivindicações em nível nacional, e de termos realizado essas ações de forma conjunta com outras categorias (...), coordenados na Central Única dos Trabalhadores (CUT).” (mar. 1988).

⁷⁶ “A realização da jornada foi uma cartada alta jogada pelos militantes do Movimento. No final do ano passado eles estavam contando com pouco apoio político das entidades que, historicamente, vinham auxiliando a luta pela reforma agrária dos camponeses gaúchos. **Depois de uma série de acordos políticos entre as forças que compõem o universo político dos sem-terra, foi montada a Jornada** (grifo nosso). Atualmente, o Movimento conta com o apoio sólido de 85 entidades.” (ZH, 07.03.88).

O lançamento da jornada no Estado é realizado com um jejum de vinte e quatro horas, na rua, em Porto Alegre. Nesta atividade, havia colonos vindos dos acampamentos da fazenda Annoni, em Sarandi, Caaró, em Santo Ângelo, e Potreiro Bonito, em Palmeira das Missões, representando as três mil famílias acampadas no Estado, naquele período, além de “padres, pastores e dois deputados estaduais”. A representatividade dos participantes, e até mesmo a truculência da força de repressão, acabam trazendo resultados favoráveis à iniciativa, principalmente junto à opinião pública:

“Um forte contingente da Brigada Militar cercou a Esquina Democrática, confiscando colchões, cobertores e travesseiros. (...) Passeata - Depois de cantarem suas músicas, que falam de gente humilde que se revolta e consegue vencer seus opressores, os sem-terra e seus simpatizantes começaram uma caminhada pelas ruas de Porto Alegre, da FETAG até a Esquina Democrática. Com faixas reivindicatórias, como ‘Sem terra, sem comida, não há paz’, tocando gaita e violão, eles despertaram a admiração e curiosidade na população.” (ZH, 28.01.88).

O encerramento desta atividade é significativo por dois aspectos: em primeiro, aparece um elemento novo na disputa do MST e seus aliados pela terra, o qual fará parte de praticamente todas as ações representativas do Movimento a partir desse período: a necessidade de demonstrar que a reforma agrária dá certo e que os acampados são “gente honesta e trabalhadora”. Nesse sentido, será freqüente a utilização simbólica da produção dos assentamentos, em atividades diversas. No encerramento do jejum: “(...) os colonos deverão fazer sua primeira refeição **com produtos vindos dos reassentamentos** (grifo nosso)”. A inclusão dessa questão no trabalho simbólico do Movimento visa a formar uma imagem, na opinião pública, favorável à reforma agrária, contrariando o discurso de seus oponentes de que os assentamentos são áreas improdutivas e a atribuição de uma identidade negativa dos sem-terra, que ora são apresentados como uma “tropa de vagabundos e oportunistas”, ora como ingênuos e massa de manobra de agitadores profissionais. A produção é a demonstração da viabilidade econômica da reforma agrária e da sua condição de trabalhadores produtivos, dotando-lhes de uma identidade positiva.

O segundo elemento importante no encerramento desta atividade é que, mesmo sendo a autonomia do Movimento reconhecida pelos demais componentes do campo dos conflitos agrários, a Jornada sendo coordenada pela CUT e havendo a clareza de que esta é uma luta da esfera política, o seu encerramento é através de uma prática de cunho religioso, semelhante à da primeira metade da década, onde os agentes religiosos tinham a hegemonia desse campo: “Acontecerá uma cerimônia de cunho religioso e político com a presença do bispo de Vacaria, D. Orlando Dotti.” (ZH, 28.01.88)

O encerramento da Jornada traz de volta uma prática desse campo político: a apresentação de uma pauta de reivindicações e o estabelecimento de um prazo para que os órgãos governamentais atendam suas demandas. Caso o atendimento não se realize, os militantes ameaçam partir para ações mais radicalizadas, sendo que os responsáveis serão as autoridades. Esta ação é apresentada como uma resposta à inércia do Governo, não como uma transgressão da ordem, e os seus oponentes, de certa forma, têm a mesma avaliação. Segundo um dirigente da UDR, “existe uma expectativa em relação ao desenlace da Jornada”, pois: “(...) se no final do empreendimento, o pessoal do Movimento tiver recuperado 100 % do apoio político das entidades, os camponeses deverão partir para ações de massa, ou seja: invasões de terras alheias com grande número de colonos.” (ZH, 07.03.88).

O acampamento dos missioneiros, formado em maio de oitenta e oito, na fazenda da Barra, no recém-emancipado município de São Miguel das Missões, reúne em torno de cinco mil pessoas, sendo três vezes maior que a sede municipal. Em um espaço de cinco hectares, dividido em avenidas e ruelas, é praticamente uma cidade de lona. A distribuição espacial lembra a das reduções jesuíticas, que tinham como ponto central da comunidade a Igreja e a praça em frente. O acampamento retoma essa disposição espacial: “Na Barra, o ponto central é um tosco barraco de madeira bruta, com uma cruz de cedro cravada na

frente, e uma surrada bandeira do Brasil em cima, presa a um pedaço de madeira.” (ZH, 27.06.88).

O Movimento Sem Terra e os acampados da fazenda da Barra utilizam-se de uma das formas de estruturar as suas práticas e representações que foi introduzida pelos mediadores religiosos, já na época do acampamento de EN: a de analisar as experiências na busca de formas de organização e de luta mais eficientes. Darcy Maschio, neste sentido, declara que: “Na Annoni a gente cometeu muitos erros que depois no Salto do Jacuí a gente não cometeu mais, baseado na experiência do passado, muitos erros que a gente cometeu no Salto do Jacuí, hoje no acampamento em Bagé está se tentando superá”. O próprio acampamento dos missioneiros vai servir de referência para os posteriores, conforme apontou o dirigente.

Como analisamos anteriormente, a constituição de novos acampamentos antes da solução definitiva do caso da Annoni, foi ponto de divergência entre os annonis e o Movimento. A entrada em cena dessa nova fornada de acampados é acompanhada de uma nova estruturação do Movimento estadual, em que há representantes dos annonis, dos missioneiros e da chamada “articulação”, ou seja, dos sem-terra nucleados nas comunidades. A adoção dessa direção “múltipla” está também embasada na experiência, conforme uma liderança feminina desse último acampamento: “Os missioneiros, segundo a acampada Clarice Adans, estão tomando alguns cuidados para evitar confundir ‘nossas necessidades urgentes, com os compromissos do Movimento com todo o Estado’.” (ZH, 27.06.88). Quanto às formas de organização políticas especificamente, os missioneiros “apenas” conseguem implantar com eficiência a estrutura organizada na Annoni antes da dispersão pela fazenda. Esta mesma estrutura será repetida no acampamento de Cruz Alta,

pois, como declara Ênio Bohnenberger⁷⁷: “A gente tem uma coordenação geral do acampamento, depois têm lideranças que são tiradas dos núcleos.”

Apesar de procurarem formas mais objetivas de ação, outro aspecto que os missionários utilizam como os antecessores, são algumas práticas religiosas como elemento de pressão política, para reforçar a unidade interna e reafirmar o compromisso de seus mediadores. Com esse caráter, é celebrado o natal de oitenta e oito: “Protesto é contra má condição de vida: (...) estão preparando uma manifestação religiosa e política para a noite de Natal.” (ZH, 18.12.88). A realização desse ato conta com o apoio da Pastoral da Terra e a participação de sindicalistas e outros aliados.

Contudo, se para a organização política e a democracia, em nível de acampamento, a experiência funcionou como uma escola prática, possibilitando corrigir eventuais falhas com o aprendizado, no plano da organização, as dificuldades foram maiores. As direções passaram a contemplar representantes das diversas frentes de luta e setores, conforme declara Egon Schwaab: “Então a coisa abrangeu mais, um campo maior”. Mas, se esta nova organização possibilitou uma ampliação dos setores representados, o fluxo de informações entre os militantes e os mecanismos de escolha de delegados e dirigentes são limites que ainda não foram superados.

⁷⁷ Natural de Palmeira das Missões, foi liderança dos missionários, tendo sido da direção nacional do MST.

4.1 Santa Elmira: O processo é de guerrilha, afirma a UDR

“Mas já na segunda-feira, o governador do Estado se assustava com a proporção do incidente e buscava, como sempre, uma solução política.” (DS, 25/26.03.89).

Essas ações mais radicalizadas, realizadas em oitenta e oito, com alguns ganhos objetivos da parte dos camponeses, ainda que poucos, levam a um aumento da tensão, principalmente na região de Cruz Alta, onde estão localizadas as principais ações do Movimento. Os seus dirigentes passam a afirmar cada vez mais a convicção de que o Governo só negocia e age sob forte pressão, demonstrando que, para a direção, a noção da luta de classes está “consolidada” e orientará suas práticas.

Os fazendeiros, por seu lado, têm grande poder de organização e partem agora para formas mais diretas a fim de fazerem valer os direitos reafirmados na nova Constituição. As conquistas obtidas pelos sem-terra junto ao Governo do Estado e a incapacidade da Brigada Militar para fazer as desocupações, como foi o caso da fazenda Buriti, colaboram para que o “tempo quente”. Os setores contrários à reforma agrária utilizam-se de diversas formas para tentar coibir a ação dos camponeses⁷⁸ e seus aliados, e criar um clima que force a repressão aberta por parte do Estado.

No início de oitenta e nove, a UDR proclama que descobriu um plano organizado de invasões no Estado, vinculando essa notícia com as denúncias de Dom Vicente Scherer, da compra de armas. A estas acusações o Movimento reage publicamente, apontando as

⁷⁸ Conforme denuncia frei Sérgio: “(...) há pouco mais de 20 dias o acampamento no Rincão do Ivaí teria sido **pulverizado com veneno** (grifo nosso) pelos fazendeiros da região, resultando em cinco crianças mortas e 15 hospitalizadas.” (ESP, 14.03.89)

intenções dos seus oponentes. Um de seus dirigentes declara na imprensa que: “(...) são uma forma de retrain o processo de reforma agrária e também a ação da Igreja progressista.” (ZH, 22.02.89).

É neste contexto tenso que ocorre a ocupação da fazenda Santa Elmira, no município de Salto do Jacuí, no início de março de oitenta e nove, por aproximadamente quinhentas famílias dos missioneiros. Logo após a ocupação, as lideranças declaram à imprensa que aquela ação põe em prática uma nova determinação dos camponeses: “A estratégia: resistir ou morrer de fome”. De fato, a ocupação da fazenda inaugurou no sul do Brasil uma nova estratégia de resistência do Movimento, o que evidencia que a construção do MST como uma organização nacional passa a orientar as práticas dos seus militantes. Neste sentido, convém observar que essa é uma definição das instâncias de direção do MST: “**A partir de uma decisão nacional** (grifo nosso), (...) agora todas as ocupações estão sendo feitas com a disposição para o enfrentamento armado com as tropas militares e militantes da União Democrática Ruralista (UDR).” (ZH, 11.03.89).

Contudo, a resistência não deve ser atribuída apenas à mudança da orientação nacional do Movimento, mas o ânimo dos acampados, a conjuntura interna do acampamento, também são fatores relevantes nessa decisão. Em pouco mais de um ano, os missioneiros mudaram seu acampamento seis vezes, sem resultados substanciais. Após a resistência na fazenda Buriti, no final de julho, os camponeses obtiveram um acordo sinalizando algumas conquistas. Mas, com a demissão do Secretário da Agricultura Odacir Klein, que era quem havia prometido as terras aos colonos, estes ficam sem perspectivas. Um dos religiosos envolvidos no conflito relata essa situação: “A disposição de resistência dos colonos, conforme frei Sérgio, foi uma ‘decisão das bases do acampamento’, que pressionaram as lideranças, prometendo até agir por conta própria. Ele acredita que havia muito desespero.” (ESP, 14.03.89).

Esta nova estratégia, além de reafirmar a resistência na terra, com a possibilidade, ainda que mais retoricamente do que de fato, do enfrentamento armado, se faz acompanhar de outra decisão de radicalização: o mesmo Encontro que define a consigna de “Ocupar, resistir e produzir”, também modifica a orientação para definir os alvos das ocupações, como declara Marly Castro: **“Mudaram também os critérios para as invasões (grifo nosso), antes restritas a áreas públicas ou que estivessem na mira de uma desapropriação pelo Governo Federal. ‘Os critérios são a extensão da área e a produtividade’.”** (ZH, 11.03.89).

Nesta mesma entrevista, após a ocupação, respondendo a provocações dos fazendeiros, sobre a questão da luta armada e da possibilidade de o Movimento desencadear um processo de guerrilha rural, Marly Castro afirma que o Movimento não é favorável à luta armada. Contudo, ressalta que a resistência é um fato concreto⁷⁹: “Com essa filosofia, Marly Castro admite que 100% dos colonos que ocuparam a fazenda Santa Elmira estão armados e que decisões judiciais no caso são apenas simbólicas, ‘porque conhecemos a disposição dos que estão lá’.” (ZH, 11.03.89).

Com o passar do tempo, a tensão aumenta na fazenda e o clima de confronto vai-se tornando iminente. No terceiro dia da ocupação, o Movimento lança uma nota descrevendo diversas escaramuças entre camponeses e seus oponentes. Em reação a uma agressão por parte dos fazendeiros: “Os colonos, no acampamento, reagiram à aproximação da UDR e PM com tiros, ainda mataram 15 vacas da fazenda e atiraram em 3 caminhonetes da UDR. A UDR permanece com barreiras nas entradas da fazenda,

⁷⁹ Aqui entra um fato do plano subjetivo, mas que não convém ignorar. As diferentes formas de luta nas outras regiões do País, evidenciam a violência e a resistência como uma realidade mais cotidiana. Os sulistas são vistos como “bons na organização e frouxos na hora do pau”. Neste sentido, um militante relata que: “No encontro em São Paulo, **os gaúchos foram chamados de frouxos** (grifo nosso). Se colocou lá que no Rio Grande do Sul só estava havendo despejo de agricultores. **Agora temos que ser valentes.**” (ZH, 11. 03. 1989).

assessorados pela PM.” (MST, 11.03.89, pela manhã). Estas barreiras mantêm os acampados isolados, não permitindo nem mesmo a aproximação da imprensa.

É neste clima tenso que o juiz de Sobradinho concede uma liminar de reintegração de posse, abrindo a possibilidade do confronto. Por um lado, como Marli Castro havia declarado na imprensa que as “decisões judiciais no caso são apenas simbólicas”, e, por outro, como a Brigada Militar tinha se mostrado incapaz de efetivar a desocupação da fazenda Buriti, alguns meses atrás, e estava pressionada pela UDR para dar uma “lição nesta tropa de baderneiros”, o cenário para o enfrentamento estava pronto. As declarações do Movimento e de seus aliados, e as matérias da imprensa dão a dimensão do conflito:

“Cerca der 400 pessoas foram feridas no confronto entre a Brigada Militar e as 500 famílias de sem-terra, ocorrido no sábado na fazenda Santa Elmira, em Salto do Jacuí (RS). Vinte delas, entre colonos, dois padres e três soldados estão internados em estado que inspira cuidados, no hospital de Cruz Alta.” (JB, 13.03.89).

Além desse saldo trágico de feridos, os camponeses denunciam torturas por parte da BM, o que de fato é confirmado por dois representantes da Anistia Internacional que visitam os presos. No mesmo momento, em Porto Alegre, cem agentes da Polícia Federal promovem uma ação violenta contra um grupo de aproximadamente duzentos colonos solidários aos ocupantes que tomaram o prédio do MIRAD.

Este primeiro grande conflito entre camponeses e a força pública de repressão, auxiliada pela UDR, marca uma nova realidade nos conflitos agrários no Estado. Após o enfrentamento, os diversos setores envolvidos vão procurar dar as suas versões e buscar algum saldo, em uma “segunda batalha”, esta discursiva, na qual cada setor procura reconstituir os fatos segundo seus interesses.

Este episódio divide momentaneamente os fazendeiros: alguns setores evocam a “tese” da guerrilha rural, afirmando que “começou a guerrilha rural no Sul”. As justificativas para essa “constatação” são as de que havia entre os ocupantes pelo menos

três estrangeiros e de que: “Havia ainda armas de grosso calibre e os colonos estavam organizados por setor, além de fogões de pedra, sanitários montados em bambu e **outras técnicas da América Central** (grifo nosso).” (CP, 19.03.89). Contudo, para outros setores, a desocupação da fazenda Santa Elmira “quebrou a espinha do movimento dos sem-terra no país” (ESP, 14.03.89).

O campo dos conflitos agrários também se articula imediatamente. No segundo dia após o despejo, o Movimento Sem Terra do RS, a Comissão Pastoral da Terra e mais quarenta lideranças sindicais da região norte do Estado lançam uma nota ao público, na qual classificam o acontecido como massacre. Alguns dias após, uma reunião das lideranças do Movimento é realizada para avaliar os resultados da ocupação. Nesta avaliação, apontam ainda para o equívoco dos que afirmaram que o Movimento teria tido “sua espinha dorsal quebrada”, declarando que: “(...) na opinião de todos, o erro básico foi a escolha do local. Na opinião das lideranças, exatamente porque a invasão da Santa Elmira foi mal-sucedida, é que o movimento não pode se aquietar agora.” (DS, 25/26.03.89).

Na nossa opinião, o equívoco maior foi a escolha do momento da ocupação, pois, por um lado, a data escolhida acaba desligando a ação da greve geral programada para a metade da semana seguinte, o que evidencia o problema da falta de articulação com os aliados; por outro, neste final de semana estava ocorrendo a Convenção Nacional do PMDB, que atraía a atenção tanto do Governo Simon, quanto da imprensa. Com isso, a invasão ficou sem respaldo político e, à medida que perdia-se a iniciativa, perdia também a cobertura dos meios de comunicação, aumentando-se as possibilidades da repressão.

Contudo, o episódio traz alguns saldos favoráveis ao Movimento. Os dirigentes conseguem costurar rapidamente sua rede de apoiadores, rompendo com qualquer possibilidade de isolamento político, e retomar a ofensiva em menos de uma semana. Poucos dias após os acontecimentos, um conjunto de entidades reúnem-se para demonstrar

apoio político e solidariedade aos camponeses e, juntos, buscar novas formas de pressão, elaborando uma nota à opinião pública, esclarecendo os fatos e demonstrando seu posicionamento frente ao acontecido: “As entidades reunidas manifestam seu repúdio a toda esta violência bárbara e solidarizam-se com os colonos sem-terra na busca de uma Reforma Agrária imediata.” (Assinam 15 entidades e o deputado Adão Preto).

Entre os diversos setores que assumem a defesa dos camponeses, novamente a Igreja Católica, através de várias de suas alas, ocupa um papel central. Apenas três dias após os acontecimentos, quase todo o alto clero do Estado mobiliza-se: “**Reunidos emergencialmente em Cruz Alta** (grifo nosso), ontem, 12 dos 14 bispos do Estado.” (ZH, 15.03.89). Esta reunião tem um primeiro significado forte no fato de os bispos terem se reunido nesta cidade, numa demonstração clara de apoio a D. Jacob Hilgert, bispo local, que figura numa lista de pessoas juradas de morte pela UDR, segundo um documento da CPT. A representatividade desta reunião, que mobiliza quase todos os bispos do Estado, tem outro significado claro, em relação ao impacto desse “primeiro” enfrentamento envolvendo sem-terra e dois sacerdotes, no interior da Instituição: “A nível interno da Igreja, pode-se arriscar o palpite de que o pessoal progressista **saiu menos arranhado** (grifo nosso) deste episódio do que eles mesmo imaginavam.” (ZH, 15.03.89). Nesta reunião, o alto clero do Estado aprova um documento estruturado em três eixos. O primeiro busca situar o episódio no seu contexto, apontando para a necessidade, por parte do Estado, de atendimento a estas reivindicações por justiça social. O segundo eixo, antevendo a sua responsabilização pelos acontecimentos, afirma a autonomia do Movimento. Por último, os sacerdotes não criticam a resistência por parte dos camponeses, pelo contrário, afirmam compreender as atitudes dos trabalhadores:

“O fato se situa dentro de um contexto mais amplo dos graves problemas sociais, não resolvidos, (...). Os movimentos populares, entre os quais o MOVIMENTO SEM TERRA, não são movimentos de Igreja, nem dela dependem, mas podem ser considerados SINAIS DOS TEMPOS. (...) diante daqueles que se organizam para

impedir a INJUSTIÇA SOCIAL NO CAMPO, compreendem-se as atitudes de impaciência e até desespero dos trabalhadores (...).” (mar. 1989).

No posicionamento dos bispos não pode ser desconsiderado o fato de a Instituição ter sido atacada, com o espancamento e ferimento de um sacerdote e a prisão de outro, além de um episódio “cômico”, visando a desgastar a sua imagem: “Também condenaram o fato de um soldado da Brigada Militar ter vestido os paramentos de um padre, encontrado entre as coisas que os acampados abandonaram, para divertir o pessoal da UDR.” (ZH, 15.03.89). Nesta circunstância, a reação da Igreja é a de uma corporação que é atingida diretamente, levando a que as suas divergências internas sejam, momentaneamente, secundarizadas.

Dois dias após a reunião emergencial de Cruz Alta, uma comissão representativa dos clérigos tem uma audiência de duas horas de duração no palácio Piratini, com o governador Pedro Simon e o vice-governador Sinval Guazzelli. Nesta ocasião os “Bispos apelam por reforma a Simon”. Além dessas reivindicações, D. Ivo Lourscheider, um dos sacerdotes de maior prestígio no País, entra nos dois pontos mais polêmicos, em cima dos quais o Governo e os demais oponentes da reforma agrária construíram a justificativa para a repressão: os colonos agiram assim insuflados por agitadores profissionais, leia-se “padres vermelhos”, e o Movimento tinha se transformado em uma guerrilha rural, inclusive comprando armas com o dinheiro da Instituição. Dom Ivo não só nega, como ridiculariza essas afirmações:

“(...) esclareceu que os dois religiosos presos foram nomeados para dar assistência espiritual aos colonos. (...) por outro lado, que os colonos tinham apenas ‘algumas espingardas velhas e paus, e essa história de bombas enterradas é assunto para inglês ver’. Por essa razão, acha ridícula a acusação de que estas armas teriam sido adquiridas com o dinheiro da Misereor.” (ZH, 17.03.89).

O Governo Federal, após os acontecimentos da Santa Elmira e outro de similar natureza na Bahia, no mesmo período, que também resultou em violência e prisões,

recorre à alta hierarquia da Igreja. A pedido do presidente José Sarney, o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, vai à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O presidente da CNBB não se mostra-se muito sensibilizado com o gesto, pois neste período o desapontamento da Instituição com o Governo da Nova República já é irreversível, visto que o PNRA acabou não efetivando nem a décima parte do projetado. Houve o retrocesso da reforma agrária na Constituinte, patrocinado pelo “centrão” – que também dá sustentação ao governo – e a demissão de seus dois “aliados no governo”, o ministro Nelson Ribeiro e José Gomes da Silva, do INCRA.

Além de encontrar solidariedade e apoio da alta hierarquia, o Movimento encontra-os entre seus tradicionais aliados. No próprio enfrentamento, participam dois agentes da Pastoral da Terra. O padre Paulo Cerioli⁸⁰ acaba sendo preso durante o despejo. Mesmo depois de detido o religioso negou-se a separar-se dos camponeses: “(...) recusou-se a ficar detido na casa paroquial da diocese local, preferindo ir para a prisão.” (JB, 14.03.89). A detenção desse sacerdote vai desencadear um processo de reação de diversos setores da Instituição, chegando a constituir-se em desgaste político dos governos. Outro membro da CPT/ RS envolvido no episódio é o frei Sérgio, que, ao tentar sair do acampamento com uma bandeira branca, momentos antes do despejo, é agredido e acaba sendo hospitalizado por alguns dias. A tentativa de responsabilizar frei Sérgio pelos incidentes encontra forte reação do superior da sua congregação, que devolve a responsabilidade ao Governador, criticando-o duramente:

“O provincial dos franciscanos negou que frei Sérgio Görden tenha insuflado os colonos, ao contrário do que declarou o governador Pedro Simon, que atribuiu à Igreja a responsabilidade pelo episódio. ‘O governador está querendo achar um bode

⁸⁰ Padre da Ordem dos Oblatos, trabalha na região da “grande Palmeira” – Braga, Novo Barreiro e Palmeira das Missões. Militante da CPT, foi preso na desocupação da fazenda Santa Elmira, nos anos noventa vai trabalhar muito na área de formação, tendo sido um membro ativo da FUNDEP/ DER. Atuou como “laboratorista” em diversas edições dos LOC’s, ministrando o curso de “Teoria da Organização”.

expiatório para se omitir e encobrir sua incompetência de encontrar soluções para o problema.” (ZH, 15.03.89).

Na Semana Santa deste ano, cerca de um mês após o despejo, os missioneiros e seus mediadores organizam um ato político e religioso no acampamento. Esta prática é um elemento importante de ser observado, pois após uma ação de resistência capaz de desencadear uma atitude repressiva, os mesmos atores organizam uma atividade de origem religiosa. A “via sacra” mantém a mesma estrutura e os significados das anteriores: “(...) procurando celebrar, também, as dores e a caminhada do povo acampado. A via-sacra vai versar sobre quatro pontos: organização, fé, esperança e libertação dos presos, como definiu frei Plínio Ricardo Maldaner, encarregado da celebração.” (ZH, 24.03.89).

Essa prática permite algumas observações: por um lado, como já analisamos, há uma convivência entre as representações e práticas religiosas da luta, estas advindas da nova matriz discursiva. Por outro, o campo dos conflitos agrários articula ações com maior potencial de desencadear a repressão, ações que não possibilitam nenhuma reação do Governo, mas que, mesmo assim, o pressionam. Além disso, este ato serve para demonstrar o apoio dos diversos movimentos sociais à sua luta, como relata a imprensa: “O ato religioso de ontem também foi uma oportunidade de mostrarem à opinião pública que têm apoio das comunidades rurais e urbanas para a sua causa.” (ZH, 25.03.89).

A atividade possibilita-nos inferir uma última questão em relação ao manejo do campo simbólico. Os mediadores procuram retrabalhar no imaginário destes camponeses as experiências recentes. O entendimento das dificuldades da luta e da necessidade de resistência advém da comparação das “lutas do povo” com o sofrimento de Cristo a caminho da morte, mas também da ressurreição. Após uma repressão dessa dimensão, é fundamental uma “metabolização” do sofrimento para evitar que se generalize um sentimento de desânimo e impotência, transformando-o em impulso para o prosseguimento da luta, através da reflexão dos quatro temas encenados, entremeados por

pronunciamentos fortes e emocionados, cantos e orações, tudo em um clima de grande emotividade.

Após estes primeiros desdobramentos dos acontecimentos da Santa Elmira, a luta pela terra no Estado vai ser situada em um novo patamar. Cada um dos setores envolvidos no processo vai realizar avaliações distintas dos acontecimentos e buscar responder aos desafios dessa nova conjuntura.

Para o campo dos conflitos agrários, os desafios do período são sintetizados pela Pastoral da Terra, em um documento denominado de “Avaliação dos últimos acontecimentos da luta pela terra no RS”, no qual os mediadores religiosos expressam: “Partindo do episódio de Santa Elmira, que fazer e como evitar que o Movimento Sem Terra seja caracterizado como radical (guerrilheiro e terrorista)?”. Esta preocupação é desdobrada em três desafios: evitar o isolamento, divulgar os resultados dos assentamentos no Estado e saber buscar aliados (CPT/RS, 1989).

Após os primeiros movimentos que visavam à disputa de versão sobre os acontecimentos e à recomposição da sua base de apoio, este campo partirá para uma ação de maior impacto, buscando retomar a ofensiva, sem permitir uma ação repressiva do Estado. O Movimento organiza um jejum em Porto Alegre, com quarenta e oito horas de duração e alerta as autoridades que: “(...) a medida é ‘um aviso prévio ao Estado’, estabelecendo como prazo para a compra das terras (...)” (CP, 22.03.89). Além de fixarem um prazo de três semanas para o atendimento de suas reivindicações, alertam que, após esta data, haverá greve de fome por tempo indeterminado. Esta é também mais uma oportunidade de recomporem sua base de apoio. No ato de encerramento da atividade: “Mais de 25 entidades participaram do ato público que marcou o fim do protesto contra a política agrária” (ZH, 30.03.89).

Após o esgotamento do prazo concedido às autoridades, o Movimento, como proclamado, parte para uma ação de maior impacto: quatro camponeses e dois religiosos⁸¹ fazem uma greve de fome por tempo indeterminado. Em uma correspondência da Executiva do MST enviada ao Governo do Estado, responsabilizam-no pelos fatos que vierem a ocorrer em consequência dessa nova iniciativa.

No decorrer da greve de fome, a pressão sobre o Governo vai aumentando, ainda mais quando, a partir do décimo dia, começam a ocorrer as primeiras complicações de saúde dos participantes. O Governador Pedro Simon chega a ir até o local onde estão os grevistas para levar “solidariedade”. A cada novo acontecimento, os dirigentes do Movimento reafirmam a sua disposição de ir às últimas consequências, destacam que isto está sendo feito para evitar conflitos maiores e divulgam novas adesões de apoio: “(...) garantiu que os colonos e religiosos estão dispostos a morrer na greve de fome. Argumentou que a greve serve para diminuir a disposição dos acampados na invasão de novas áreas e anunciou que a Anistia Internacional divulgará a greve no exterior.” (CP, 20.04.89). Como forma de aumentar o poder de pressão da iniciativa, os dirigentes e seus aliados organizam uma série infindável de manifestações de apoio, nas quais a presença de mediadores religiosos é uma constante. O Jornal Sem Terra publica uma relação de algumas dessas iniciativas:

“(...) a primeira audiência da executiva estadual do MST, os bispos Ivo Lourscheider, Jacó Hilgert, com o secretário da Agricultura. Diante da pressão, as autoridades prometeram adquirir 14 mil hectares de terra. (...) Vários municípios organizaram jejuns: (...) Mais de 300 padres, freiras e estudantes realizaram um jejum em frente à Assembléia Legislativa, no dia 17 de abril, em apoio aos lavradores. (...) Cerca de 80 lavradores jejuaram na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, nos dias 27, 28 e 29 de março. Com eles estavam sindicalistas, estudantes e o padre Otávio Klein, coordenador estadual da CPT.” (maio 1989).

⁸¹ Entre estes estão Egon Schwaab, frei Sérgio e Leonildes Gedae – pastor luterano.

Após duas semanas de greve, o Movimento resolve suspender a ação. Em um comunicado à opinião pública, os dirigentes explicam o “Por que suspendemos a greve de fome”. Segundo este: “Diante de mais esta enrolada decidimos, a pedido de dezenas de entidades, suspender a greve de fome porque os companheiros corriam sérios riscos de vida, já entrando no 16º dia sem comer”. Contudo, o Movimento não se dá por vencido e encerra a greve de fome delimitando um prazo para que o Governo atenda as suas demandas, com uma nova ameaça: “Se na audiência do dia 5 nada for decidido, voltaremos para os acampamentos e um novo episódio como o da fazenda Santa Elmira **será inevitável** (grifo nosso)” (MST/ RS).

Na avaliação de um dirigente do Movimento, este tipo de ação só tem sentido e resultados satisfatórios se articulada com outras ações que “imponham de fato respeito”. Convém observar como este distingue jejum e greve de fome. No seu depoimento, Claudir Gaiardo declara que:

“Ali ficou uns trinta dias, mais ou menos, que ficou meio empacado e aí o jejum foi mais uma, o **jejum não, a greve de fome** (grifo nosso) foi o pontapé, vamos dizer, pra desencadeá o restante do protesto. Agora eu avalio também que se nós não tivesse tido aquela ação na Santa Elmira, que impôs de fato o respeito, só a greve de fome não teria resolvido, nós podia botá cem pessoas, cem neguinho lá morre de fome, não sei se nós iria consegui.”

No início de maio, duas semanas após o encerramento da greve de fome, a direção do Movimento elabora uma carta circular dirigida aos seus mediadores, agradecendo a todos que após o despejo da Santa Elmira e durante a greve “mobilizaram-se, nas mais diversas formas, para contribuir com a luta pela Reforma Agrária”. Apesar de não reverem a determinação de que o Movimento deva “caminhar com as próprias pernas”, a postura em relação aos seus aliados modifica-se substancialmente, pois: “Entendemos também que a nossa luta, sem o envolvimento de toda a sociedade, não tem força suficiente para alcançar seus objetivos” (MST/ RS, 20.05.89).

Os acontecimentos da Santa Elmira serão evocados durante um longo tempo pelo campo dos conflitos agrários. As correspondências e manifestações públicas a partir deste episódio trarão sempre a consigna “Ninguém esquece Santa Elmira”. Um ano após o seu acontecimento, o massacre vai ser lembrado de diversas formas. A disputa de versões sobre os acontecimentos vai-se prolongar por todo esse período. Na 13^a Romaria da Terra, no ano seguinte, a manifestação do representante do Movimento deixa clara essa disputa:

“O massacre, para a UDR, foi um ‘para-te-quieto’ nos sem-terra. Foi uma operação militar perfeita, na visão de um oficial da brigada. Foi uma tentativa de dar ‘um basta’ às ocupações e uma lição inesquecível ao MST. Mas, para a sociedade civil, o massacre foi uma ‘ação grosseira’, um abuso de autoridade, um desrespeito à dignidade humana. (...) A bandeira da Reforma Agrária não foi arriada, nem ficou a meio pau. A luta continuou e continuará.” (MST/ RS, 1990).

Outra forma de divulgar a sua versão dos fatos da Santa Elmira foi o lançamento de um livro sobre o episódio. O frei Sérgio, cumprindo o papel de intelectual orgânico do Movimento, escreve e assina a publicação, que no seu título já oferece uma noção clara do seu enfoque e dos seus objetivos: “O massacre da Santa Elmira”. Ao longo do segundo semestre de oitenta e nove e durante o ano seguinte, a obra será lançada em diversas ocasiões e lugares, desde atividades do campo dos conflitos agrários a palestras em universidades e conferências públicas.

O Governo do Estado, por sua vez, também não assistirá passivamente aos desdobramentos deste primeiro confronto, agindo em duas frentes. Para aliviar a tensão e amenizar os impactos na opinião pública, mais uma vez anuncia medidas para atender as demandas dos camponeses. É importante observar, nessa matéria da imprensa, a “surpresa” com a dimensão do confronto e a repercussão deste, pois, de fato, é a primeira vez que a disposição de resistir é posta em prática. A expectativa era que acontecesse a ocupação, os ocupantes ameaçassem resistir e, após algumas conquistas parciais, deixassem a área. Contudo, desta vez foi diferente, o que causou o “susto”:

“O governo acorda - Mas já na Segunda feira, o **governador do Estado se assustava com a proporção do incidente** (grifo nosso) e buscava, como sempre, uma solução política. Por sugestão do vice-governador Sinval Guazzelli, o governo do Estado resolveu diminuir um pouco a pressão, anunciando a compra de terras para três novos assentamento.” (DS, 25/26.03.89).

A segunda frente na qual o Governo estadual já vinha agindo, mas em que intensificará esforços a partir de agora, é o treinamento, aparelhamento e mobilização da força repressiva estadual. A Brigada Militar vai gradativamente, a cada episódio, aumentando os efetivos, os equipamentos – incluindo aviões para um bombardeio prévio antes das ações “corpo a corpo” – e altera até mesmo o perfil das tropas mobilizadas – a participação dos batalhões de choque e de comandos especiais será a regra a partir deste período. Já na Santa Elmira “A Brigada Militar foi a grande vitoriosa”, deixando antever um endurecimento maior, já que a tática foi eficiente neste episódio: “Para bons entendedores, ficou claro que acabaram os tempos em que meia dúzia de brigadianos sonolentos e desarmados era o único empecilho.” (DS, 25/26.03.89).

Essa ação do Estado em duas frentes, entretanto, proporcionará ao Movimento Sem Terra uma das fases de maiores conquistas em termos de assentamentos, o que vem a contribuir para a consolidação da idéia da resistência. Neste sentido, Claudir Gaiardo desenvolve um raciocínio que articula os enfrentamentos com as conquistas que estes trazem, revelando a predominância do fator conquista no imaginário dos sem-terra e os efeitos de aumentarem a sua predisposição para as práticas de resistência:

“Então, me parece que o fato das ocupações serem, de certa forma, dar essas pauleras, até morre nego ai, não sei até que ponto isso chega a pega na massa, pega, mas, por outro lado, também no momento que a gente conquista mais terra é mais forte as vezes que o fato, tipo o fato da Santa Elmira. Então, provou que foi mais forte a conquista, as conquistas que nós tivemos, conseguimos reverte o quadro a tal ponto de nós fazer uma nova ocupação com um bom número de família.”

Para efetivar essa disposição com maiores ganho os dirigentes passam a “preparar” os camponeses para essas ações de resistência. Após o despejo da Santa Elmira, organizam discussões e cursos onde esta questão é o centro das preocupações. O relatório de atividade do Movimento no Estado, do ano de noventa, relata dois destes cursos:

“Cursos: - Organização de Massa; data: 15 a 18 de maio; N.º de participantes: 56; Curso: - **Resistência de Massa** (grifo nosso); data: 03 a 10 de junho; N.º de participantes: 54;” (MST/RS, 1990).

Os grandes proprietários rurais neste período já possuem formas de organização sólidas. Além de contarem com a tradicional estrutura sindical patronal centralizada pela FARSUL, contam agora com a UDR no ápice da sua ofensiva e expansão, fortalecida pelas conquistas na Assembléia Constituinte. Contudo, começa a mudar a forma de atuação desta entidade, a partir de agora os tradicionais trabalhos de *lobbies* e medidas judiciais serão combinadas com ações diretas nas áreas de conflitos. A imprensa, em uma reportagem denominada de “A patrulha silenciosa”, descreve a ação de patrulhamento exercida por membros da UDR, armados e com equipamentos de comunicação a distância, os quais, em uma ocupação, vinte minutos após já montavam barricadas armadas na fazenda. Descreve ainda as formas de articulação com a polícia e sintetiza que: “Uma novidade na UDR: a velha geração, que acreditava mais no lobismo, está sendo **substituída pela nova, que acredita mais na ação** (grifo nosso).” (DS, 25/26.03.89). Essa atuação mais contundente e explícita dos proprietários – durante as ações de ocupação e despejo – e as suas articulações com as forças de repressão também é percebida pelas lideranças camponesas. Neste sentido, Claudir Gaiardo descreve que: “A ação dos pistoleiros, dos fazendeiros, tem sido cada vez mais forte. A última ocupações que teve aí, quem comandou o espetáculo mesmo foi a UDR, muito mais do que nas outras vezes. (...) Parece que às vezes era mais escondido.”

A interação tática resultante das ações dos diversos atores que intervêm nesse processo, leva a modificações nas condições de ação dos camponeses. Neste período, com

suas lideranças constantemente vigiadas, com estradas intensamente patrulhadas, tornou-se difícil para o Movimento executar uma ocupação. Um jornalista, após descrever as novas circunstâncias, analisa que “Sem querer, o movimento começa a seguir os passos inexoráveis da guerrilha” (DS 25/26/03.89). Esta avaliação faz coro com as declarações dos proprietários e do próprio Governo do Estado, de alguma forma preparando a opinião pública e pressionando as autoridades para o “necessário” endurecimento com estes mais do que “baderneiros”, agora são claramente guerrilheiros, ligados aos movimentos da América Central, fomentados pela Igreja vermelha e financiados por dinheiro da Igreja européia, quando não por dinheiro vermelho de Cuba ou Moscou. O próprio Governador faz diversas acusações genéricas a este respeito, chegando a ter que fazer um desmentido pela falta de comprovação de suas denúncias e, principalmente, pelo impacto que elas tiveram.

Os dirigentes do Movimento Sem Terra negam esta possibilidade e rechaçam qualquer identificação seja, com guerrilheiros ou terroristas. Darci Maschio, em uma entrevista, lembra que procuram o diálogo e alega que esta atitude dos “trabalhadores rurais” revela apenas que “(...) um grupo se viu numa situação de tal desespero que precisou apelar para esse expediente para se fazer ouvir.” (ZH, 29.09.89).

A primavera de oitenta e nove começa muito agitada. A colocação em prática as nova orientação nacional do Movimento – Ocupar, resistir e produzir – cria uma série de enfrentamentos com as forças de repressão - públicas e/ou privadas. No oeste catarinense ocorre um outro episódio das dimensões da Santa Elmira, relatado na imprensa como “A batalha de Palma Sola”, mas com um desfecho mais trágico. Neste despejo, segundo a revista Isto é Senhor, a “Polícia enfrenta invasores de uma fazenda em SC e mata lavrador.” (27.9.89).

Na semana seguinte aos acontecimentos no Estado vizinho, os sem-terra gaúchos fazem uma nova iniciativa capaz de situar a sua luta em um novo patamar, surpreendendo

os seus oponentes e o Estado. Em uma ação articulada entre os annonis, os missioneiros e uma nova fornada de sem-terra – organizados nas comunidades rurais – preparam um conjunto de ocupações: “Foram 12 mil pessoas se movimentando em 150 caminhões.” (ZH, 27.09.89). A maior parte dos camponeses é interceptada pela Brigada Militar antes de entrarem nas áreas pretendidas, formando diversos acampamentos nas margens das rodovias da região, sendo agrupados, nas semanas seguintes na terceira grande fornada de sem-terra: o “acampamento de Cruz Alta”.

Nesta nova “empreitada”, são efetivadas as ocupações da granja Arvoredo, em Ronda Alta, por cento e noventa famílias dos annonis, e um número impreciso de pessoas entra na fazenda Bacaraí, em Cruz Alta. Logo após as ocupações, as lideranças manifestam a clara intenção de resistir por parte dos ocupantes: “SANGUE QUENTE – Ontem, na granja, os colonos, principalmente os mais jovens, só falavam em resistir à ação da Brigada.” (ZH, 25.09.89). Além de manifestarem esta disposição, tomam medidas organizativas concretas de defesa, como a construção de trincheiras em torno da ocupação, a organização dos camponeses em pelotões – inclusive um agrupamento feminino: o ‘pelotão Rose’ – e a fabricação de diversos artefatos para o possível confronto, o que demonstra que o aprendido nos cursos de “resistência de massas” está sendo testado. Estas iniciativas são acompanhadas de diversas demonstrações da sua disposição, o que acaba por causar grande impacto, como relata a imprensa: “(...) a novidade ficou por conta da disposição dos colonos em mostrar que estavam preparados para a luta. Eles estavam armados com espingardas e coquetéis molotov, numa atitude ofensiva.” (FSP, 02.10.89). Esta circunstância traz logo à memória o episódio do confronto em Santa Elmira, seis meses antes, e o de Santa Catarina, ocorrido há poucos dias. As conseqüências destes dois enfrentamentos levam as forças repressivas a adotarem uma postura de mais cautela: “(...) a maior preocupação do comando é evitar, de qualquer maneira, que aconteça um confronto como na fazenda Santa Elmira, em março. (...) E, em situação semelhante, outro foi morto há poucos dias em Santa Catarina.” (ZH, 21.09.89).

Esta tática adotada pelo Movimento traz alguns resultados imediatos, neste período, proporcionando-lhes condições favoráveis de negociação com o Governo do Estado e, em algumas ocasiões, com a Justiça. Na ocupação da fazenda Bacaraí, o próprio Governador Pedro Simon entende que esta é uma situação inédita e opta por não reprimir e negociar com os ocupantes: “(...) este é um caso diferente, pois o pessoal que está na fazenda quer a luta: ‘Não vamos entrar no confronto’.” Ao mesmo tempo que faz algumas concessões, o Governador opta por responsabilizar a Igreja e tenta minar o seu apoio aos camponeses: “‘Eu gostaria de ouvir a opinião do Dom Ivo. Pelo que sei, ele sempre foi contrário ao uso da violência e deve estar preocupado’, disse.” (ZH, 27.09.89).

O efeito positivo da disposição de resistir, dos ocupantes da Bacaraí e da Arvoredo, é percebido mesmo pelos seus oponentes. Para o presidente da FARSUL, Ary Marimon: “(...) a protelação da Justiça com relação ao prazo de saída das áreas, **ocorre em função das ameaças dos colonos de resistir e mostra que eles estão conseguindo impor condições** (grifo nosso).” (CP, 27.09.89).

Contudo, os resultados positivos trazidos por esta tática de enfrentamento com o Estado têm suas incógnitas para os próprios dirigentes. Claudir Gaiardo, neste sentido, afirma que: “Nós não podemos pensar em definir que as ocupações vão se dar sempre na estratégia de nós ir pro confronto, obrigá o Governo a negociar com a gente, aí então nós conquistá mais uns pedaço de terra, e aí é aquela história de ir fazendo de fornada.”

4.2 Marcha da Fome: deixaremos a conta pro governo pagar

“Cruz Alta vive momentos de apreensão com a chegada dos 800 sem-terra, que vão em busca de alimentos. Há guardas nos supermercados. (...) Eles vão pegar a comida e deixar a conta para o governo federal pagar.” (ZH, 06.06.90).

O “clima de radicalização” predominante neste período, que tem a região central do Estado como epicentro, vai condicionar não só as práticas dos sem-terra, como, às vezes, mesmo o “imaginário” de uma cidade. Em junho de noventa, os acampados da Boa Vista do INCRA, Cruz Alta, decidem realizar uma marcha, indo do acampamento até esta cidade, a pé, numa distância de sessenta quilômetros, em busca de alimentos, causando grande apreensão.

Entre as práticas políticas utilizadas no período de hegemonia dos mediadores religiosos, mantidas posteriormente, está a realização de caminhadas para pressionar/sensibilizar as autoridades para atenderem as suas demandas. Contudo, se de forma geral estas práticas são retomadas, elas são ressemantizadas nesta fase. A sua estrutura e as representações que elas veiculam modificam-se substancialmente.

Se, genericamente, os objetivos são os mesmos, esta diferencia-se da “Romaria Conquistadora da Terra Prometida”, realizada em oitenta e seis: em primeiro lugar, a nova edição não evoca representações calcadas em um discurso ético-religioso. A sua denominação já explicita um caráter mais objetivo. Em segundo, os protestadores não se limitam a fazer uma manifestação política e aguardar o atendimento das autoridades às suas demandas. Em uma nota lançada à imprensa e à opinião pública, alertam que não se contentaram com promessas e, ao mesmo tempo, cuidam de afirmar uma identidade

coletiva positiva: “Não somos saqueadores, mas não vamos voltar de Cruz Alta de mãos vazias.” (MST/ RS, 03.06.90).

A iniciativa dos acampados e as ameaças de uma ação mais direta e objetiva despertam apreensão e, mesmo, oposição de diversos setores da cidade. Como os caminhantes declaram que não voltarão de “mãos vazias” e deixam a conta para o Governo pagar, a expectativa de saques aos supermercados é rapidamente difundida. Esta opinião é reforçada pelo próprio comando da segurança pública, que faz movimentações de tropas e declarações para que a expectativa e a tensão aumentem: “‘Isto é um saque’, opina o capitão brigadiano. (...) Hoje o policiamento será reforçado com a chegada de um pelotão de Passo Fundo. (...) Ninguém arrisca uma opinião a respeito do que poderá acontecer hoje.” (ZH, 06.06.90). Os latifundiários pressionam as autoridades para que o acampamento da Boa Vista seja isolado, impedindo a saída dos camponeses. Para o vice-presidente local da UDR, Alcides Etchegoyen, “(...) esta marcha era apenas uma cortina de fumaça dos sem-terra para desviar a atenção de uma invasão a alguma fazenda”.

As declarações dos comerciantes, autoridades e dos fazendeiros criam um clima de grande expectativa. Com o passar do tempo e a aproximação dos manifestantes, a tensão aumenta em Cruz Alta: “PRESSÃO – O noticiário das rádios, à tarde, trouxeram a certeza de que os sem-terra realmente se encaminhavam a passos largos para a cidade.”(ZH, 06.06.90). As imagens do período são impressionantes, aproximadamente mil camponeses com suas ferramentas e bandeiras vermelhas, caminhando numa estrada embarrada, em marcha acelerada, formando uma grossa coluna. Frente a esse bombardeio de críticas e boatos dos seus oponentes, a coordenação do acampamento reafirma a sua disposição de conseguir a alimentação, mas procura neutralizar os ataques recebidos. Em uma nota, declaram que: “As famílias e a população de Cruz Alta não precisam se preocupar. Nós não vamos pegar comida de quem é pobre. Nós sabemos onde tem comida de sobra.”

Em vista das pressões recebidas dos setores contrários à reforma agrária, e seguindo a lógica deste período, de mobilizar contingentes capazes de fazerem frente com êxito a essas ações de massa, as autoridades montam um grande aparato repressivo, com pelotões de choque, cães e atiradores de elite do Exército, totalizando mil e duzentos homens. Os manifestantes fazem um recuo tático e não entram na cidade: “Ficamos acampados no corredor da BR 158, esperando a alimentação e a área”. A partir desse acampamento montado na entrada de cidade, os sem-terra passam a fazer um trabalho de divulgação da sua luta e de mobilização na periferia de Cruz Alta. Em uma tarde, quando retornavam para o acampamento por uma rua próxima ao parque de exposição, onde estavam alojadas a UDR e a Brigada Militar, ocorre um “entrevero” violento entre camponeses, brigadianos e jagunços, no qual o colono Ivo Lima, quando deitado no chão, recebeu um tiro no cérebro, ficando em estado de coma, e outros vinte e cinco foram feridos.

Em uma carta aberta, seguem descrevendo mais agressões sofridas pelos camponeses. Lendo os acontecimentos à “luz da luta de classes”, o Movimento atribui esse ataque sofrido ao medo despertado nas classes dominantes pelo trabalho desenvolvido junto à população pobre dos bairros da cidade.

Este acontecimento ocorre menos de dois meses antes do episódio da Praça da Matriz, não podendo ser desconsiderado como um fato relevante na crescente escalada de tensão entre os camponeses e a força de repressão.

4.3 Praça da Matriz: a falsa expressão do conflito

“Hoje a sociedade tem a impressão de estar presenciando um conflito entre soldados da Brigada Militar e os colonos. Foi para este ‘campo’ que os poderosos e os governantes empurraram a questão social da terra, transformando-a em caso de polícia.” (CPT/RS. 09.08.90).

No início de junho de noventa, após uma longa rodada de negociações, o Movimento Sem Terra e os Governos Estadual e Federal celebram um acordo. Como se tornou praxe nestas circunstâncias, os compromissos imediatos são atendidos e os demais vão sendo postergados. Dois meses após, aproximadamente quatrocentos camponeses vindos dos acampamentos da Annoni, da fazenda Capela e de Cruz Alta, ocupam a Praça da Matriz, na madrugada do dia oito de agosto. A Brigada Militar desloca para lá um grande contingente da tropa de choque e da cavalaria, e cerca a área.

Os desdobramentos desta concentração de sem-terra e brigadianos na Praça da Matriz constituirá uma das páginas mais controversas da luta pela terra no Estado. Não está nos limites desta tese reconstituir a seqüência de fatos que compõem este episódio.

Após o estabelecimento do acampamento na Praça, uma comissão de deputados é recebida no Palácio Piratini pelos Secretário da Segurança, José Einchemberg, e da Agricultura, Marcos Palombini. Depois de uma longa negociação, chegou-se a um acordo no final da manhã, que incluía o atendimento de algumas das reivindicações dos sem-terra e a desocupação da Praça. Contudo, no momento em que a comissão parlamentar e os secretários se dirigiam para comunicar o resultado aos manifestantes, ouviu-se a ordem para a tropa atacar. Aqui começa uma série de pontos contraditórios. O primeiro a saber é de onde partiu a ordem para a desocupação da Praça: “O Secretário de Segurança não

sabia quem tinha autorizado” (Nos bastidores da batalha). Após os acontecimentos, o Governador Guazzelli assume as responsabilidades, mas o faz para evitar uma crise de governo. A cronologia dos fatos e as formas de proceder das forças repressivas levam a crer que o comando da Brigada agiu fora do controle do governo do Estado.

Neste item, vamos nos deter na forma como este acontecimento, que juntamente com o despejo da fazenda Santa Elmira, marcam os dois momentos de maior tensão na implantação da determinação de “Ocupar, Resistir e Produzir”, vão ser trabalhados pelo Movimento, seus mediadores e oponentes junto à opinião pública e na base social da reforma agrária. Assim como sucedeu com o episódio da Santa Elmira, os acontecimentos da Praça da Matriz vão ser objeto de uma longa “batalha discursiva” entre os diversos atores envolvidos neste processo.

A primeira disputa discursiva ocorre em torno de quem partiu a violência. Se inicialmente há desencontro entre as diversas áreas do Governo sobre a origem da ordem de atacar os manifestantes, a versão oficial apresentada será uníssona, em coletiva. Palombini anuncia a tese do governo: “A BM foi provocada e reagiu”. Esta versão oficial será substanciada pelos órgãos da grande imprensa, por um conjunto de argumentos que se estruturam em torno de três eixos principais: “1) Os colonos ‘provocaram’ a polícia; 2) Eles fizeram isso ‘manipulados’ (houve casos em que figuras históricas, de histórica leviandade, chegaram a citar, antes de qualquer investigação, o ‘PT e a CUT’ como responsáveis; 3) Eles queriam um mártir.” (Nos bastidores da batalha). O único ponto controverso neste enredo é em relação à “verdadeira” participação dos camponeses. Algumas versões preferem imputar a violência diretamente aos sem-terra, atribuindo-lhes uma imagem negativa⁸²; outras atribuem a responsabilidade dos acontecimentos aos

⁸² “Naqueles momentos tensos, foi mais fácil qualificar os colonos de ‘assassinos’, ‘fanáticos’, ‘perturbadores da ordem pública’, ‘selvagens’, ‘degoladores’, do que olhar para as causas (...)”. (GÖRGEN, 1991, p. 15).

infiltrados e manipuladores. Esta versão foi sintetizada pelo Sindicato dos Jornalistas do RS, da seguinte forma:

“(...) pobres e traídos colonos foram levados a Praça da Matriz com o objetivo de patrocinar uma batalha com os policiais. Por trás deles – ou no meio deles – uma matilha. Aproveitadores em geral, profissionais da invasão, incendiários, guerrilheiros, a petezada, comunistas, padres vermelhinhos da Silva, doidos de vários tipos.” (Ibid.).

O campo dos conflitos agrários começará a sua versão disputando a origem da violência. Para o governo, o conflito tem origem em uma pedra arremessada por um camponês contra a tropa. Frei Sérgio, novamente na condição de intelectual orgânico, escreve um livro sobre o episódio. Neste, GÖRGEN explicita essa disputa discursiva e sintetiza a versão do Movimento e seus mediadores: “A violência começara na Praça da Matriz. Assim se afirmava nas notícias. Começou bem antes, afirmavam os colonos. Com a fome, o desespero e as doenças nos acampamentos e por todos os cantos do meio rural brasileiro.” (1991, p.14). Na seqüência de seu relato, o autor descreve os diversos episódios violentos patrocinados pela força repressiva desde a retomada da luta pela terra, em setenta e nove, destacando os últimos acontecimentos pela crescente violência empregada: o despejo da Santa Elmira e o tiro disparado por um brigadiano contra a nuca do camponês Ivo Lima, quando este já havia largado sua ferramenta e estava deitado no chão, após a “Marcha da Fome”, em Cruz Alta. O comandante geral da Brigada Militar do Governo Simon, o coronel Carlos Stocker, já é um velho conhecido dos sem-terra, pois foi comandante das operações da fazenda Annoni, quando servia em Passo Fundo, tendo sido notabilizado por sua truculência. Este mediador sintetiza que: “Colonos e soldados vem sendo colocados frente a frente já de uma longa data, com desenlaces dolorosos, quase sempre para os colonos.” (GÖRGEN, 1991, p. 17).

O governo e os grandes meios de comunicação operarão uma dupla dissociação do episódio. Inicialmente separam os acontecimentos de oito de agosto do conjunto dos

conflitos por terra no Estado. Além disso, dissociam o cerco e o massacre ocorrido na Praça da Matriz dos seus desdobramentos na fuga dos camponeses, principalmente do “entrevero” ocorrido na “esquina democrática”, que resultou na morte do soldado Valdeci e no ferimento da agricultora Elenir Nunes por dois tiros disparados por este brigadiano.

Na posição do frei Sérgio, é fácil perceber ainda que o conceito de violência não é o mesmo para os dois campos. Além dos conceitos serem distintos, as divergências se acentuam quanto à origem da violência. No dia seguinte, a Pastoral lança um documento intitulado “Posicionamento da CPT-RS frente aos conflitos pela posse da terra no RS”, no qual combate a simplificação de resumir os acontecimentos como desdobramento de uma pedra arremessada contra a tropa, apontando as causas estruturais e a responsabilidade política das autoridades: “Mais do que saber quem aciona um gatilho, quem joga a bomba de gás, quem bate com um cacete, quem usa um instrumento de trabalho na hora do desespero, importa saber quem é o responsável político por esses acontecimentos.” (09.08.90).

Contudo, se as causas últimas da violência devem ser procuradas na estrutura fundiária excludente e na omissão política ou mesmo conivência dos governantes, a disposição dos camponeses vai mudando ao longo do período. A idéia da resistência vai ganhando contornos mais efetivos, ainda que não se pudessem precisar quais os desdobramentos desta disposição. O depoimento de uma liderança feminina do acampamento de Cruz Alta deixa evidente estas duas questões:

“(…) ninguém poderia imaginar, ninguém poderia prever o que podia acontecer, na Praça. Porque a nossa intenção, quando os companheiros saíram daqui, não era de ir lá e de repente ir pro pau, isso era as últimas consequências. (...) Essa era a nossa posição, só que o pessoal levou aquele clima de resistência, quer dizer, se vier o pau, não vamos mais se abaixar.”

Ao longo de mais de uma década de lutas, alguns fatores levaram os colonos a mudarem de atitude em relação ao governo, à lei e à repressão, criando a disposição para

essa resistência. Após a frustração do PNRA da Nova República e o retrocesso da reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte, essas modificações na disposição do Movimento para a resistência ficam evidentes. GÖRGEN sintetiza a visão do campo dos conflitos agrários sobre estes fatores em três itens:

- “1º — A enrolação, (...) E o fato de fazer promessas em momento de tensão, e não cumprir depois, só fez a disposição de tomar atitudes fortes aumentar dia a dia.
- 2º — A desigualdade dos sem-terra perante a lei. (...)
- 3º — A impotência diante da força repressiva, a humilhação nos despejos e barreiras, a mágoa das pancadarias sofridas.” (1991, p. 28/ 29).

O processo instaurado vai indiciar quatro camponeses como responsáveis pela morte do soldado. A posição do Movimento e de seus aliados é de classificar esse julgamento como processo político contra a reforma agrária, e os indiciados como prisioneiros políticos. O centro da tática do campo dos conflitos agrários é o de tentar concentrar o processo no Movimento e na necessidade da reforma agrária, secundarizando as responsabilidades individuais. Em uma carta dos colonos presos, essa postura fica evidente: “Nós quatro colonos queremos, através desta, fazer um apelo a todos que nos ajudem a desmontar toda essa montagem, que já faz um ano que estão montando para nos incriminar e incriminar o Movimento dos Sem Terra.” (04.08.91).

Por ocasião do julgamento, esta tática procurará criar, através de diversas formas de mobilização como atos públicos, vigílias, jejuns, cartas as autoridades e aos meios de comunicação, entre outras, uma opinião pública favorável à reforma agrária. O objetivo dessa série de iniciativas é justamente o de centrar o julgamento em torno da demanda social pela reforma: “(...) atingir os jurados, sensibilizando-os para que decidam seu voto levando em conta que a Reforma Agrária é uma necessidade imprescindível.” (28.05.92).

4.4 Conquista da Fronteira: Bagé corre perigo, dá arrepios ver essa gente assim

“À medida que os colonos aproximam-se da cidade, cresce a tensão. Ontem o prefeito Luiz Kalil (PDS) estava ainda mais preocupado com a possibilidade de haver confusão. (...) A Brigada Militar aumentou o policiamento na cidade ontem. (...) a UDR publicou um a pedido com o título Bagé corre perigo.” (ZH, 07.91).

“O céu estava carregado. Os colonos, com suas roupas esfarrapadas, com as bandeiras vermelhas e com seus hinos, formavam um visual que jamais tinha sido visto em Bagé. ‘Dá arrepios ver essa gente assim’, comentou a professora Maria da Conceição Martins.” (ZH, 07.91).

Desde a retomada da luta pela terra no Estado, em setenta e nove, a reivindicação básica dos camponeses e seus aliados é “terra na região”. Contudo, a definição da abrangência do termo região varia no correr do período e entre os diferentes acampamentos. Enquanto que os anonis consideravam “terra na região” como equivalente à terra no norte do Estado, os missioneiros e os acampados de Cruz Alta, a partir de oitenta e nove, passam a aceitar as ofertas de áreas na metade sul do RS.

Os governos Simon e Collares, pressionados pelos camponeses, preferem comprar terras nesta região devido à diferença de preço em comparação às das regiões de origem dos acampados. O Movimento Sem Terra, por sua vez, vai descobrir uma nova realidade em termos fundiários, conforme declara Darcy Maschio: “Eu acho que a fronteira, fato do governo tê começado comprá terra na fronteira, que era mais barato, foi bom, porque nós descobrimos uma outra parte do Estado que a gente não conhecia”.

No final do ano de noventa, o governo faz uma proposta para os acampados na fazenda Boa Vista do INCRA, em Cruz Alta, de criação de um Centro de Treinamento, em Bagé. Para este serão deslocadas as mil e quatrocentas famílias concentradas naquele acampamento. A intenção das autoridades era de distender a tensão por terras na região central e norte do Estado e fazer um discurso de que estaria fazendo uma triagem entre os acampados, para verificar os que realmente tinham “vocação agrícola”. O Movimento Sem Terra se v e constringido a aceitar a oferta diante da falta de perspectiva e das condi es de insalubridade da área da Boa Vista. A partir de mil novecentos e noventa, a principal área de atividade do Movimento estará concentrada em Bag e região, tendo este grupo como uma base de opera o para as a es. A denomina o escolhida para este acampamento   bastante sugestiva da disposi o destes camponeses: “Oito de agosto”, o dia do incidente na Praça da Matriz, que posteriormente denominar  um assentamento na região.

Alguns meses depois de instalados em Bag e, estes camponeses partem para uma a o de pressão sobre as autoridades: a ocupa o da fazenda São Pedro, “lindeira”   área do governo. No processamento da ocupa o, começa a constituir-se todo um clima de enfrentamento: os ocupantes são recebidos a tiros por parte do destacamento da Brigada Militar e pelos fazendeiros que estão alojados na São Pedro. Os fatos são assim descritos por D. Laurindo Guizzardi, Bispo de Bag e:

“Infelizmente, no desenrolar-se dos acontecimentos, enquanto os colonos gritavam palavras de ordem empunhando seus instrumentos de trabalho, os proprietários e a Brigada abriram fogo, provocando a morte de um colono e o ferimento de outros dois. Diante da violência, os colonos ameaçaram atear fogo na sede da fazenda dos proprietários e, após a rendi o, os tomaram como ref ens visando a defender-se de um possível massacre por parte da UDR e da força pública.” (8.04.91)

Este desenrolar para a primeira iniciativa dos camponeses na região d a um indício do clima de enfrentamento que se constituirá na área e marcar  os primeiros anos de a o

política do Movimento na região. Os ocupantes ameaçam resistir a qualquer iniciativa de desocupação da área e são enfáticos nas suas declarações à imprensa: “Da nossa parte há uma decisão de não sair daqui enquanto não ganharmos terra. Se tentarem nos tirar na marra, é bom trazerem os caixões’, alertou o camponês”. O desfecho traumático da desocupação da fazenda Santa Elmira, um ano antes, e o de Palma Sola, em Santa Catarina, há apenas alguns meses, fazem com que os juízes das comarcas tenham mais flexibilidade nas suas decisões, principalmente nos prazos para a execução dos despejos. Neste caso, prevaleceu o bom senso do magistrado de Bagé, Carlos Caníbal, que: “(...) negou a reintegração e aproximou as partes para uma negociação, o que acabou evitando um confronto armado entre brigadianos, fazendeiros e os sem-terra. Essa decisão desagradou o pessoal da União Democrática Ruralista (UDR) da cidade.” (ZH, 21.04.91).

A determinação dos ocupantes de resistirem a qualquer tipo de ação de despejo produz uma série de elementos que serão fartamente explorados pela imprensa e seus oponentes, visando a atacar tanto a imagem pessoal dos camponeses, atribuindo-lhes uma identidade negativa, quanto o caráter e a legitimidade do seu Movimento. A imprensa da capital fará constantes reportagens com uma abordagem sensacionalista, passando a imagem de que o MST teria se transformado em um movimento de guerrilha rural, como esta manchete: “Uma organização militar entre os invasores”. Os próprios oficiais da Brigada Militar fazem constantemente declaração com teor igualmente sensacionalista. Este enfoque busca desgastar o Movimento perante a opinião pública e criar condições políticas para uma intervenção armada; ao mesmo tempo, alerta para a possibilidade do enfrentamento, lembrando o conflito da Praça da matriz:

“É de guerra o ânimo no acampamento da fazenda São Pedro, (...) os invasores continuam mantendo uma vigilância típica de uma organização militar. (...) Eles justificam a guarita, as armas constantemente à mão e até os mais de dois quilômetros de trincheiras cavados ao redor do acampamento, dentro da fazenda, como uma necessidade de defenderem-se das ‘provocações da UDR’ ou de uma eventual desocupação à força, da Brigada Militar. (...) Na praça da Matriz, em

agosto do ano passado, havia 400 colonos. Na fazenda São Pedro, com uma organização disposta a resistir, há oito vezes mais.” (CP, 28.04.91).

Esta ação da imprensa e de seus oponentes leva o Movimento Sem Terra e seus aliados a disputarem intensamente a opinião pública, para assim também pressionar as autoridades. O MST, o PCdoB, o PSB e a CUT divulgam na mesma semana nota à população e ao governo do Estado, na qual exigem o desarmamento dos membros da UDR, apontam a armação para criar as condições para o uso da violência contra os camponeses e a articulação entre os donos de terras e o poder local: “‘A intenção de forçar uma retirada das famílias com violência está clara’, garante Bohnemberger. Ele acusa o governo federal de estar cedendo às pressões da UDR, que conta com o apoio das autoridades locais.” (CP, 22.05.91).

O desfecho desta ação não levou a nenhuma conquista objetiva por parte dos ocupantes, além de atendimentos emergenciais. Contudo, ela foi importante por dois aspectos: em primeiro lugar, como mencionamos, os magistrados e as autoridades estaduais passaram a levar em conta as ameaças de resistência por parte dos camponeses e preocupar-se com possíveis repetições de Santa Elmira e Palma Sola, ampliando os prazos de reintegração de posse, para permitir negociações, criando brechas para o Movimento negociar. A própria força pública passa a ter que atuar como um “poder tampão”, entre as milícias armadas da UDR e os ocupantes, ainda que sob forte pressão dos latifundiários e, algumas vezes, agindo em acordo com estes. O segundo aspecto relevante é que, a partir de então, o MST passa a contar com essa base de operação sempre ativa na zona da Campanha. O próprio acordo de despejo criou essa situação, pois mesmo desocupando a São Pedro, os colonos ficam acampados no barranco “lindeiro” à fazenda, mantendo o estado de beligerância e a iminência de uma nova ocupação.

Um ponto de apoio importante para os camponeses nessa “conquista da fronteira” foi o posicionamento do bispo de Bagé, Dom Laurindo Guizzardi. Por diversas ocasiões, o bispo local utilizará sua autoridade eclesial para clamar por serenidade e pelo o

atendimento das necessidades dos sem-terra. O apoio da diocese será igualmente importante para a sustentação do acampamento. No dia seguinte à ocupação da São Pedro e à morte do ocupante, Dom Laurindo aponta as causas estruturais do problema agrário e cobra a responsabilidade das autoridades: “O clamor do povo, especialmente os que não conseguem ter vida digna, chega até Deus e convoca a todos, autoridades de qualquer nível e categoria, pessoas de boa vontade, para buscar efetivamente uma solução aos problemas graves que ora vivemos.” (Diocese de Bagé, 09.04.91).

A “conquista da fronteira” é uma batalha com enfrentamentos em diversas frentes. Um dos campos importantes da disputa novamente gira em torno da definição da identidade social dos “sem-terra”. Os seus diversos oponentes, repetindo as táticas usadas desde o reinício dos conflitos agrários, utilizam-se dos meios de comunicação social para criar uma identidade negativa dos “recém-chegados”, como sendo perigosos e usurpadores de direitos legítimos.

Este campo de disputa levou o Movimento e seus aliados a lançarem mão de algumas práticas para disputarem o apoio da sociedade à reforma agrária e obterem recursos para manter os acampados. Logo após o desfecho da primeira ocupação da fazenda São Pedro, ocorre uma manifestação convocada por diversas entidades, conforme a imprensa: “(...) um ato público contra a violência no campo e pela reforma agrária. O frei Sérgio lançará o seu livro ‘Uma Foíce Longe da Terra’, (...)” (CP, 07.05.91). Ao mesmo tempo que realiza esse ato em direção à sociedade local, um grupo de vinte e oito colonos do acampamento de Bagé lançam mão de uma prática antiga do campo dos conflitos agrários: iniciaram um jejum na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, “como forma de pressão para agilizar a negociação”. (A Voz do Assentamento, Charqueadas, 17.05.91).

Outra prática que será novamente utilizada são as caminhadas de protesto. Dois meses após a desocupação da São Pedro, um grupo de oitocentos camponeses sai em

caminhada em direção à sede do Município. No final de julho, a imprensa anuncia que “Colonos marcham 80 quilômetros até Bagé”. O caráter inédito da iniciativa na região, uma certa indefinição quanto ao desfecho do protesto deixado pela direção do Movimento, a cobertura com traços sensacionalistas da imprensa e a contraposição dos fazendeiros criam um clima de tensão crescente na cidade:

“Sem-terra já estão bem perto de Bagé - (...) Em Bagé e em toda a fronteira sul, não se fala outra coisa a não ser a marcha dos colonos. Até as emissoras uruguaias noticiam o assunto. ‘Estamos indo para Bagé, tudo o que eu posso dizer é que vamos fazer um protesto forte’, comentou o Camponês Dionilson Marcon. Já os militantes da União Democrática Ruralista (UDR) fizeram um leilão de 250 cabeças de gado.” (ZH,?.07.91).

A cada dia que passa, a tensão na região vai aumentando. Ao chegarem próximo à entrada da cidade, os camponeses suspendem a marcha durante o final de semana. No trevo de acesso a Bagé, eles armam o acampamento provisório e aproveitam o fim de semana para decidir detalhes da atividade no centro da cidade. Nesta parada, os sem-terra organizam uma atividade “interna” para reforçar a mística, utilizando-se de representações embasadas na matriz discursiva ético-religiosa predominante no período anterior: “Na tarde de ontem eles fizeram uma ‘cerimônia religiosa e política’. **Através da leitura da Bíblia, justificaram toda a sua luta** (grifo nosso).” Evidentemente que esta prática também visa à opinião pública, pois buscam passar a imagem de que são “pessoas de fé” e “bons cristãos”, tentando assim neutralizar o discurso anticomunista dos seus oponentes.

Nesta matéria da imprensa podemos observar um aspecto interessante: por mais que os seus oponentes utilizem os meios de comunicação para desqualificar os camponeses e apresentá-los como pessoas “perigosas”, esta superexposição cria uma situação na qual “Os colonos são assunto na cidade”, tornando-os atrações para a população: “Enquanto os colonos rezavam e discursavam, carros com famílias de Bagé passavam nas proximidades para ver de perto o acampamento.” (ZH,?.07.91).

A semana inicia com grande tensão. O prefeito, que havia tentado impedir a realização da manifestação na cidade, afirma que não permitirá a permanência dos colonos em qualquer espaço público. O comando regional da Brigada Militar faz diversas movimentações de tropas na cidade e faz declarações constantes na imprensa, visando a reforçar a idéia de que “Bagé corre perigo”, mas que a força pública está pronta para conter qualquer excesso da parte dos sem-terra: “À noite o policiamento será reforçado. Há em torno de 300 brigadianos no Município, vindos de cidades vizinhas.” Enquanto os colonos estão nos arredores da cidade, trava-se uma verdadeira guerra pelas emissoras de rádio locais. Os ruralistas mandam reproduzir constantemente um a pedido intitulado “Bagé corre perigo”, e dois deputados identificados com os camponeses travam ao vivo um ríspido debate com os latifundiários:

“As rádios da cidade repetiam um comunicado da União Democrática Ruralista (UDR) alertando a população para o perigo da presença dos sem-terra. Dois deputados do PT, Antônio Marangon, estadual, e Adão Pretto, federal, que estão na cidade, foram às duas emissoras de rádio locais e travaram uma verdadeira guerra verbal com os presidentes da UDR.” (ZH, 30.07.91).

No início da tarde, sob um céu carregado de julho, a caminhada dos sem-terra na principal avenida de acesso a Bagé ocorre sob grande expectativa de ambos os lados: “Várias casas comerciais fecharam as portas. Além do esquema de segurança dos brigadianos, os camponeses tinham preparado o seu próprio. ‘Para evitar que um infiltrado entre e arrume confusão’, explicou Bohnemberger.” Maior que a tensão criada na cidade talvez tenha sido só a surpresa dos camponeses ao entrarem na zona urbana, com a receptividade de diversos setores da sociedade local. Além da participação proporcionalmente significativa dos cem mil (*IBGE, 1980*) bageenses e da solidariedade aos acampados, a questão da identidade social dos sem-terra está no centro da disputa discursiva:

“(...) foram recebidos com comida, roupas, remédios e muito apoio político por umas 30 mil pessoas. Foi a maior manifestação popular na história do município. (...) ‘Não queremos enfrentamentos, isto acabaria prejudicando a todos. Viemos para mostrar que somos gente honesta e trabalhadora’, comentou o camponês Dionilson Marcon. Em seus discursos, os colonos desafiaram a União Democrática Ruralista (UDR) a provar que eles eram ‘vagabundos’.” (ZH,?.07.91).

Após a grande expectativa criada com este ato inédito na região, o balanço da atividade é positivo: “Para os brigadianos foi uma operação tranqüila”. O Movimento considerou a manifestação como positiva, pois: “Os colonos afirmaram que tiveram um enorme ganho político com este ato, porque ganharam pontos na opinião pública.” (ZH, 07.91). Contudo, essa foi apenas uma das tantas batalhas discursivas nesta “conquista da fronteira”.

4.5 SOS Vida: matar as vacas foi a única solução

“Os gritos de reforma agrária e as bandeiras vermelhas dos colonos de Bagé invadiram ontem as ruas de Pelotas, onde estão os sólidos casarões deixados como herança pela aristocracia rural.” (ZH, 05.10.91).

“Ivonete Tonin explica que matar as vacas foi a única solução encontrada, pois ‘o pessoal estava passando fome, sem ter o que comer’, justifica.” (ZH, 14.10.91).

No início dos anos noventa, o campo dos conflitos agrários retoma uma dinâmica de práticas que havia sido pouco utilizada no final da década anterior – quando o MST

passou a afirmar a necessidade de “andar com as próprias pernas”: a da realização de ações conjuntas e com pautas comuns. Em março de noventa e um, o MST, o MMTR, a CRAB e o Departamento Rural da CUT organizam um conjunto de manifestações denominado de “SOS Agricultura”. A própria FETAG, que sempre foi muito reticente no apoio à luta pela reforma agrária, e adversária do sindicalismo rural cutista, adere à promoção dessas ações. No início de março, realizam um acampamento de três dias em Panambi, reunindo cerca de quatro mil participantes, entre estes o deputado federal Adão Pretto. Segundo a imprensa, “boa parte” destes manifestantes eram “Pequenos produtores e moradores das vilas da região” (ZH, 9/ 03/ 91). Um dos fatores que ajudou a aumentar o poder de mobilização desse movimento foi o fato de estar acontecendo uma forte seca na região nesse período, agravando a já difícil situação dos pequenos produtores e diminuindo a oferta de trabalho para os trabalhadores rurais, principalmente os diaristas.

No final desse acampamento, os colonos estabelecem uma pauta de negociação junto aos governos Federal e Estadual, dão trinta dias para o atendimento de suas reivindicações e definem um calendário de mobilizações com crescente grau de radicalização. Um dos componentes do “campo dos conflitos agrários” que passa a ganhar visibilidade nesse período é o MMTR. No encerramento dessa atividade, ocorre “(...) um ato público com discursos inflamados, principalmente por parte das lideranças rurais femininas. Elas lembravam que ontem era o Dia Internacional da Mulher.”(ZH, 9.03.91). Aqui é interessante observar que uma prática de origem e fundamentação urbanas vai ser apropriada pelas lideranças femininas rurais, demonstrando efetivamente que a ampliação do leque de mediadores vai influenciar na adoção de novas práticas e novas representações.

Conforme haviam prometido, os colonos preparam um acampamento de cinco dias na Praça da Matriz, o que desencadeia uma forte pressão de diversos setores contrários à luta pela terra. Evidentemente, essa iniciativa traz à lembrança os acontecimentos de oito de agosto do ano anterior. Contudo o governador Collares, recém-empossado, concede

autorização para a sua realização e promete manter a força pública afastada do local. A semana de acampamento transcorre sem incidentes e “Colonos vão embora. E fazem novas ameaças”. O ato de encerramento contém os elementos característicos das atividades do campo dos conflitos agrários desse período, centralizado nas questões políticas e embasado numa matriz discursiva política de cunho classista, deixando a matriz ético-religiosa em segundo plano, ainda que não completamente esquecida.

Nesta primeira rodada de atividades a iniciativa “mais forte” é a dos camponeses acampados na zona sul do Estado, como assim é descrito na imprensa: “Em Bagé deve acontecer o protesto mais tenso. Lá cinco mil colonos sem-terra que estão acampados no Centro de Treinamento do INCRA sairão em uma marcha sem destino pela estrada, à procura de terra.” (ZH, 03.04.91). A possibilidade de algum desfecho mais conflitivo para essa atividade leva as suas reivindicações a serem atendidas em parte pelas autoridades, como a de assentamento dessas oitocentas famílias e a imediata retirada das tropas da Brigada Militar que estavam cercando o acampamento.

O movimento “SOS Agricultura” é seguido de diversas atividades de pressão sobre os governos federal e estadual, conforme foi alertado no seu encerramento. Além disso, uma nova “fornada” de camponeses articulados nas comunidades rurais do norte do Estado ocupam a fazenda Boa Vista, em Palmeira das Missões. Após várias ameaças de resistência e polêmicas com o secretário da Segurança – que os acusa de serem guerrilheiros –, os ocupantes saem da área e formam a quarta grande fornada: o “acampamento de Palmeira”.

Na primavera de noventa e um, o Movimento Sem Terra prepara mais uma grande atividade no Estado – o “SOS Vida” –, envolvendo diretamente mais de mil acampados e assentados, para intensificar as pressões anteriores: dois grupos de quinhentas pessoas partiram simultaneamente de Palmeira das Missões e Bagé em direção a Porto Alegre. Cada uma destas colunas percorrerá mais de quinhentos quilômetros, colocando o

Movimento e seus aliados durante três semanas em evidência, sendo portanto uma oportunidade de, mediante a análise dessa prática, observar as representações que estruturam o imaginário do Movimento nesse período. Um elemento importante nessa análise é estabelecer algumas linhas de comparação com a caminhada de oitenta e seis, a “Romaria Conquistadora da Terra Prometida”, procurando evidenciar as modificações e as permanências neste imaginário.

A primeira linha de comparação entre as duas caminhadas é o conjunto das representações que estas veiculam. A primeira atividade, como analisamos no segundo capítulo, está estruturada a partir da matriz discursiva ético-religiosa, a qual orienta desde a escolha do nome da atividade, a forma de organização espacial e simbólica, com a Cruz da Natalino e com estandarte de “São Sepé Tiaraju” à frente, às palavras de ordem. A atividade de noventa e um orienta-se pela nova matriz de cunho político classista, como bem caracterizam as suas consignas e a predominância da Bandeira vermelha do Movimento como símbolo. Contudo, se o “SOS Vida” é orientado por essa matriz, o campo dos conflitos agrários estrategicamente define a data da chegada a Porto Alegre para as vésperas da visita de João Paulo II a Santa Catarina: “Acontece que a intenção é levar ao Papa um relatório detalhado” (ZH, 25.09.91). Mesmo com outra orientação, o campo continua reconhecendo a importância do apoio político da Instituição e a sua capacidade de fazer repercutir a sua situação.

Uma questão que continua sendo central para todo o campo é a da disputa em torno da identidade social dos sem-terra. Enquanto seus oponentes continuam atacando-os através da imprensa, o Movimento cuida especificamente dessa questão. O jornal Gazeta Riograndense, de Camaquã, bem descreve essa situação depois da passagem da coluna sul por esta cidade: “Muitas vezes eles são chamados de baderneiros, invasores, vagabundos, porém nossa comunidade teve a oportunidade de melhor conhecê-los, sua realidade, sua luta, sua fortaleza de caráter, seus objetivos. Estamos destacando o Movimento dos Sem Terra.” (13.10.91).

Contudo, essa preocupação com a imagem pública e a identidade dos sem-terra não impede que nesta edição ocorram diversas iniciativas que demonstram maior disposição para transgredir alguns limites da legalidade, como as constantes interrupções das rodovias por onde passavam as duas colunas. Outra circunstância que demonstra mais evidentemente esta disposição é o expediente de obter alimentação por conta própria, quando os governos e os seus aliados não a garantem. Ao se aproximarem de Tapes, os colonos entram em uma propriedade e abatem algumas cabeças de gado, desencadeando uma disputa de versões em torno do episódio. Ivonete Tonin apresenta as razões do MST para a realização da iniciativa: “(...) matar as vacas foi a única solução encontrada, pois ‘o pessoal estava passando fome, sem ter o que comer’, justifica.” (ZH, 14.10.91).

À medida que as colunas vão se aproximando da Capital e que ocorrem o fechamento das rodovias e o abate de alguns animais, a apreensão com a chegada dos sem-terra e o encerramento da atividade passam a ser objetos de discussão pública. Seus oponentes e alguns setores urbanos criam algumas polêmicas, aumentando as expectativas sobre o seu desfecho, e logo são mencionados os acontecimentos da Praça da Matriz. O Sindiloja: “(...) recomendou a 200 comerciantes para que fechem suas portas se desconfiarem de algum problema” (CP, 16.10.91). O próprio governo do Estado trata essa questão como preocupante e toma suas iniciativas para evitar novos incidentes. Para tal, Alceu Collares estabelece uma discussão com o Movimento Sem Terra e a CUT.

A chegada em Porto Alegre ocorre sem grandes incidentes: “Os sem-terra chegam à Capital. Em paz”. As duas colunas encontraram-se junto ao monumento ao Laçador, onde acontece um ato de “boas-vindas e apoio” organizado pelos seus aliados e pela Prefeitura da Capital: “Olívio entrega a chave da cidade aos colonos – Ele lembrou suas origens interioranas e o fato de a cidade ter 247 favelas, a maioria formada por famílias de migrantes.” (ZH, 17.10.91). Após, os caminhantes e mais uma multidão que “engrossou o protesto” seguem pela avenida Farrapos até o centro da cidade. Ao chegarem à Praça da

Matriz, o campo dos conflitos agrários organiza apenas atos breves, procurando também evitar qualquer tipo de incidente, porém carregados de grande carga simbólica:

“(...) eles fizeram um breve ato em frente ao palácio e deixaram um par de chinelos de borracha na recepção, representando a caminhada pela reforma agrária. O presidente da Assembléia, César Schirmer, também ganhou um par de chinelos amarrado à Constituição estadual. Em frente ao Tribunal de Justiça, os agricultores deixaram um par de chinelos amarrado a uma gaiola, para lembrar os quatro colonos presos.” (CP, 17.10.91).

Esta grande mobilização traz algumas conquistas objetivas para as demandas dos camponeses. O boletim MST Informa, cinqüenta dias após o término da atividade, destaca que: “(...) já podemos festejar a primeira vitória concreta com o assentamento de 277 famílias nas áreas do Estado.” (dez. 1991).

A comparação entre esta atividade e a primeira grande caminhada, a “Romaria Conquistadora da Terra Prometida”, evidencia três permanências básicas: em primeiro, a grande carga simbólica de ambas as atividades, com modificações substanciais nas representações que estruturam o imaginário de cada uma destas, evidenciando a passagem de uma matriz discursiva ético-religiosa para a político-classista e a manutenção da lógica de procedimento dos religiosos, agora pelos dirigentes do MST, de utilizarem algumas práticas ressemantizando-as. A segunda permanência é a disputa em torno da identidade dos sem-terra, que continua central. Contudo, aqui novamente ocorre uma alteração nas representações que sustentam as identidades em cada uma das caminhadas, e mesmo em algumas práticas, como bloquear as duas BR’s e abater as reses, o que seria impensável naquela: “Mais que um protesto, ela se assemelha a uma procissão religiosa, compenetrada, respeitosa, (...)” (Folha da Serra, Nova Prata. 04/ 06/ 86). A terceira permanência situa-se nos mesmos objetivos das duas atividades: pressionar o Estado para atender as demandas.

4.6 O MST e a Igreja Contra a UDR

“Bispos vetam membros da UDR em movimento cristão - Para eles, a entidade tem caráter ‘antidemocrático’ e ‘antievangélico’.” (ESP, 27.12.87).

“Os fazendeiros, no entanto, hostilizaram religiosos que foram ao local. ‘O padreco que tentar entrar, apanha’, ameaçou Faccin, para quem a Igreja e o PT estão por trás das invasões.” (FSP, 02. 10. 89).

Uma questão importante na análise da dinâmica dos movimentos sociais é a interação tática que ocorre entre os movimentos e as agências do Estado e seus oponentes, quando houver. Na trajetória da luta pela terra, essa questão fica evidente em diversas ocasiões. Neste sentido, podemos observar um documento da direção estadual do Movimento, denominado de “Avaliação da realidade agrária do RS”. Neste fica bem clara a necessidade de responder às formas de ação dos seus oponentes. A análise abre um leque de “frentes” nas quais o MST tem que “se aperfeiçoar”, o que implica uma maior complexificação do seu repertório de práticas:

“O Rio Grande do Sul é um Estado onde as organizações de direita agem em várias frentes e têm força política. A UDR combate o MST, as ocupações, mas fica no aspecto legal e assim atua no Parlamento, no Judiciário e no Executivo. Portanto, o MST, além de organizar os Sem Terra, precisa se organizar, se aperfeiçoar para o enfrentamento com a UDR nos MCS, no Parlamento, no Judiciário e na resistência aos despejos.” (MST/ RS, 1990)

O Movimento Sem Terra, seguindo as resoluções do seu 5º Encontro Nacional, organiza uma campanha política contra a UDR, objetivando promover o desgaste dessa entidade perante a opinião pública e pressionar as autoridades para coibir a sua ação. Para melhor alcançar estes objetivos, o Movimento busca articular não só seus aliados do campo dos conflitos agrários, mas também outras forças sociais, como fica explícito em suas deliberações: “Essa campanha, mesmo estando sob responsabilidade do MST, deverá buscar o apoio de todas as FORÇAS PROGRESSISTAS da sociedade” (JST, abr. 1989).

Esta campanha no Estado, conforme é apontado na “Avaliação da realidade agrária do RS”, abre uma nova frente de disputa para o Movimento que, através do deputado Adão Preto, “seu representante” na Assembléia Legislativa, apresenta um Projeto de Lei que: “Declara **persona non grata** o Sr. Ronaldo Caiado, Presidente da UDR – União Democrática Ruralista Nacional, no território do Estado do Rio Grande do Sul.” (Assembléia Legislativa do RS, 1989).

No documento que subsidia a Campanha Nacional contra a UDR, o Movimento avalia esse momento como oportuno para o desenvolvimento deste conjunto de atividades. No seu entendimento: “Nos últimos meses a União Democrática Ruralista (UDR) cometeu uma série de ações que resultaram no seu isolamento na sociedade.” (MST, 1989).

Conforme analisamos no item deste capítulo que trata do episódio da fazenda Santa Elmira, após as vitórias na Assembléia Nacional Constituinte, setores da entidade passaram para uma ação mais direta nos conflitos agrários. Neste período a UDR cometeu uma série de erros táticos que acarretaram o seu desgaste perante a opinião pública e algumas ações judiciais. A entidade lança uma cartada decisiva para restabelecer a sua imagem pública, lançando a candidatura de Ronaldo Caiado – seu presidente nacional e principal expressão pública – à Presidência da República. Essa iniciativa proporciona à entidade espaços nos meios de comunicação, contudo o desempenho eleitoral do candidato é medíocre, não chegando a alcançar um por cento dos votos.

Também nesta disputa contra os ruralistas, o Movimento encontrará grande respaldo e participação de setores da Igreja. O presidente nacional da CPT, D. José Gomes, em entrevista à imprensa, exige: “A adoção de ‘medidas sérias e urgentes’ por parte do governo federal contra a UDR.” (FSP, 10.06.86). Declarações como esta do Bispo de Chapecó serão constantes neste período.

Alguns bispos gaúchos chegam a adotar medidas concretas no plano diocesano contra a entidade. O Bispo de Bagé, Dom Laurindo Guizzardi, por exemplo, proibiu a missa encomendada pelo núcleo local da UDR em ação de graças pelas vitórias alcançadas pelos latifundiários na Assembléia Nacional Constituinte, em especial a proposta de reforma agrária aprovada, ganhando repercussão na grande imprensa do centro do país: “Bispo cancela a missa que a UDR teria em Bagé” (JB, 24.06.87). Os bispos de duas outras dioceses gaúchas onde as oligarquias têm grande capital político – Vacaria e Uruguaiana – chegam a proibir os membros da entidade de participarem de atividades da Igreja: “Bispos vetam membros da UDR em movimento cristão – (...) decidiram excluir dos movimentos cristãos e ministérios leigos todas as pessoas associadas à União Democrática Ruralista (UDR).” (ESP, 27.12.87).

Estas medidas dos bispos e seus posicionamentos decididos em favor das demandas dos camponeses encontrarão forte reação por parte dos ruralistas. Uma das táticas destes foi a de tentar dividir a Igreja, explorando as divergências existentes no interior da Instituição. A Regional Missões da UDR lança uma nota à opinião pública, condenando o posicionamento dos religiosos e buscando mesmo disputar uma leitura diferenciada do Evangelho, na perspectiva de confinar a Igreja nas questões espirituais e de filantropia: “É triste ver-se que uma parte do clero adota doutrina subversiva, contrária aos ensinamentos de Cristo, transforme ou pretenda transformar a Igreja em Partido político de extrema esquerda.” (UDR, 1989). Estes setores encontrarão apoio e subsídio nas elaborações da Tradição Família e Propriedade (TFP), que esporadicamente tenta algumas incursões no Estado, sem no entanto conseguir consolidar bases estáveis.

Ronaldo Caiado, em entrevista a uma emissora de rádio de Conceição do Araguaia (PA), declarou que: “(...) a UDR havia patrocinado os anúncios pagos da TFP (Tradição, Família e Propriedade), tentando ‘legitimar a reação armada diante do esbulho’” (A ofensiva da direita no campo, MST, 1987). Entre essas publicações ocorre uma na cidade de Rosário do Sul⁸³, logo após se iniciarem as operações do MST na “conquista da fronteira”. O jornal o Estado de São Paulo relata um giro que Caiado fez por quatorze estados, preparando uma marcha a Brasília, por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte, onde, segundo esse órgão de imprensa: “Os maiores aplausos são reservados às críticas aos padres e bispos, agitadores da Pastoral da Terra, adeptos do quanto pior, melhor” (1987).

Outros setores da UDR no Estado chegam a adotar medidas mais intimidativas em relação ao alto clero, como ameaças de agressões ou mesmo de morte⁸⁴. Um episódio dos mais significativos envolveu Dom Ivo Lourscheiter. O Bispo de Santa Maria e parlamentares participavam de uma audiência com a juíza no Fórum de Júlio de Castilhos, mediando um acordo de desocupação de uma área, quando:

“Fazendeiros, mobilizados pelo Sindicato Rural e pela UDR, invadiram os corredores do prédio, aos gritos. ‘Os ruralistas fizeram um cerco como um corredor polonês na frente do fórum, e por ali passou o bispo. Ele ouviu insultos, palavrões e ameaças de agressão física. Dom Ivo saiu em silêncio, aparentando tranqüilidade’. Os fazendeiros bloquearam com veículos o carro de Dom Ivo. Só com intervenção da juíza e com a escolta de brigadianos, o bispo pôde sair. O presidente do sindicato patronal, Silvio Menegassi, diz: ‘Vaiamos ele porque a Igreja fomenta as invasões’.”(ZH, 20.03.93).

⁸³ “A Lei Autoriza os Fazendeiros à Resistência Armada - TFP proporciona defesa aos proprietários com base em pareceres de eminentes juristas.” (A pedido da TFP, Gazeta de Rosário do Sul 26/ 29.09.91).

⁸⁴ “Através desta, repudiamos o atentado a bomba, ocorrido na Casa Paroquial de São Gabriel, na madrugada do dia 29.10.91.” (Nota do CRP, 30.10.91).

Assim como Dom Ivo, alguns bispos preferem não polemizar com os ruralistas. O bispo de Cruz Alta, Dom Jacó Hilgert, que acompanha de perto as ações dos colonos, não quis responder às acusações do presidente regional da UDR, Gilberto Scopel de Moraes, de que a Igreja, ele próprio e Dom Ivo Lourscheiter são incitadores das invasões. Dom Jacó respondeu apenas que “não vale a pena perder palavras para rebater acusações levianas de quem explora os pobres” (CP, 25.03.89).

CAPÍTULO V

Uma nova conquista: o saber

*“Quem sabe manda. Quem não sabe, obedece.”
(MST/RS, 1987).*

“Precisamos ainda de um plano para a ‘massificação’ da formação, o que se torna urgente. As direções dos estados e demais instâncias, devem assumir a questão da formação como uma questão prioritária. Nossas reuniões nas bases, manifestações públicas e a vida interna dos acampamentos e assentamentos carecem ainda de mais mística de luta e unidade ideológica.” (MST, out. 1988).

A questão da educação e da formação política esteve presente em praticamente todos os momentos da luta pela terra, a partir da sua retomada no início dos anos oitenta. A valorização da educação, de fato, é uma preocupação que acompanha a própria colonização da região norte do RS. Para tal, pode-se observar a criação, pelas comunidades e ordens religiosas, de um conjunto de estruturas educacionais, desde escolas

comunitárias e seminários, em tempos mais remotos, até universidades, mais recentemente.

Em nossa análise sobre a primeira metade desta década (HOFFMANN, 1997), apontamos para um conjunto de atividades educativas formais e não-formais desenvolvidas pelo campo dos conflitos agrários. Entre estas apontamos como relevante o papel ocupado pelas reuniões em grupos, de famílias, preparatórias para as Romarias da Terra e as atividades do “Dia do Colono”, impulsionadas e subsidiadas pela CPT. De mesma forma, há um relato de uma experiência de alfabetização de adultos no acampamento da EN, citada por CALDART (2000, p. 153).

Em meados da década de oitenta, período de constituição “formal” do MST, esta preocupação já está consolidada em relação aos sem-terra. Em um pronunciamento de Darcy Maschio, no II Encontro Estadual do MST, fica clara esta valorização da educação e a sua relação estratégica com a reforma agrária dentro da perspectiva do Movimento: “Quando nos tiraram a terra, também passaram por cima do nosso direito à escola. Não basta conquistar a terra. É preciso ficar em cima dela. E só é possível isto através da educação.” (MST/RS, 1984).

Já por ocasião do 1º Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais Sem Terra do RS, em oitenta e três, esta questão ocupa um espaço importante nas deliberações deste fórum constitutivo. No bloco denominado de “Nosso relacionamento com nossas entidades”, foi aprovado, depois referendado no Encontro Nacional dos Sem Terra, em janeiro do próximo ano, o seguinte encaminhamento: “b) Com a CPT: pedir cursos de formação de lideranças e continuar um trabalho conjunto, pedindo assessoria e apoio nos momentos decisivos” (Cascavel, jan. 1984). Nestes primeiros anos, como aponta a resolução, a participação da Pastoral da Terra é central para a viabilização destas iniciativas de formação. Em consequência desta centralidade, se manterá a sua dinâmica de trabalhar com lideranças emergentes, politizando-as para que estas atuem junto aos grupos de

famílias, como já funcionava nas comunidades rurais. Ao mesmo tempo, a CPT determina a definição dos conteúdos e a sua organização, misturando noções de “como funciona a sociedade” com temas religiosos, de políticas sindical, fundiária, entre outros. O boletim *Voz da Terra*, faz a seguinte menção ao trabalho realizado no Acampamento da fazenda Annoni:

“A grande novidade desse acampamento é que eles têm lá, no próprio acampamento, uma equipe de formação, com 25 elementos. Eles se treinam, com a assessoria (*frei Antonello*), sobre sindicalismo, Bíblia, etc., com leituras, estudos, debates, e depois vão aos grupos fazendo o mesmo em cada grupo.” (mar. 1986).

Este trabalho organizado pela Pastoral da Terra também é realizado junto aos assentamentos já existentes, oriundos da ocupação das glebas Macali e Brilhante, em setenta e nove, e da EN, mantendo a mesma articulação de temas e método de trabalho. Além desta ação direta dos militantes da CPT, os acampamentos e assentamentos contam também com a participação de algumas ordens religiosas e outras organizações, como a PJR, dioceses e paróquias. Algumas destas realizam trabalhos de formação, como fica determinado neste convênio firmado em março de oitenta e quatro, onde: “As Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado colocam à disposição da Comissão Pastoral da Terra, 6 (seis) irmãs para o Projeto de Acompanhamento e Educação de Agricultores assentados em Ronda Alta e Salto do Jacuí” (CPT/RS, fev. 1984).

Nesta primeira etapa, pode-se dizer que o papel de intelectual orgânico dos agentes da Pastoral da Terra é praticamente exclusivo e decisivo para a viabilização das iniciativas de formação⁸⁵. As ações visavam a atender as demandas da luta, instrumentalizando as lideranças para os encaminhamentos necessários. Além das atividades específicas de

⁸⁵ “A maioria dos movimentos sindicais, inclusive o partido, teve até o momento a formação de seus quadros realizados por entidades de assessoria que prestarão esse tipo de serviço. Isto acontece em virtude da debilidade organizativa das diversas instâncias. O desafio que agora se coloca, aponta a necessidade de cada organização articular e estruturar a sua formação de quadros.” (JST, mar. 1989).

formação, outras serviam para a chamada “conscientização do povo”, eufemismo utilizado pela Pastoral da Terra para designar a formação política de um público mais amplo, como o das Romarias da Terra e do “Dia do Colono”.

Na segunda metade da década de oitenta, três fatores vão complexificar essa situação do trabalho de formação política: a criação do MST como uma organização nacional, a articulação com outras entidades do campo dos conflitos agrários – criando estruturas de formação conjuntas – e com outros mediadores. Neste capítulo abordaremos a constituição deste novo cenário e o trabalho com as representações, buscando evidenciar a relação entre a construção de estruturas específicas de formação e o manejo do imaginário do Movimento. Estas duas dimensões são indissociáveis, como demonstra um artigo deste setor do MST no *Jornal Sem Terra*: “Um dos princípios fundamentais que orienta a formação do Movimento Sem Terra é o de que ‘a formação deve estar articulada com o processo organizativo’ (1989).

A constituição do Movimento como uma organização em nível nacional ocasiona que este passará a definir políticas e estruturas de formação, assumindo o papel de intelectual orgânico da sua base social. Neste sentido é que oitenta e sete é definido como o “Ano da formação”. O documento denominado de “Linhas de Trabalho para 1987” estabelece que o trabalho de formação deve estar dirigido aos diversos níveis de necessidade das suas lutas, detalhando a seguir estes níveis e os objetivos para cada um destes, apresentando uma proposta com um bom grau de elaboração:

- “a) Para a Massa: dar especial atenção ao trabalho junto aos acampamentos, assentamentos e núcleos locais. Programar o trabalho com os monitores e utilizar o jornal e outros materiais de formação.
- b) Para militantes: priorizar a realização de cursos sobre sindicalismo, movimento popular, formação política e metodologia.

- c) Para direções e lideranças: priorizar a formação com temas de ideologia e política.” (MST, 1987).

No entanto, apesar de todo esse detalhamento da proposta, os objetivos ficaram longe de serem atingidos neste ano. A avaliação do Movimento do RS no final deste ano, constata que: “Nos núcleos há falta de formação. Ela se dá mais em nível de lideranças do que das bases.” (MST/ RS, 1987). Esta avaliação feita por lideranças de base e intermediárias aponta-nos duas questões: por um lado, decorre um tempo entre as deliberações da direção do Movimento e a sua “implantação plena”, o tempo necessário para a estruturação de uma organização capaz de dar conta dessas tarefas, nas quais entra a construção das escolas de formação. Por outro, não podemos esquecer que essa é uma consequência da adoção de uma postura vanguardista pela direção do MST⁸⁶.

No documento “Perspectiva da luta pela Reforma Agrária”, elaborado pela direção nacional do MST, fica estabelecida uma diretriz para a formação de “quadros profissionais”, de acordo com a concepção leninista de organização, em diversas áreas, incluindo “técnicas” e “políticas”, e diferenciando níveis hierárquicos entre os seus militantes:

“— Formar técnica e politicamente, quadros profissionais em distintas áreas: agronomia, medicina, mecânica, engenharia, carpintaria, etc., provindos dos próprios assentamentos; - Formar quadros intermediários para o Movimento, organizadores especialistas em ação de massa.” (out. 1988).

Além de estabelecer essa diretriz para o trabalho de formação, o incipiente Movimento passa a trabalhar para estruturar-se como uma organização de movimento social capaz de alcançar tais objetivos. Este texto básico estabelece uma série de medidas

⁸⁶ “O vanguardismo é a idéia e a prática de ‘pinçar’ algumas pessoas do trabalho e dar-lhes um preparo ‘adequado’ para que se tornem melhores líderes. Geralmente esta prática ocorrer em trabalhos onde se desenvolve uma relação de tipo vertical e autoritário entre agentes e base. Neste caso, se dá inclusive prioridade à formação dos líderes sobre o desenvolvimento do grupo como um todo.” (PONTUAL, 1985, p. 6)

organizacionais e estruturais necessárias para a efetivação desta política, responsabilizando suas instâncias de direção pela sua implementação. Neste mesmo parágrafo, também com o objetivo de formação política, fica estabelecida a meta “Desenvolver a mística revolucionária”, articulando um formato organizacional leninista com a prática muito utilizada nos primeiros anos do Movimento pelos mediadores religiosos, de trabalhar com as representações como um elemento constitutivo das lutas, conforme veremos na terceira parte deste capítulo.

A constituição dessas estruturas de formação do Movimento e de seus aliados também será intensamente atacada pelos seus diversos oponentes, buscando deslegitimá-las. Uma das tantas denúncias empreendidas contra essas iniciativas – esta feita por políticos da região do Alto Uruguai na imprensa do centro do País, aproveitando-se de denúncias feitas pelo cardeal Dom Vicente Scherer –, pode dar uma dimensão da virulência das críticas e dos elementos que elas articulam:

“Os dois movimentos (*MST/ CRAB*) se estariam articulando, no momento, através do Centro de Educação Popular (CEP), que vem ministrando diversos cursos a agricultores da fazenda Annoni destinados à doutrinação partidária do PT e da CUT, e também passou a ser utilizado, segundo a expressão de um prefeito, como um ‘órgão oficial de quitação de valores’.” (ESP, 1988).

Algumas destas denúncias têm grande repercussão, levando inclusive a que agências religiosas européias venham a redirecionar seus programas de benefícios. Este foi o caso da Misereor, que por vários anos financiava diversas iniciativas do campo dos conflitos agrários através da CPT e, após receber uma intensa campanha de denúncias, decidiu repassar os recursos via CNBB e criar um fundo para questões de terras, mudando ainda o tipo de solicitações a serem contempladas, especificando que não financiaria atividades de formação política, como evidenciam as seguintes exigências: “Os recursos deverão ser usados para projetos de caráter econômico-promocional (por exemplo: compra de sementes, pequenos açudes, etc.) e não de conscientização.” (CPT Nacional, fev. 1989).

Esta determinação dos religiosos europeus sinaliza uma mudança de orientação da Instituição em relação à ação social de diversos de seus setores na América Latina, restringindo seu campo de atuação. Esta será a linha que orientará o acordo selado entre a CPT e a CNBB, pressionadas pelo Vaticano.

Uma das primeiras iniciativas para a criação de uma estrutura de formação política pelo campo dos conflitos agrários foi a criação da Escola Sindical do Alto Uruguai (ESAU), fundada em oitenta e oito. As suas atividades voltavam-se para qualificar as lideranças “emergentes” destes movimentos, preparando-as para o encaminhamento das suas lutas. A sua clientela era formada por militantes dos diversos movimentos sociais rurais. Frei Antonello declara, neste sentido, que: “Todo mundo acabava se envolvendo, o objetivo era de formar quadros intermediários e todo mundo tinha interesse de ter quadros intermediários qualificados, (...) apesar de que quem tocou a ESAU foi o pessoal dos sindicatos do Alto Uruguai.”

A ESAU vai ter uma atuação com um bom grau de dinamicidade e de abrangência geográfica, com cursos abrangentes, divididos em etapas e atingindo diversas cidades pólos regionais, como indicam os relatórios do “Seminário de Formação na Área Rural do RS”: “Curso de lideranças com sete turmas regionais (1ª etapa); Lagoa, Erechim, Palmeira das Missões, Três Passos, Missões e Cruz Alta.” (abr. 1989). A temática abordada também articula noções de como “funciona a sociedade”, com temas sobre os movimentos sociais, sindicalismo e metodologia de trabalho popular. Estas atividades de formação política, juntamente com algumas práticas comuns, como as Romarias da Terra, são decisivas para a consolidação do campo dos conflitos agrários, substanciadas por orientações políticas provindas das mesmas matrizes discursivas e compartilhando de muitas das mesmas representações e práticas sociais.

No final do ano de noventa, após a criação da FUNDEP/ DER, que atenderá uma parte da sua clientela, o Conselho Político da ESAU e a direção do Departamento Rural da CUT reunidos, acabam deliberando que a Escola se tornaria uma secretaria de Formação do sindicalismo rural, “(...) o qual assume sua direção política organizativa e financeira.” (DETR – CUT/ RS, dez. 1990). Após esta decisão, a clientela da ESAU ficará mais restrita às lideranças desses sindicatos, mas a sua experiência vai contribuir para a construção de novas estruturas de formação pelos outros atores deste campo.

No final da década de oitenta, diversas entidades e movimentos do campo dos conflitos agrários articulam dois “Seminários de Formação na Área Rural do RS”, um em setembro de oitenta e oito, com a participação da CPT, Escola Sindical Margarida Alves (ESMA), CAMP, ESAU, PJR, MST e MMTR, mais as secretarias de formação da CUT Planalto e CUT Alto Uruguai, em Passo Fundo; e o outro em abril do próximo ano, buscando trocar experiências, discutir alternativas teórico-metodológicas e articular iniciativas conjuntas. A representatividade desta articulação demonstra a importância atribuída à formação política por estes movimentos e entidades, e, ao mesmo tempo, a existência de inúmeras iniciativas de “conscientização do povo” e formação de lideranças. Na síntese dos trabalhos, é enunciada a questão da identificação das suas atuações nestas áreas, com a pergunta “O que nos une?”. O relatório aponta três convergências no trabalho dessas entidades: “Temos em comum o projeto político da construção das instâncias de massa, a transformação da sociedade e a concepção metodológica de formação.” (Passo Fundo, abr. 1989).

Esta articulação coloca em pauta o papel das atividades de formação política e seus objetivos nesta área. No relatório do 2º Seminário, fica estabelecida a preocupação central destas entidades e movimentos, e um dos pressupostos da sua ação pedagógica: “(...) é necessário discutir que tipo de formação estamos fazendo, que realmente sirva à transformação. Por exemplo, o MST não vai construir a mudança sozinho. É necessária a aliança Operário-camponesa. Como os processos de formação servem a isto?” (Passo

Fundo, abr. 1989). Seja em maior ou menor grau, esta questão norteará o trabalho de formação política dos diversos atores deste campo. Esta passagem, ao mesmo tempo evidencia duas representações centrais para o “campo dos conflitos agrários”: a aliança Operário-camponesa e a nova sociedade. A formação política contribuirá decisivamente para a divulgação destas e de outras representações, constituindo-se como uma das formas mais eficazes do manejo simbólico destes movimentos e contribuindo para que a nova matriz discursiva vá, aos poucos, preenchendo aquelas lacunas analíticas incapazes de ser contempladas pelos estudos bíblicos das primeiras atividades de “conscientização do povo”.

5.1 CETAP: a função também é política

“A função do CETAP é também política. Acontece que o ‘calcanhar de Aquiles’ dos que lutam pela ‘reforma agrária já’, nestes anos todos tem sido a questão do fracasso econômico de muitos reassentamentos.” (ZH, 25.11.88).

Um passo ousado dado pelo campo dos conflitos agrários foi a criação, em oitenta e seis, do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), localizado na fazenda Annoni. A construção do CETAP é consequência de um processo de discussão crítica em relação ao processo de capitalização da agricultura, denominado de “revolução verde”, que alguns técnicos e alguns segmentos deste campo já vinham fazendo. Estes

contestavam diversas facetas do “pacote tecnológico”, como o uso indiscriminado de insumos industriais – notadamente os agrotóxicos –, o endividamento bancário, a monocultura, entre outros, mas não tinham um espaço onde discutir essas questões e nem recursos para aprimorar as técnicas tradicionais da agricultura familiar, capaz de transformá-las em alternativas tecnológicas para a pequena produção, em particular para os assentamentos. Neste sentido, conforme observa Egon Schwaab, técnico agrícola e acampado na fazenda Annoni: “O CETAP também foi criado pela necessidade dos movimentos populares, de todos os movimentos que compõem hoje o CETAP: mulheres, jovens, barragens, sem-terra, sindicalistas”.

A partir desta crítica, surge a possibilidade de articular essa necessidade tecnológica dos agricultores e seus movimentos, com o engajamento político de alguns técnicos. A fundação do CETAP vem viabilizar esse encontro, conforme aborda frei Antonello: “Nós vamos criar um espaço onde nós podemos debater técnicas, aprimorar técnicas e fazer um processo de extensão dessas técnicas, e que não seja da mesma forma como a EMATER vem fazendo, uma forma assistencialista e individual”. É importante notar, ainda, a crítica dispensada à atuação dos órgãos públicos de extensão rural, que expressa um discurso anti-sistêmico muito forte nestas iniciativas de “construção de uma nova sociedade”.

A sua localização na fazenda Annoni se dá pela convergência de diversos elementos, como o fato de ser uma terra pública, a importância política do sucesso econômico das “áreas reformadas” – para os setores que tomaram a iniciativa – e a mobilização do próprio Movimento neste intuito, como declara frei Antonello: “O MST também participava dessa discussão pelas tecnologias e aí pode pegar um pedaço da Annoni que nós não vamos ficar bravos”.

O campo dos conflitos agrários consegue estabelecer com nitidez a importância da iniciativa, quando declaram que: “A função do CETAP é também política”. A sua criação

converge para uma série de outras iniciativas tomadas pelo Movimento e seus aliados no final da década de oitenta e início dos anos noventa, como a criação do Sistema Cooperativo dos Assentados (SCA), das escolas e dos cursos técnicos, e do Laboratório Organizacional de Campo (LOC). Essas ações têm o intuito de demonstrar a viabilidade econômica da reforma agrária, como declaram na imprensa: “Se o CETAP conseguir dar instrumentos para que os reassentados tornem-se economicamente fortes, tira um importante trunfo das mãos dos que lutam contra a reforma agrária.” (ZH, 25.11.88). É com base nessa compreensão do papel estratégico a ser cumprido por esta estrutura que articulam um grande ato público por ocasião da sua inauguração, com a presença de personalidades nacionais e convidados estrangeiros. A própria grande imprensa não deixa de anunciá-lo como um grande feito – “Estado revoluciona a assistência a colonos” –, sintetizando que está acontecendo: “(...) uma das mais revolucionárias experiências de assistência técnica para reassentamento de camponeses. É a reeducação tecnológica dos colonos que perderam suas terras por problemas econômicos e posteriormente foram reassentados.” (ZH, 25.11.88).

5.2 FUNDEP/ DER: Uma terra de educar

“DER é uma escola criada pelas organizações populares para atender as necessidades de formação e escolarização dos grupos de movimentos populares que atuam no meio rural, (...). Seu surgimento é fruto da trajetória histórica dos movimentos populares, que passam a discutir cada vez mais sobre a

importância estratégica da educação nas lutas de transformação da sociedade.” (MST/RS, dez. 1990).

Uma outra iniciativa das entidades e movimentos sociais rurais, juntamente com a fundação das escolas de formação política e do CETAP, foi a criação de três escolas de caráter “mais formal”, voltadas para a formação técnica de lideranças e jovens rurais. A primeira destas iniciativas coube à Pastoral da Juventude Rural (PJR) e à Diocese de Passo Fundo, que criaram, em abril de oitenta e oito, a Escola Alternativa para a Juventude Rural (ESCAJUR), em uma propriedade rural da Mitra Diocesana. A proposta desta visava a capacitar tecnicamente os jovens rurais e, ao mesmo tempo, preparar novas lideranças comunitárias e para os movimentos sociais, como aponta um documento desta entidade: “A escola capacitaria, através de suas atividades, os jovens para as práticas alternativas na pequena propriedade, preparando-os para o exercício da liderança nas comunidades, sindicatos e movimentos populares.” (PJR, 1996).

Um dos critérios para definir a sua clientela foi o de atender os jovens rurais que “tivessem alguma experiência em movimentos pastorais, populares e sindicais”, sendo necessária uma indicação destes por algum movimento social ou organismos destes setores da Igreja. O sistema de funcionamento foi o da constituição de quatro turmas que permaneciam, em “regime de alternância”, um mês na Escola e outros três em suas comunidades de origem e/ou movimento social. A dinâmica do “Curso Alternativo”, durante a permanência dos alunos na Escola, integrava as “aulas, estudo, trabalho, convivência, lazer e espiritualidade”. Além disso – para dar conta destes propósitos técnicos, políticos e sociológicos –, o programa da ESCAJUR articulava várias áreas do conhecimento, desde a tecnológica à teológica, passando pelas ciências humanas:

“Os conteúdos básicos de estudo compunham-se de técnicas agronômicas alternativas, culturas alternativas, administração e contabilidade rural, cooperação e

associativismo, metodologia de trabalho popular, doutrina social da Igreja, história da Igreja, Bíblia, fé e política, relações humanas, entre outros.” (ESCAJUR, 1996).

Esta iniciativa da Pastoral da Juventude teve um êxito apenas parcial nos seus objetivos, com dificuldades constantes, principalmente no setor de produção agropecuária, além de uma abrangência muito regionalizada de sua clientela – uma vez que é uma iniciativa também da Diocese. Contudo, esta experiência terá muito da sua proposta e dinâmica adotada pelas duas iniciativas similares seguintes: a criação do DER e da Escola Técnica Josué de Castro, fundada pelo MST, através do Instituto Técnico de Ensino e Pesquisa em Reforma Agrária (ITERRA), localizado no Seminário dos Capuchinhos, em Veranópolis/ RS, no ano de noventa e seis.

Outra iniciativa ousada empreendida pelo campo dos conflitos agrários e talvez a que apresentou maiores resultados foi a criação da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro (FUNDEP), inaugurada formalmente no início de noventa, com sede em Três Passos, nas dependências do “colégio das freiras”, que seria desativado, e no colégio dos Oblatos, no vizinho município de Braga, que já estava fechado. Por um lado, a criação desta instituição representa: “O esforço conjunto das Entidades e Igrejas ligadas ao Movimento popular e sindical, e especialmente o empenho próprio fez o sonho virar realidade”. Por outro, os seus propósitos são também amplos, pois incluem ensino, pesquisa e extensão.

Entre os objetivos específicos da FUNDEP, ficam estabelecidos diversos compromissos com estas entidades e suas linhas de atuação político-social. Os seus fundadores definem a necessidade de a Instituição estar vinculada com o seu contexto de atuação e de que a “EDUCAÇÃO precisa ser entendida na sua relação com o tipo de desenvolvimento rural que estamos buscando”. Nesta perspectiva, apontam a necessidade de trabalhar no “campo dos valores”, evidenciando seu propósito de trabalhar com o plano

simbólico da sua clientela, principalmente algumas representações que estruturam o imaginário de alguns desses movimentos sociais, como o ‘novo’ – nova sociedade, novo homem, novos valores, etc. – e o coletivo:

“Estamos querendo acabar com a exploração dos trabalhadores e tentamos implantar novas relações sociais no campo. Trabalho coletivo, gestão democrática, respeito à ecologia, são alguns dos pilares de nossa proposta. Para conseguirmos isso, precisamos de uma nova mentalidade coletiva, ou seja, precisamos construir novos valores, novas convicções, novos princípios de vida e, principalmente, precisamos alterar nossos comportamentos ideológicos.” (FUNDEP, 1993).

A estrutura da FUNDEP compreendia duas áreas relativamente distintas: a Escola Espírito Santo – uma escola católica como as demais, destinada ao ensino formal e localizada em Três Passos – e o Departamento de Ensino Rural (DER) – este vinculado diretamente às demandas dos movimentos sociais rurais, localizado em Braga. Neste trabalho, concentraremos nossas atenções apenas nas atividades realizadas pelo DER, pois é nesta unidade que se desenvolverá a maioria das atividades do campo dos conflitos agrários⁸⁷. A sua sede, a escola “Uma terra de educar”, situa-se em um antigo colégio da Ordem dos Oblatos.

O Departamento propunha-se a realizar atividades de educação formal e não-formal, mas a sua atenção ficou mais centrada na área formal. Muito da sua atuação e da sua clientela foram definidas em decorrência das demandas geradas por alguns dos seus componentes. Este foi o caso da sua primeira atividade em janeiro de noventa, um curso de: “Magistério de Férias e complementação de Magistério. O curso **voltado para os professores de assentamentos e acampamentos** (grifo nosso) e alguns municípios da

⁸⁷ A composição da sua Assembléia Geral do DER demonstra a sua abrangência: representações internas, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola – assentados ligados ao MST –, Associação dos Trabalhadores da Região Ceieiro, MMTR, CRAB, Nações indígenas do norte do Estado, CPT, Pastoral Rural da Diocese de Frederico Westphalen, Pastoral Rural das Igrejas Metodista e Luterana, PJR, CETAP, Paróquia de Braga, Secretaria da Educação de Braga e Província Franciscana.

região.” (FUNDEP, 1990). Este visava a responder a uma necessidade do MST, pois com a implantação de dezenas de assentamentos surge um problema de incompatibilidade entre os professores da rede pública e os assentados. Nesta situação, o Movimento opta por dar preferência à efetivação de “assentadas” que já vinham desempenhando informalmente esta atividade. Contudo, para muitas destas, havia o problema da falta da titulação exigida. As “professoras do Movimento” formavam a maior parte dos oitenta e dois alunos desta primeira edição, com participação também significativa nas próximas. Uma avaliação do Setor de Educação do MST/ RS deste período aponta claramente para a relação entre as demandas do Movimento e a definição do perfil do DER: “O setor estava buscando um espaço onde pudesse realizar um curso para titular os professores dos assentamentos, assegurando nesse curso um tipo de formação que se voltasse para as necessidades e os objetivos das lutas do MST.” (dez. 1990). Esta avaliação demonstra uma preocupação do Movimento em garantir “um tipo de formação”, tanto para as “professoras do Movimento”, como para a sua base social, de acordo com os objetivos da Organização.

Além do curso de magistério, o DER implantou os cursos de Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), um curso Técnico em Enfermagem – voltado para as áreas indígenas – e um curso de supletivo de primeiro grau. Este conjunto de cursos atendendo demandas do MST, tanto na área de educação, quanto da produção, nos primeiros anos de funcionamento, teve como participantes principalmente pessoas ligadas ao Movimento. O boletim denominado de “MST Informa”, aborda a criação de um curso de supletivo, o “Curso Alternativo de 1º Grau”. A clientela é formada principalmente por jovens oriundos dos assentamentos e acampamento e, como relata a direção do Movimento: “O principal objetivo é **especializar os companheiros dos grupos coletivos e associações** (grifo nosso), no desenvolvimento rural” (set. 1991).

Este será também o interesse buscado com a criação do “Curso Alternativo de 2º Grau/ TAC”, promovido em conjunto com a Associação Nacional de Cooperação Agrícola, iniciado no primeiro semestre de noventa e três. É importante observar que estas

iniciativas buscam atender as demandas nacionais do Movimento, constituindo-se como uma referência organizacional. Ao mesmo tempo, o seu trabalho com o campo simbólico vai ter influência também em nível nacional.

No documento da sua criação, no item denominado de “Estratégia Pedagógica do Curso”, os seus proponentes definem seis focos de capacitação como sendo os necessários para atingir seus objetivos. Entre estes, convém destacar os definidos como o de “Capacitação ética”⁸⁸ e o de “Capacitação político-ideológica” dos seus participantes, pois permitem compreender melhor os objetivos de formar lideranças e dirigentes, entendidas como:

“Aprender a agir no dia-a-dia com coerência em relação ao projeto político que defende, aprender a fazer negociações, articular assessorias técnicas, fazer e diferenciar política de relações públicas, de relacionamento e de alianças com Entidades, Movimentos, etc., **aprender a trabalhar a Mística do Movimento** (grifo nosso) que representa e da luta de classes de que participa, fazer análises de conjuntura.”

Nesta passagem, é importante observar ainda a questão da mística. Esta, por um lado, é colocada em pé de igualdade com outros elementos constitutivos do curso, como o conhecimento técnico e a metodologia de trabalho, ou seja, a mística não é um elemento acessório ou secundário, mesmo na formação dos “técnicos do Movimento”. Por outro, o trabalho com a mística se apreende e se realiza deliberadamente de acordo com as determinações da Organização.

O curso é estruturado para ser desenvolvido durante dois anos, através de seis etapas de cento e vinte dias cada uma, sendo sessenta dias denominados de “tempo-escola” (ensino direto) nas dependências do DER, em Braga, e sessenta dias, o “tempo-

⁸⁸ “Aprender a fazer a crítica e autocrítica, a pôr em prática no dia-a-dia os valores do novo homem e da nova mulher, defendidos pela proposta de novo desenvolvimento rural/nova sociedade.” (FUNDEP, 1993).

comunidade” (ensino a distância, através do retorno dos alunos aos seus coletivos de origem ou de ‘estágios’ em outros coletivos). Esta é a mesma estrutura do “Curso Alternativo” da ESCAJUR, com a diferença que os realizados no DER trazem, já na sua criação, a preocupação com o reconhecimento formal, concedendo certificado oficial de primeiro e segundo grau. Outra similaridade é em relação ao cotidiano dos alunos, que dividem seu dia em oito tempos dedicados a “aulas, trabalho – cinco e três horas diárias, respectivamente –, oficinas, educação física, reflexão e escrita pessoal, estudo, cultura e formatura”. Os conteúdos trabalhados também revelam alguma convergência, incluindo áreas técnicas – como administração e controle, contabilidade e custos, leis e legislação entre outras –, com disciplinas de cultura geral – português, matemática, história, geografia e química. Entretanto, os conteúdos teológicos são substituídos por disciplinas de caráter sociológico, revelando uma “laicização” nítida desta proposta e a consolidação da matriz discursiva embasada no materialismo histórico.

A “metodologia” adotada é denominada de “Oficina Organizacional de Capacitação”, sendo que a sua primeira etapa foi estruturada como um “Laboratório Organizacional de Curso”. Estes nomes pomposos são inspirados na chamada “Teoria da Organização” – que será analisada no próximo item –, elaborada por Clodomiro dos Santos de Moraes. Esta metodologia prevê para o tempo-escola a criação de uma “Cooperativa de Produção e Prestação de Serviços” para gerir todos os aspectos do curso, como elemento central desta proposição. Como o objetivo do curso é qualificar tecnicamente os membros dos grupos coletivos para gerirem a organização dos assentamentos e a produção, e, ao mesmo tempo, criar quadros intermediários para o Movimento, o processo de avaliação deverá levar em conta aspectos diversos, de acordo com estes dois propósitos. A proposta define que será avaliado, durante o chamado tempo-escola, o domínio dos conteúdos, o desempenho nos trabalhos e a “participação social” entendida como: “Comportamento pessoal e coletivo nos diversos tempos diários”. Neste ponto, devem ser observados os seguintes aspectos:

- “— a disciplina no cumprimento das decisões do coletivo, no respeito às normas do curso e ao Regimento Interno da Cooperativa, na realização das tarefas e na participação no conjunto das atividades da escola;
- a disponibilidade pessoal em ajudar no avanço do coletivo, deixando em segundo plano os interesses particulares;
- o companheirismo e a solidariedade no relacionamento com os outros;
- a capacidade de crítica e autocrítica;
- a iniciativa e capacidade de levantar propostas que ajudem no avanço do coletivo em todas as dimensões;
- comportamentos éticos no relacionamento interno e com outros coletivos.”

A avaliação destes elementos, juntamente com a premiação dos “militantes destacados”, evidencia uma das formas de a Organização trabalhar com o simbólico: a criação de modelos formadores (BAZCKO, 1986, p. 309). Isto fica ainda mais nítido em se tratando da formação de jovens militantes.

Além destes cursos regulares, o DER realizou algumas outras atividades, como a formação de monitores para o projeto de alfabetização dos sem-terra e os laboratórios organizacionais de campo, como veremos nos próximos itens. Outra área de atuação do Departamento foi a produção de alguns materiais de apoio para a educação popular, como: “Está sendo elaborado um vídeo sobre a educação e a luta pela terra.” (FUNDEP Informa, jan. 1991).

Uma constatação que pode ser feita é de que muitos dos jovens, formados pelas escolas do Movimento, não têm retornado às suas bases de origem, sendo cooptados para o trabalho de lideranças. Esta situação, que aparentemente poderia ser vista como paradoxal, se comparada com os altos investimentos – político, humano e material – feitos pelo MST, efetivamente corresponde às necessidades e aos objetivos da direção. Por um lado, como aponta frei Antonello, a dinâmica das atividades destas escolas é uma tentativa de criar lideranças, preparando-as para responderem às demandas do Movimento: “Vai lá,

estuda um tempo, volta para a sua comunidade, faz trabalho com sua comunidade, é uma tentativa de permanentemente preparar lideranças intermediárias”.

Por outro lado, os conteúdos trabalhados e a chamada “mística do Movimento”, também situam-se na perspectiva da formação de lideranças. Os programas visam a dotar os militantes de um discurso totalizante acerca da realidade, ainda que às vezes incongruente com o quadro político contemporâneo, e mantê-los disciplinados e permanentemente mobilizados. Neste sentido, NAVARRO sintetiza que esta formação: “(...) volta-se inteiramente ‘para dentro’, pois dirige-se precipuamente a manter a disciplina, a motivação e a unidade política entre seus militantes intermediários” (ANPOCS, 1996, p. 33).

Além do seu aspecto mistificador ideologicamente, que lhe dota de grande poder de mobilização e coesão, esta “formação” de caráter meramente instrumental, mantém o seu grau de funcionabilidade sustentado, ainda, por uma postura comumente chamada de “basista”, e um discurso antiintelectual, ambos herdados dos mediadores religiosos. Esta postura desqualifica os saberes de outras origens, contrapondo-lhes uma postura populista de ferrenha convicção na “vontade do povo” e na infalibilidade dos “quadros dirigentes”. Em um ambiente político fortemente polarizado, a “verdade” e o “sentido da história” encarnados pelo MST e seus dirigentes, não encontram concorrência à “altura”. Um texto da seção de formação do Jornal Sem Terra traz claramente este entendimento: “Existe uma concepção de que o formador deverá ser um sujeito intelectualizado, formado nos bancos das universidades. Os formadores, por excelência, são os próprios dirigentes do Movimento.” (fev. 1989).

Além destas iniciativas patrocinadas diretamente pelos movimentos sociais rurais, estes participam de algumas atividades das universidades da região norte, notadamente a Universidade de Ijuí (UNIJUI), na área de formação. Estas articulações são importantes,

pois possibilitam a criação de amplos espaços de debates e intercâmbios para os dirigentes do Movimento e seus mediadores, o estabelecimento de convênios que garantam a viabilização das suas iniciativas e a legitimação, por instituições credenciadas de ensino, de muitas das suas atividades.

Uma destas articulações foi a criação do “**Seminário Permanente de Planejamento Participativo na Educação Popular (SPEP)**”, em maio de oitenta e seis na UNIJUÍ/RS. Segundo um documento do seu comitê executivo, esta articulação “Surgiu no instante em que os participantes do evento se deram conta da importância de criar espaços que privilegiem a reflexão da prática de experiências de educação popular.” (UNIJUÍ, jun. 1987).

O relatório do encontro desta articulação, realizado em noventa e um, dá conta da participação de trinta instituições “(...) representando os seguintes movimentos: Sem-Terra, Barragens, Mulheres, Sindical Rural, Urbano e Indígena, e várias instituições (30)”. Este mesmo documento relata que o Comitê Executivo do SPEP “encaminhou projetos para a Europa, visando a buscar recursos que possibilitem a execução das demandas sugeridas pelo III Seminário Presencial”. Entre estes foram encaminhados projetos nas áreas de formação, pesquisa e material de apoio. Na área de formação, solicitam recursos, entre outros, para os seguintes cursos e seminários:

“Alternativas para a pequena produção; Projeto político de sociedade; As relações de gênero; Partidos Políticos e Movimentos Sociais; As Dimensões Cultural e Política para uma **Nova Sociedade** (grifo nosso); Novas Relações Econômicas para uma Nova Sociedade; Cooperação Agrária; Organização da Produção, dos Serviços, das Formas e dos Instrumentos para Gestão; Administração Rural, Formas e Instrumentos”. (UNIJUÍ, 1990).

A definição destes temas para as suas atividades está em acordo com uma das “linhas básicas” dos seus proponentes, definida como: “O caráter de classe (classes populares) das práticas sociais”. O trabalho destes cursos e seminários, intermediados pela

UNIJUÍ, amplia o conjunto de referenciais com os quais os militantes e dirigentes do Movimento entram em contato. Os conteúdos destas atividades, de alguma forma, contribuem para uma “laicização” das representações do MST, entrando em concorrência com aquelas originadas da matriz discursiva dos mediadores religiosos, mas, mantendo algumas representações estruturantes do imaginário do Movimento: a “nova sociedade” e o “coletivo/ cooperativismo”.

Um aspecto importante deste fórum é o seu caráter internacional, articulando, por um lado, oportunidades para a troca de experiências entre os seus participantes, provenientes do “Conesul” da América do Sul. Por outro, propicia um intercâmbio mais amplo, com a viabilização de visitas de intelectuais e militantes de outras regiões, como informam nesta circular do SPEP: “Oscar é educador popular e desenvolveu trabalhos em vários países da América Latina e Central (Costa Rica, Nicarágua, Cuba, etc.). Publicou vários textos em educação popular e metodologia.” (UNIJUÍ, jan. 1991).

No plano interno do Movimento, uma iniciativa de grande fôlego foi um projeto de alfabetização empreendido no início dos anos noventa. A sua primeira edição durou aproximadamente dois anos, sendo dividido em diversas etapas. A sua articulação e viabilização foi uma iniciativa do MST e da FUNDEP que, através do DER, garantiu parte do suporte material e humano e encarregou-se de formar duas turmas de monitores.

Esta iniciativa tornou-se relevante por diversos aspectos: em primeiro, o MST chama para si a responsabilidade de superar este limite para a implantação das suas propostas de organização da produção com eficácia. Um levantamento feito pelos monitores nos assentamentos do Estado apontou um número de mais de dois mil camponeses analfabetos, ou 38,1 % dos assentados (MST/ FUNDEP, 1991), dificultando a adoção de técnicas e métodos organizacionais mais complexos. O boletim “MST Informa” justifica a sua realização nos seguintes termos: “A alfabetização, assim como a Reforma Agrária, não vai ser um projeto da burguesia. Mas, deve ser um projeto realizado pelos

próprios trabalhadores.” (set. 1991). A partir deste entendimento, o Movimento e a FUNDEP definem os objetivos gerais desta iniciativa. Para estes, a proposta ultrapassa o aspecto da alfabetização em si, como declaram: “Não se trata somente de dominar a leitura, escrita e cálculo, mas de compreender melhor a realidade, organizar-se e transformá-la” (MST/ FUNDEP, 1990). Esta é mais uma das formas pelas quais a Organização chama para si o trabalho com o simbólico junto a sua base social.

Um segundo aspecto importante de ser analisado é o da opção pedagógica em consonância com a linha política do Movimento. Neste sentido, seguindo uma “tradição” no chamado “campo da educação popular”, a adoção do “Método Paulo Freire” de alfabetização é justificada pelo fato de que este atende as expectativas de organização social e evidencia outra representação estruturante do seu imaginário, a “libertação”:

“Não é simplesmente um método mecânico, mas um processo de conscientização, construindo comunitária e participativamente, a partir da realidade, respeitando e valorizando a cultura dos grupos oprimidos e ajudando a se afirmarem como sujeitos da história e construtores de sua própria libertação.” (MST/ FUNDEP, 1991).

Por último, esta iniciativa torna-se importante para o Movimento, pois este consegue um leque de adesão que ultrapassa os seus tradicionais aliados do campo dos conflitos agrários, ampliando também a abrangência geográfica além do norte do Estado, acompanhando a “conquista da fronteira”. Na sua efetivação, contam com a adesão de duas universidades públicas (UFRGS e UFPEL), da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), de entidades urbanas como o CPERGS, sindicatos de trabalhadores urbanos, a FETAG, EMATER, Cáritas, entidades estudantis, entre outras. Além do envolvimento desse conjunto de entidades, em consonância com a necessidade da construção da “aliança

Operário-camponesa”, os cursos preparatórios para os monitores incluem alguns alunos que atuarão também em outras áreas⁸⁹.

Além deste aspecto de ampliação da base de sustentação do projeto, as suas iniciativas são voltadas também na perspectiva de difusão, para públicos mais amplos, das iniciativas do Movimento. O seu lançamento oficial é preparado com grande cuidado e projetado para ser um grande evento político, contando com a presença do próprio educador Paulo Freire – então Secretário Municipal de Educação de São Paulo – no assentamento Conquista da Fronteira, localizado em Bagé. Tanto a ampliação dos aliados, como a ampla divulgação fazem parte de uma estratégia política do Movimento, como declara STÉDILE, neste mesmo sentido, referindo-se ao Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA): “Do ponto de vista da divulgação, para os meios de comunicação, para a sociedade em geral, O ENERA ajudou a propagandear, no sentido positivo, que o MST não se preocupa só com terra, se preocupa também com escola, com educação.” (1994, 74). Conforme transparece na fala do dirigente, o Movimento passa a levar em conta, na sua ação, a dinâmica da imprensa e a opinião da sociedade, procurando criar uma imagem pública positiva.

O Setor de Educação do MST propõe ainda dar continuidade ao processo de formação dos assentados depois de concluída a fase de alfabetização. Entre as propostas está a criação de bibliotecas abertas a todos, nas escolas das comunidades, organizar círculos permanentes de cultura e “estudar formas institucionais de continuar a escolarização dos que quiserem” (MST/ FUNDEP, 1990). Ou seja, estas diversas frentes do trabalho pedagógico e do manejo simbólico complementam-se na construção do imaginário do Movimento.

⁸⁹ “Com estes monitores do MST, estarão também 4 monitores de T. Passos, que trabalharão num projeto em 2 vilas, e mais um monitor da PJR, para levar as propostas às comunidades rurais”. (Relatório, ago. 1991).

5.3 Laboratório Organizacional de Campo: a ideologização da produção

“Restaurante da empresa – A equipe estava devidamente uniformizada. (...) Avaliação do Laboratório: não se chegou a uma consciência organizativa, por causa da troca permanente de lideranças; o caciquismo e o centralismo; a dependência ou a falta de iniciativa; a articulação por fora; a idéia de que todos devem saber tudo; uma mentalidade de acampamento; a idéia de que o laboratório resolve tudo.”(Memória do LOC de Charqueadas, 29. 05. 1991).

Os primeiros assentamentos de reforma agrária no Estado antecedem a organização do Movimento – originários das ocupações das granjas Macali e Brilhante, em setenta e nove, e do acampamento da EN, contemplados em oitenta e três. Há um certo hiato entre esta primeira leva de assentamentos e os resultados da ocupação da fazenda Annoni, frutos diretos da luta do MST.

Na implantação destas primeiras unidades, convergiram iniciativas das agências governamentais e dos seus mediadores, também notadamente da Pastoral da Terra. A forma de organização da produção reproduziu, via de regra, o modelo típico da região de origem dos assentados, a pequena propriedade familiar, sendo inclusive respaldado por setores da Igreja. A segunda fase do acampamento de Natalino organizou-se, a partir de fevereiro de oitenta e dois, em uma área de cento e oito hectares comprados pela

Instituição, local que ficou denominado de “Nova Ronda Alta”. Com a efetivação do assentamento dos acampados, os agentes religiosos viabilizaram, política e economicamente, uma experiência pioneira na área: foi proposto um assentamento “modelo”, formado por dez famílias escolhidas entre as lideranças do acampamento, para trabalharem comunitariamente. A sua efetivação é saudada com grande euforia pelo boletim Voz da Terra: “Nova Ronda Alta é um Projeto Popular de Reforma Agrária, como nós entendemos, a partir da Bíblia – o Povo de Deus que busca a terra como um bem comum. Ali há uma tentativa de trabalho comunitário no uso da terra.” (1985).

Nos primeiros anos de existência do MST, há propriamente muito mais preocupações e discussões sobre os assentamentos, do que políticas para estes. Neste aspecto, as contribuições iniciais virão da parte de alguns técnicos que apoiavam politicamente o Movimento, como aponta STÉDILE: “Esses técnicos, com nossa ideologia, começaram a assessorar o movimento e iniciaram um debate mais sistematizado sobre a necessidade da cooperação agrícola.” (1999, p. 54). Este será um dos pontos de partida para a criação do CETAP.

Neste período inicial de construção do Movimento, há a necessidade de políticas de afirmação como organização. Neste sentido, era importante que os assentamentos – anteriores e futuros – mantivessem vínculos com o MST, configurando-se como uma base política e econômica de apoio às lutas das novas “fornadas” de acampados. Os mecanismos utilizados mesclam um discurso ideológico da necessidade da “união do povo”, com possibilidades maiores de acesso a benefícios diversos, como crédito e assistência.

Ao mesmo tempo que criam essa base de sustentação das lutas do Movimento, os dirigentes sentem a necessidade de demonstrar publicamente os resultados obtidos nas terras conquistadas. Esse foi um dos objetivos centrais definidos para os festejos dos dez anos da retomada da luta pela terra, na EN, em oitenta e nove: “Mostrar que a reforma

agrária dá lucros para a sociedade e para os camponeses que se engajam nela”. Este é, aliás, um dos principais objetos de disputa discursiva com seus oponentes, como declara nesta ocasião uma das lideranças camponesas: “Para o povo ver que o nosso objetivo é a produção. E não a bagunça, como os fazendeiros dizem’.” (ZH, 21.10.89).

Contudo, apesar de destacar a importância de manter vínculos com os assentados e de demonstrar publicamente os resultados positivos da reforma agrária, o Movimento não possui efetivamente, nesse período, políticas para os assentamentos. O documento da direção nacional – “Perspectiva da luta pela Reforma Agrária” –, detalha um conjunto de dificuldades encontradas na organização e na gestão da produção, bem como na “questão ideológica” dos assentados:

“Nós não conseguimos dirigir o processo produtivo dentro do assentamento. Muita dependência do governo. Falta uma política geral de organização dos assentamentos enquanto massa e enquanto instância de discussão. Não enfrentamos o problema da comercialização e da agroindústria. Faltam quadros com capacitação técnica e administrativa para dirigir os assentamentos. É preciso avançar na consciência ideológica dos assentados.” (MST, out. 1988).

Este conjunto de problemas e as respostas que foram buscadas pelo Movimento e seus mediadores constituem-se em uma excelente possibilidade de acessar as principais representações que estruturam o imaginário do MST neste período⁹⁰. Ao mesmo tempo, uma possibilidade de analisar o modo de construção do MST, como uma organização de movimento social, incidir na produção e no manejo de novas representações e práticas da luta.

Antes de iniciar a abordagem deste tema, precisamos fazer duas considerações de caráter geral. O sociólogo Horácio Martins de Carvalho, em um estudo de fôlego,

⁹⁰ “(...) representou um dos mais fascinantes exercícios de ideologização produzidos nos anos recentes, quando o MST propôs (e impôs, onde foi possível) a constituição de cooperativas inteiramente

realizado nacionalmente, alerta-nos para os perigos de qualquer generalização em se tratando de assentamentos e suas formas e pressupostos de organizações internas. Nas áreas reformadas, converge um conjunto de diversos fatores: as tradições e experiências dos camponeses, as propostas organizativas e normas do Movimento e das diversas agências do Estado, a ação dos mediadores, as formas de inserção no mercado, entre outros⁹¹. A segunda é que os assentamentos constituem um universo riquíssimo sob diversos pontos de vista, mas estes não estão nas preocupações desta tese. Este trabalho se limitará a analisar as iniciativas do Movimento, de manejo do plano simbólico destas novas áreas, conforme as orientações organizacionais e políticas da Organização para os assentados.

No documento que subsidiará o planejamento do Movimento por um período de cinco anos, a direção nacional define um pressuposto básico que orientará toda a sua política em relação às áreas reformadas: “Não se trata da reprodução pura e simples da unidade de produção camponesa típica”. Esta posição apresenta um grande desafio para o MST, pois articula demandas de diversas áreas, como propugnam os dirigentes: “É necessário criar um novo modelo de produção, que viabilize economicamente os assentamentos e promova o desenvolvimento social, político e ideológico das famílias assentadas” (out. 1988).

Na busca das respostas para esse conjunto de áreas distintas – do conhecimento e de atuação –, o Movimento constituirá políticas em duas frentes articuladas: “Priorizar o desenvolvimento da cooperação agrícola e a formação de quadros nos assentamentos com maior potencial econômico e político” (Ibid.). Para viabilizar a formação destes quadros, o

coletivizadas – uma evidência notável do grau de mistificação ideológica então alcançado.” (NAVARRO, 1996, p. 30).

⁹¹ “Neste estudo, constatei uma grande diversidade e complexidade de formas de associativismo econômico, as quais, apesar de distinguirem-se como associações e/ou cooperativas de cunho econômico, por exemplo, exercitavam efetivamente outros papéis como o de coordenação política, o de mediação entre as famílias e os organismos do governo, etc..” (CARVALHO, H. M. p. 2).

MST e seus aliados constituirão as escolas de formação e convênios com diversas instituições, como abordamos na primeira parte deste capítulo.

O desenvolvimento de um modelo de organização dos assentamentos, que respondesse aos desafios produtivos e políticos do Movimento, vai encontrar grandes dificuldades, no final dos anos oitenta e toda a década seguinte. Um artigo do Jornal Sem Terra menciona claramente um impasse para a efetivação de novos modelos de organização dos assentamentos, existente entre as orientações da direção nacional e a forma como são “assimilados” pelos camponeses:

“Mesmo que se explicasse as vantagens da cooperação agrícola ou a importância da unidade ou da disciplina na organização, não encontravam ressonância na prática vivida. Os processos organizativos permanecem submetidos aos vícios de uma velha prática ou com avanços muito tímidos.” (set. 1989).

Esta avaliação aponta para um crescente descompasso de compreensão das dimensões políticas da luta pela terra e de propostas para o seu encaminhamento, entre a direção do Movimento e amplos setores da sua base social. Essa situação revela-se principalmente na questão da organização da produção, pois no período de acampamento, no processo de enfrentamento contra seus oponentes, então unificados pelo centro da luta – a conquista da terra – ocorre uma certa “homogeneização” das diferenças em termos de experiências e de expectativas dos camponeses. Entretanto nos assentamentos, quando a terra já foi “conquistada” e os enfrentamentos passam a ser mais difusos, estas diferenças passam a vir à tona, como a avaliação acima nos permite observar.

Os dirigentes do MST passarão a adotar uma postura crítica em relação às formas de organização da produção que não sigam a “linha do Movimento”, apesar de suas deliberações “oficiais” determinarem outra atitude. O economista João Pedro Stédile, em um seminário organizado pelo setor agrário da Direção Nacional do PT, no ano de noventa, deixa transparecer esta leitura mistificada da realidade, as dificuldades

decorrentes desta visão simplista na efetivação das propostas de organização da produção e a forma como encaram a opção pelo trabalho familiar:

“O problema ideológico do camponês resulta de seu próprio modo de trabalhar que é individualista e artesanal. A cabeça do camponês, do ponto de vista ideológico, é ainda muito atrasada e isso alimenta alguns vícios como o do individualismo e o do personalismo, que temos que combater. Todos conhecem o problema sério que o MST enfrenta com relação à cooperação agrícola. Sabemos que conquistar a terra e ficar no lote individual, é melhor não conquistar.” (DN/PT, 1990).

O documento mencionado e a avaliação acima são elaborados já sob a inspiração da chamada “Teoria da Organização”, localizando alguns dos obstáculos à cooperação agrícola na “velha prática” camponesa da agricultura familiar. Esta leitura apresenta para a direção do Movimento o desafio de: “Desenvolver um trabalho para superar os vícios e atrasos decorrentes da pequena produção artesanal.” (MST, out. 1988).

A superação desses “vícios” da cultura camponesa representará um exercício de ideologização da organização da produção, no qual ficam evidenciados os vínculos entre a construção de uma organização de movimento social e o manejo do campo simbólico, bem como de algumas das representações que formam o imaginário do Movimento neste período. Este objetivo será buscado através da adoção de uma metodologia de trabalho de grupo denominado de “Laboratório Organizacional”. A intervenção do representante da direção nacional na abertura da sua primeira experiência, no assentamento da Nova Ramada, articula os desafios da cooperação agrícola com os da formação e as esperanças depositadas nessa “nova arma” desenvolvida para ajudar na luta, como é relatado no Boletim interno:

“A avaliação feita pelo MST é que pequenos grupos coletivos não terão muitas chances de sobreviver economicamente. Também que a capacitação no MST deve ser de forma massiva. O Laboratório é uma metodologia de trabalho que tem permitido no MST desenvolver esses objetivos.” (Nova Ramada, out. 1989).

A primeira edição desta metodologia será a realização de um “laboratório de centro”, em meados de oitenta e oito, no “Centrão”, em Palmeira das Missões, feito através de um convênio do Movimento com a Universidade de Brasília. Esta atividade contará com mais de cem militantes de dezenove estados. Em outubro de oitenta e nove, é realizado o primeiro laboratório de campo do Rio Grande do Sul, no assentamento da Nova Ramada, e no ano de noventa e um, serão vinte e duas edições. O número de participantes e a representatividade dos estados envolvidos na experiência-piloto de Palmeira das Missões e as mais de duas dezenas de assentamentos envolvidos no Estado, em um ano, demonstram o quanto a direção esperava desta prática.

A “Teoria da Organização” e os “Laboratórios Organizacionais”, que ela inspira, são uma construção teórica de Clodomiro Santos de Moraes, antigo organizador das Ligas Camponesas, nos estados do Nordeste. Após o golpe militar, este acabará se exilando em alguns países da América Central, África e Chile, onde mantém atividades políticas, principalmente relacionadas aos processos de reforma agrária e organização dos camponeses. Posteriormente, como é relatado durante a primeira edição do “Laboratório de Campo” no Estado: “Após convite do governo da Alemanha (*Oriental*), passou 4 anos estudando e defendendo a tese de mestrado de sociologia e formação massiva.” (Nova Ramada, out. 1989). Neste país, o autor sistematizará a sua experiência à luz de uma literatura marcada por uma leitura dogmática ou vulgar do marxismo. Entre as referências teóricas utilizadas, sobressaem-se as publicadas pela Editorial Progreso, de Moscou, e o Fondo de Cultura Econômica, do México, além de obras de autores da Alemanha Oriental e Polônia, publicadas nos anos sessenta e setenta, em plena guerra fria. Entre os autores mais citados, encontra-se Marta HARNECKHER (1971; 1980), conhecida no Brasil por suas leituras dogmáticas do materialismo histórico. Um dos trabalhos de MORAES, originalmente publicado na Nicarágua, foi editado pelo MST como “Caderno de Formação”, denominado de “Elementos sobre a teoria da Organização”, em oitenta e seis.

Na sua análise, MORAES parte de uma premissa marxista, a da relação entre a existência material e a consciência do indivíduo, levando-a a um determinismo típico desta “vulgata” do materialismo. Segundo o autor, o comportamento ideológico do indivíduo consiste em “(...) um complexo de valores culturais, morais e políticos, determinado pelo papel que desempenha dentro de um determinado processo produtivo”. Após dividir estes “papéis” em quatro estratos – artesão, assalariado, semi-assalariado e lumpem – classifica os camponeses na primeira categoria. Na sua leitura determinista, logo o comportamento ideológico do camponês é do “tipo artesanal”, daí derivando uma série de atitudes em relação à organização do grupo social. Para MORAES, os traços comportamentais da base social dos movimentos agrários, camponeses e lumpem, são avessos à racionalização do trabalho e da ação política⁹². Os seus comportamentos são marcados por uma série de “vícios” – oportunistas e subjetivistas – decorrentes da sua inserção na divisão do trabalho:

“No primeiro caso, o caráter oportunista do vício se manifesta como um reflexo de uma subideologia gerada pela propriedade dos meios de produção. No segundo caso, o caráter subjetivista do vício se manifesta como um reflexo de uma subideologia gerada pela visão idealista determinada pelas formas artesanais de trabalho.” (1986, p. 27).

Entre os vícios “determinados” pelas “formas artesanais de trabalho”, enumerados por Moraes, apresentados pelos camponeses, estão o individualismo, personalismo, espontaneísmo, anarquismo, imobilismo, comodismo, sectarismo ou radicalismo,

⁹² “Sua atitude isolacionista, aparentemente reacionária à associação (sindical, cooperativa, etc.), não é consequência apenas do nível de educação, que entre os camponeses quase sempre é muito baixo, e sim procede da incompatibilidade de tipo estrutural, que distingue tal atitude da organização de caráter e participação sociais. (...) Quando o fazem, é bem mais em torno de um líder do que de associação (Sindicato, Cooperativa, etc.). (...) Se em algum caso se deixa envolver em ações de caráter organizativo próprio de outros estratos, o lumpem não o faz pela necessidade de produzir, e sim pelo desejo de entreter-se ou apenas de subsistir.” (1986, p.13-20).

liquidacionismo, aventureirismo e auto-suficiência, os quais vão atentar contra a unidade e a disciplina do grupo, comprometendo, assim, os resultados pretendidos.

Nesta concepção de Moraes, adotada pela direção nacional do MST, quando alguém vai organizar um grupo social, deve sempre escolher uma estrutura orgânica que corresponda ao universo cultural do grupo. O autor, após analisar uma série de experiências de cooperativas camponesas de reforma agrária centro-americanas, demonstra a incompatibilidade entre as propostas de organização social e da produção e o universo cultural dos contemplados, como uma das principais causas do insucesso daqueles empreendimentos. Estes propunham estruturas de acordo com uma lógica de divisão social do trabalho “própria” dos assalariados, que se tornaram incompatíveis com o comportamento “artesanal” dos camponeses. Deste entendimento deriva a necessidade de alterar “artificialmente” a forma de inserção dos indivíduos na divisão do trabalho, promovendo assim uma alteração na sua consciência, através dos “Laboratórios”. Este objetivo destas atividades é adotado pela direção do Movimento ao introduzir em centenas de assentamentos essa metodologia, como fica explícito no Jornal Sem Terra, na véspera da sua primeira edição efetiva:

“O laboratório constitui-se num meio de realizar uma experiência real de organização, de modo que, aliando teoria e prática no cotidiano da atividade possam desenvolver uma nova consciência acerca da necessidade e dos meios necessários ao funcionamento de uma empresa coletiva e complexa.” (set. 1989).

Os “Laboratórios” são apresentados como uma “poderosa arma” desenvolvida pelo MST, a qual possibilita organizar os assentamentos e manter as famílias unidas e vinculadas ao Movimento. O grande empenho da direção em torno desta metodologia decorre de três fatores complementares: em primeiro, estas atividades, com sua denominação pomposa – com solenidades de abertura e encerramento, com o conferimento de certificado aos participantes, entre outros aspectos –, possibilitam ao Movimento criar constantemente fatos políticos para manter sua base social e seus aliados

mobilizados. O segundo diz respeito à falta de encaminhamentos objetivos, da parte do Movimento, para os desafios que estão postos em termos de organização da produção, independentemente da sua consistência. Por último, estas possibilitam à direção manter um grau de ingerência dentro das áreas reformadas, atendendo os seus propósitos de consolidar uma base permanente de apoio político e material às suas lutas.

O Laboratório Organizacional de Campo é realizado pela primeira vez no Rio Grande do Sul, em outubro de oitenta e nove, no assentamento Nova Ramada, no município de Júlio de Castilhos. Nesta área foram assentadas cem famílias, oriundas do acampamento da fazenda Annoni. Destas, setenta e duas se dispuseram a participar da atividade, formando a Cooperativa Nova Ramada (COOPANOR), já ficando fora vinte e oito que não aderiram. Na aplicação dessa metodologia, preponderou o terceiro elemento acima mencionado, como aponta o professor NAVARRO, que acompanhou esse processo, intermediou acertos entre a Cooperativa e alguns grupos dissidentes e, posteriormente, fez um estudo para diagnosticar os problemas surgidos na COOPANOR. Sua análise deixa muito evidente que a necessidade, por parte da direção do Movimento, de estabelecer mecanismos de controle sobre as áreas reformadas condicionará a experiência pioneira:

“Era uma ‘demonstração’ que deveria tornar-se uma ‘vitrine’ para situações posteriores e, assim, não podendo correr riscos, todos os resultados que, em tese, deveriam ter sido decididos no decorrer do evento, foram, em grande parte, previamente previstos e preparados e, se algum ingrediente democrático eventualmente fizesse parte das premissas da ‘metodologia’, foi perdido por tal postura do Movimento. Os participantes, segundo diversos depoimentos, estavam excitados com o evento de facetas tão inesperadas (e decisivo para o seu futuro), mas, de fato, pouco sabiam sobre o que se passava – ‘nós aprovamos tudo sem entender o que estava acontecendo’, comentou uma assentada (T., 39 anos). Definia-se com antecedência a estrutura organizacional que nasceria do processo, a direção da cooperativa e até mesmo algumas das características regimentais.” (1995, p.20).

Nesta postura manipulatória da direção do Movimento, além dos aspectos antidemocráticos utilizados e das incertezas dos seus participantes quanto às decisões

tomadas, um ponto se destaca: para a efetivação da proposta do “Laboratório Experimental”, é necessário “(...) criar artificialmente uma empresa, porém com existência e funcionamentos reais” (1986, p. 40). Contudo, desta aplicação resulta efetivamente uma cooperativa e os assentados se vêem formalmente comprometidos com a estrutura que surge e se, porventura, desistirem de participar desta organização, terão perdas materiais consideráveis, de acordo com o estatuto da COOPANOR. Ou seja, o que seria um exercício, um laboratório, passa a ter uma dinâmica deliberativa que amarra o destino dos seus participantes a uma experiência organizacional de bases teóricas muito frágeis e aplicada de maneira antidemocrática, que acaba atropelando até mesmo estes frágeis pressupostos.

A título de exemplificação da fragilidade das construções pseudo-teóricas de Moraes, podemos abordar a visão generalizante do “comportamento ideológico de cada um dos estratos emergentes” que, por um lado, prende suas análises a um determinismo extremo, desconhecendo diversas variáveis, além da divisão social do trabalho, que interagem na definição das atitudes e expectativas dos indivíduos. Por outro, faz generalizações que ignoram completamente as experiências acumuladas, seja no nível dos diferentes grupos camponeses, como no das famílias e indivíduos que os compõem. Além dessas limitações da proposta dos laboratórios – elaborada para ser originalmente aplicada junto aos camponeses da América Central –, esta é aplicada de forma mecânica e autoritária pela direção do Movimento, ampliando as suas limitações.

Os resultados desta experiência demonstraram-se desastrosos, pois foi construída em bases inconsistentes. A COOPANOR, formada em outubro de oitenta e nove por setenta e duas famílias, vai sofrer uma série de defecções já nos seus primeiros anos de existência, ao ponto de, em cinco anos, ter “perdido” quase três quartos dos associados, restando apenas vinte famílias. Algumas dessas representam desistências de famílias isoladamente, mesmo assim condicionadas pelas dificuldades econômicas da “empresa” e suas relações internas não-democráticas, mas, na maioria das situações, ficaram

caracterizados “rachas” entre grupos, inclusive com grau de animosidade e desentendimento muito forte, gerando dificuldades de negociações entre as partes.

A título de exemplo da dinâmica de funcionamento desta metodologia, vamos abordar topicamente o desenvolvimento do “Laboratório Organizacional de Campo” do assentamento 30 de Maio, em Charqueadas. Os objetivos definidos para esta atividade já dão uma idéia do grau de mistificação que vai assumindo cada uma das suas edições⁹³. Ao mesmo tempo, a direção do Movimento considera essa questão como vital e como a única saída para o futuro das famílias, certamente condicionando as suas decisões, como é veiculado pelo boletim “A Voz do Assentamento”, criado experimentalmente durante o “Laboratório”:

“É fundamental essa nova forma de organização se não quisermos mais tarde ajudar a aumentar as favelas das cidades. Precisamos manter a UNIDADE e DISCIPLINA para fazer avançar o processo produtivo, com a divisão social do trabalho, e para alcançarmos melhorias de vida para as famílias da COPAC.” (24. 05. 91).

Além disso, os “Laboratórios” tornam-se também eventos de grande mobilização. Na sua promoção envolvem-se os assentados – oitenta e sete camponeses –, através de uma associação previamente criada, o Departamento de Formação do MST/ RS, a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS) e a FUNDEP/ DER. Estas contam com o apoio de uma série de entidades – muitas urbanas – e órgãos públicos. A sua abertura é marcada por uma solenidade com uma série de convidados e representantes das entidades promotoras e de apoio. O leque de apoiadores, a forma como é organizada a abertura e o tom grandiloqüente dos pronunciamentos deixam claro o objetivo da direção do Movimento, de criar estas situações para manter mobilizadas sua base social e a sua rede de mediadores.

⁹³ “Para facilitar a organização dos assentados em empresas autogestionárias de produção de bens e serviços, iniciou um curso de capacitação massiva.” (A Voz do Assentamento, Charqueadas, 03.05.91).

A esta cerimônia segue-se a realização de um curso sobre a “Teoria da Organização”, com o laboratorista padre Paulo Cerrioli – da CPT/ RS e do DER –, envolvendo todos os assentados. Cumprida essa primeira etapa, o laboratorista retira-se deixando o gerenciamento da atividade a cargo dos assentados, tanto dos cursos que serão ministrados, como da organização do trabalho no assentamento. Evidentemente, acontece um período de turbulência inicial, já previsto, mas aos poucos eles começam a definir melhor as formas de se organizarem e as metas a serem alcançadas. A este curso inicial, de bases teóricas tão frágeis, segue-se a realização de quase duas dezenas de outros das mais diversas áreas do conhecimento, como: administração rural e contabilidade, datilografia, hortigranjeiros, pomar e florestamento, culinária, cooperativismo, operador de máquinas agrícolas, corte e costura, creche, iniciação ao jornalismo, violão e xadrez.

A proposta de organização do assentamento na forma de uma cooperativa coletivizada de produção – a qual, para funcionar bem, exigiria um “comportamento ideológico” próprio do “estrato assalariado”, segundo MORAES -, leva à introdução imediata de algumas estruturas inexistentes no meio de origem dos assentados, como a criação de um refeitório coletivo e uma creche, visando à racionalização de custos, e a denominação de “empresa” para a cooperativa e de “funcionários” para os associados⁹⁴. Estes elementos nos dão uma dimensão do alto grau de mistificação atingido e de que muitas das representações trabalhadas não fazem parte do imaginário daquele grupo social, faltando aquilo que ANDERSON (1997) e BAZCKO (1986) chamam de comunidade de imaginação, o que dificulta a sua “assimilação” pelos assentados.

O encerramento dessa edição é marcado também por outro momento solene, com discursos de dirigentes e convidados, e entrega de certificados aos participantes dos cursos, seguido de uma confraternização entre os participantes e dezenas de convidados.

⁹⁴ “A creche tem como finalidade liberar mais as mulheres, para elas também se capacitarem e assim poder ajudar mais no processo de organização e produção da empresa. A creche visa a atender (...) filhas dos **funcionários da empresa** (grifo nosso).” (A Voz do Assentamento, 10.05.91).

Na avaliação dos assentados, citada como epígrafe deste item, a conclusão é que “não se chegou a uma consciência organizativa”, contrastando com o pronunciamento do dirigente da COCEARGS nesta ocasião, conforme é publicado no boletim interno:

“Estamos criando experiências preciosas de trabalho, de gestão e administração, que muito têm contribuído para os trabalhadores e contribuirão ainda, pelo fato de com elas estarmos inaugurando um novo modo de ser pessoa humana. O modo de trabalhar junto e de construir junto uma **nova sociedade** (grifo nosso), com novo jeito de administrar e repartir o produto produzido.” (A Voz do Assentamento, jun. 1991).

Na perspectiva deste dirigente, a formação de assentamentos coletivizados corresponderia a uma das concretizações da representação da “nova sociedade”.

As constantes dificuldades encontradas nos assentamentos, e mesmo o fracasso de algumas experiências, como foi a da COOPANOR, levaram a direção nacional do Movimento a se questionar sobre as causas dessas limitações. Em um documento do ano de noventa e cinco, “MST e as Instâncias de Direção”, dois dirigentes expõe a necessidade de repensar conjuntamente as políticas de organização dos assentamentos e o papel das escolas de formação, apontando para a fragilidade de seus pressupostos e a necessidade de dar maior consistência aos seus programas:

“Ora, pensar que pegando alguém com o curso primário em um acampamento e dando-lhe alguns cursos, ele logo entenderá o que é uma cooperativa, o que é uma conta bancária, o que é divisão social do trabalho, etc. e aí ele irá tomar conta da empresa, irá elaborar métodos de trabalho, etc., é condenar uma organização ao fracasso.” (mar. 1995).

Estes questionamentos atingirão particularmente a proposta dos “Laboratórios”. O economista e dirigente STÉDILE, que em noventa fora um grande defensor desta metodologia, como citado anteriormente, no final desta década muda sua opinião. Na sua avaliação, a proposta “mostrou certas limitações”, por dois aspectos, como escreve: “Não deu certo porque, em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na

aplicação. Em segundo, porque ele não é um processo, é muito estanque.” (1999, p. 99). Estes limites já vinham sendo apontados por diversos de seus participantes e mediadores, no período mesmo da sua realização. No relatório do Seminário sobre o Projeto de Alfabetização realizado em Pelotas, essa crítica já era bem consistente, como é relatada: “Foi um erro pedagógico (decorrente dos vícios do paternalismo) da organização dos assentamentos, **ter forçado o coletivo** (grifo nosso), porque foi artificial. Alguns assentamentos recuaram ao invés de avançar.” (ago. 1991).

5.4 A Mística e as visões da luta

“Agora nós sabemos que só soltam as coisas quando a gente radicaliza. Quer dizê, daí nós vamos o quê? Vamos pegá o rosário agora, vamos rezá, no lugar da bandeira, vamos trocá por uma cruz? Quer dizê, daí não salta nada. (...) Então o próprio governo leva pra que a gente muitas vezes tenha que, reforçá a própria mística.” (liderança do acampamento de Cruz Alta).

“Não queremos só a terra, mas buscar o poder e construir o socialismo.” (MST/RS, 1987).

A trajetória da construção do Movimento como uma organização determina uma série de características que este vai assumir ao longo de quase duas décadas, como temos demonstrado. Entre os aspectos que o MST herdará de seus mediadores religiosos está a permanente atenção ao campo simbólico e a importância delegada ao seu manejo.

STÉDILE evidencia esta herança da “primeira” fase da luta pela terra: “O próprio Evangelho, não como uma religião, mas como uma doutrina, também tem uma influência sobre nossos valores, nossa cultura, na forma de ver a mística, na forma de ver diferente.” (1999, p. 60).

O imaginário social do Movimento e seus aliados constituem uma esfera complexa de análise, para a qual é difícil estabelecer avaliações muito precisas. Esta compreensão advém de dois aspectos distintos, mas interligados: em primeiro lugar, a polissemia é uma característica imanente dos símbolos, como apontam TURNER & TURNER: “Os símbolos, quer verbais, quer icônicos, incorporam e carregam diversas idéias ao mesmo tempo e podem ser compreendidos por diferentes pessoas de modos diversos.” (1978, p. 245-247). Esta situação dificulta a “fixação” dos sentidos contidos em uma representação ou nas práticas dos atores envolvidos; ao mesmo tempo, possibilita que os diferentes atores tenham percepções e motivações distintas em relação aos mesmos elementos, sem que isso represente um obstáculo para prosseguirem juntos na mesma prática ou evocando a “mesma” representação.

Além disso, devemos levar em conta o fato de que a motivação de quem faz uma determinada prática ou profere um determinado discurso não seja necessariamente a mesma para os demais participantes, como evidenciamos, por exemplo, na “Romaria Conquistadora das Terra Prometida”. Neste sentido, MARTINS, sociólogo e assessor da CPT nacional, analisando a relação entre os mediadores religiosos e o Movimento, mas não restringindo apenas a este, afirma que:

“Neste particular, é, pra mim, absolutamente claro que o código de quem fala não é necessariamente o código de quem ouve. Ao mesmo tempo, anos de observação direta no trabalho de campo e na educação popular me mostraram, sem sombra de dúvida, que não estamos diante de um equívoco recíproco, mas diante de um acordo tácito. De ambos os lados, da Igreja e do ‘povo’, existe a tentativa recíproca de apropriação da fala do outro e da força do outro.” (1989, p. 58).

Nesta afirmação de MARTINS, devemos observar um outro elemento importante no jogo político em que estão inseridos: a necessidade da “apropriação da fala do outro e da força do outro”, notadamente na questão da legitimação das lutas do Movimento – tanto para fins internos, quanto no âmbito da sociedade civil e do Estado.

Um segundo aspecto que dificulta a realização de avaliações mais conclusivas a respeito do imaginário do Movimento, que também vimos evidenciando, relaciona-se ao caráter dinâmico dos elementos que compõem esta esfera, notadamente o processo de “secularização” que este vai sofrendo ao longo desse período. Esta laicização do universo simbólico do Movimento tem origem na sua construção como uma organização que chama para si a responsabilidade pelo manejo dessa esfera da luta. GAIGER, trabalhando com a categoria de “ethos”, no domínio da sociologia das religiões, orienta suas conclusões no mesmo sentido: “Não obstante o efeito mobilizador da praxis religiosa de libertação e o papel de destaque assumido pelo simbolismo religioso, modernização e secularização andam juntas” (1992, p. 10).

Este processo leva a que na segunda metade dos anos oitenta vão-se distinguindo duas místicas no Movimento: uma de origem e fundamentação na matriz discursiva religiosa da Teologia da Libertação e outra embasada na matriz marxista, que é adotada pelos novos dirigentes, por alguns assessores – inclusive religiosos – e pelos “novos” mediadores, como o movimento sindical, outras agências de assessorias, universidades etc.. Ênio Bohnenberger, um dirigente dos “missioneiros” – a segunda fornada de camponeses, a primeira mobilizada e organizada pelo MST, enquanto movimento autônomo – quando indagado sobre a diferença entre a mística religiosa e a política, responde que:

“Uma mística religiosa busca, um pouco se apega numa coisa assim mais do sobrenatural, que tu não enxerga, que tu não consegue vê, mas que te dá uma coisa mais espiritual. Então, quer dizê, eu vou em frente porque Deus tá comigo e tal, uma coisa assim. Eu acho que isso nós não deixamos de usá, e acho que nem vamos

deixar de usa, porque isso é importante e faz parte também. A questão da mística política é, eu entendo assim como mais palpável, mais concreta. Tu pode usá as coisas que acontece assim no dia-a-dia, e aí a partir disso tu começa a enxergá mais a realidade concreta, quer dizê, na mística política tu aprofunda mais as coisas.”

Apesar da nítida diferenciação entre as duas fundamentações da mística, na qual a de orientação política é claramente entendida como a mais adequada para “enxergá mais” e “aprofundá mais”, é importante observar que esta liderança afirma que não vão deixar de “usar” a mística religiosa, porque esta “faz parte também”, mas esta é remetida para a esfera privada e/ou a vida comunitária, até mesmo como elemento de mobilização para a luta em alguns momentos. Esta avaliação nos ajuda a compreender a “convivência” entre práticas e representações embasadas nas duas matrizes discursivas, que apontamos em diversos momentos.

O termo mística deriva do grego *mystikós*, mesma origem do termo mistério. O dicionário AURÉLIO lhe atribui quatro significados: “1. O estudo das coisas divinas ou espirituais. 2. Vida religiosa e contemplativa; misticismo. 3. Crença ou sentimento arraigado de devotamento a uma idéia: *a mística do pacifismo*. 4. Essência doutrinária: *a mística liberal*.” (1975, p. 930) É importante notar que os dois primeiros sentidos referem-se ao campo religioso, enquanto os seqüentes não necessariamente dizem respeito à esfera religiosa, mas não a excluem. Esta polissemia possibilita a utilização do mesmo termo pelos diversos atores, ainda que com “conteúdos” distintos.

Na segunda metade dos anos oitenta, como observamos, complexificam-se as demandas do MST e, ao mesmo tempo, as mudanças na sua orientação política passam a apresentar duas novas questões: a necessidade da resistência e da definição de um projeto político que ultrapasse o simples limite do acesso à terra. Nesta nova conjuntura, os elementos que orientarão as análises e as práticas do Movimento necessitam ter uma fundamentação mais analítica, capaz de proporcionar uma melhor compreensão das diversas dimensões da sua luta, atingindo inclusive o plano simbólico, como aponta Ênio

Bohnenberger: “Se tu olha a mística religiosa, tu vê, é uma coisa assim que tu não questiona muito, é uma coisa mais ou menos reta, programada é assim e tal; e a mística política tu pode, vai mais fundo, tu questiona ela.” Neste sentido, STEIL, analisando as Romarias da Terra na Bahia, indica um “limite” encontrado pelas práticas religiosas, nesta fase em que a luta vai adquirindo caráter mais político, necessitando de fundamentações embasadas em outra matriz discursiva, que sejam capazes de conscientizar e mobilizar os camponeses para ações potencialmente mais confrontacionais: “Há uma certa incompatibilidade entre o ritual, enquanto espaço da conversão e da adesão, onde a palavra vem sempre revestida da autoridade divina, e a conscientização, que requer sempre um clima de discussão e debate, (...)” (1996, p. 119). Esta característica favorece que os camponeses encontrem “respostas mais concretas” nas avaliações advindas dessa leitura do materialismo histórico, do que no discurso religioso, ficando este mais na condição de recomendações éticas gerais, do que de embasamento para a ação política.

Neste subitem, vamos abordar dois elementos do trabalho com o simbólico pelo Movimento: em primeiro lugar, a relação entre a adoção do instrumental marxista de análise e a representação da construção de uma nova sociedade; em segundo, a relação entre a mística e a adoção da idéia da resistência nas ocupações. Um artigo do Jornal Sem Terra aponta dois objetivos perseguidos pelos dirigentes do MST no trabalho com a mística: “Neste aspecto cumpre papel fundamental a mística desenvolvida, com duas conseqüências práticas: fazer com que muitos continuem dispostos a lutar e que queiram conquistar também a terra para os outros trabalhadores.” (jul. 1989).

5.4.1 A luta de classes como caminho para a nova sociedade

“Avançar é uma questão que exige a análise dos vários fatores, de maneira científica.” (Frei Sérgio, JST, jun. 1989).

A partir de meados dos anos oitenta, acompanhando a construção do Movimento, surgem aos novos dirigentes e seus mediadores duas questões interligadas: a necessidade da adoção de um instrumental de análise mais sofisticado que a visão dicotomizada da sociedade, predominante no período do acampamento de EN (HOFFMANN, 1997); ao mesmo tempo, a necessidade de definição de um projeto político mais amplo que a simples luta corporativa pela terra, que seja capaz inclusive de manter mobilizados e identificados com o Movimento aqueles camponeses que já tiveram acesso à terra, aumentando suas fontes de sustentação, a sua influência política e a capacidade de pressão junto às diversas agências do Estado. O Caderno de Estudos editado em oitenta e seis pelo MST/RS, sugestivamente denominado de “Os cristãos na política”, apresenta estas duas questões de forma articulada, mencionando os limites da visão ético-religiosa da sociedade e da política, anteriormente vigente, e apontando para a necessidade de parâmetros analíticos mais sofisticados e abrangentes:

“Cada vez mais os cristãos estão percebendo que só com a educação religiosa e a interpretação bíblica, não é possível interpelar e acabar com o capitalismo e construir uma sociedade socialista, mas que é preciso lançar mão da teoria política do marxismo, para ter uma prática mais eficiente e qualificada.” (MST/RS, 1986).

Essa necessidade de instrumentos capazes de orientar uma prática mais “eficiente e qualificada” advém da percepção de uma realidade mais complexa que a análise maniqueísta da matriz religiosa apontava - dividindo a sociedade entre os grandes e os pequenos, exploradores e explorados, o povo de Deus e os capitalistas. Outro caderno de

estudos desse período, “Reforma Agrária com os pés no chão”, editado pelo MST/RS conjuntamente com a PJR – o que demonstra que esse é um tema importante também para os mediadores religiosos –, explica a questão do porquê uma análise da sociedade a partir da categoria da luta de classes, respondendo que:

“É importante ter uma análise das classes sociais no campo para não se ter ilusões no trabalho de base e na prática política. São os trabalhadores os construtores do seu próprio destino, de uma nova sociedade. Embora a isso devemos acrescentar duas observações críticas: muitos trabalhadores não enxergam claro seus reais interesses na sociedade e existem contradições entre os trabalhadores.” (1986, p. 40-1).

A análise da documentação demonstra claramente que para o campo dos conflitos agrários, por óbvio que pareça, a noção da luta de classes marxista não serve apenas como “instrumento de análise”, mas como guia para organizar sua ação política, como é evidenciado no Jornal Sem Terra: “Assim, mais fácil será identificar os pontos em que se deve ampliar o esforço de análise para definir o que independe de sua vontade e o que tem a ver com seus próprios erros e acertos, corrigindo a estratégia da luta.” (set. de 1988).

Assim como os dirigentes e alguns dos seus mediadores religiosos apontam para uma perspectiva de compreensão da luta pela terra a partir das representações advindas da matriz discursiva marxista, com a reorganização da sociedade civil no período de “redemocratização”, outros mediadores passam também a tensionar o Movimento neste sentido, como neste pronunciamento do trabalhador rural do Pará, Avelino Ganzer, vice-presidente nacional da CUT, no V Encontro Nacional do MST: “Seremos fortes, mas termos a humildade necessária de que nós estamos prestando um serviço à classe. Queremos a terra, mas mais do que a terra, queremos construir algo novo. A construção do socialismo passa pela construção da organização.” O sindicalista conclui seu pensamento frisando a necessidade “dessas ferramentas poderosas dos trabalhadores”, a Central Única, o Movimento Sem Terra, o partido político, e da “unidade política da classe trabalhadora”, nesta perspectiva, a necessidade da “aliança operário-camponesa”. Os mediadores

religiosos vão ter nos sindicalistas – seja urbanos ou rurais – e nos militantes e dirigentes partidários, uma concorrência forte, inclusive no trabalho com o simbólico.

As deliberações do Encontro Nacional do Movimento do ano de oitenta e oito, demonstram uma mistificação política das “lutas dos trabalhadores”, apresentando a necessidade da “tomada do poder” em uma conjuntura em que nenhum elemento apontava para esta possibilidade. No final deste ano, após o esvaziamento do PNRA da “Nova República” e das derrotas sofridas pela proposta de reforma agrária, na Assembléia Nacional Constituinte, estas mistificações são levadas a um grau extremado. Outro elemento que contribui para que o MST vá assumindo um discurso partidário, propondo a questão do poder, e mesmo a necessidade da revolução, como se este fosse uma espécie de “partido agrário”, é os constantes intercâmbios com outros movimentos camponeses latino-americanos, como os processos revolucionários em curso, na Nicarágua e em El Salvador. O documento “Perspectivas da Luta Pela Reforma Agrária” traz esta questão em um discurso fortemente anti-sistêmico, ainda que sua prática política seja prioritariamente voltada para o Estado:

“As ocupações e outras formas massivas de luta pela terra vão educando as massas para a necessidade de tomada do poder e da implantação de um novo sistema econômico: o socialismo. (...) A luta econômica, imediata, é a principal forma de massificar os movimentos, bem como de ir criando as possibilidades de alianças para avançar na luta política e na luta ideológica. A luta econômica deve estar combinada com uma estratégia revolucionária.” (MST, out. 1988).

Os elementos trabalhados neste subitem apresentam-nos duas questões relevantes para os propósitos desta tese: a primeira é o porque da adoção do instrumental marxista de análise da sociedade, e principalmente o que leva a esse grau de mistificação das “lutas das classes trabalhadoras”. Alguns trabalhos recentes mencionam corretamente uma incongruência entre as análises feitas pelos dirigentes e parte da sua assessoria e

mediadores sobre o desenvolvimento político do país, como fica claro nesta análise de NAVARRO:

“(...) é uma opção meramente motivada pelas características de seu público interno, a necessidade de mobilizar setores sociais politicamente frágeis e introduzi-los a formas de lutas mais complexas e perigosas, como as ocupações de terras (para tanto, requerendo militantes disciplinados e cativados por uma visão de mundo fechada e ‘total’, sem margem a muitas dúvidas) e não, como se pensa, por motivações externas, de mobilização social em direção a um ‘grande projeto transformador’.” (1997, p. 119).

Contudo, apesar de concordarmos com a análise de NAVARRO para os anos noventa, quanto à incongruência entre as representações da luta manifestadas pela Organização e a realidade política do país e o seu discurso revolucionário de caráter meramente instrumental para “fins internos” de unificação e mobilização, pensamos que esta avaliação não leva em conta a conjuntura política distinta da segunda metade da década anterior, quando essas representações são adotadas, constituindo um “imaginário político classista”. As desilusões de diversos setores sociais com a “Nova República” e com a Assembléia Nacional Constituinte, agravadas pela crise decorrente do fracasso do Plano Cruzado, fazem com que o segundo semestre de oitenta e oito, e todo o ano seguinte, assista a uma crescente mobilização popular, reforçada pelas vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores em diversas cidades importantes do país – aqui um destaque para a conquista da prefeitura de Ronda Alta, o “berço dos sem-terra”, com um sindicalista rural aliado do “campo dos conflitos agrários”. Com o crescimento da candidatura de Lula à presidência, a conquista do governo torna-se uma possibilidade iminente, muitas vezes confundida com a conquista do poder. Estas discussões em relação à revolução e à questão do poder, que encontramos no Movimento, perpassam diversos setores da sociedade nesse período, basta lembrar que um dos elementos que estavam postos na pauta política das “esquerdas” era que, se Lula vencesse as eleições, assumiria ou não o governo; juntamente com esta vinha a discussão de qual o modelo de transição para o socialismo, onde a

chamada “via chilena” foi objeto de intenso debate entre as esquerdas, como fica evidente nas revistas “Teoria e Debate”, “Brasil Revolucionário” e outros órgãos de imprensa destes setores. Esta conjuntura incidirá sobre o trabalho simbólico da Organização e sua prática política. Neste sentido, convém lembrar que o maior comício realizado por Lula nessa campanha, fora dos grandes centros urbanos, foi no “chão santo” da EN.

Nos anos noventa, após derrota eleitoral do segundo turno de oitenta e nove, e as dificuldades políticas enfrentadas pelos diversos movimentos sociais durante o Governo Collor, o caráter corporativo das lutas e a burocratização de diversos instrumentos de organização dos trabalhadores vai ficando cada vez mais evidente. No movimento sindical estas questões são mais nítidas, mas atinge também o Partido dos Trabalhadores, diversos movimentos urbanos e os organismos de base da “Igreja Progressista”. Evidentemente, o Movimento não ficará imune aos impasses políticos desse período, ainda que seja aquele que conseguiu manter um grau mais elevado de mobilização.

Além desses elementos da conjuntura política nacional, outra questão que vai condicionar esse distanciamento entre as representações “socializantes” da luta pela terra e a prática pragmática do Movimento é a queda do Muro de Berlim e a desestruturação do “socialismo real”. Apesar de muitos setores já virem criticando aquelas experiências, o seu impacto foi grande, desestabilizando algumas referências da utopia da “nova sociedade”. No plano da América Latina, ocorrem também as derrotas dos seus “hermanos” nicaragüenses e salvadorenhos, com reflexos muito fortes sobre o Movimento.

Este conjunto de derrotas, internas e externas, juntamente com a complexificação das demandas, principalmente dos assentados, leva a que aos poucos esse discurso radicalizado vá assumindo esse caráter instrumental de mero elemento de aglutinação e mobilização da sua base social, como aponta NAVARRO, enquanto sua prática política torna-se cada vez mais pragmática e corporativa.

A segunda questão é a seguinte: o que possibilita a passagem de uma representação genérica da necessidade da construção de uma “nova sociedade”, embasada na matriz discursiva ético-religiosa, para uma definição clara da opção, pelos dirigentes do MST, da construção do socialismo – as vezes afirmando a necessidade de uma via revolucionária para se chegar a esse objetivo –, sem que haja rupturas significativas, tanto no plano das representações, como de algumas práticas, e mesmo da manutenção de algumas alianças com setores religiosos? Na nossa avaliação, dois elementos contribuem para que ocorra essa passagem dessa forma: por um lado, como aponta BOURDIEU na nota número quarenta e oito, o discurso religioso é carregado de eufemizações. A prática política da Pastoral da Terra está repleta desse tipo de elementos, como a denominação da formação política de “conscientização”, as passeatas que viram “caminhadas” e/ou “romarias”. A “nova sociedade” também é uma eufemização que comporta múltiplas interpretações, seja de uma visão idílica do paraíso terreno, até uma visão mais secularizada da construção de uma sociedade socialista, ainda que de contornos imprecisos. Aqui cabe uma observação: o próprio Partido dos Trabalhadores nunca chegou a definir que tipo de socialismo propunha, muito menos a estratégia necessária para a sua efetivação, limitando-se apenas a afirmar que “o socialismo será obra dos trabalhadores”. Portanto, o caráter impreciso dessa representação não é exclusividade de nenhum setor, contribuindo para que convirjam, na prática política concreta das “lutas pela nova sociedade”, concepções muito distintas do “conteúdo” dessa representação.

Por outro lado, a própria Pastoral da Terra utiliza muito o procedimento de ressemantizar diversas práticas e estruturas discursivas do catolicismo tradicional, dotando-as de representações embasadas na Teologia da Libertação. Neste sentido, como as definições do que seria essa genérica “nova sociedade” são muito imprecisas, a sua ressemantização, agora pelos dirigentes e alguns mediadores, em “nova sociedade socialista”, mantém a mesma lógica da Pastoral, sem necessitar de grandes rupturas discursivas.

Além disso, um outro aspecto possibilita essa passagem sem grandes rupturas: há um componente comum entre as duas matrizes discursivas. Neste aspecto, tomaremos como referência teórico-metodológica uma série de trabalhos desenvolvidos por LÖWY, nos quais analisa o romantismo e a Teologia da Libertação (1990, 1991 & 1995). Neste conjunto de estudos, o autor aborda o romantismo surgido no século XVIII e que se estende até os dias atuais. Na sua análise, um conjunto heterogêneo de autores, obras e correntes de pensamento são caracterizados como românticos. Para LÖWY, o elemento central que define o romantismo e unifica este conjunto díspar de concepções é “(...) uma reação contra o modo de vida da sociedade capitalista, (...)” (1995, p. 34). O autor estabelece uma tipologia na qual classifica o romantismo – “sob o ângulo da posição adotada em relação à sociedade moderna” – em seis categorias: restitucionista, conservador, fascista, resignado, reformador e revolucionário e/ou utópico. É a esta última categoria que dedicaremos nossa atenção. Para LÖWY, o romantismo revolucionário/utópico pode apresentar diversas tendências distintas: jacobino-democrática, populista, socialista utópico-humanista, libertária e marxista. O autor faz uma ressalva ao fato que esta tipologia deve ser manipulada com precaução, pois está embasada a partir dos tipos ideais weberiano e nem sempre as manifestações históricas correspondem aos modelos teóricos (1995, p. 92).

Entre as diversas tendências dos românticos revolucionários/utópicos surgidos no século XIX, LÖWY vai situar o marxismo. O seu romantismo evidencia-se inclusive no núcleo de suas análises econômicas, pois, segundo autor: “É na análise das calamidades sociais provocadas pela sociedade capitalista – assim como em seu interesse pelas comunidades pré-capitalistas – que ele se identifica, pelo menos em certa medida, com as tradições românticas.” (1995, p. 135). Ao mesmo tempo que faz esta aproximação entre o marxismo e o romantismo, o autor faz uma ressalva importante, a qual lhe permite caracterizar o marxismo como a tendência revolucionária do romantismo, a sua concepção

dialética de superação tanto do passado pré-capitalista, quanto do capitalismo, no comunismo.

O campo religioso constituiu-se como uma das esferas no qual a incidência do romantismo foi mais intensa. Em qualquer das suas diversas categorias, o componente religioso pode ocupar um papel importante. LÖWY, analisando diversos movimentos socioculturais do pós-guerra – movimento de “maio de sessenta e oito”, ecologismo, pacifismo, entre outros -, confirma a centralidade do seu componente romântico.

Na América Latina, desde a sua colonização aos dias atuais, o componente religioso esteve presente constantemente nas reações à “modernização”, em suas diversas formas: nas resistências índias e negras à colonização, nos movimentos camponeses “messiânicos” e atuais, nos movimentos literários, no anticomunismo, entre outras. Na segunda metade deste século, a Teologia da Libertação expressará também este componente religioso na sua crítica “romântica” à modernização capitalista da sociedade latino-americana. A “novidade” em relação às reações anteriores está justamente na articulação desta crítica de cunho ético-religioso com o instrumental marxista de análise social. A sua própria denominação tem inspiração marxista – o termo libertação é buscado na Ideologia Alemã, bem como o sentido que lhe é conferido⁹⁵. LÖWY sintetiza de forma objetiva esta articulação das duas vertentes românticas:

“(…) está próxima do tipo romântico-revolucionário. Sua crítica ao capitalismo na América Latina articula a tradição ‘anticapitalista romântica’ do capitalismo – condenação moral e religiosa da economia mercantilista – com a análise marxista da exploração imperialista. Essa dupla natureza – ao mesmo tempo, ‘progressista e antimoderna – encontra-se em todos os níveis das reflexões dos teólogos da libertação.” (1995, p. 257).

⁹⁵ “(...) somente é possível efetuar a libertação real do mundo real através de meios reais (...). A ‘libertação’ é um ato histórico, e não um ato de pensamento.” (MARX, 1979, p. 65).

Contudo, a partir dos trabalhos de LÖWY e dos estudos por nós realizados, queremos fazer duas ressalvas fundamentais no sentido de evitar generalizações demasiadamente imprecisas. Em primeiro lugar, muitos adeptos da Teologia da Libertação fazem apreensões do marxismo demasiadamente superficiais e esquemáticas que, somadas à “dificuldade” de articular um instrumental de análise materialista a uma concepção de mundo idealista, propiciam a ocorrência de formulações muito genéricas e/ou contraditórias.

Em segundo lugar, há que se evitar análises demasiadamente apressadas em torno da questão da relação entre a Teologia da Libertação e a categoria da luta de classes. Ainda que alguns de seus proponentes trabalhem com essa categoria, esta não é generalizada entre os seus defensores. Neste sentido, LÖWY ressalta que, de forma geral, no socialismo utópico-humanista: “Sua crítica não se exerce em nome de uma classe (o proletariado), mas em nome de toda a humanidade ou, mais particularmente, da humanidade sofredora; e dirige-se a todos os homens de boa vontade” (1995, p. 120).

Contudo, esta segunda ressalva não deve ser demasiadamente enfática, pois a ambigüidade desta questão possibilita que, em alguns casos – em nada isolados –, as sínteses possam apontar em um sentido da plena aceitação da luta de classes, e mesmo da luta revolucionária armada. Ao longo das três últimas décadas, diversas foram as adesões individuais e de movimentos cristãos à luta – inclusive armada – pelo socialismo. No ano de setenta e dois, acontece o Primeiro Encontro Continental do Movimento Cristão para o Socialismo, em Santiago do Chile, em cuja resolução final fica explícita a sua opção:

“A presença sensível da fé no coração da praxis revolucionária permite uma interação fértil. A fé cristã se torna um fermento crítico e dinâmico da revolução. (...) Mas, para se situar dentro deste contexto, é preciso participar verdadeiramente do processo de libertação, aderindo aos partidos e organizações que são instrumentos autênticos da luta da classe operária.”

A década de oitenta registrará na América Latina os dois exemplos mais efetivos do engajamento dos cristãos na luta pelo socialismo: as revoluções sandinista e de El Salvador. Uma das palavras de ordem freqüentemente veiculadas no Jornal Barricada – órgão oficial da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), com edição em português e circulação no Brasil – é: “Entre Cristianismo y Revolución/ No hay contradicción!” Da mesma forma, vários integrantes do governo sandinista eram dirigentes católicos leigos ou sacerdotes, inclusive três ministros eram padres. Na análise do Jornal Barricada, as representações religiosas das suas ações são constantes.

Em relação ao Movimento, este, além de ter na sua gênese uma grande influência dos agentes religiosos da Pastoral da Terra, como analisamos, mantém também um intercâmbio constante com a FSLN ao longo da segunda metade dos anos oitenta. Inclusive o casal com os seus instrumentos de trabalho em posição de luta, que compõe a bandeira do Movimento, foi “aproveitado” de um cartaz sandinista.

Para concluir estas considerações acerca do romantismo e das relações entre o marxismo e a Teologia da Libertação, queremos ressaltar justamente que é possível uma passagem entre um imaginário social de cunho ético-religioso a um imaginário político-classista, sem que haja necessariamente um momento de ruptura, visto que ambos contêm elementos constitutivos provenientes de uma mesma matriz romântica e, ao mesmo tempo, possuem um componente utópico comum, sintetizado na representação ambígua da “nova sociedade”. Há que se considerar, ainda, que os sujeitos históricos podem viver com contradições – como a de ter uma concepção de mundo religiosa e, ao mesmo tempo, utilizar-se de um instrumental de análise materialista – e não percebê-las como contraditórias. Há que se considerar mesmo a possibilidade de o sujeito perceber a contradição e não considerá-la como relevante.

5.4.2 Resistência: a necessidade de reforçar a mística

“Essas conquistas, elas se deram justamente quando a gente teve os enfrentamentos mais radicais, mais fortes, a onde a gente fez ações muito mais forte, a gente tem conseguido as conquistas.” (Claudir Gaiardo).

A frustração da promessa da Nova República, de fazer uma reforma agrária massiva, e os poucos resultados em termos de assentamentos nos primeiros anos do governo civil, levaram o MST a destacar a necessidade de realizar ações com maior poder de pressão. Neste sentido, em oitenta e oito, após a promulgação da nova Carta Constituinte, a direção nacional do Movimento, no documento “Perspectivas da Luta Pela Reforma Agrária”, reafirma a necessidade de formas mais objetivas de luta: “Garantir que as ocupações de terras sejam de fato uma ação para a conquista da terra, e não apenas para pressão sobre o governo” (MST, out. 1988).

Esta preocupação dos dirigentes vai levá-los a procurar desenvolver táticas de luta com maior poder de pressão sobre o governo, deixando em segundo plano aquele repertório de práticas que visavam sobretudo a dar publicidade as suas demandas, predominante no período hegemônico pelos mediadores religiosos. No plano da produção simbólica, vai traduzir-se pela adoção da nova consigna do Movimento – “Ocupar, resistir e produzir” – e pela produção de uma série de iniciativas, discursivas e práticas, para justificar e viabilizar essa nova dinâmica das suas lutas e, ao mesmo tempo, tentar neutralizar os ataques dos seus oponentes e do Estado, como a sua caracterização como guerrilheiros e terroristas.

Na adoção deste tipo de ação, podemos observar a interação tática entre as iniciativas do Movimento e as resposta do Governo e o inverso, como declara Claudir Gaiardo no depoimento acima citado. No final do governo Sarney, esta interação é dotada de uma conotação pragmática por algumas lideranças, como esta do acampamento de Cruz Alta, que apresenta um raciocínio “matemático” das vantagens da resistência: “Aos poucos nós vamos arrancando o que são dos fazendeiro, (...) isso em termos de avanço grande na luta, assim até pelo lado econômico, porque hoje se conquistasse mil hectare de terra, quer dizê, pra nós que não temo nada, é um avanço grande.”

A questão da resistência nas ocupações encontrará grande dificuldade de aceitação junto a vários de seus mediadores, conduzindo inclusive ao esfriamento de muitas relações⁹⁶. Neste sentido, Claudir Gaiardo enuncia esta diferente forma de conceber esta questão, em relação a alguns mediadores religiosos: “Vamos pegar assim, o caso mais forte, mais comum, que é a questão da ocupação, da resistência: esse pessoal mais tradicional da Igreja diverge, tipo o que aconteceu na Santa Elmira”. Contudo, aqui se percebe claramente aquela divisão entre os religiosos, que apontamos. Enquanto alguns setores vão condenar explicitamente a utilização dessas práticas, outros farão algumas restrições, mas continuarão apoiando em momentos de crise, como foi a reunião dos bispos gaúchos após o despejo violento da fazenda Santa Elmira. Mas, alguns agentes da Pastoral da Terra – notadamente aqueles que continuaram a ter uma relação estreita com a direção do MST – defendem claramente estas práticas, como o frei Sérgio, que é taxativo a esse respeito, em uma declaração ao Jornal Sem Terra, referindo-se ao episódio da fazenda Santa Elmira, no qual os camponeses colocaram em prática pela primeira vez a nova consigna de “Ocupar, resistir e produzir”:

⁹⁶ “**Há dúvidas sobre a sinceridade dos objetivos do MST** (grifo nosso). Dentro do Movimento, existe uma tendência que defende a conquista da terra pela violência, embora a outra seja pela forma pacífica. Formam pequenos guetos e escondem informações da base, o que cria tensões com a CPT, que atua diferentemente.” (CPT/RS, 1989)

“O aparato legal é pró-latifúndio. Os trabalhadores não tem outra forma. (...) Pela primeira vez os lavradores tomaram uma decisão política, **muito amadurecida** (grifo nosso), a de enfrentar a questão da terra em seus dois aspectos mais profundos. O primeiro, a militarização. O segundo, foi o do enfrentamento do aparato legal. Os agricultores praticaram um ato de desobediência civil coletiva.” (jun. 1989).

Contudo, a aceitação da questão da resistência encontra dificuldades mesmo entre setores dos próprios camponeses, como vimos no episódio do “racha” do acampamento da fazenda Annoni: o grupo divergente apresentou-se como defensor dos encaminhamentos dados pelo INCRA e contrários à “radicalização” da direção do MST. Esta opção vai ser uma das causas da longa espera dos acampados daquela área, aproximadamente cinco anos. Esta diferença traduz-se também no plano simbólico entre os camponeses das “novas fornadas” e os participantes da ocupação pioneira. Uma liderança do acampamento de Cruz Alta refere-se com grande desdém ao annonis, ao abordar esse tema, salientando a diferença entre a mística daqueles acampados e a relação entre essa mística e as formas de encaminhamento das suas demandas:

“A Annoni vem preparada ainda com aquela mística de se colocá o joelho na terra e pegá o rosário e ir debaixo de uma cruz e rezá, e esperá que alguém se compadeça, que tenha piedade de nós e que nos dê um pedaço de terra. Qué dizê: a companheirada, por qualquer questão, caga no ki-chuti. Faz aquela barbaridade, só que na hora H, a companheirada recua, e sempre sem resultados.”

Na construção da aceitação da questão da resistência no imaginário dos sem-terra, um papel central é delegado à formação política, que, como apontamos, está embasada neste período pela matriz discursiva marxista, na qual se salienta justamente a categoria da luta de classes. A mesma liderança que faz este comentário desdenhoso, em relação aos annonis, localiza a falha nos mecanismos de trabalho político-ideológico daqueles acampados: “Então não sei, assim, se de repente seje que eles sejam covardes, se parou aquele trabalho de conscientização dos companheiro, mostrando da importância, da necessidade da luta”.

Um aspecto que temos evidenciado ao longo das nossas análises é o fato de que a produção simbólica se desenvolve de acordo com as demandas das lutas do Movimento. No que tange à questão da resistência, Ênio Bohnenberger aponta nitidamente para essa relação, salientando que a sua dinâmica é condicionada pela conjuntura, diferenciando o período da ocupação da Annoni, no qual se esperava a efetivação do PNRA, e o final da Nova República, quando o MST passa a ver a radicalização de suas práticas como uma necessidade para poder “ir mais longe”: “Só que, quando o Movimento foi crescendo, a organização foi crescendo, a conjuntura foi te empurrando pra resisti, a Annoni, por exemplo, parou no tempo, ela não acompanhou. (...) Que hoje se não tivé uma mística política na luta pela terra, tu não vai longe.”

A adoção de um repertório de práticas com ações potencialmente confrontacionais, terá duas consequências sobre a base social do Movimento: um primeiro aspecto refere-se a sua coesão e unidade interna. Como observamos no capítulo IV, após o despejo violento da fazenda São Juvenal, em oitenta e sete, as ações de ocupações de terras do MST vão-se desenvolver em um ambiente político de forte polarização e de crescente tensão. Nestas circunstâncias, o discurso ideológico dos dirigentes – estruturado a partir de uma leitura maniqueísta da sociedade, dividindo-a entre trabalhadores e latifundiários/ capitalistas – é eficaz em criar essa unidade. HIRSCH aponta essa relação estreita entre um ambiente tensionado e a coesão de um movimento social:

“O sentido de crise que se desenvolve em tais conflitos fortalece a crença dos participantes de que seu destino está ligado ao do grupo. Eles desenvolvem uma prontidão para continuar participando a despeito dos riscos pessoais por causa de sua crença de que os custos do protesto serem coletivamente divididos.” (1990, p. 245)

Este elemento apontado por HIRSCH tem ainda uma segunda consequência, também em termos da unidade do grupo: as demandas da luta, em um ambiente tensionado, favorecem uma certa homogeneização dessa base organizada que possui trajetórias sociais distintas e, portanto, diferentes visões e expectativas. Neste sentido, o

autor afirma que: “Por causa da necessidade de agir rapidamente em uma crise, participantes também tornam-se prontos para submergir suas diferenças com respeito às escolhas táticas do grupo” (1990: 245). Este ponto ajuda-nos a compreender como o discurso do MST, mesmo em que pese sua incongruência com a realidade política do país, mantém-se funcional.

A outra consequência deste repertório de práticas potencialmente confrontacionais sobre a base social do Movimento, é uma mudança no perfil dos acampados. Os diversos levantamentos feitos pelo INCRA apontam para uma diminuição sensível da faixa etária dos camponeses, bem como do tamanho das suas famílias. O acampamento de EN, no início dos anos oitenta, era constituído majoritariamente por casais com idade já próxima dos quarenta anos, com quatro filhos ou mais. Nos acampamentos posteriores, foi constatada uma gradativa diminuição, tanto na faixa etária quanto no tamanho das unidades familiares, ao ponto de que, no acampamento de Cruz Alta, no começo da década seguinte, foi registrado quase um terço de jovens solteiros, boa parte destes ainda em idade de “sentar praça”. A definição dos fatores que causaram essa alteração deve levar em conta diversas variáveis, que fogem dos nossos objetivos. Contudo, esta questão do novo repertório tem uma incidência direta no estreitamento da base social do MST, como é apontado por uma liderança feminina do acampamento de Cruz Alta: “A questão própria da juventude já favorece muito mais a coragem, **a cria essa mística** (grifo nosso) aí, radicaliza mais. Que uma vez, os primeiros acampamentos era mais as família, que já vem a questão dos filhos, de repente vai pro pau, mas se lembra dos filhos.”

Seja como for, a constituição do Movimento alterou definitivamente o processo de produção simbólica do campo dos conflitos agrários. Da mesma forma, a adoção de uma nova matriz discursiva condicionará os elementos que comporão as práticas e as representações deste novo imaginário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais desta tese, não temos o objetivo de elaborar conclusões definitivas. Esta posição advém de três questões complementares: em primeiro lugar, as discussões trazidas pela chamada “crise dos paradigmas”, ainda que seja uma crise mais propalada do que demonstrada efetivamente, a qual inclui o fim das narrativas totalizadoras da história, indicando aos historiadores e demais cientistas sociais, a necessidade de conferirmos às nossas conclusões um caráter histórico e parcial. Os pesquisadores devem continuar procurando constituir respostas para as suas preocupações, mas, da mesma forma, é necessário termos uma postura humilde, compreendendo que as nossas conclusões são sempre juízos provisórios.

A segunda questão a ser considerada é a que, no decorrer dos capítulos, procuramos ir analisando os elementos abordados e construindo conclusões a seu respeito. Ainda que, em alguns momentos, esta tese possa tomar um aspecto descritivo, isto decorre da nossa estratégia de abordagem e de construção do texto. Por um lado, os diversos atores enfocados produzem uma quantidade muito grande de materiais – o arquivo da CPT/ RS possui um acervo de várias dezenas de milhares de documentos, além de uma variedade de

outros acervos –, da mesma forma, há uma diversidade do tipo de documentos produzidos, que podem ir de anotações manuscritas e correspondências pessoais a materiais editados em série, passando por vários registros imagéticos, burocráticos, jornalísticos, entre outros. Neste sentido, a escolha da documentação que constituiu o *corpus* documental com o qual trabalhamos, já é um corte analítico de acordo com os problemas de pesquisa propostos.

Ao mesmo tempo, o objetivo de “dar voz” aos atores sociais, condicionou-nos a utilizar um conjunto significativo de citações de documentos primários. Mesmo assim, por diversas ocasiões, não nos omitimos de apontar nossa interpretação “por dentro” dos documentos abordados, através do destaque (grifos) de alguns dos seus elementos. A própria escolha das referências é, em si, um “recorte mais fino” no corpus documental.

A terceira questão é que a problemática agrária é um objeto de pesquisa muito vigoroso, amplo e complexo. A produção – acadêmica ou não – sobre este tema, é muito vasta, tanto em termos de objetos abordados, quanto em enfoques possíveis. Mesmo assim, diversos elementos ainda continuam carecendo de análises. Esta realidade proporcionou-nos, por um lado, a possibilidade de um diálogo com diversos pesquisadores que trataram desta problemática, e com alguns dos atores envolvidos no processo. Por outro, a necessidade de estabelecermos recortes mais definidos, tendo que abrir mão de outros enfoques possíveis. Apesar de termos elaborado três pesquisas sobre o tema religiosidade/ luta pela terra, as nossas preocupações e curiosidade intelectual aumentam em proporção superior. Mesmo dentro desse recorte há, ainda, diversos problemas que nos instigam, os quais não puderam ser desenvolvidos devido aos limites de um trabalho dessa natureza, principalmente aqueles impostos por um curso de quarenta e oito meses.

No decorrer do curso, tivemos três preocupações fundamentais que nortearam desde o nosso trabalho de campo até a elaboração desta tese. A primeira foi a de buscar

entender o imaginário como uma esfera constitutiva da realidade sócio-histórica. Esta questão é central, sob o nosso ponto de vista, para o “campo” da história cultural, pois devemos evitar duas reduções extremas, para a sua melhor consolidação: por um lado, negar a visão do senso comum e a positivista que equipara o imaginário ao inverídico, ao irreal, etc., portanto, não se constituindo em objeto de análise legítimo; por outro, ver o imaginário como uma esfera descolada da realidade social, uma espécie de manto ornamental que recobre a sociedade, mas que tem autonomia e dinâmica própria, não como a “ponta fina do social”, como bem sintetizou VOVELLE (1991).

Neste sentido, pensamos ter demonstrado que os imaginários da luta pela terra são um elemento constitutivo primordial deste processo. Sem a análise desta esfera, não teríamos como compreender diversos de seus aspectos.

A segunda preocupação foi a de que, para compreender o imaginário de um grupo social, devemos focalizar os processos de produção, circulação e consumo dos bens simbólicos. Mais do que procurar analisar os bens simbólicos, descrevendo exaustivamente os seus diversos componentes, devemos focalizar as formas pelas quais os diversos grupos sociais manejam esses bens, ainda que “descrições densas” sejam uma forma importante de abordagem, como ressalta GEERTZ (1989).

Os estágios de organização e de legitimação dos atores sociais são aspectos relevantes para determinar o capital simbólico que possuem e, portanto, a sua posição no jogo de forças que condiciona as disputas pelos bens simbólicos. Neste sentido, pensamos ter demonstrado que a constituição do MST como uma organização de movimento social foi, ao longo de quase uma década, conformando estruturas e procedimentos decisivos para o manejo do imaginário, os quais possibilitaram a consolidação de um conjunto de práticas e representações, e da hegemonia da sua direção nacional.

Por último, vem a relação entre a dinâmica da luta pela terra e o manejo do campo simbólico. Neste aspecto, chegamos a três conclusões que, no nosso entendimento, respondem aos objetivos enunciados na introdução:

- A constituição do MST como um ator social legitimado e as alterações na correlação de forças internas à Igreja Católica levam a um atenuamento da influência da Comissão Pastoral da Terra, na segunda metade dos anos oitenta, e à consolidação da hegemonia de um grupo de dirigentes, sem que tenham ocorrido rupturas substanciais entre estes dois atores.
- A derrota do discurso ético-religioso da reforma agrária na Assembléia Constituinte, o recrudescimento da luta pela terra e o contato com outros mediadores levam o MST a construir um imaginário social embasado na matriz discursiva político-classista, alterando a própria dinâmica da sua luta e as relações com seus mediadores, com o Estado e com seus oponentes.
- As representações político-classistas da luta pela terra têm como “sustentação” o modelo organizacional leninista adotado pelo MST, possibilitando que a “linha do Movimento” seja reproduzida e adotada, ainda que se verifiquem descontentamentos e dissidências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWAY, R. **Nova forma de luta pela terra: acampar**. Campinas: Revista da ABRA, 15(2), 1985.

ABRIC, J. C. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

AGOSTINI, N. **Nova evangelização e opção comunitária: Conscientização e movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 1990.

AKCELRUD, I. **Reforma Agrária: a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Global, 1987.

ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 1989.

AMADO, J. **Conflito social no Brasil - A revolta dos "Mucker"**. São Paulo: Símbolo, 1978.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

ANDRADE, D. **Movimento dos Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 1989.

- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- AVED, B. **A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas**. Florianópolis: Ed. Universidade/UFSC, 1986.
- AZEVEDO, F. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARBÉ, D. **Teologia da Pastoral operária**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BARBOSA, M. A. **Evangelizando pelas romarias**. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BASSANI, P. **Frente Agrária Gaúcha: a ação político-ideológica da Igreja Católica no movimento camponês no Rio Grande do Sul**. 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BAUDRILLARD, J. **Para uma crítica da economia política do signo**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.
- BAZCKO, B. **“Los imaginários sociales: memoria y esperanzas colectivas”**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.
- BAZCKO, B. **A imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. v.5. Antropos Homem.
- BENINCÁ, E. **Conflito religioso e práxis: a ação política dos acampados de Encruzilhada Natalino e Fazenda Annoni e conflito religioso**. 1987. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BENJAMIM, W. **Sobre o conceito de História**. In: _____ **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BENJAMIM, W. **Teses sobre a filosofia da história**. In: SOLMI, R. **Angelus Novos**. Torino: Einaudi, 1976.

- BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BERSTEIN, S. **L'historien et le contemporain**. In: **Ecrire l'histoire du temps présent**. Paris: IHTP/CNRS Editions, 1992.
- BERTRANDE, M. **L'efficience de l'imaginaire. Complément à une interprétation marxienne de la religion**. Paris: Social Compas, XXXV, 1988, 297-308.
- BERTRANDE, M. **L'homme clivé: la croyance et l'imaginaire**. In: **Je - Ser l'individualité: Approches pratique**. Paris: ? 1987.
- BETTO, F. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos: 46).
- BLOCH, E. **L'Esprit de l'utopie**. Paris: Gallimard, 1977.
- BOFF, C. **Trabalhar com o povo**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOFF, L. **O caminhar da Igreja com o povo**. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.
- BOIA, L. **Pour une histoire de l'imaginaire**. Paris: Les Belles Lettres, 1998.
- BOLLE, W. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- BONFIM, A. M. A. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Criar Edições/Ed. Universidade/UFPR, 1987. Prefácio Octávio Ianni.
- BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. 6 ed. Porto Alegre: EST/UCS/VOZES, 1982.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998.

- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. (Coleção Estudos).
- BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiurus, 1996.
- BOUTIER, J.; JULIA, D. (Org.) **Passados recompostos**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- BRANDÃO, C. R. **lutar com a palavra**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- BRANDÃO, C. R. **Os Deuses do povo: um estudo sobre a religião popular**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRANDÃO, C. R. **Sacerdotes de viola**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BRUM, A. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BURGUIERE, A. **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- BURKE, P. (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CALDART, R. S. **Sem-terra com poesia: a arte de recriar a história**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CÂMARA, D. H. **Avaliação dos XV anos de vigência do Estatuto da Terra**. In: Boletim da ABRA, ano IX: n.º 6, Campinas, 1979.
- CARAVIAS, J. L. **Lutar pela terra: inspirações bíblicas para as comunidades camponesas**. São Paulo: Loyola, 1985.
- CARDOSO, C. F. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, C. F.; BRIGNOLI, H. **Tendencias actuales de la historia social y demográfica**. México: Sepsetentas, 1976.

- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, E. E. **Trabalho coletivo nos assentamentos de reforma agrária**. Revista da ABRA, Campinas, p.140-151, set. 1994.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARDOSO, R. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARDOSO, R. **Movimentos sociais urbanos: um balanço crítico**. In: ALMEIDA, M. H. & SORJ, B. (Org.) **Sociedade e Política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.
- CASSIRER, E. **Esencia y efecto del concepto de símbolo**. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CASULLO, N. **El debate modernidad / posmodernidad**. Buenos Aires: Puntosur, 1989.
- CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, R. **O mundo como representação**. IN: Estudos Avançados. 5 (11). São Paulo: USP, v.11, n.5, Jan-abr. 1991.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COLOMBO, E. **El imaginario Social**. Montevideú: Nordan/Comunidad, 1993.

- COSTELLA, M. **Igreja e luta pela terra no Rio Grande do Sul: organização e poder.** 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (orgs.). **RS: Cultura e ideologia.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: Política e sociedade no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DARTON, R. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARTON, R. **O grande massacre de gatos.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, N. Z. **Culturas do povo: sociedade e cultura no início da idade moderna - oito ensaios.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DEBERT, G. **Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral.** In: DURAND, E. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- DEBRAY, R. **Vida e morte da imagem.** Petrópolis: Vozes, 1993.
- DESAN, S. **Massas, comunidade e ritual na obra de E.P. Thompson e Natalie Davis.** In: HUNT, L. **A Nova História Cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DOIMO, A. M. **Movimento popular no Brasil pós-70: Formação de um campo ético político.** São Paulo: EDUSP, 1993.
- DOIMO, A. M. **Movimento social urbano, Igreja e participação popular.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- DOSSE, F. **A história em migalhas: Dos Annales à Nova história.** São Paulo: Ensaio; Campinas, Ed. Universidade/Unicamp, 1992.
- DURAND, G. **A imaginação simbólica.** São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1982.

ECKERT, C. **Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Rio Grande do Sul: 1960 - 1964**. 1984. Dissertação (Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Itaguaí.

ELIADE, M. **Tratado de história das religiões**. Lisboa: Cosmos, 1990.

ELIAS, N. **O processo civilizacional: Investigações sociogenéticas e psicogenéticas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

ENGEL, M. **História da cultura: Buscas e caminhos**. In: Agora, ano 1, (1), Niterói, 1993.

ENGELS, F. **As guerras camponesas na Alemanha**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

EPSTEIN, I. **O signo**. São Paulo: Ática, 1985.

ESTERCI, N. (org.). **Cooperativismo e coletivização do campo: questões sobre a prática da Igreja popular no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

EVERS, T. **De costas para o Estado, longe do parlamento**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo: CEBRAP, vol. 2, n. 1. 1983.

FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FAJARDO, E. **Em julgamento a violência no campo**. Petrópolis: Vozes / FASE, 1988.

FAORO, R. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo / USP, 1975.

FAVRE, P. **La Manifestation**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1990.

FÉLIX, L. O. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

- FERREIRA, M. M. **História Oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- FERRI, F. (Org.) **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FIGUEIRA, R. R. **A justiça do lobo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- FOLLMANN, J. I. **Aspectos do processo de favelização em pequenas cidades de regiões de cultivo de trigo e soja no RS**. São Paulo: Perspectiva Econômica, IX, 22, 1979, 53-113.
- FOLLMANN, J. I. **Igreja, ideologia e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- FONTANA, J. **Historia: analisis del pasado y proyecto social**. Barcelona: Grijalbo, 1982.
- FONTANA, J. **La história después del fin de la história**. Barcelona: Crítica, 1992.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade. Vol. 1 (A vontade de saber)**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FOUILLOUX, E. **Du Côté du religieux**. In: *Ecrire l'histoire du temps présent*. Paris: IHTP/CNRS Editions, 1992.
- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREITAS, D. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FRIDERSON, P. **Histoire du temps présent et sociologie: réponse à Alain Touraine.**

In: Ecrire l'histoire du temps présent. Paris: IHTP/CNRS Editions, 1992.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1989.

GÄEDE, L. **Sem-terra: a praga de faraó.** 1991. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo.

GAIGER, L. I G. **Culture, religion et praxis socio-politique: La pastorale de libération et le Movement des Travailleurs Ruraux au Sud du Brésil.** 1991. Tese (Doutorado em Sociologia da Religião) – Departement des Sciences Politiques et Sociales, Universite Catholique de Louvain, Louvain – Bélgica.

GAIGER, L. I. G. **Agentes religiosos e camponeses sem-terra no sul do Brasil: quadro de uma interpretação sociológica.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GAIGGER, L. I. G. **A praxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural ?** In: Cadernos de Sociologia nº 6, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

GAY, P. **O estilo na História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GEERTZ, C. **Negara: o estado teatro no século XIX.** Lisboa: Difel, 1991.

GEHLEN, I. **Terres de lutttes et lutttes pour la terre: étude sur le mouvement social pour la terre et réforme agraire au Sud du Brésil.** 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université Paris X – Nanterre.

GEHLEN, I. **Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da fazenda Sarandi.** 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GERMER, C. **Modernização, estrutura de classes e movimentos sociais no campo.** 1988. Tese (Doutorado em Sociologia) - Université Paris III, Institute de Hautes Etudes de L'Amérique Latine, Paris.

GIACOBBO, E. **A construção e reconstrução das relações familiares em um assentamento de reforma agrária.** 1994. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GINZBURG, C. **Le juge et l'historien.** Paris: Verdier, 1997.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRARDET, R. **Mythes et Mythologies politiques.** Paris: Dueil, 1986.

GIRARDI, G. **Marxismo y Cristianismo.** Madrid: Taurus, 1979.

GÓES, C. H. B. **A Comissão Pastoral da Terra: História e ambivalência da ação da Igreja no Rio Grande do Sul.** 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GOLIN, T. **A ideologia do gauchismo.** Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOMAS, I. Z. **1957: A revolta dos Posseiros.** Curitiba: Criar, 1987.

GOMES, J. **A Igreja e a questão agrária.** In: **A questão agrária e o desenvolvimento nacional.** Florianópolis: Ed. Universidade/UFSC/SUDESUL, 1987.

GONH, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 1997.

GORGEN, S. (coord.). **Uma foice longe da terra: repressão aos colonos sem-terra em Porto Alegre.** Petrópolis: Vozes, 1991.

GORGEN, S. **A Bíblia e a organização popular.** Petrópolis: Vozes, 1985. (Cadernos de Estudos Bíblicos, nº 5)

GORGEN, S. **O massacre da fazenda Santa Elmira.** Petrópolis: Vozes, 1991.

- GORGEN, S. **Os cristãos e a questão da terra**. São Paulo: FTD, 1987. (Série Vivência).
- GÖRGEN, S.; STÉDILLE, J. P. (Orgs.) **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- GREGORY, V. **Capitalismo, agricultura e migrações: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul - Zona Nordeste e Região da Grande Santa Rosa**. Porto Alegre: EDIPUC / RS, 1988.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes / FASE, 1990.
- GUANZIROLI, C. E. **Reforma Agrária em terras da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GUARESCHI, P.A.; JOVCHELVITCH, S. (Ed.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GUTIERREZ, G. **A força histórica dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARNECKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. Santiago: ?, 1971.
- HARNECKER, M. **A revolução social (Lennin e a América Latina)**. São Paulo: Global, ?.
- HARNECKER, M. URIBE, G. **Imperialismo e dependência**. São Paulo: Global, 1980.
- HARTOG, F. **Le miroir d'Hérodote**. Paris: Gallimard, 1990.
- HEINZ, F. **Representação política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição à reforma agrária 1985-1988**. 1991. Dissertação (

Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HERKENHOFF, B. L. **O papel do líder comunitário**. Vitória: Ed. Universidade/UFES, 1995.

HIRSCH, E. **Sacrifice for the Cause: The Impact of Group Processes on Recruitment and Commitment in Protest Movements**. In: American Sociological Review, n. 55, pp. 243-254, 1990.

HOBSBAWM, E. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, E. **Rebeldes primitivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HOBSBAWN, E.; RUDÉ, G. **Capitão Swing**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOFFMANN, L. S. N. **A Cruz e a bandeira: a construção do imaginário dos sem-terra do RS - 1981 / 1987**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HUNT, L. (Org.). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HUNT, L. **Politics, Culture, and Class in the French Revolution**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1984.

IANNI, O. **As origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IBAÑEZ, T. **Ideologías de la vida cotidiana**. Barcelona: Sendai, 1988.

IOKOI, Z. M. G. **Igreja e camponeses: a Teologia da Libertação e os movimentos sociais no campo – Brasil / Peru – 1964 / 1986**. 1990. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

JODELET, D. (Org.). **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

JÚNIOR, C. P. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- KAUTSKI, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.
- KERTZER, D. **Ritual, politics and power**. New Haven and London: Yale University Press, 1988.
- KLANDERMANS, B. **The Social Construction of Protest and Multiorganizational Fields**, In: MORRIS, M. **Frontiers in Social Movement Theory**. New Haven: Yale University Press, 1992.
- KLIEMANN, L. H. S. **RS: Terra & Poder: História da Questão Agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- KOSIK, K. **Dialectica de lo concreto**. México: Grijalbo, 1967.
- KOWARICK, L. **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KRISCHKE, P.; MAINWARING, S. (Org.). **A Igreja nas base em tempo de transição**. Porto Alegre: LPM/CEDEC, 1986.
- LAYTANO, D. **Origem da Propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LE GOFF, J. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LEITE, M. L. M. **História e fotografia**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LÊNIN, W. **O programa agrário da Social Democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- LÊNIN, W. **Que fazer ?** São Paulo: Hucitec, 1988.
- LÊNIN, W. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- LÊNIN, W. **Partido proletário de um novo tipo**. Lisboa: Avante, 1975.

- LENZ, M. M. (coord.). **A Igreja e a propriedade de terra no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1986.
- LIBÂNEO, J. B. **Fé e política: autonomias específicas e articulações mútuas**. São Paulo: Loyola, 1985.
- LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **Terra prometida: Uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LISBOA, T. **O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra do oeste catarinense: um novo movimento social**. 1987. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- LOWI, M. **Ideologia e Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1985.
- LOWI, M. **Le Catholicisme latino-americano radicalisé: Une analyse sociologique de la théologie de la libération, Lettre**. Paris: Temps Présent, 344-5, 1987, 10-17.
- LOWY, M. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.
- LOWY, M. **Romantismo e messianismo**. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1990.
- LÖWY, M.; SAYRE, R. **Revolta e melancolia: O romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MACEDO, C. C. **Tempo de Gêneses: O povo das comunidades eclesiais de base**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MACHADO, E. P. (Coord.). **Poder e participação política no campo**. São Paulo / Salvador: CERIFA / CAR / CEDAP / CENTRU, 1987.
- MADURO, A. M. R. **A prática sindical da FETAG**. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MADURO, O. **Religião e luta de classes**. Petrópolis: Vozes, 1980.

- MAINWARING, S. **A Igreja Católica e a Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MANDEL, E. **Teoria leninista da organização**. Lisboa: Antídoto, 1975.
- MARCON, T. **Acampamento Natalino: Encruzilhada de Contradições**. Passo Fundo: Edipuf, 1997.
- MARTINI, M. L. F. **Sobre o caboclo camponês: um gaúcho à pé**. 1993. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARTINS, J. S. **Caminhada no clarão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar nesse verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARX, K. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MCADAM, D. **Tactical Innovation and the Peace of Insurgency**. In: *American Sociological Review*, n. 48: pp. 735-54. 1983.
- MCADAM, D.; MCARTHY, J.; ZALD, M. **Comparative Perspectives on Social Movements**. Cambridge: University Press, 1996.
- MCADAM, D.; MCARTHY, J.; ZALD, M. **Social Movements**. In: SMELSER, N. (ed.) **Handbook of Sociology**. Beverly Hills, Califórnia: Sage, 1988.

- MEDEIROS, L. S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MÉLIGA, L.; JANSON, M. C. **Encruzilhada Natalino**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MELUCCI, A. **Liberation or Meaning ? Social Movements, Culture and Democracy**. In: **Development and Change**. Londres: Sage, vol. 23, n. 3, pp. 43-77, 1992.
- MELUCCI, A. **Movimento Social, renovação cultural e o papel do conhecimento**. (Entrevista) In **Novos Estudos CEBRAP**, n. 40, pp 152-166, São Paulo, 1994.
- MELUCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais**. In: **Lua Nova**, nº 17, jun. 1989, São Paulo, Cedec: 49-66.
- MICELI, S. **A força do sentido (Introdução)**. In BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- MOLINER, P. **Images et représentations sociales: de la théorie des représentations à l'étude des images sociales**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1996.
- MONIZ, E. **A guerra social de Canudos**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.
- MONNEROT, J. **Sociologie de la révolution: Mythologies politiques du XX siècle**. Paris: Fayard, 1969.
- MONS, A. **La métaphora sociale: image, territoire, communication**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- MONTEIRO, D. T. **Os errantes do novo século - Um estudo sobre o surto milenarista no Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

- MORIGI, V. J. **Festas camponesas: um estudo em Estrela Rio Grande do Sul**. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MOTTA, C. G. **A ideologia da cultura brasileira 1933 - 1974**. São Paulo: Ática, 1977.
- MÜHLMANN, W.E. **Messianismes révolutionnaires du Tiers Monde**. Paris: Gallimard, 1968.
- MUSEMECI, L. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais/ANPOCS, 1988.
- NAVARRO, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1996.
- NAVARRO, Z.; MORAES, M. S.; MENEZES, R. **Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento**. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- NUNES, A. S. **Sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1981.
- OBERSCHALL, A. **Social Movement**. New Jersey: Transaction Books. 1993.
- OLIVEIRA, P. A. R. **Religião e Dominação de classe**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ORLANDI, E. P. **A linguagem e o seu funcionamento: As formas do discurso**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: a História no Discurso**. Campinas: Ed. Universidade/UNICAMP, 1994.
- ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.
- PAIVA, V. **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Loyola, 1985

- PEKELMAN, R. **A escola da vida**. 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- PESAVENTO, S. J. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v.15, nº 29, p. 9-28, Contexto, 1995.
- PESAVENTO, S. J. **O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social**. In: Revista de Cultura Vozes, set. / out. 1995, Petrópolis, Vozes, 1995.
- PICO, J. **Modernidad y Posmodernidad**. Madrid: Alianza, 1988.
- POLETO, I. **Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT - dez anos de vida e luta**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- POLETO, I. **A Pastoral da Terra e a Construção da democracia**. São Paulo: Loyola, 1990. (Cadernos de Estudos).
- POLETO, I. **CPT, Pastoral e Compromisso**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- PONTUAL, P. **Educação popular na formação de lideranças**. São Paulo: CEPIS, 1985.
- PRETO, A. **Queremos Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- PRETO, A. **Poesias e cantos do povo: Para uma terra sem males**. Porto Alegre: Vozes, 1982.
- QUEIRÓS, M. I. P. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- QUEIRÓS, M. V. **Messianismo e conflito social: A guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916**. São Paulo: Ática, 1981.
- RAMBAUD, P. **Os agricultores poloneses**. In: DRABIK, G., FERNADES, R. C. (Org.) **Polônia: o Partido, a Igreja e o Solidariedade**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- RAMOS, M. P. **Burguesia Agrária: estratégia de reprodução social e organização política (estudo sobre a União Democrática Ruralista no Rio Grande do Sul)**. 1993.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

REGO, N. **Autonomia social: finalidade e meio de luta: a experiência dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta**. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

REGO, R. M. L.; SILVA, S. S. **Itaici: questão agrária à luz da doutrina social da Igreja**. In: Revista da ABRA, Campinas, n. 2, ano X, 1980.

RESPETRO, L. A. **A relação entre sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos Movimentos Sociais na América Latina**. Revista Sociedade da USP 2 (1) 61-100, São Paulo, 1990.

RESZLER, A. **Mythes politiques modernes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.

REVEL, J. **A invenção da Sociedade**. São Paulo: Difel, 1989.

RIBEIRO, C. J. **Facetas do Cotidiano: o dia a dia dos assentamentos**. 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RICOEUR, P. **Interpretação e ideologia**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Editora Papirus, 1994.

RIVIÉRE, C. **Les liturgies politiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.

ROBIN, R. **História e Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROCHE, J. **A colonização alemã no RS**. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODEGHERO, C. S. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 / 1964)**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

- ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairos, 1979.
- ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- RUIZ, C. M. B. **A força transformadora do simbólico: Construção do imaginário social das CEB's**. 1995. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- RUSCHEINSKY, A. **A emergência dos atores coletivos: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. São Leopoldo: UNISINOS, 1990. (Cadernos do CEDOPE, Série organização e movimentos sociais).
- RUSCHEINSKY, A. **Ação coletiva e opção política**. São Paulo: UNESP/Perspectiva, 1998.
- SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SABATO, H.; GUTIERREZ, L. **Ver el pasado: la fotografia y la imaginacion del historiador**. Buenos Aires: Revista Punto de Vista, 1987.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, A. P.; RIBEIRO, S. L. S.; MEIHY, J. C. S. B. **Vozes da Marcha**. São Paulo: 1988.
- SANTOS, J. V. T. (org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Ícone / UNICAMP, 1985.
- SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, J. V. T. **Conflitos sociais agrários: formação e lutas dos camponeses meridionais**. In: Cadernos de Sociologia nº 6, Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1994.
- SANTOS, J. V. T. **Matuchos: exclusão e luta (do Sul para a Amazônia Ocidental)**. Petrópolis: Vozes, 1993.

- SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. **Uma revolução no cotidiano? Novos movimentos sociais na América do sul**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SCHMITT, C. J. **O tempo do acampamento: a construção da identidade social e política do “colono sem-terra”**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SCHORSKE, C. E. **L’histoire et l’étude de la culture**. In: Genèse, Paris (1) set. 1990. p. 5-23.
- SCOTT, A. **Ideology and the New Social Movements**. Londres: UNWIN HYMAN, 1990.
- SHANIN, T. **Chayanov e a questão do campesinato**. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1989. (Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, série “Textos de estudo”, nº 7)
- SIGAUD, L. **A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento**. In: CAMARGO, A.; DINIZ, E. **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice/Iuperj, 1989.
- SILVA, J. G. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SILVA, J. G. **Buraco negro: A Reforma Agrária na Constituinte de 1987 / 1988**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SINGER, P. **O povo em movimento**. In BRANT, V. C. (Org.) **O povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SIRONNEAU, J.-P. **Sécularisation et religions politiques**. Paris-La-Haye: Mouton, 1982.

- SOUZA, M. B.; CARAVIAS, J. **Teologia da Terra**. Petrópolis: Vozes, 1988. (Coleção Teologia da Libertação)
- SPINK, M. J. **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.
- STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. São Paulo: Atual, 1997.
- STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- STEIL, C. A. **O sertão das romarias: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- STIVAL, D. **O processo educativo dos agricultores sem-terra na trajetória da luta pela terra**. 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- STONE, L. **El resurgimiento de la narrativa: Reflexiones acerca de la nueva y la vieja historia**. In: **El pasado y el presente**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- STRAPAZZON, J. P. L. **E o verbo se fez carne: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (SC) 1980-1990**. Chapecó: Grifos, 1997.
- TAMBARA, E. **RS: Modernização & Crise na Agricultura**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- TARROW, S. **Power in Movement**. Cambridge: University Press, 1994.
- THIOLLENT, M. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. 4 ed. São Paulo: Polis, 1985. (Coleção Teoria e História 6).

- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, E. P. **Folcklore, antropología y história social**. In: *Entrepassados*, ano II (2), Buenos Aires, 1992.
- THOMPSON, E. P. **Miseria de la teoría**. Barcelona: Crítica, 1981.
- THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de classe**. 2 ed. Barcelona: Crítica, 1984.
- THOMPSON, P. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TILLY, C. **Models Realities of Popular Collective Action**. In: *Social Research*, vol. 52, n. 4, pp.717-747, 1985.
- TILLY, C. **Reading Material Culture**. Cambridge: Cambridge University Presse, 2^a ed., 1991, p. 121-159.
- TILLY, C. **To Explain Political Processes**. In: *American Journal of Sociology*. N. 6, pp. 1594-1610. 1995.
- TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue**. Campinas: Ed. Universidade/UNICAMP, 1989.
- TRIMBERGER, E. K. **E.P. Thompson: understanding the Process of History**. In: **Vision and Method in historical Sociology**. Cambridge: Cambridge University Presse, 1984.
- TURNER, S. (Org.). **Social Theory e Sociology**. Cambridge / Oxford: Blackwell, 1996.
- TURNER, V.; TURNER, E. **Image and pilgrimage in Christian culture**. Oxford: Blackwell, 1978.
- VÉDRINE, H. **Les grandes conceptions de l'imaginaire**. Paris: Librairie Générale Française, 1990.

- VIDAL, D. G. **De Heródoto ao gravador: história da história oral**. Revista Resgate / UNICAMP, Campinas, 1991.
- VOESE, I. **O Movimento dos Sem Terras na imprensa: um exercício de análise do discurso**. Ijuí: Ed. Universidade/UNIJUI. 1998.
- VOVELLE, M. **Ideologias e Mentalidades**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- WAGNER, C. **A guerra dos bugres**. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- WAGNER, C. **A saga do João Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- WHITE, H. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- WOLF, E. R. **Guerras camponesas do século XX**. São Paulo: Global, 1984.
- WUNENBURGER, J. J. **L'imagination**. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- ZALD, M.; MCCARTHY, J. **Social Movements in a Organizational Society**. New Brunswick, N. J.: Transaction Books. 1987.
- ZARTH, A. N. M. **História Agrária do Planalto Gaúcho: 1850 - 1920**. Niterói: Ed. Universidade/UFF, 1988.

FONTES DOCUMENTAIS

1 Textos para debate, relatórios de pesquisa e comunicações em Seminários e Congressos.

BELATO, D. **Encruzilhada Natalino: encruzilhada do natal e da terra.** texto datilografado, 1981. Cópia datilografada.

BOFF, F. L. **Teologia da Libertação.** Porto Alegre: Transcrição da palestra proferida na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1984. Cópia datilografada.

BOGO, A.; ROSETTO, N. **O MST e as instâncias de Massa.** São Paulo: mar. 1995. Cópia datilografada.

CARVALHO, H. M. **Formas de associativismo vivenciados pelos trabalhadores rurais nas áreas de reforma agrária no Brasil.** Disponível em: <http://www.dataterra.org.br/Documentos/horacio.htm>. Acessado em: 09 ago. 2000.

CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL. **Terra não se ganha, se conquista.** Porto Alegre: 1985. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **A CPT e o sindicalismo combativo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **A fome dos pobres do campo.** Porto Alegre: 199?. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **A Igreja e a reforma agrária**. Porto Alegre: 1985. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Avaliação dos últimos acontecimentos da luta pela terra no RS**. Porto Alegre: maio 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Comissão Pastoral da Terra hoje**. Porto Alegre: ago. 199?. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Decreto de natal**. Porto Alegre: dez. 1985. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Dimensões éticas da fé no serviço da CPT**. Santo Ângelo: abr. 1991. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Natal: a estrela da esperança e o não ao grupo de Collor**. Porto Alegre: dez. 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **O massacre da Santa Elmira**. Porto Alegre: mar. 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **O milagre acontece: terra repartida / vida garantida (um enfoque dos assentamentos no RS)**. Porto Alegre: 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **O povo de Deus e a reforma agrária**. Porto Alegre: 1985. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Os últimos acontecimentos da luta pela terra no RS**. Porto Alegre: nov. 1992. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Pastoral dos acampamentos e assentamentos: de caráter missionário**. Porto Alegre: 1988. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Posicionamento da CPT frente aos conflitos pela terra no RS**. Porto Alegre: ago. 1990. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Presença dos religiosos na luta pela terra no Rio Grande do Sul / Brasil**. Porto Alegre: 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Reforma agrária: compromisso de fé**. Porto Alegre: 1988. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Violência e conflitos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: out. 1987. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A Comissão Pastoral da Terra e a política agrária brasileira**. Goiânia: abr. 1984.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **CPT reafirma seu compromisso com trabalhadores rurais**. Goiânia: ago. 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Estudos: avaliação da CPT**. Goiânia: abr. 1990. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Papa defende a reforma agrária**. Goiânia: set. 1991. Cópia datilografada.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Missão da Igreja no processo de transformação sócio-política do Brasil**. Brasília: 198?. Cópia datilografada.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Questões de terra e CPT**. Itaici: abr. 1989. Cópia datilografada.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Urgência de grandes decisões**. Brasília: jan. 1988.

DALLAGNOL, W. **Contribuição da Teologia da Libertação a vida das Igrejas**. Porto Alegre: s/d. Cópia datilografada.

DALLAGNOL, W. **Romarias da Terra: teologia e liturgia das romarias**. Porto Alegre: set. 1986. Cópia datilografada.

DIOCESE DE FREDERICO WESTPHALEN. **Em defesa do pequeno agricultor.**

Frederico Westphalen: jun. 1987. Cópia datilografada.

GAIGER, L. I. G. **A ambivalência da Pastoral popular libertadora frente à razão moderna.** In: Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu / MG, 1992. Cópia datilografada.

GAIGER, L. I. G. **Pastoral de libertação e deslocamento do referencial religioso nas classes populares.** In: Colóquio Culture et Religion dans les sociétés en transition. Eurocentrisme ou polycentrisme ?, Université Catholique de Louvain, Bélgica, out. 1990. Cópia datilografada.

GOHN, M. G. **Paradigmas teórico-metodológicos básicos na produção sobre os movimentos sociais urbanos: teorias contemporâneas sobre Movimentos Sociais.** ANPOCS, GT Estudos Urbanos, XII Encontro Anual, Águas de São Pedro, 1988. Cópia datilografada.

GRZYBOWSKI, C. **Os movimentos sociais no campo e o processo de organização dos camponeses.** Rio de Janeiro, s/d. Cópia datilografada.

IANNI, O. **A utopia camponesa.** IX Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1985. Cópia datilografada.

LIBÂNEO, J. B. **Análise de conjuntura da Igreja.** Belo Horizonte: nov. 1989. Cópia datilografada.

MELUCCI, A. **Paradoxes of Post-Industrial Democracy: Everyday Life and Social Movements.** Madri, Paper apresentado no XII Congresso Mundial de Sociologia. 1990.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Avaliação da realidade agrária do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: 1991. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é você.** Porto Alegre: 1987. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Terra se conquista**. Porto Alegre: 1986. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **A nova lei de reforma agrária: comentários**. São Paulo: maio 1988. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **A ofensiva da direita no campo**. São Paulo: 1988. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **E a reforma agrária nos planos de Collor como é que fica ?** São Paulo: abr. 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Luta e organização dos trabalhadores**. São Paulo: jan. 1988. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Os grandes desafios para a cooperação agrícola e a comercialização direta a serem enfrentados no nosso Movimento**. São Paulo: dez. 1987. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Perspectivas da luta pela reforma agrária: subsídio para discussão em preparação do plano nacional do MST – 1989/1993**. São Paulo: out. 1988. Cópia datilografada.

NAVARRO, Z. **MST: decifrar é preciso**. Disponível em: <http://www.dataterra.org.br/Documentos/zandernavarroMST.htm>. Acessado em: 09 nov. 2000.

NAVARRO, Z. **Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras (com ênfase para o sul do Brasil)**. In: Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu / MG, 1996. Cópia datilografada.

NAVARRO, Z. **Relatório de avaliação da COOPANOR**. Porto Alegre, 1995. Cópia datilografada.

OLIVEIRA, P. A. R. **Conjuntura da Igreja Católica do Brasil**. Rio de Janeiro: dez. 1988. Cópia datilografada.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **O PT e os movimentos sociais no campo**. São Paulo: 198?. Cópia datilografada.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL / RS. **Análise de conjuntura**. Passo Fundo: abr. 1989. Cópia datilografada.

SAUER, S. **A CPT hoje**. Curitiba: CPT / PR, 1993. Cópia datilografada.

SCHMITT, C. J. **A CUT dos colonos: Histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: 1994. Cópia datilografada.

SCHMITT, C. J. **O movimento que se vive: Organização política e luta pela terra - História do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: 1991. Cópia datilografada.

SILVA, C. E. M. **Sustentabilidade ambiental e gestão do uso da terra: uma abordagem voltada aos assentamentos de reforma agrária**. Disponível em: <http://www.dataterra.org.br/Documentos/Mazzetto.htm>. Acessado em: 09 ago. 2000.

SOMACAL, C. **A triste história da fazenda Capela**. Porto Alegre: maio 1990. Cópia datilografada.

SOUZA, M. A. **Formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra): Dimensões educativas**. Disponível em: <http://www.dataterra.org.br/Documentos/Mariaantonia.htm>. Acessado em: 09 ago. 2000.

TORRENS, J. C. S. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Rio Grande do Sul ou tecendo a malha da rede de relações entre os mediadores da luta pela terra**. Curitiba: 1991. Cópia datilografada.

2 Documentos internos dos atores, documentos oficiais e folhetos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA / RS. **Comissão Parlamentar de Inquérito sobre violência no campo – Plano de trabalho.** Porto Alegre: 1987. Cópia datilografada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei que declara Persona Non Grata o Sr. Ronaldo Caiado.** Porto Alegre: Gabinete do Deputado Adão Pretto, 1989. Cópia datilografada.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES / RS. **I ° Congresso do Departamento dos Trabalhadores Rurais da CUT / RS - Resoluções.** Passo Fundo: ago. 1990. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Balanço das áreas compradas até 27/ 06/ 89.** Porto Alegre: jul. 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Cantos do povo peregrino.** Antônio Prado: Gráfica Leão, 198?.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Cantos: Terra de irmãos.** Porto Alegre: 198?. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Comemorações do Dia do Agricultor: convites, roteiros para debates em grupos de famílias e relatórios de avaliações.** Porto Alegre: 1978 à 1993.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Encontro de formação com as lideranças.** Bagé: jun. 1990. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Encontro dos agentes de Pastoral dos assentamentos e acampamentos.** Sarandi: jul. 1992. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Estrutura e funcionamento da CPT / RS.**

Porto Alegre: abr. 1993. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Estudo bíblico nos acampamentos.** Porto

Alegre: 199?. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Galeria dos nossos mártires.** Porto Alegre:

maio 1986. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Livro ata dos agentes de Pastoral dos**

assentamentos e acampamentos. Porto Alegre: jun. 1986 à mar. 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Livro-ata Coordenação e da Executiva**

estadual da CPT / RS. Porto Alegre: mar. 1987 à ago. 1989.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Oração pela conquista da terra.** Porto

Alegre: s/d. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Primeira assembléia dos Sem Terra de**

Ronda Alta. Ronda Alta: mar. 1985. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Proposta de avaliação da prática da CPT**

nos assentamentos da região sul. Porto Alegre: nov. 1990. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Proposta de cartilha.** Porto Alegre: 1989.

Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Proposta de roteiro para missão pastoral**

– agentes de assentamentos. Porto Alegre: 199?. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Relatório da Regional Norte.** Passo Fundo:

ago. 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Relatório da reunião da coordenação da**

CPT com a executiva do MST. Porto Alegre: dez. 1986. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Relatório da reunião da coordenação da CPT com a executiva do MST.** Porto Alegre: nov. 1986. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Relatório de atividades.** Porto Alegre: nov. 1991 à abr. 1992. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Relatório do representante da CPT da reunião da CPT com o MST.** Porto Alegre: jul. 1989. Cópia manuscrita.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Relatórios das reuniões da Coordenação Estadual da CPT / RS.** Porto Alegre: 1987 à 1993. Cópias datilografadas.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Resoluções das Assembléias Anuais da CPT / RS.** Porto Alegre: 1977 à 1993. Cópias datilografadas.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Respostas ao questionário sobre a Jornada de Lutas.** Porto Alegre: dez. 1992. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Romarias da Terra: convites, roteiros para debates em grupos de famílias, homilias dos bispos e relatórios de avaliações.** Porto Alegre: 1978 à 1993.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Seminário Nacional da CPT.** Porto Alegre: 1989. Relatório do representante da CPT / RS, cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS; MISSIONÁRIAS DE JESUS CRUCIFICADO. **Termo de convênio.** Porto Alegre: fev. 1984. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Critérios para o relacionamento da Comissão Pastoral da Terra com o Estado e outras entidades da sociedade civil.** Goiânia: ago. 1993. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Deliberações das Assembléias Nacionais da CPT.** Goiânia: 1975 à 1993. Cópias datilografadas.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Informe sobre: Encontro latino-americano de experiências de pastorais ligadas à terra.** Goiânia: jun. 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Pesquisa nos assentamentos sobre o trabalho da CPT – relatório final.** Curitiba: 1991. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Relatórios sobre a violência no campo – 1983 à 1993.** Goiânia: cópias datilografadas.

COMITÊ GAÚCHO PELA REFORMA AGRÁRIA. **Em Lagoa Vermelha tem concentração da reforma agrária.** Porto Alegre: out. 1993. Cópia datilografada.

COMITÊ GAÚCHO PELA REFORMA AGRÁRIA. **Pauta de reivindicações dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul e do Brasil.** Palmeira das Missões: mar. 1988. Cópia datilografada.

COMITÊ GAÚCHO PELA REFORMA AGRÁRIA. **Programação das atividades da Jornada.** Porto Alegre: jan. 1988. Cópia datilografada.

COMITÊ GAÚCHO PELA REFORMA AGRÁRIA. **Reforma agrária: a grande farsa da Nova República.** Porto Alegre: 198?. Cópia datilografada.

COMITÊ GAÚCHO PELA REFORMA AGRÁRIA. **SOS vida: terra, crédito, moradia e saúde.** Porto Alegre: out. 1991. Cópia datilografada.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Condições para as ocupações de terra.** Brasília: abr. 1989. Cópia datilografada.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Termo de acordo.** Brasília: out. 1989. Cópia datilografada.

DIOCESE DE BAGÉ. **Relato sobre a realidade dos assentamentos da Diocese.** Bagé: out. 1990. Cópia datilografada.

FRENTE AGRÁRIA GAÚCHA. **Proposta de trabalho junto aos agricultores / RS.** Porto Alegre: ago. 1989. Cópia datilografada.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E PESQUISA. **Curso Alternativo de 2 ° Grau: Técnico de Administração de Cooperativas**. Braga: 1993.

Cópia datilografada.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E PESQUISA. **Estatutos**. Três Passos: 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO FÉ E POLÍTICA. **Encontro do Movimento fé política – relatório**.

Palmeira das Missões: dez. 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO FÉ E POLÍTICA. **Relatório do curso fé política**. Frederico Westphalen: jun. 1989. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **A Voz dos Assentados**. Ronda Alta: 1985. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Cantos do I ° Encontro Regional de Jovens**.

Sarandi: 199?. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Encontro Estadual das lideranças de mulheres dos acampamentos e assentamentos do MST / RS – Relatório final**. Porto Alegre: out. 1988. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Greve de fome**. Porto Alegre: abr. 1989. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Jornada pela reforma agrária: Proposta para estudo**. Porto Alegre: dez. 1987. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Projeto de trabalho comunitário da fazenda Annoni**. Sarandi: nov. 1986. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Relatório das atividades do MST / RS no 1 ° semestre de 1990**. Porto Alegre: jul. 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Relatório do Setor de Educação**. Porto Alegre: dez. 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Reunião do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra da Regional de Frederico Westphalen: Treinamento de lideranças – Relatório final**. Frederico Westphalen: 1987. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Seminário do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Reivindicações ao INCRA, ao Governo do Estado e a Assembléia Legislativa**. Frederico Westphalen: 1987. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Trabalhadores da cidade e do campo plantando a fazenda Annoni.** Porto Alegre: nov. 1986. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Vigília dos trabalhadores pela reforma agrária – documento final**. São Miguel das Missões: 1992. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Prêmio Nobel para a luta pela terra**. Porto Alegre: 1991. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS; FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E PESQUISA. **Dossiê: alfabetização de jovens e adultos**. Pelotas: ago. 1991. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS; FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO, EDUCAÇÃO E PESQUISA. **Proposta de formação de monitores**. Braga: 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na imprensa - Dossiê**. São Paulo: 1985. Cópia xerografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Balanço da luta pela terra**. São Paulo: 1992. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Campanha nacional contra a UDR**. São Paulo: fev. 1989. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Canterra**. São Paulo: 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Hino do MST**. São Paulo: jun. 1989. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Linhas de Trabalho para 1987**. São Paulo: 1987. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Manual para estruturação, organização e administração dos grupos coletivos**. São Paulo: set. 1989. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Memória do Laboratório de Organizacional de Campo do assentamento Nova Ramada**. Julho de Castilhos: out. 1989. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Memória do Laboratório de Organizacional de Campo do assentamento Trinta de Maio**. Charqueadas: maio 1991. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **MST documentos importantes**. Porto Alegre: 1984.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Normas Gerais do MST**. São Paulo: fev. 1988. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Plano do “Laboratório Experimental” ou organizacional de capacitação massiva para a expansão do emprego e incremento da renda familiar**. São Paulo: 198?. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Recomendações básicas para a expressão oral: fala / discurso**. São Paulo: 198?. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Resoluções dos Encontros Nacionais: período de 1984 à 1993**. Cópias datilografadas.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Sistema Cooperativista dos Assentamentos**. São Paulo: 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Sistema Cooperativista dos Assentamentos: uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos no Brasil.** São Paulo: abr. 1991.

Cópia datilografada.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL / RS. **Curso superior de capacitação de assessores.** Porto Alegre: nov. 1988. Cópia datilografada.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL / RS. **Escola Alternativa para a Juventude Rural - ESCAJUR.** Passo Fundo: 1990. Cópia datilografada.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL / RS. **Jovem Rural: raízes no chão, partilhando a vida – roteiro de discussões em grupo preparatórias à Assembléia Estadual da PJR / RS.** Passo Fundo: 1986. Cópia datilografada.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL / RS. **Relatórios das reuniões da coordenação estadual da PJR.** Passo Fundo: 1983 à 1991. Cópias datilografadas.

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO / RS. **Áreas adquiridas pelo Governo do Estado do RS para assentamentos de 1988 a 1990.** Porto Alegre: jan. 1991. Cópia datilografada.

SEGUNDO SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO NA ÁREA RURAL. Relatório final. Passo Fundo: abr. 1989. Cópia datilografada.

SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO NA ÁREA RURAL. Relatório final. Passo Fundo: set. 1988. Cópia datilografada.

UNIVERSIDADE DE IJUÍ. **Proposta do Seminário Permanente de Educação Popular.** Ijuí: 1987. Cópia datilografada.

3 Notas públicas e discursos

BISPADO DE BAGÉ. **Mensagem aos colonos sem-terra**. Bagé: maio 1991. Cópia datilografada.

BISPADO DE BAGÉ. **Nota da Cúria Diocesana sobre os acontecimentos do acampamento 8 de Agosto**. Bagé: abr. 1991. Cópia datilografada.

BISPOS, SUPERIORES MAIORES DAS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS E COORDENADORES DE PASTORAL DO RS. **Declaração: Reforma agrária também é assunto de Igreja**. Passo Fundo: jun. 1986. Cópia datilografada.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ / RS. **Reforma agrária: a caminhada deve prosseguir**. Porto Alegre: ago. 1990. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Manifesto**. Porto Alegre: jul. 1986. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL TERRA / RS. **Carta aberta**. Porto Alegre: ago. 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL TERRA / RS. **Comunicado à Igreja Católica e às Igrejas irmãs**. Porto Alegre: maio 1986. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL TERRA / RS. **Esclarecimentos e reflexões da CPT sobre os últimos conflitos na luta pela terra**. Porto Alegre: abr. 1992. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL TERRA / RS. **Nota da CPT / RS à opinião pública**. Porto Alegre: out. 1987. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL TERRA / RS. **Nota da CPT / RS ao povo gaúcho**. Porto Alegre: jul. 1989. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL TERRA / RS. **Nota de apoio à luta pela reforma agrária.**

Porto Alegre: jul. 1992. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL TERRA / RS. **Santa Elmira: um ano após o massacre.** Porto

Alegre: mar. 1990. Cópia datilografada.

COMISSÃO PASTORAL TERRA. **Pronunciamento do representante da CPT no II °**

Congresso do MST. Brasília: maio 1990. Cópia datilografada.

COMITÊ GAÚCHO PELA REFORMA AGRÁRIA. **Manifesto de apoio aos Sem Terra.**

Porto Alegre: 1987. Cópia datilografada.

COMITÊ GAÚCHO PELA REFORMA AGRÁRIA. **Massacre da fazenda Santa**

Elmira: carta aberta a população. Porto Alegre: mar. 1989. Cópia datilografada.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunicado ao povo de**

Deus, dos Bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB sobre a União Democrática

Ruralista. Goiânia: nov. 1987. Cópia datilografada.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunicado do Regional**

Sul III da CNBB sobre os acontecimentos da fazenda Santa Elmira. Cruz Alta: mar.

1989. Cópia datilografada.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Mensagem dos Bispos aos**

trabalhadores e trabalhadoras rurais. Itaici: abr. 1991. Cópia datilografada.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Mensagem sobre a reforma**

agrária. Itaici: out. 1985. Cópia datilografada.

CONSELHO REGIONAL DE PASTORAL. **Manifesto aos 10 anos da retomada da**

luta pela terra. Santa Maria: set. 1989. Cópia datilografada.

CONSELHO REGIONAL DE PASTORAL. **Nota de apoio.** Viamão: out. 1991. Cópia

datilografada.

DIOCESE DE FREDERICO WESTPHALEN. **Mensagem aos agricultores**. Frederico Westphalen: jul. 1984. Cópia datilografada.

MOVIMENTO ESTADUAL DAS MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. **Nota de apoio à luta pela reforma agrária**. Porto Alegre: ago. 1986.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **A mão armada do latifúndio**. Porto Alegre: 1986. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Carta aberta à imprensa**. Cruz Alta: jun. 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Carta aberta ao povo da Ronda Alta**. Ronda Alta: mar. 1985. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Carta aberta dos acampados da fazenda Annoni ao povo gaúcho**. Sarandi: set. 1986. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Carta ao povo - fazenda Annoni: A situação se agrava e causa desespero**. Sarandi: jul. 1987. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Carta denúncia**. Porto Alegre: jul. 1991. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Chega de esperar**. Porto Alegre: mar. 1989. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Colonos da fazenda Annoni se unem para retomar à luta**. Sarandi: jul. 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Continuamos lutando até a solução definitiva**. Sarandi: out. 1987. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Dez anos de luta pela terra: 1979-1989**. Sarandi: set. 1989. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Esclarecimento à opinião públicas: balanço da “reforma agrária” dos quatro anos da Nova República e perspectivas para 1989.**

Porto Alegre: 1987. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Manifesto dos trabalhadores rurais à nação brasileira.** São Paulo: jun. 1988. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Marcha da fome.** Cruz Alta: jun. 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Ninguém Esquece Santa Elmira: Manifestação do representante do MST na Romaria da Terra.** Santa Cruz: 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Nota à opinião pública.** Porto Alegre: jun. 1991. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Nota de esclarecimento às entidades e opinião pública.** Porto Alegre: mar. 1990. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA; LIDERANÇAS SINDICAIS. **Nota de esclarecimento à opinião pública.** Cruz Alta: jun. 1999. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Comunicado às entidades e amigos do MST.** São Paulo: dez. 1991. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Discurso proferido pelo representante do MST no recebimento do Prêmio Nobel Alternativo.** Estocolmo: dez. 1991. Cópia datilografada.

MOVIMENTO SEM TERRA. **Porque vamos fazer jejum durante a visita do presidente Sarney à Roma.** Brasília: jul. 1986. Cópia datilografada.

SERVIÇO INTERFRANCISCANO DE JUSTIÇA, PAZ E ECOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **A guerra contra os Sem Terra.** Porto Alegre: ago. 1990. Cópia datilografada.

UNIÃO DEMOCRÁTICA RURALISTA. **Nota a opinião pública**. São Luís Gonzaga: 1989. Cópia datilografada.

4 Correspondências

ACAMPADOS DA FAZENDA ANNONI. Ao Ilmo. Sr. Eydio Schlabitx – Superintendente do INCRA / RS. Sarandi, 26 nov. 1985.

ACAMPADOS DA FAZENDA ANNONI. Ao Srs. Drs. Celso Gaiger e Jaques Alfonsin. Sarandi, 03 mar. 1986.

ALLGAYER, D. U. Carta circular aos prezados Sacerdotes, Religiosos e Religiosas, Agentes de Pastoral e ao Povo de Deus. Passo Fundo, 06 dez. 1985.

BISPOS, PROVINCIAIS E COORDENADORES DIOCESANOS DE PASTORAL. Exmo. Sr. Dr. Sinval Guazelli – Governador do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 06 jun. 1990.

CÁRITAS BRASILEIRA. Relacionamento de trabalho da Cáritas com entidades e movimentos que lutam pela Reforma Agrária e Reforma Urbana. Brasília, 03 jul. 1989.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES; MOVIMENTO SEM TERRA; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Circular conjunta. São Paulo, 21 dez. 1987.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. Exmo, Sr. Nelson Ribeiro – Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Passo Fundo, 13 abr. 1986.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. Exmo, Sr. Secretário da Segurança. Porto Alegre, 22 ago. 1989.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. Senhores Bispos do CEP, Coordenadores de Pastoral das Dioceses e Coordenadores de Setores e Equipes de Pastoral . Porto Alegre, 15 ago. 1988.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRABALHADORES RURAIS DA CUT. À Comissão Pastoral da Terra. Porto Alegre, 12 jul. 1990.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRABALHADORES RURAIS DA CUT. Carta circular. Erechim, 18 dez. 1990.

GOVASKI, J. C.; AMARAL, O.; MOREIRA, A.; BENTO, I. Carta dos quatro colonos presos à sociedade gaúcha. Porto Alegre, 04 ago. 1991.

GUIZZARDI, D. L. Exmo. Sr. Arcebispo. Bagé, 08 abr. 1991.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. Ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 13 abr. 1989.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. As entidades e aos movimentos populares. Porto Alegre, 17 abr. 1990.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. Companheiro(a)s. Porto Alegre, 20 maio 1989.

MOVIMENTO SEM TERRA. Documentos da CNBB aprovados na última assembléia de Itaici. São Paulo, 26 abr. 1989.

MOVIMENTO SEM TERRA. Prêmio Nobel Alternativo para o MST e para a CPT. São Paulo, 03 out. 1991.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RODEIO BONITO. À Comissão Pastoral da Terra. Rodeio Bonito, 29 ago. 1988.

STROEHER, D. J. M. Estimado irmão e irmã na mesma fé, TERRA DE DEUS, TERRA DE IRMÃOS ! Porto Alegre, 07 jun. 1986.

UNIUI; SEMINÁRIO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO POPULAR. Carta circular aos membros do Conselho Político. Ijuí, 19 jun. 1991.

5 Cartilhas

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **A luta pela terra sem-males**. Caxias do Sul: 1977.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA / RS. **Os direitos de terra que os trabalhadores têm**. Porto Alegre: maio 1981.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Colono troteia ou sai da estrada**. Goiânia: fev. 1982. (Cadernos da CPT).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Reforma agrária**. Goiânia: jul. 1983. (Cadernos da CPT).

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **A organização do Movimento / Quem é quem na luta pela terra**. Porto Alegre: 1986. (Cadernos de Formação n. 2)

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Contribuição da Igreja à luta pela reforma agrária**. Porto Alegre: 1991 à 1992.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **história da luta pela terra**. Porto Alegre: 1986. (Cadernos de Formação n. 3)

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Os Cristãos na política**. Porto Alegre: 1985. (Cadernos de Formação n. 1)

MOVIMENTO SEM TERRA / RS. **Você precisa de terra ? Você quer terra ?** Porto Alegre: 1988.

MOVIMENTO SEM TERRA / RS; PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL / RS. **Reforma Agrária com os pés no chão**. Porto Alegre: 1986. (Cadernos de Formação)

MOVIMENTO SEM TERRA. **A China e o processo de construção do socialismo**. São Paulo: out. 1991. (Boletim do Militante).

MOVIMENTO SEM TERRA. **A Constituinte interessa aos trabalhadores rurais**. São Paulo: 1985. (Cadernos de Formação n. 3)

MOVIMENTO SEM TERRA. **A cooperação agrícola nos assentamentos**. São Paulo: 1993. (Cadernos de Formação n. 20)

MOVIMENTO SEM TERRA. **A luta contínua – Como se organizam os assentamentos**. São Paulo: 1986. (Cadernos de Formação n. 10)

MOVIMENTO SEM TERRA. **A mulher nas diferentes sociedades**. São Paulo: 1988. (Cadernos de Formação n. 15)

MOVIMENTO SEM TERRA. **A política fundiária do Governo.** São Paulo: 1984.

(Cadernos de Formação n. 1)

MOVIMENTO SEM TERRA. **Ações de massa.** São Paulo: 1985. (Cadernos de Formação

n. 7)

MOVIMENTO SEM TERRA. **Alfabetização.** São Paulo: 1993. (Cadernos de Formação

n. 21)

MOVIMENTO SEM TERRA. **Calendário Histórico dos Trabalhadores.** São Paulo:

1993. (Cadernos de Formação n. 19)

MOVIMENTO SEM TERRA. **Conjuntura nacional: E agora Itamar ? / Homenagem**

ao Chê: 25 anos do seu assassinato. São Paulo: out. 1992. (Boletim do Militante).

MOVIMENTO SEM TERRA. **Construir um sindicalismo pela base.** São Paulo: 1987.

(Cadernos de Formação n. 14)

MOVIMENTO SEM TERRA. **Cuba: Comemoração com honra e dignidade /**

Conjuntura: melhorar o trabalho político / Nicarágua: Governando desde baixo / El

Salvador: Sem acordo, a ofensiva continua. São Paulo: set. 1990. (Boletim do

Militante).

MOVIMENTO SEM TERRA. **Documentos sobre a questão da terra.** São Paulo: 1984.

(Cadernos de Formação n. 2)

MOVIMENTO SEM TERRA. **Elementos sobre a Teoria da Organização.** São Paulo:

1986. (Cadernos de Formação n. 11)

MOVIMENTO SEM TERRA. **MST – Nossas prioridades.** São Paulo: 1987. (Cadernos

de Formação n. 13)

MOVIMENTO SEM TERRA. **MST – Organização: MST como se organiza.** São Paulo:

1985. (Cadernos de Formação n. 5)

MOVIMENTO SEM TERRA. **Nossa força depende da nossa dedicação.** São Paulo: 1987. (Cadernos de Formação n. 12)

MOVIMENTO SEM TERRA. **O papel da Igreja no Movimento popular.** São Paulo: 1985. (Cadernos de Formação n. 8)

MOVIMENTO SEM TERRA. **O papel do assessor e da secretaria.** São Paulo: 1985. (Cadernos de Formação n. 6)

MOVIMENTO SEM TERRA. **O PNRA e o MST.** São Paulo: 1985. (Cadernos de Formação n. 4)

MOVIMENTO SEM TERRA. **O que pensam os produtores e os assalariados rurais.** São Paulo: mar. 1992. (Boletim do Militante).

MOVIMENTO SEM TERRA. **O que queremos com as escolas dos assentamentos.** São Paulo: 1991. (Cadernos de Formação n. 18)

MOVIMENTO SEM TERRA. **Perspectivas políticas no Brasil – 89.** São Paulo: 1989. (Cadernos de Formação n. 16)

MOVIMENTO SEM TERRA. **Plano nacional do MST – 89 a 93.** São Paulo: 1989. (Cadernos de Formação n. 17)

MOVIMENTO SEM TERRA. **Terra não se ganha, se conquista.** São Paulo: 1986. (Cadernos de Formação n. 9)

MOVIMENTO SEM TERRA; CENTRO DE EDUCAÇÃO POPULAR DO INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. **Reflexões sobre a violência no Campo.** São Paulo: 1985. (série Texto de Apoio)

6 Documentos áudio visuais

O SONHO de Rose. Direção: Tete Moraes. Produção: Tete Moraes. Roteiro: Paulo Hallm e Tete Vasconcellos. Intérpretes: documentário. 2000. 1 filme (10? mim), son., color., 35 mm.

TERRA para Rose. Direção: Tete Moraes. Produção: Tete Moraes e José Joffily. Roteiro: José Joffily. 1987. 1 filme (84 mim), son., color., VHS.

7 Matérias jornalísticas

ARCEBISPO acusa CPT de ser contrária à ação da Igreja. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1989.

AZEVEDO, D. **Alemães exigem que CPT mude sua linha para receber verbas**. Folha de São Paulo, São Paulo, 08 mar. 1989.

AZEVEDO, D. **Crescimento dos “padres ruralistas” preocupa CNBB.** Folha de São Paulo, São Paulo, 13 jun. 1988.

AZEVEDO, D. **Vaticano faz ofensiva conservadora no país.** Folha de São Paulo, São Paulo, 17 abr. 1988.

AZEVEDO, R. **MST / SA: Movimento Sem Terra funde táticas de partido clandestino a gerenciamento empresarial e já controla área superior à da Dinamarca.** Revista República, ?, p. 62-75 dez. 1996.

BINDÉ, J. L. **Demonstração de fé e força.** Jornal da Manhã, Ijuí, ? 1989.

BISPO cancela missa que UDR teria em Bagé. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jun. 1987.

BISPO contra Pastoral da Terra. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 ago. 1987.

BISPO diz que há pacto entre governo e UDR. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jun. 1986.

BISPO pede que não votem em candidatos da UDR. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1986.

BISPOS querem “medidas sérias” contra a UDR. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jun. 1986.

BISPOS vetam membros da UDR em movimento cristão. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 dez. 1987.

BRIGADA gaúcha cerca presídio dos sem-terra. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1989.

CARDEAL acusa CPT gaúcha. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 set. 1987.

CASTRO, A. **Bispo analisa documento e aponta desvio da CPT**. Estado de São Paulo, São Paulo, 09 ago. 1987.

CASTRO, A. **Bispos censuram, mas Dom Boaventura resiste**. Estado de São Paulo, São Paulo, 11 set. 1987.

CHUVA e frio não impedem passeata dos sem-terra. **Jornal O Nacional**. Passo Fundo: 31 maio 1986.

CIZÂNIA lançada pela Igreja a ela retorna. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 1987.

CNBB prega o fim de todos os latifúndios. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1985.

COLONOS seguem hoje se não chover. **Jornal Diário da Manhã**. Passo Fundo: 31 maio 1986.

CONFLITO de terras divide fazendeiros. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1989.

CONFLITO no Sul deixa 400 feridos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1989.

DENÚNCIA impressiona Cardeal. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1987.

DUTRA, E. F. **Sem-terra iniciam agora pressão com greve de fome.** Diário do Sul, Porto Alegre, 18 nov. 1987.

HARTMANN, J. **Em defesa dos sem-terra.** Diário do Sul, Porto Alegre, 30 dez. 1987.

HISTÓRIA de Rose ainda é lembrada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1989.

HOJE, a chegada dos colonos sem-terra. **Jornal Diário da Manhã**. Passo Fundo: 29 maio 1986.

HOJE, em Nova Prata, os sem-terra. **Jornal Folha da Serra**. Nova Prata: 04 jun. 1986.

IGREJA convoca até Romaria da Terra. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1985.

IGREJA: plena subversão, sem mais disfarces. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 08 ago. 1987.

IGREJA: resistência à escancarada subversão. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 ago. 1987.

INCRA condena a ação da CPT. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 1987.

INVASÃO de fazenda em Bagé provoca 1 morte. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 abr. 1991.

INVASÃO tem ajuda alemã, diz cardeal. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 1987.

INVASSORES são liberados no sul. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 mar. 1989.

KLOPPENBURG, B. **Pastoral mediante o conflito**. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1987.

LOPES, L.C.; CARMO, A. J. **A Igreja comemora as invasões**. Estado de São Paulo, São Paulo, 02 jun. 1989.

LOPES, L.C.; CARMO, A. J. **A Invadir terras, a tática “progressista”**. Estado de São Paulo, São Paulo, 01 jun. 1989.

LUTERANOS farão auditoria. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 nov. 1987.

MINISTRO é convocado para mediar crise. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1989.

MOVIMENTO acha resultado positivo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 out. 1989.

NOS bastidores da batalha. **Jornal do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: edição extra, ago. 1990.

OS COLONOS chegam... e partem Sábado. **Jornal Diário da Manhã**. Passo Fundo: 30 maio 1986.

PADRE faz defesa dos sem-terra. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1989.

PASTORAL da Terra faz encontro para discutir violência no campo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 fev. 1989.

PASTORAL da Terra prega luta e invasão. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, ? jul. 1984.

POUCO espaço para muitas famílias. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1989.

PRIMAZ do Brasil critica a UDR. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 15 jul. 1986.

PROCISSÃO das Ferramentas esbarra na PM em Sarandi. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 04 out. 1986.

REVISTA GLOBO RURAL. **Bandeira Branca: a UDR promete abandonar o discurso agressivo**. Globo, São Paulo, ago. 1990.

REVISTA ISTO É. **A batalha de Palma Sola: polícia enfrenta invasores de uma fazenda em SC e mata lavrador**. Três / SA, São Paulo, 27 ago. 1989.

REVISTA VEJA. **Violência – A escalada da selvageria assusta o país: a jornada das foices**. São Paulo: Abril, n. 32. 15. Ago. 1990.

SEM-TERRA adotam novas táticas de invasão no RS. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 out. 1989.

SEM-TERRA chegam em P.Fundo. **Jornal O Nacional**. Passo Fundo: 29 maio 1986.

SEM-TERRA em Camaquã. **Jornal Gazeta Riograndense**. Camaquã: 13 out. 1991.

SILVEIRA, E. **Sem-terra mantém esperança na Annoni**. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1987.

TEMA das reuniões é a relação fé e política. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 07 set. 1989.

TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE. **A lei autoriza os fazendeiros à resistência à mão armada: TFP proporciona defesa aos proprietários com base em pareceres de eminentes juristas.** Gazeta de Rosário do Sul, Rosário do Sul, 26 set. 1991.

VEIGA, L. **Guerra no campo: a segunda batalha.** Diário do Sul, Porto Alegre, 25/26 mar. 1989.

WEISSHEIMER, M. **A reforma agrária agoniza.** O Nacional, Passo Fundo, 19 jun. 1986.

8 Jornais diários

JORNAL CORREIO DO POVO. Porto Alegre: edições do período abordado.

JORNAL ZERO HORA. Porto Alegre: 1985 à 1993.

9 Periódicos

A VOZ DOS ASSENTAMENTO. Charqueadas: Assentamento Trinta de Maio, maio 1991 à 1993. Periodicidade variável.

BOLETIM DA OCUPAÇÃO. Porto Alegre: Comitê Gaúcho pela Reforma Agrária. nov. à dez. 1985. Quinzenal.

BOLETIM SEM TERRA. Porto Alegre: Comitê Gaúcho de Apoio à Reforma Agrária, 1981-1984. Periodicidade variável.

BOLETIM VOZ DA TERRA. Porto Alegre, Comissão Pastoral da Terra / RS, 1979-1987.

FUNDEPE Informa. Três Passos: Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa, jan. 1991 à dez. 1993. Periodicidade variável.

JORNAL BARRICADA. Rio de Janeiro: Edição em português do órgão internacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), 1988-1993. Periodicidade mensal.

JORNAL SEM TERRA. São Paulo: Movimento Sem Terra, 1985-1993. Periodicidade variável.

NOVA RAMADA. Julho de Castilhos: COOPANOR, out. 1989 à 1993. Periodicidade variável.

BOLETIM DO MST. Porto Alegre: MOVIMENTO SEM TERRA / RS, 1991-1993. Periodicidade variável.

MST INFORMA. Porto Alegre: Movimento Sem Terra / RS, 1991 à 1992. Periodicidade variável.

10 Entrevistas

NAVARRO, Zander Navarro: depoimento (mar. 2001). Entrevistador: L. Hoffmann.
Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2001. 2 fitas cassete (120 mim).

ANTONELLO, Vilson Antonello: depoimento (mar. 2001). Entrevistador: L. Hoffmann.
Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2001. 2 fitas cassete (fev. 120 mim).

ANTONELLO, Vilson Antonello: depoimento (abr. 1995). Entrevistador: L. Hoffmann.
Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 1995. 2 fitas cassete (fev. 120 mim).

SCHWAAB, Egon Schwaab: Depoimento (maio 1990). Entrevistadores: Z. Navarro e C. Schmitt. Sarandi: PPG-Sociologia/UFRGS, 1990. 2 fitas cassete (120 mim). Entrevista concedida ao Projeto Democracia que se Vive.

CASTRO, Marli Castro: Depoimento (nov. 1990). Entrevistadores: Z. Navarro e C. Schmitt. Canoas: PPG-Sociologia/UFRGS, 1990. 2 fitas cassete (120 mim). Entrevista concedida ao Projeto Democracia que se Vive.

CAMPIGNOTTO, Antônio Angelin Campignotto: Depoimento: (dez. 1990). Entrevistadores: Z. Navarro e C. Schmitt. Ronda Alta: PPG-Sociologia/UFRGS, 1990. 3 fitas cassete (150 mim). Entrevista concedida ao Projeto Democracia que se Vive.

MASCHIO, Darci Maschio: Depoimento (jan. 1991). Entrevistadores: Z. Navarro e C. Schmitt. Sarandi: PPG-Sociologia/UFRGS, 1991. 2 fitas cassete (120 mim). Entrevista concedida ao Projeto Democracia que se Vive.

FRITZEN, Arnildo Fritzen: Depoimento (dez. 1990). Entrevistadores: Z. Navarro e C. Schmitt. Ronda Alta: PPG-Sociologia/UFRGS, 1990. 2 fitas cassete (120 mim). Entrevista concedida ao Projeto Democracia que se Vive.

BOHNENBERGER, Ênio Bohnenberger: Depoimento (ago. 1990). Entrevistadores: Z. Navarro e C. Schmitt. Passo Fundo: PPG-Sociologia/UFRGS, 1990. 2 fitas cassete (90 mim). Entrevista concedida ao Projeto Democracia que se Vive.

GAIARDO, Claudir Gaiardo: Depoimento (maio 1990). Entrevistadores: Z. Navarro e C. Schmitt. Sarandi: PPG-Sociologia/UFRGS, 1990. 2 fitas cassete (120 mim). Entrevista concedida ao Projeto Democracia que se Vive.

SCHMITZ, Romeu Schmitz: Depoimento (maio 1990). Entrevistadores: Z. Navarro e C. Schmitt. Sarandi: PPG-Sociologia/UFRGS, 1990. 2 fitas cassete (90 mim). Entrevista concedida ao Projeto Democracia que se Vive.

Depoimento de lideranças não identificadas do Acampamento de Cruz Alta (nov. 1990). Entrevistadores: Z. Navarro e C. Schmitt. Cruz Alta: PPG-Sociologia/UFRGS, 1990. 4 fitas cassetes (240 mim). Entrevista concedida ao Projeto Democracia que se Vive.

Depoimento de lideranças não identificadas do assentamento Itapuí (nov. 1990).
Entrevistadores: Z. Navarro e C. Schmitt. Canoas: PPG-Sociologia/UFRGS, 1990. 2 fitas
cassetes (120 mim). Entrevista concedida ao Projeto Democracia que se Vive.

ADÃO (23); JOÃO (33). Depoimento de Acampados na fazenda Annoni (nov. 1990).
Entrevistadores: Z. Navarro e C. Schmitt. Sarandi: PPG-Sociologia/UFRGS, 1990. 2 fitas
cassetes (120 mim). Entrevista concedida ao Projeto Democracia que se Vive.